

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira

**O CANDIDATO CIVIL DO PCB: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DO ENGENHEIRO YÊDDO FIÚZA
(1930-1947)**

Juiz de Fora

2012

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira

**O CANDIDATO CIVIL DO PCB: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DO ENGENHEIRO YÊDDO FIÚZA
(1930-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

Juiz de Fora

2012

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira

**O CANDIDATO CIVIL DO PCB: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DO ENGENHEIRO YÊDDO FIÚZA
(1930-1947)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

Juiz de Fora, 14 de setembro de 2012

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado (orientador)

Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (presidente)

Prof^a. Dr^a. Lucília de Almeida Neves Delgado

Oliveira, Priscila Musquim Alcântara de.

O candidato civil do PCB : a trajetória política do engenheiro Yêdo Fiúza (1930-1947) / Priscila Musquim Alcântara de Oliveira. – 2012.

207 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Fiúza, Yêdo Daudt. 2. Política. 3. Partido Comunista Brasileiro. I. Título.

CDU 32

Dedico este trabalho a Deus, acima de tudo. Dedico também aos meus pais, José Alcântara e Maria Aparecida, pelo apoio incondicional e confiança.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor doutor Ignacio José Godinho Delgado, sou imensamente grata pela orientação atenciosa, carinho, amizade e confiança depositada em meu trabalho ao longo de minha trajetória acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora pela bolsa concedida ao longo da pesquisa aqui apresentada, que contribuiu para transpor muitas das dificuldades que encontrei ao longo do caminho. Agradeço ainda ao Programa pelo apoio financeiro que recebi para a realização de pesquisas na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Arquivo Histórico Moysés Velinho e no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

Agradeço à Vera Longaray, funcionária da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS, pela atenção em separar os relatórios e as revistas *Egatea* antes da reforma do setor, que ocorreu justamente quando fui fazer a pesquisa. Sem sua ajuda, o acesso a essa documentação teria sido quase inviável.

Às professoras doutoras Cláudia Viscardi e Valéria Lôbo, ambas da UFJF, que compuseram a banca do meu exame de qualificação e me ofereceram sugestões que contribuíram para a realização da pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

À professora doutora Lucília de Almeida Neves Delgado, por participar de minha banca de defesa.

Ao professor Leandro Gonçalves, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF), agradeço imensamente por todas as leituras sugeridas, pelos conselhos valiosos que me deu e por toda a atenção que me dedicou, mesmo longe, lá de Lisboa, em meio às suas pesquisas do doutorado. Agradeço também aos colegas do Grupo de Estudos do Integralismo (Geint/CNPq/UFF), pelas contribuições que me ofereceram para o estudo do movimento integralista.

Ao meu amigo de profissão e colega no mestrado, Pedro Paulo Aiello Mesquita, companheiro nas viagens de Petrópolis a Juiz de Fora ao longo da BR 040 no meu velho Ford Fiesta prata. Companheiro também nos congressos, simpósios e nas confraternizações de fim de semana. Agradeço pelos conselhos e pelas críticas, embora brutais, sempre tiveram um grande efeito motivador.

Agradeço aos amigos de longa jornada, José Leandro Peters e Fabiana de Almeida, por tantas alegrias compartilhadas desde o princípio de nossa trajetória acadêmica.

Aos meus pais, por todo o suporte que me concederam, pelo apoio e amor incondicional. À Vanessa, pela paciência com os dias em que a tia Priscila passou de mau humor na frente do notebook e cercada de livros. Aos meus sogros, Cláudio e Cristina, por me ajudarem de tantas formas.

À Aline Storck e Adriano Luís, amigos e compadres, pela amizade e companhia de tantos sábados, dia que oficializamos a sepultura do estresse semanal com cerveja, pizza e uma boa conversa.

Ao Pedro, meu filho, que apesar de tão novinho, foi compreensivo e paciente comigo, mesmo nos dias em que foi curto o tempo que pude passar ao seu lado.

E, por fim, ao Alexandre, meu colega de profissão, companheiro em todos os sentidos. Sem você, sem o seu apoio, sem o seu amor, a realização deste trabalho teria sido muito mais difícil e certamente, menos bela.

Muito obrigada, a todos vocês.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx – 1852

RESUMO: Esta dissertação analisa a trajetória política de Yêddo Daudt Fiúza, candidato lançado pelo Partido Comunista Brasileiro à Presidência da República no ano de 1945. Seu objetivo é compreender, por meio da análise da trajetória de Fiúza e levando em conta as redes nas quais se inseriu, como o engenheiro, figura ligada ao ex-presidente Getúlio Vargas, aproximou-se do partido e foi o primeiro candidato à Presidência lançado pelo PCB. A primeira parte dessa pesquisa analisa as relações familiares de Fiúza e os laços de amizade estabelecidos pelo lado materno de sua família ainda no Rio Grande do Sul, onde o engenheiro nasceu e realizou seus estudos da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Também analisa a atuação de Fiúza enquanto engenheiro civil e as implicações de um discurso de valorização de uma elite técnica para atuar na administração pública brasileira, difundido entre as décadas de 1920 e 1950. A segunda parte do trabalho aborda a trajetória política de Fiúza como interventor no município de Petrópolis, onde governou de 1930 a 1934. A terceira parte do trabalho analisa o período em que Fiúza se articula com oligarcas fluminenses e foi eleito prefeito de Petrópolis no período constitucional do primeiro governo Vargas. Por fim, a última parte do trabalho aborda a campanha política de 1945 e a candidatura de Yêddo Fiúza lançada pelo PCB.

ABSTRACT: This dissertation proposes to analyze the political career of Yêddo Daudt Fiuza, Brazilian Communist Party candidate for president in 1945. The objective of this research is to understand, by analyzing the trajectory of Fiuza and taking into account the networks in which he inserted, how this engineer, figure linked to former President Getulio Vargas, approached the party and was the first presidential candidate released by the PCB, person who was part of the circle of friends of former President Getulio Vargas, became a member of the party and was the first presidential candidate released by the PCB. The first part of this research analyzes the Fiuza family relationships and friendships established by the maternal side of his family still in Rio Grande do Sul, where the engineer was born and did his studies at the School of Engineering of Porto Alegre. It also examines the work of Fiuza as a civil engineer and the implications of a discourse of recovery and the rise of a technical elite public administration in Brazil between 1920 and 1940. The second part of the work discusses the political career of Fiuza as intervenor in the city of Petropolis, where he ruled from 1930 to 1934. The third part of the study examines the period in which Fiuza has been linked to the old political oligarchies of Rio de Janeiro and was elected mayor of Petrópolis in the constitutional period of the first Vargas government. Finally, the last part of the dissertation analyzes the political campaign of 1945 and the candidacy of Yêddo Fiúza launched by the PCB.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Membros da família Daudt e a opção pelo uso do sobrenome.....	26
Tabela 2: Relação de ex-alunos da EEPA – Geração de 1910 – Trajetória política pós 1930.....	50
Tabela 3: Diretoria inicial do Clube 3 de outubro	76
Tabela 4: Representantes do Rio de Janeiro eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte (PPR e UPF).....	116
Tabela 5: Candidatos à Câmara Municipal para a União Petropolitana.....	125
Tabela 6: Resultado da eleição municipal de 1936 – Petrópolis – vereadores eleitos .	128
Tabela 7: A lista quántupla de possíveis candidatos à Presidência da República pelo PCB – novembro de 1945.....	164
Tabela 8: Comícios de Yêddo Fiúza e o público estimado.....	185

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estátua de D. Pedro II coberta durante a manifestação popular de apoio a Fiúza.....	88
Figura 2: Busto de Oswaldo Cruz coberto durante a manifestação popular de apoio a Fiúza.....	89
Figura 3: Busto de Nilo Peçanha coberto durante a manifestação popular de apoio a Fiúza.....	90
Figura 4: Avenida <i>Yêddo Fiúza</i>	95
Figura 5: Anúncio retirado do Jornal de Petrópolis	96
Figura 6: Anúncio retirado do Jornal de Petrópolis	96
Figura 7: Expediente do Jornal de Petrópolis	97
Figura 8: Multidão assistindo à posse de Yêddo Fiúza (1936).....	122
Figura 9: Reprodução do panfleto da União Petropolitana.....	126
Figura 10: Material da campanha da União Petropolitana (frente).....	127
Figura 11: Material da campanha da União Petropolitana (verso).....	127
Figura 12: Eduardo Duviver e Yêddo Fiúza na posse do engenheiro.....	130
Figura 13: Fiúza, Duvivier, vereadores eleitos e deputados progressistas	131
Figura 14: Jornal Correio do Povo, 1º de dezembro de 1945.....	174
Figura 15: Jornal Correio do Povo, 27 de novembro de 1945.....	178
Figura 16: Jornal Correio do Povo, 27 de novembro de 1945.....	179
Figura 17: Jornal Correio do Povo, 27 de novembro de 1945.....	179
Figura 18: Prestes e Yêddo Fiúza durante comício na campanha eleitoral de 1945.....	182
Figura 19: Comício de Fiúza em Caxias do Sul. 24 de novembro de 1945.....	183
Figura 20: Nome de Yêddo Fiúza gravado em banco de calçada	183
Figura 21: Yêddo Fiúza e Luiz Carlos Prestes. 1º de novembro de 1946.....	191

SUMÁRIO

Introdução.....	15
PARTE 1: A FAMÍLIA.....	24
Cap. 1: A família: o peso dos Daudt na trajetória política de Yêddo Fiúza.....	25
1.1: A família Daudt	26
1.2: O farmacêutico patriarca.....	28
1.3: João Daudt d'Oliveira: da Aliança Liberal ao Conselho Nacional de Comércio	32
1.4: Nomeações e indicações: os Daudt no governo Vargas.....	39
PARTE 2: A CARREIRA.....	42
Cap. 2: O engenheiro Fiúza.....	43
2.1: A Escola de Engenharia de Porto Alegre (EEPA).....	44
2.1.2: A geração da década de 1910.....	48
2.2: A trajetória profissional do engenheiro Yêddo Fiúza.....	54
PARTE 3: A POLÍTICA.....	59
Cap.3: Petrópolis e a gestão do interventor Yêddo Fiúza (1930-1934).....	60
3.1: Petrópolis às vésperas da Revolução de 1930.....	62
3.2: Sistema de interventorias: a nova ordem de Petrópolis.....	64
3.3: O interventor forasteiro: a gestão <i>técnica</i> de Yêddo Fiúza.....	68
3.4: Os verões presidenciais de Vargas em Petrópolis.....	72
3.5: A instabilidade política do governo provisório e a criação do Clube 3 de outubro.....	74
3.5.1: Yêddo Fiúza e o Clube de 3 Outubro.....	78
3.6: Gaúchos contra Getúlio.....	80
3.7: Radicais x Progressistas: o caso do Banco Construtor do Brasil e a crise política fluminense.....	81
3.8: O povo com Fiúza. Fiúza com os progressistas.....	87
Cap.4: A campanha vitoriosa de Yêddo Fiúza e sua gestão como prefeito eleito em Petrópolis (1935-1937).....	99
4.1: O engenheiro mediador: Fiúza e a greve geral de 1935.....	100
4.1.1: O conservadorismo católico e o movimento integralista em Petrópolis.....	101
4.1.2: Aliancistas petropolitanos.....	104

4.1.3: A greve geral.....	108
4.2: As eleições fluminenses no cenário nacional.....	115
4.3: Engenheiro eleito: Fiúza e a eleição municipal de 1936 em Petrópolis.....	118
4.4: Pelas Estradas de Rodagem: a saída de Yêddo Fiúza de Petrópolis e sua atuação durante o Estado Novo.....	133
Cap. 5: O candidato civil do PCB.....	141
5.1: O PCB antes de 1945.....	142
5.2: A queda do Estado Novo e o panorama político da redemocratização.....	152
5.3: O queremismo e o PCB.....	155
5.4: Um candidato civil para o PCB: a candidatura de Yêddo Fiúza.....	159
5.4.1: A busca do PCB por um candidato à Presidência.....	159
5.4.2: A candidatura de Yêddo Fiúza.....	163
5.5: O rato, o proxeneta da imprensa e o jornalista de aluguel: as críticas de Carlos Lacerda e a resposta do PCB.....	167
5.6: A Liga Eleitoral Católica e o anticomunismo	174
5.7: Engenheiros solidarizam-se com Fiúza.....	180
5.8: Meio milhão de votos ao candidato civil do PCB.....	181
5.9: Nova tentativa de ingresso na vida política.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
BIBLIOGRAFIA.....	197

INTRODUÇÃO

No dia 17 de novembro de 1945, os principais jornais brasileiros noticiavam o lançamento da primeira candidatura comunista à presidência da República. O candidato lançado foi o engenheiro gaúcho Yêddo Fiúza. Faltavam 15 dias para a data da eleição e pouco se sabia a respeito de Fiúza. As primeiras indagações foram a respeito de sua trajetória política e as razões que levaram o PCB a lançá-lo como candidato, já que o engenheiro não fazia parte dos quadros do partido.

A campanha meteórica incluiu comícios em dezenas de cidades brasileiras, onde Luiz Carlos Prestes apresentou o candidato do partido às multidões. Os eleitores preparavam-se para uma eleição após 15 anos impedidos de ir às urnas para participar da escolha presidencial. As candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela UDN, do general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, já estavam estabelecidas. Havia ainda uma terceira candidatura, a de Mario Rolim Teles, que concorreu pelo Partido Agrário Nacional (PAN). A campanha do PCB, embora curta, foi expressiva e conseguiu angariar cerca de meio milhão de votos, representando aproximadamente 10% do total, ficando em terceiro lugar. Quase setenta anos depois, a literatura sobre o partido ainda não respondeu àquelas duas indagações colocadas tão logo a candidatura de Fiúza foi lançada. A proposta desta dissertação é buscar respostas para estas perguntas: qual a trajetória política de Yêddo Fiúza antes da candidatura em 1945 e porque foi lançado pelo PCB, já que não era membro do partido? A essas duas questões, acrescento mais uma: o que aconteceu com o engenheiro depois dessa campanha?

A primeira vez que tive contato com o nome Yêddo Fiúza não foi por meio da literatura sobre o PCB ou sobre o período de redemocratização de 1945. Foi durante a graduação, pesquisando a respeito dos conflitos sociais em Petrópolis na década de 1930. Fiúza foi nomeado interventor de Petrópolis em dezembro de 1930 e eleito prefeito em 1936. Foi a sua gestão à frente do executivo municipal que me chamou atenção, em função de várias manifestações populares de apoio a Fiúza, que reuniram milhares de pessoas em um município do interior. Quando foi exonerado da interventoria, em 31 de dezembro de 1934, o centro da cidade foi ocupado em um protesto que incluiu a depredação de bondes, choques com a polícia e só teve fim com a intervenção de militares, quando os relógios já anunciavam a chegada do ano de 1935. No ano seguinte, Fiúza concorreu a Prefeitura de Petrópolis e recebeu 66% dos votos

válidos, um índice de popularidade que até hoje não foi superado. Diante dessas informações, uma dúvida passou a me perseguir: como Yêddo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis tornou-se candidato a Presidência da República pelo PCB em 1945? Na literatura a respeito do processo de redemocratização, ou mesmo em obras sobre o PCB, ainda que se aborde a tese de União Nacional apresentada pelo partido, que pretendia lançar um candidato *civil*, sem filiação partidária, existem lacunas que não permitem compreender como aquele engenheiro gaúcho, que tinha laços de amizade com Getúlio Vargas chegou à candidatura pelo PCB. O que se diz a respeito de Yêddo Fiúza nesses estudos resume-se aos números obtidos pelo candidato no pleito de 2 de dezembro: os 569 mil votos, que representaram cerca de 10% do total. A trajetória prévia de Fiúza, os motivos da escolha de seu nome e os rumos que tomou após a campanha são questões que a literatura disponível não responde. E essas questões que vem me acompanhando em muito se assemelham àquelas colocadas em novembro de 1945, a respeito da candidatura do engenheiro.

Cabe ressaltar que no período de redemocratização, o partido, após anos na ilegalidade, optou por uma linha política moderada, expressa na tese da União Nacional, que representava para o PCB a etapa *democrático-burguesa* da revolução nos “*países semicoloniais*”¹. O partido passara por um processo de reorganização, que vinha desde o princípio dos anos 1940, ainda na clandestinidade, durante a luta contra a ditadura do Estado-novo. No início de 1942, vários grupos comunistas de diferentes estados, como São Paulo, Rio e Bahia articularam sua reorganização. Em agosto de 1943, Prestes foi nomeado secretário geral do partido, o que significou quase uma refundação do PCB de 1922,

já que estabelecia uma solução de continuidade a partir da geração de quatro dirigentes anteriores. Da nova direção são excluídos a “velha guarda” de comunistas pioneiros (expulsos, isolados ou relegados a postos intermediários e secundários) como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Cristiano Cordeiro, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Fernando Lacerda e muitos outros. Ascende a direção uma nova geração, em grande parte formada pelos que participaram do levante aliancista de 1935, com razoável presença de ex-militares e civis prestistas.

Malgrado todas as implicações que isso acarretou, a presença de Prestes e de ex-“tenentes” colaborou muito para tirar o PCB de um certo isolamento político e torná-lo uma agremiação influente na vida nacional².

¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: GOMES, Ângela Maria de Castro [ET al.]. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. V.10. Sociedade e Política (1930-1964). 9 ed.

² SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática** – da

Em 1945, operando na legalidade, o posicionamento do PCB no processo de redemocratização, a princípio, foi a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte antes da realização do pleito³. Nesse sentido, aproximou-se das reivindicações do grupo dos queremistas, “*movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome "queremismo" se originou do slogan utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio"*”⁴. Prestes, além de defender a convocação de uma constituinte antes da eleição, sugeriu a renúncia das candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes e a de Eurico Gaspar Dutra⁵. Com a deposição de Vargas, em 29 de outubro, o PCB articulou então o lançamento de um candidato próprio e em novembro, o nome de Fiúza foi lançado.

Analisando a campanha de Fiúza para a presidência da República, em especial, as falas de Luiz Carlos Prestes, é possível observar a persistência de um argumento: a exaltação da formação de Fiúza enquanto técnico. O líder comunista apresentava Fiúza como sendo “*o candidato civil, o administrador, o técnico e o democrata*”⁶. Na campanha, Fiúza era apresentado com um candidato que não possuía vínculos partidários anteriores, era o candidato *civil*, que concorria com outros dois militares. Nesse sentido, o discurso do PCB aponta para um perfil de administrador público considerado mais capacitado por sua formação técnica. Cabe ressaltar que esse argumento não estava sendo introduzido pelo PCB. Já estava presente há pelo menos, 20 anos antes do pleito no Brasil, e também não era exclusivo de nosso país. Segundo Ângela de Castro Gomes,

o processo histórico pelo qual se inventa a tradição do “técnico” como detentor de um saber especializado e neutro, e por isso capaz de arcar com as novas responsabilidades administrativas do Estado “moderno”, data – grosso modo – dos anos 1920 e, logicamente, não diz respeito apenas ao Brasil. Nosso país, no que se refere a essa questão, inseria-se numa tendência mundial que, desenvolveu-se desde fins da I Grande Guerra, ganhou muito

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 220.

³ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática** – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 24.

⁴ CPDOC-FGV. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)** > Queremismo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acesso em: 07/07/2011.

⁵ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p.38.

⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Problemas atuais da democracia: Editorial Vitória, 1947. Disponível em <http://www2.cddc.vt.edu/marxists/portugues/prestes/1947/democracia/index.htm>. Acesso em 13/10/2010

mais força e adeptos após a depressão de 1929. Em muitos países europeus que sempre serviram de referência para políticos e intelectuais brasileiros – como França e Inglaterra – a formação de centros de reflexão reunindo “técnicos”, a criação de escolas e instituições que discutiam a “organização científica do trabalho” e a publicação de livros e revistas postulando o novo papel do “planejador” do Estado marcam todo o curso das décadas de 20 e 30. No continente americano, o exemplo dos EUA vai-se tornando cada vez mais presente, catalisando tanto as atenções de um público mais restrito de interessados (empresários com destaque) quanto as do público em geral⁷.

Nesse sentido, essa tradição de valorização do *técnico* opunha-se ao perfil de homens públicos predominante desde os tempos do Império, que tinha em comum uma formação em cursos jurídicos. Para os defensores da inserção dos *técnicos* na administração pública, esse grupo correspondia a uma *elite bacharelesca*, menos apta a atuar na máquina administrativa do Estado.

Yêd do Fiúza cursou engenharia civil na Escola de Engenharia de Porto Alegre entre 1911 e 1916. Ingressou para o Ministério de Viação e Obras Públicas e entre os anos de 1918 a 1924, trabalhou na construção de ferrovias pelos estados do Mato Grosso, Maranhão e Goiás. O Ministério constituía, segundo José Luciano de Mattos Dias,

a principal área de atuação dos engenheiros na administração pública federal. Desde o Império, esteve sob sua responsabilidade a gestão ou a fiscalização das obras civis de infraestrutura e das estradas de ferro. Ainda que os engenheiros brasileiros sofressem forte concorrência dos estrangeiros, foram essas duas áreas que constituíram a fonte mais estável de empregos e oportunidades de ascensão social durante um largo período da história da profissão⁸.

A partir de 1937, alguns órgãos da infraestrutura viária nacional passaram a ter funções mais complexas. É nesse período que ocorre, por exemplo, a transformação da Comissão de Estradas de Rodagens Federais em Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)⁹. Fiúza esteve à frente da Comissão entre 1935 e 1936. Quando o DNER foi criado, pressionado pela interventoria estadual do Rio de Janeiro, ele abriu mão do mandato de prefeito de Petrópolis para dedicar-se a diretoria da autarquia, e permaneceu na função até a eleição de 1945, quando se afastou do cargo para concorrer a Presidência. A trajetória de Fiúza se insere, portanto, em um contexto em que é

⁷ GOMES, Ângela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Ângela de Castro. (coord.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 2-3.

⁸ DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro. (coord.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 29.

⁹ *Ibidem*, p. 40-41.

agregada a determinadas categorias de profissionais, como no caso específico dos engenheiros, a habilidade para atuação na administração pública.

Mas sua formação acadêmica analisada de forma isolada, não determina nem sua trajetória profissional e tampouco a política. Por que Fiúza teve acesso a interventoria de Petrópolis? Como chegou ao DNER? Essas questões ficam mais claras quando analisamos a família de Fiúza e suas relações com Getúlio Vargas. Fiúza pertencia a família Daudt. Era sobrinho do empresário do setor farmacêutico, João Daudt Filho, fundador do laboratório Daudt e que manteve laços de amizade com diversas lideranças políticas, como Gustavo Capanema, Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins. Além do tio, outro familiar que também estabeleceu laços com lideranças políticas foi seu primo: João Daudt d'Oliveira. Amigo de Getúlio Vargas atuou na articulação entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais na formação da Aliança Liberal e entre os anos de 1930 e 1950 ocupou diferentes funções de representação da *classe produtora* brasileira, como na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Federação das Associações Comerciais do Brasil, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Confederação Nacional do Comércio e Federação das Câmaras de Comércio Exterior. Atuou também como integrante dos conselhos Nacional do Petróleo e fiscal do Banco do Brasil. Foi ainda o primeiro presidente do conselho nacional do SENAC.

Portanto, analisar a trajetória política de Yêddo Fiúza demandou, desde o princípio, que se ultrapassasse a análise de uma simples relação entre um indivíduo e um partido político. A pesquisa passou por muitas outras esferas e foi essencial adotar uma metodologia que propiciasse a condução de um trabalho que permitisse compreender os diferentes grupos onde Fiúza se inseriu ao longo de sua trajetória política e sua relação com os membros destes grupos, já que seria impossível desvincular Fiúza enquanto indivíduo dessas esferas que fizeram parte de sua vida, e que contribuíram para sua trajetória política, como a família e a formação acadêmica, além dos grupos políticos aos quais pertenceu ou com os quais se relacionou.

Para conduzir a análise de uma trajetória, é necessário pensar na relação entre indivíduo e sociedade. A discussão a respeito do papel do indivíduo na história não é recente e está presente também nas análises marxistas. A relevância do indivíduo na análise histórica não é uma questão plenamente bem resolvida para as abordagens marxistas, em função do destaque conferido à estrutura sócio-econômica e às classes. Ainda na obra de Marx é possível observar uma discussão a respeito de situações que favorecem uma atuação mais autônoma dos indivíduos em meio à autonomia do político

num quadro de equilíbrio entre as classes¹⁰. Plekhanov assinalou que os indivíduos são representantes apenas de forças sociais e tendências históricas. Trotsky destaca o papel da liderança¹¹.

Em trabalho publicado no periódico *Crítica Marxista*, o historiador Valério Arcary observa que as análises feitas pelas primeiras gerações de marxistas lutavam contra a idolatria dos grandes indivíduos, comum no discurso burguês, que desprezava o lugar das massas nos processos históricos. Por influência desse posicionamento, a História foi, por muitas análises, compreendida como expressão da necessidade, onde as classes vão sempre encontrar material humano disponível para a representação dos seus interesses. Seguindo esse raciocínio, os sujeitos políticos e suas ações seriam meros “reflexos” dos interesses em conflito na sociedade¹².

Arcary considera que “*sem a presença dos sujeitos sociais e dos seus respectivos sujeitos políticos, seria impossível encontrar as explicações para as formas concretas que a luta de classes assumiu*”¹³. O historiador aponta como exemplo a declaração de Leon Trotsky, de que, sem Lênin, a oportunidade histórica do bolchevismo poderia ter sido perdida. Essa declaração recebeu críticas de marxistas da linha de Isaac Deutscher, que consideraram a posição de Trotsky como “espantosa em um marxista”. Para Deutscher, a tendência revolucionária criaria seu órgão com o material humano que tivesse à sua disposição, independente de Lênin. O que fica claro com a discussão apresentada por Valério Arcary é que rotular sem distinções que todas as análises marxistas desprezam o papel do indivíduo na história consiste em um equívoco.

Nesse sentido, o historiador marxista E.P Thompson, em sua publicação *The making of the working class*, contribuiu para trazer a cena o papel dos indivíduos como agentes históricos, levando em conta as experiências e valores dos homens. Esse resgate do indivíduo nas análises marxistas contrapunha-se a visão determinista, da qual o marxismo aproximara-se, e que considerava que os homens e suas aspirações nada mais eram que subprodutos das estruturas. Para Thompson, o homem é objeto e sujeito da história e essa concepção, conforme os apontamentos apresentados por Arcary, é coerente com a interpretação de Trotsky. Thompson levou em conta ainda que as

¹⁰ Ver: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

¹¹ Ver: PLEKHANOV. **O Papel do indivíduo na história**. SP: Expressão Popular, 2006.

¹² Ver: ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 15, 2002

¹³ Ibidem, p. 8-9.

estruturas não eram peças de maquinaria econômica e sim um complexo conjunto de fatores que tinham origem no todo social ¹⁴.

Para o presente estudo, ressalta-se a importância da abordagem proposta no campo da sociologia por Norbert Elias a respeito da relação entre indivíduo e sociedade. Elias, a importância de determinados indivíduos no desenrolar de fatos históricos é variável e a margem individual de decisão é sempre limitada e dependente dos instrumentos de poder controlados pelo indivíduo em questão. Ainda segundo o sociólogo, indivíduo e sociedade não são elementos opostos, pelo contrário, são indissociáveis¹⁵. Assim, a opção pelo estudo de uma trajetória individual deve levar em conta o momento e as circunstâncias em que as ações do indivíduo foram desenvolvidas, bem como o conjunto de interesses em jogo e as posturas adotadas por esse indivíduo nos diferentes grupos e conjuntura.

Nesse ponto, o conceito de *rede* contribui significativamente para o presente trabalho. Adota-se aqui a noção de rede social formulada por Maurizio Gribaudi, que entende essas redes como representações das interações contínuas de distintas estratégias individuais. Cada indivíduo está inscrito em redes de dependência, que constituem condutas específicas – como se articular, como expressar interesses, aspirações, sentimentos¹⁶.

Ainda com relação às redes, a posição do indivíduo dentro dessas estruturas e as relações que desenvolve ao estar inscrito nelas revelam estruturas relacionais capazes de constranger escolhas e propiciar acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, sendo capazes de tornar certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e até influenciar resultados na política¹⁷.

Nesse sentido, segundo Philippe Levillain, a biografia histórica

não tem como vocação esgotar o absoluto “eu” de um personagem, como já pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia. E se a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana (...), tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de

¹⁴ Ver: BERTONHA, João Fábio. Culturalismo x estruturalismo: um debate com E.P Thompson. **Varia História**. Belo Horizonte, Depto. de História da UFMG, (17), março de 1997.

¹⁵ ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.51.

¹⁶ SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre as relações sociais. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR**, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007, p. 32.

¹⁷ MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e poder no estado brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas. **RBCS**. Vol. 21. N.60. fevereiro/2006, p.19

mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida¹⁸.

Essa discussão é fundamental para todos os trabalhos que se proponham a ter como foco um indivíduo, para evitar que a análise se esgote apenas no objeto em questão. Ao invés disso, deve-se buscar empreender um trabalho que consiga demonstrar a inserção desse indivíduo em diferentes esferas, contribuindo assim para compreender não só o sujeito, mas essas esferas onde ele se inseriu no decorrer de sua vida.

Para a análise da trajetória política de Fiúza, os jornais foram fontes fundamentais. Os principais periódicos utilizados foram a *Tribuna de Petrópolis* e o *Jornal de Petrópolis*, para analisar a gestão de Yêddo Fiúza na Prefeitura daquela cidade. Enquanto em vários momentos, a *Tribuna* assumia o discurso da oposição, o *Jornal de Petrópolis* adotou uma linha de apoio ao engenheiro. Essas duas perspectivas viabilizaram uma compreensão da trama de atores envolvidos no contexto político do município e do estado do Rio de Janeiro naquele período, bem como a articulação de Yêddo Fiúza com esses grupos. Estes periódicos encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico de Petrópolis.

Também foram analisados os jornais *Diário Carioca* e *Tribuna Popular* durante a campanha de 1945. O primeiro, periódico apoiou a campanha da UDN e publicou uma série de artigos escritos por Carlos Lacerda levantando denúncias contra Fiúza. O segundo foi uma publicação que apoiou a campanha comunista e onde discursos de Yêddo Fiúza estão publicados. Ambos estão disponíveis no acervo de microfilmes da Biblioteca Nacional.

Outras fontes foram as cartas trocadas entre João Daudt d'Oliveira e Getúlio Vargas, que permitem compreender a participação da família de Fiúza na articulação entre mineiros e gaúchos na formação da Aliança Liberal. Estas cartas estão disponíveis no fundo João Daudt d'Oliveira, que faz parte do CPDOC. Também foram analisados os relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre no período em que Fiúza estudou na instituição, o que permitiu levantar quem foram seus colegas de classe, seus professores, as disciplinas cursadas e o discurso da instituição sobre o papel dos engenheiros na sociedade e na política. Esses relatórios estão disponíveis na biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS.

¹⁸ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.176.

Esta dissertação se divide em três partes. Na primeira, procurei analisar como as relações dos familiares de Yêddo Fiúza com grupos políticos refletiram em sua trajetória política. Esta, sem dúvida, representa a etapa mais difícil desta pesquisa, em função da carência de fontes diretas sobre as relações entre Fiúza e sua família. Apesar disso, foi imprescindível explorar as redes políticas onde os Daudt se inseriram para compreender os reflexos dessas relações na trajetória política do engenheiro. Na segunda parte, discuti a formação acadêmica de Fiúza, sua atuação como engenheiro e o processo em que profissionais com essa formação passaram a compor uma *elite técnica*, sendo considerados mais aptos para o exercício da administração pública, discurso tão utilizado pelo PCB durante a campanha eleitoral de 1945. Na terceira parte, analiso a experiência de Yêddo Fiúza exercendo cargos de interventor e prefeito do município de Petrópolis, bem como sua candidatura a presidência da República pelo PCB. Esta parte subdivide-se em três capítulos: no terceiro capítulo do trabalho, analisei a primeira experiência de Yêddo Fiúza à frente da Prefeitura de Petrópolis, procurando compreender como conseguiu conquistar o eleitorado do município e garantir o retorno ao executivo da cidade por meio dos votos, nas eleições de 1936. No quarto capítulo discuti a articulação de Yêddo Fiúza com membros das oligarquias fluminenses no processo eleitoral de 1936, sua gestão como prefeito eleito de Petrópolis e sua atuação no jogo político de Vargas na tentativa de fazer concessões aos membros da UPF, grupo vinculado ao governador gaúcho Flores da Cunha, e que não aceitou a derrota do general Cristóvão Barcelos na eleição para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1935. No quinto e último capítulo a discussão concentra-se no lançamento da candidatura de Yêddo Fiúza pelo PCB, na campanha do engenheiro e nos resultados obtidos.

O esforço deste trabalho consiste em buscar na trajetória política de Yêddo Fiúza respostas para a aproximação com o PCB e o lançamento de sua candidatura em 1945, levando em conta os diferentes atores com os quais se articulou entre nos anos de 1930 a 1945. A pesquisa avança até 1947 por ter sido este o último ano em que Fiúza envolveu-se na disputa por um cargo eletivo: novamente, a Prefeitura de Petrópolis.

PARTE I: A FAMÍLIA:

CAPÍTULO 1: O PESO DOS DAUDT NA TRAJETÓRIA DE YÊDDO FIÚZA

Os indivíduos ocupam determinados lugares específicos em uma espécie de teia humana, um emaranhado de relações que se precipitam sobre cada um no momento em que nascem e vão acompanhá-lo ao longo da vida¹⁹. A família e conseqüentemente, as redes sociais onde os familiares estão inscritos irão, portanto, ter uma expressiva relevância para a compreensão de uma trajetória individual e correspondem ao ponto de partida deste trabalho.

As análises de trajetórias individuais que englobam também a família e as redes sociais nas quais os familiares se inscrevem permitem compreender melhor a própria vida do indivíduo e contribuem de forma mais intensa para o estudo da sociedade onde este sujeito se insere, se levarmos em conta que a família representa a espinha dorsal da sociedade. As famílias, para Peter Burke, são instituições compostas de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e que se complementam²⁰. O estudo desses papéis e dessa dependência é de grande importância para as análises de trajetórias individuais, pois a família é o primeiro grupo social ao qual o sujeito pertence e terá um papel determinante, no que tange a escolhas e oportunidades. Assim, por meio da família é possível compreender o funcionamento e as tramas da sociedade, e principalmente, se utilizarmos o estudo das trajetórias individuais como ferramenta para a pesquisa²¹.

Para compreender a trajetória política de Yêddo Fiúza, é necessário analisar a dinâmica de redes de amizade e parentesco da família Daudt, ou seja, seu ramo familiar materno. Do lado paterno, a documentação levantada fornece pouca informação a respeito de seu pai, Adolfo Fiúza. Do lado materno, ao contrário, a documentação é vasta. Para esta análise, foi utilizado o livro *Memórias*, uma autobiografia de João Daudt Filho, além de cartas trocadas entre os irmãos João e Felipe Daudt d'Oliveira com integrantes da Aliança Liberal às vésperas da Revolução de 1930.

¹⁹ SOUZA, Adriana Barreto. Op. cit. p. 32

²⁰ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.79.

²¹ Observação feita por Ana Silvia Volpi Scoti a respeito do livro *Armas, limpeza de sangue e linaje: reprodução social de famílias poderosas de Murcia (siglos XVI-XIX)*, de Manuel Perez-Garcia. Ver: SOTT, Ana Silvia Volpi. *Metamorfoses de uma família poderosa: os Riquelme do Reino de Murcia (Espanha), séculos XVI a XIX. (Resenha)*. **História Unisinos**. 12 (2), Maio/Agosto 2008, p.189.

1.1: A família Daudt

Embora fosse registrado com dois sobrenomes, o do pai e o da mãe, e apesar do peso do ramo materno em sua trajetória, Yêddo optou desde a adolescência por incluir apenas o sobrenome do pai em sua assinatura²². Teve seis irmãos, dois deles morreram ainda na juventude. Da geração de Fiúza, é possível observar entre os outros três parentes (primos) que tiveram alguma projeção na carreira, que metade optou pela manutenção do sobrenome Daudt na assinatura.

Tabela 1: Membros da família Daudt e a opção pelo uso do sobrenome

NOME	FILHO DE	ATUAÇÃO
João Daudt d'Oliveira	Adelaide Daudt	Empresário, presidiu a Associação Comercial do Rio de Janeiro (1942-1951) e o Conselho Nacional de Comércio (1946-1947) ²³ .
Felipe d'Oliveira	Adelaide Daudt	Farmacêutico, escritor e poeta ²⁴ .
José Daudt Fabrício	Ida Daudt	Marechal do Exército. Comandou a Escola Superior de Guerra (1960-1961) ²⁵ .

A família Daudt, ao longo de três gerações, manteve relações com diferentes atores políticos gaúchos, em especial, em função das articulações de dois membros dessa família: João Daudt Filho, tio de Fiúza, e João Daudt d'Oliveira, seu primo.

Daudt Filho foi um empresário do setor farmacêutico que ao longo de sua vida, preocupou-se em “encaminhar” seus familiares. Analisando a trajetória da família, é possível perceber que ele atuou como uma espécie de patriarca. Ao sair de Santa Maria para estabelecer-se na capital gaúcha, outros irmãos o acompanham, inclusive os pais de Fiúza. Posteriormente, estabelecido no Rio de Janeiro, a mãe de Fiúza se mudou para lá para viver próximo a Daudt Filho²⁶.

²² Conforme seus registros nos relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Cf.: Relatórios Anuais de 1911 a 1918.

²³ DIAS, Sônia. João Daudt d'Oliveira. In: ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel (coord). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 08/10/2010.

²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Periódicos e Literatura*. Personagens. Felipe d'Oliveira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/periodicosliterarios/personagens.htm#16.1>>. Acesso em: 29/03/2011.

²⁵ Verbete José Daudt Fabrício. In: ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel (coord). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 18/05/2011.

²⁶ Conforme o livro *Memórias*, de João Daudt Filho. No período do Rio de Janeiro, já não há mais referências quanto a Adolfo Fiúza.

João Daudt d'Oliveira foi criado pelo tio. O pai foi assassinado, deixando viúva Adelaide Daudt de Oliveira. Daudt Filho o encaminhou nos negócios. João, seu irmão Felipe e o tio se associaram e criaram um laboratório no Rio de Janeiro. Daudt d'Oliveira foi colega de faculdade de Getúlio Vargas na escola de Direito de Porto Alegre e atuou como mediador entre grupos políticos mineiros e gaúchos na formação da Aliança Liberal, grupo que esteve à frente do movimento que levou à Revolução de 1930. Mais tarde, com a vitória do movimento e a ascensão desses grupos ao poder é que se insere a trajetória política de Yêddo Fiúza, em vários momentos, ligada ao primo João, conforme veremos ao longo deste trabalho.

Felipe d'Oliveira, ao lado do irmão, também participou de forma direta das negociações entre mineiros e gaúchos na formação da Aliança Liberal. No entanto, seguiu caminhos distintos de João. Assim como o tio, também se formou farmacêutico. Estudou na Faculdade Livre de Medicina e Farmácia em Porto Alegre. Entretanto, destacou-se como escritor, colaborando com periódicos como o *Correio da Manhã*, a revista *Fon-Fon*, *Gazeta de Notícias*, e a revista *Ilustração Brasileira*. Foi autor dos livros de poesia *Vida extinta* e *Lanterna verde*. O posicionamento político de Felipe também se modificou. Apoiou a Revolução Constitucionalista em 1932, contra o grupo que ajudou a conquistar o executivo nacional na Revolução de 1930. Por conta do apoio, acabou perseguido pela polícia e exilou-se na França. No ano seguinte, morreu em um acidente de carro em Auxerre, perto de Paris. João Daudt d'Oliveira e alguns amigos criaram em sua homenagem a Sociedade Felipe d'Oliveira, entidade literária de prestígio na década de 1930, que anualmente concedia prêmios a escritores de destaque no cenário nacional, como Raquel de Queiroz e Carlos Drummond de Andrade²⁷.

José Fabrício Daudt, ao contrário dos primos, não teve envolvimento direto com a Aliança Liberal e com o governo Vargas. Seguiu carreira no Exército e em 1943, chegou ao posto de coronel. De 1948 a 1949, chefiou o gabinete do general Canrobert Pereira da Costa, então ministro da Guerra. Foi promovido a general-de-brigada e comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1951 e a Infantaria Divisionária da 5ª Região Militar (RM), em Curitiba, no Paraná, em 1952. Em 1954 assumiu o comando da 5ª RM. Atingiu a patente de general-de-exército em

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Op. cit.

julho de 1959 e foi nomeado comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), função que exerceu até outubro de 1961. Em julho de 1963, foi promovido a marechal²⁸.

As redes sociais das quais esses membros da família Daudt participaram são inúmeras. Para o presente trabalho, em que se busca compreender a trajetória de Yêdo Fiúza, importa analisar as redes em que dois familiares estiveram inscritos: o tio João Daudt Filho e o primo João Daudt d'Oliveira. Para compreender melhor a inserção dos Daudt nessas redes, serão discutidas a seguir e de forma breve as trajetórias individuais de João Daudt Filho e de João Daudt d'Oliveira.

1.2: O farmacêutico patriarca

João Daudt Filho viveu noventa anos. Nasceu em 1858, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Filho de pequenos comerciantes cursou com restrições financeiras a Faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro. Para custear suas despesas, contou com o apoio de Maria Luiza, mãe de Yêdo Fiúza, que, junto com suas outras irmãs, costurava para aumentar a renda da família e viabilizar os estudos de Daudt Filho. Depois de formado, voltou para a cidade natal e iniciou uma próspera carreira como empresário do ramo farmacêutico, sempre apoiando e encaminhando seus familiares.

Daudt Filho vivenciou os anos finais do Império e o embate entre Monarquistas e Republicanos, a proclamação da República, a ascensão de Vargas, o Estado Novo e a redemocratização de 1945. Manteve relações de amizade com pessoas de vários desses grupos, muitas vezes, até com representantes de grupos rivais, como o republicano Júlio de Castilhos e o liberal Gaspar Silveira Martins. Uma possível explicação para uma situação como essa é que Daudt Filho não possuía filiação partidária, e sim, amigos e inimigos.

Foi integrante do grupo fundador da Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1898²⁹ e mais tarde, lecionou química biológica e microscópica na instituição. Daudt viveu e consolidou-se como farmacêutico e empresário no contexto do Segundo Reinado. Embora sua família não participasse da elite política gaúcha e tampouco o próprio Daudt Filho tenha exercido algum cargo político, o farmacêutico conviveu e

²⁸ Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 18/05/2011.

²⁹ Conforme informações disponíveis na biografia de Daudt Filho, publicada na página virtual do Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.muham.org.br/index.php?formulario=biografias&metodo=4&id=0&submenu=4>>. Acesso em: 16/03/2011.

teve em seu círculo de amizades lideranças políticas, além de Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, já citados anteriormente, o republicano Francisco de Assis Brasil, o ex-presidente Getúlio Vargas e, em especial, o ex-ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, o mineiro Gustavo Capanema.

A historiadora Maria Fernanda Martins, em seu estudo sobre política, elites e redes no Segundo Reinado, fornece apontamentos para melhor compreender essa dinâmica por meio de trajetórias individuais. Para Martins,

As relações que essas redes retratam expõem uma estrutura social na qual a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada a relações familiares e redes sociais, o que fazia com que, com frequência, antes de homens públicos, fossem representantes dos interesses de grupos e famílias que os aproximassem do poder. Assim, a noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo elite pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações, crenças e práticas políticas³⁰.

Daudt Filho, nos tempos de ginásial, foi colega de turma de Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul e um dos principais colaboradores do texto da Constituição de 1891. Chegou a passar as férias na Estância da Reserva, propriedade da família Castilhos no então município de Vila Rica³¹. A amizade continuou na vida adulta e a convite de Castilhos, Daudt Filho passou um mês em São Paulo, na república estudantil que o amigo dividia com Francisco de Assis Brasil, Joaquim Pereira da Costa e Eduardo Lira³².

Embora Daudt Filho tivesse convivido com Júlio de Castilhos, representante do Partido Republicano, a amizade dos dois sofreu abalos no começo dos anos 1880. Castilhos, então comprometido com uma mulher da família Daudt³³ acabou não levando o noivado adiante, o que irritou profundamente o amigo. Questionado por Daudt Filho, Castilho respondera que a quebra do compromisso foi em função de um “*capricho mal entendido*”³⁴. Daudt Filho, em seu livro *Memórias*, relata a resposta que deu a Castilhos em uma discussão que travaram sobre o assunto:

³⁰ MARTINS, Maria Fernanda. O círculo dos Grandes: um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). In: **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora. PPG História – UFJF. 2007, v.13.n.1. p.95.

³¹ O município gaúcho, desde 1905, chama-se Júlio de Castilhos, em homenagem ao político, que morreu em 1903.

³² DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 3ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2003. p. 66.

³³ Não há referências na documentação consultada a respeito do nome dessa mulher.

³⁴ DAUDT FILHO, João. Op. Cit. p. 75

- Colocas, então, um capricho fútil, como reconheces, acima da tua palavra empenhada? Pois bem, estás livre! Entendes? Desligo-te do compromisso! Com altivez, ali mesmo, virei a página de nossa velha amizade³⁵.

Com relação aos liberais, a ligação de Daudt Filho era bem mais próxima. Seu cunhado, Felipe Alves de Oliveira, pai de Isaura, Felipe e João Daudt d'Oliveira, era delegado de Santa Maria e integrava as fileiras do Partido Liberal. Além disso, pesava o fato de que João Daudt, pai de Daudt Filho, era amigo do deputado liberal gaúcho, Gaspar Silveira Martins.

Em agosto de 1890, Felipe Alves de Oliveira, foi assassinado por vingança política. O crime, além de interferir de forma direta nos rumos da família Daudt e na mudança de Daudt Filho e algumas de suas irmãs e cunhados para Porto Alegre, também teve reflexos na própria estrutura familiar. Daudt Filho assumiu a criação de Isaura, Felipe e João Daudt d'Oliveira, os filhos do falecido cunhado.

O crime foi objeto de estudo de Cristiane Pistóia, que em sua dissertação de mestrado, analisou o incidente em sua pesquisa sobre violência física, material e moral no Rio Grande do Sul no final do século XIX e começo do século XX³⁶. Pistóia ressalta que a cidade de Santa Maria, nos últimos anos do Segundo Reinado, era um local onde o Partido Liberal tinha muita expressão. A morte do delegado, segundo Pistóia, teve como motivação a condenação do militante do Partido Republicano, Martins Höehr, que, segundo o trabalho, havia jurado se vingar de Felipe pela condenação. Na investigação para apurar a morte de Felipe, Daudt Filho e Adolfo Fiúza testemunharam contra Höehr³⁷. O assassinato pode ser considerado um divisor de águas para a família Daudt. Buscando mais segurança, João Daudt Filho se mudou para Porto Alegre. Maria Luiza e Adolfo Fiúza também deixaram Santa Maria. Outros membros da família, como a irmã Ida e o cunhado José Luiz Fabrício Júnior, também se estabeleceram na cidade. Tanto Fiúza quanto José Daudt Fabrício nasceram em Porto Alegre. João e Felipe Daudt passaram lá parte da infância e a juventude, ao lado do tio.

Em Porto Alegre, Daudt Filho consolidou-se como empresário. Montou a Farmácia Daudt e seu principal produto, a *Pomada Boro-Borácica*, garantiu-lhe lucros expressivos. Em 1894, Daudt Filho, Alfredo Leal e Valença Appel criam a União

³⁵ Idem.

³⁶ Ver PISTOIA, Cristiane. **Violência Física, Material e Moral no Rio Grande do Sul (1889-1920)**. Porto Alegre: 2009, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História das Sociedades Ibéricas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

³⁷ Ibidem, p.48.

Farmacêutica de Porto Alegre, cujos estatutos previam a criação de uma escola livre de Farmácia, o que ocorreu no ano seguinte. Da Escola de Farmácia, constituiu-se, em 1898, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre³⁸. Na capital gaúcha, Daudt Filho conheceu e casou-se com Haydée Vinhas Lopes, neta de João Simões Lopes, o visconde da Graça, vice-presidente da província do Rio Grande do Sul³⁹. Por indicação de um tio da esposa, assumiu a gerência da Companhia de Gás.

Em 1912, mudou-se para o Rio de Janeiro. Lá, já havia inaugurado um laboratório e uma farmácia. Junto com os sobrinhos João e Felipe, inaugurou a firma *Daudt, Oliveira e Cia*, em 1917. José Fabrício Daudt também se mudou para o então Distrito Federal. Em 1916, ingressou na Escola Militar do Realengo. Em meados da década de 1920, Yêddo Fiúza, após anos trabalhando em diferentes estados brasileiros como engenheiro do Ministério de Viação e Obras Públicas, fixou residência no Rio de Janeiro. Conforme é possível observar, nos dois momentos em que Daudt Filho se mudou para outro município, foi seguido por membros de sua família, inclusive pelos pais de Fiúza. Na primeira ocasião, saiu de Santa Maria, em função da insegurança advinda do assassinato do cunhado liberal. Adolfo e Maria Luiza também foram para a capital gaúcha, onde nasceu Fiúza. Em um segundo momento, quando Daudt Filho optou por morar no Rio de Janeiro para expandir seus negócios no ramo farmacêutico, novamente os pais de Fiúza o acompanharam.

O laboratório Daudt garantiu a prosperidade financeira e a consolidação da família no ramo empresarial. Em 1910, Daudt Filho viajou a passeio com Haydée para a Europa. Na década seguinte, os sobrinhos e sócios Felipe e João Daudt d'Oliveira já possuíam propriedades em Minas Gerais (Caxambu), o que comprova o elevado poder aquisitivo da família.

³⁸ Tanto a Escola de Farmácia quanto a Faculdade de Medicina integram hoje a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Cf. DAUDT FILHO, João. Op. Cit. p 9. FACULDADE DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE. *Histórico*. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/farmacia/sobre/historico>>. Acesso em: 16/03/2011. FACULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE. *Histórico da Faculdade de Medicina da UFRGS*. Disponível em: <<http://www.famed.ufrgs.br/>>. Acesso em: 16/03/2011.

³⁹ DAUDT FILHO, João. Op. Cit. p. 109. FAMÍLIA SIMÕES LOPES. *Genealogia*. Disponível em: <<http://simoelopes.blogspot.com/>>. Acesso em: 16/03/2011. BURATO, Sérgio Enio. *Os governantes do Rio Grande do Sul. 1737-1999*. Disponível em: <<http://buratto.org/gens/govern/Govern.html>>. Acesso em: 16/03/2011.

1.3: João Daudt d'Oliveira: da Aliança Liberal ao Conselho Nacional de Comércio

O ingresso de Yêddo Fiúza na vida política tem relação direta com seu primo, João Daudt d'Oliveira. Foi por indicação direta feita a Getúlio Vargas que Fiúza foi nomeado interventor de Petrópolis em dezembro de 1930. A ligação de Daudt d'Oliveira com Vargas consistia em uma amizade que teve início nos tempos da faculdade. Os dois foram colegas de turma na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Participaram da chamada *geração 1907*, ao lado de Joaquim Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura. O grupo atuou no processo de disputa pela sucessão do chefe do executivo gaúcho. Organizou uma mobilização política de estudantes em apoio a Carlos Barbosa Gonçalves, o candidato indicado por Borges de Medeiros⁴⁰.

Embora formado em Direito, Daudt não se adaptou à profissão e dedicou-se à indústria farmacêutica, associando-se ao tio e ao irmão, Felipe, na firma Daudt, Oliveira & Cia, no Rio de Janeiro. Mesmo longe, manteve os laços de amizade com seus colegas da *geração 1907* e junto ao grupo, participou de movimentos da política gaúcha e atuou na inserção do Rio Grande do Sul no executivo nacional⁴¹. Segundo Joseph Love, a “geração de 1907” foi responsável por transformações na política gaúcha. Love aponta que o grupo de 1907 sucedeu a primeira geração da política do Rio Grande do Sul, esta última, composta por lideranças contemporâneas da propaganda republicana, entre os quais, Pinheiro Machado, Assis Brasil e Borges de Medeiros⁴².

Getúlio Vargas exerceu a função de ministro do governo Washington Luiz. Abandonou o cargo e emergiu como a liderança política de mais destaque no Rio Grande do Sul, tendo sido eleito presidente do estado em 1928, após uma sequência de mandatos de Borges de Medeiros. Vargas despontou como liderança política gaúcha em um contexto de limitações impostas a Borges de Medeiros pelo governo do presidente da República, Arthur Bernardes. Eleito em um pleito competitivo, o governo de Bernardes interveio nos estados dissidentes. O Rio Grande do Sul, até então caracterizado pela estabilidade, garantida pela hegemonia de Borges de Medeiros sobre as demais facções gaúchas, sofreu intervenção do governo federal nas eleições internas.

⁴⁰ DIAS, Sônia. Op. cit. Op. Cit.

⁴¹ Idem.

⁴² LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 233. Apud. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001. p.331.

Bernardes apoiou a candidatura oposicionista de Assis Brasil. A vitória de Borges de Medeiros não significou a manutenção da estabilidade: os dissidentes se rebelaram, com a certeza de que contariam com o apoio do Exército e da Presidência. Para por fim ao conflito, Borges de Medeiros, para resistir à pressão pela renúncia, teve de fazer concessões. A principal consequência dessas concessões era a proibição de sua reeleição, medida determinada pela revisão constitucional imposta pelo governo de Bernardes⁴³.

O governo Vargas e conseqüentemente, a ascensão da *geração 1907* ao poder não significou uma ruptura com as lideranças políticas anteriores. Embora representassem uma renovação, com um discurso que defendia investimentos na industrialização, criticava o controle do governo federal pelos cafeicultores e anunciava teses sociais, o grupo de Vargas não se desvinculou totalmente dos antecessores. Borges de Medeiros continuava a frente do Partido Republicano Rio-Grandense e Assis Brasil foi incorporado, em função de menor expressão, na nova correlação de forças⁴⁴.

João Daudt d'Oliveira, como membro da geração de 1907, apoiou a campanha de Vargas e após a vitória do colega, o laboratório Daudt forneceu ao Rio Grande do Sul os serviços da campanha de saneamento que vinha realizando. Getúlio comprometeu-se com os Daudt a empreender esforços para aprovar o projeto de lei que regulamentava as profissões de médico e farmacêutico no Rio Grande do Sul⁴⁵.

Ao final de 1928, as articulações em torno da sucessão presidencial tomavam conta dos debates dos grupos políticos do período. A Constituição de 1891 não permitia que um presidente sucedesse a si próprio e a agitação política era intensa em torno das candidaturas. Ao longo da República Velha, as eleições presidenciais basearam-se em acordo entre as lideranças políticas estaduais em torno de uma candidatura oficial. Segundo Thomas Skidmore,

uma vez acertada a indicação, contudo, isso já equivalia à eleição, de vez que os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais. Com o apoio dos líderes políticos de um número de Estados suficiente para assegurar a maioria eleitoral, o candidato indicado, amparado pelo regime, temia muito pouco a derrota. À medida que o século vinte avançava e as cidades cresciam, a manipulação do eleitorado tornava-se mais difícil⁴⁶.

⁴³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001. p. 319-331.

⁴⁴ Ibidem, p.331-332.

⁴⁵ JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Op. Cit.

⁴⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.21-22.

Nesse período, a aliança exclusivista entre Minas Gerais e São Paulo quanto ao lançamento de candidaturas para a Presidência apresentava sinais de esgotamento. O governo de Washington Luis afastava-se cada vez mais dos interesses de Minas. Em 1928, Washington Luiz se recusou a assumir um empréstimo externo destinado ao governo de Minas, o que gerou obstáculos para o setor siderúrgico mineiro. Tal medida rejeitada pelas principais lideranças de Minas, causando sensíveis abalos na aliança majoritária nacional. Esse afastamento de Minas do centro de decisões sobre os rumos do Brasil não significou o isolamento de São Paulo dos demais estados. Washington Luís aproximava-se de novos parceiros. Nessa aproximação, o Rio Grande do Sul apresentava-se como parceiro preferencial do Catete, ao lado dos fluminenses, baianos e pernambucanos⁴⁷.

A aproximação com São Paulo gerou na nova geração política do Rio Grande do Sul a expectativa de lançar a candidatura de um gaúcho para a presidência da República. Entretanto, o candidato oficial indicado pelo governo foi o paulista Júlio Prestes. Frustrados os planos, o grupo gaúcho articulou uma aproximação com Minas Gerais. A concretização do pacto entre Minas e o Rio Grande do Sul para fazer frente a São Paulo dependia da adesão de Getúlio Vargas. O líder político gaúcho manteve-se a espera da resolução do impasse entre Minas e São Paulo, na expectativa que houvesse um acordo, que receberia o apoio gaúcho. Mas São Paulo preferiu abrir mão da aliança com Minas, por não concordar em passar por mais quatro anos submetido aos arbítrios de um estado mais frágil que ele, tanto econômica quanto politicamente. Na tentativa de minar a aliança, Washington Luiz ofereceu a um dos principais articuladores, o gaúcho Oswaldo Aranha, a vice-presidência da chapa encabeçada por Júlio Prestes, porém, Aranha recusou a proposta⁴⁸. Com o apoio da Paraíba, estava consolidada a Aliança Liberal, coligação de forças políticas que apoiaram a campanha de Getúlio Vargas para a presidência da República na eleição de 1929, tendo na chapa o candidato a vice-presidência João Pessoa, da Paraíba.

Compunham a base de sustentação da Aliança Liberal os grupos políticos situacionistas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Grupos de oposição ao governo federal de diferentes estados e facções militares e civis descontentes com o governo também apoiavam o movimento. A aliança tinha como bandeiras a reforma

⁴⁷ VISCARDI, Cláudia. Op. Cit. p.333.

⁴⁸ Ibidem, p. 341-342

eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, a moralização dos costumes e das liberdades individuais⁴⁹.

Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando à mesma as frações da elite não representadas na estrutura de poder, além dos segmentos médios e urbanos que se desenvolveram em função da expansão econômica⁵⁰.

A comissão executiva da Aliança Liberal era diversificada. Reunia lideranças oligárquicas tradicionais e outras bastante renovadas. Tinha o apoio de setenta deputados no Congresso, em um total de duzentos e treze. Na imprensa, obteve o apoio de importantes jornais da capital⁵¹.

Daudt d'Oliveira também participou da Aliança Liberal. Atuou como intermediário entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais no processo de formação da aliança. Ele mantinha contatos com lideranças políticas desses centros, conforme explica em carta para Vargas, em que se coloca à disposição dos colegas no processo de articulação política.

Relativamente à tua consulta sobre a pessoa a indicar para o encargo de encaminhar, aqui, interesses de tua administração, informo que estou eu, pessoalmente, às ordens. Meus afazeres não me impedirão de reservar o tempo reclamado por incumbências a cuja solução o prestígio do mandante de antemão confere facilidades a bem dizer automáticas. Acresce a isso que, para a comodidade no acompanhamento de qualquer caso, tenho, nos Ministérios, caminhos abertos para o acesso direto aos deliberantes de última instância, o que afasta o estorno das salas de espera. Dispõe, pois, de mim com inteira franqueza⁵².

Na mesma carta, Daudt d'Oliveira comunicou ao amigo que ficaria ausente por um mês, em Caxambu, e que nesse período, seu irmão Felipe ficaria responsável por cumprir as solicitações de Getúlio. De fato, correspondências trocadas nesse período

⁴⁹ Ibidem, p.404.

⁵⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Os liberais e a crise da República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.74. Apud. FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. P. 404.

⁵¹ VISCARDI, Cláudia. Op. Cit. p.343

⁵² Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas, escrita em 16 de janeiro de 1929. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Fundo João Daudt d'Oliveira. JD c 1929.01.16

entre os principais articuladores da Aliança Liberal revelam a atuação de Felipe no processo de intermediação entre o Rio Grande do Sul e os outros estados⁵³.

Os irmãos Daudt d'Oliveira mantiveram contatos com lideranças mineiras e articularam reportagens da imprensa para divulgar o governo do Rio Grande do Sul. João Daudt d'Oliveira indicou diretamente nomeações a Vargas. João rejeitava a possibilidade de ingressar na política. Em carta enviada a Getúlio, em resposta a uma suposta intenção de incluí-lo entre os candidatos a deputado na eleição de 1930, Daudt assim reagiu:

Minha situação de soldado raso do partido não autorizaria nunca uma promoção assim, desproporcionada e despropositada, pois meu interesse – mais que espontâneo, irreprimível – por teus destinos políticos eu o retiro das reservas de nossa velha amizade pessoal e de forma alguma aceito que o registrem em minha fé – de – ofício de simples recruta do PRR.

(...) Seria de veras chocante para minha segurança pessoal. Seria de veras chocante para a minha sensibilidade pensar que se pudesse admitir a minha aquiescência em dar um instrumento de combatividade ofensiva, como o é uma cadeira de deputado, um caráter inconfessável de aparelho passivo de proteção à integridade física, que de modo algum figura em minhas cogitações.

A Aliança já trouxe para mim uma grata recompensa: a perspectiva de tua vinda ao Rio, em escala de peregrinação cívica ao Norte⁵⁴.

A campanha da Aliança Liberal foi muito intensa, chegando a surpreender seus próprios líderes⁵⁵. Apesar disso, Washington Luis acreditava ter assegurado apoio suficiente para eleger Júlio Prestes. O resultado da eleição parecia confirmar seu raciocínio. Prestes recebeu 1.091.709 do total de 1.890.524 votos apurados⁵⁶.

A reação de São Paulo após o pleito foi a retaliação. A Paraíba teve todos os seus deputados degolados. Minas Gerais teve dezessete dos seus trinta e sete deputados. Era a primeira vez que os mineiros sofriam esse tipo de intervenção em sua autonomia política. Como estratégia para evitar apoio dos gaúchos aos mineiros, Washington Luiz poupou o Rio Grande do Sul da intervenção federal. Minas mostrou-se disposta a participar de um movimento armado contra o governo, porém, sabia que a concretização desse objetivo dependida da adesão dos gaúchos. Vargas hesitou em adotar uma postura revolucionária, alegando que embora não concordasse com a degola de deputados da

⁵³ Conforme as correspondências presentes no Fundo João Daudt d'Oliveira, ou enviadas por Felipe ou remetidas a ele, conforme as seguintes referências: JD c 1929.06.25; JD c 1930.03.15. CPDOC-FGV.

⁵⁴ João Daudt d'Oliveira, em carta enviada a Getúlio Vargas. 19 de agosto de 1929. CPDOC-FGV. GV c 1929.08.19/4

⁵⁵ VISCARDI, Cláudia. Op. Cit. p.348.

⁵⁶ SKIDMORE, Thomas. Op. Cit. p. 22

Aliança Liberal, reconhecia os resultados da eleição. O assassinato de João Pessoa intensificou o clima de insatisfação.

Embora a iniciativa revolucionária tivesse partido, primeiramente, de Minas, a posição contrária de Antonio Carlos fez com que o estado recuasse. No sul, ocorrera o contrário. Vargas não estava tendo êxito em frear os impulsos revolucionários de suas bases. Levado por elas, partia para a Revolução, enquanto Minas dela se afastava.

Dessa forma, a Revolução só se deu em função das divisões internas ocorridas nos dois estados. No Rio Grande do Sul, através do descompasso entre tradicionais chefes políticos, vacilantes ante a alternativa revolucionária e os oligarcas mais jovens, chefiados por Oswaldo Aranha, já abertamente revolucionários. Em Minas Gerais, através das reticências de Antônio Carlos e a pressa dos jovens oligarcas mineiros.⁵⁷

Com a Revolução de 1930, João Daudt d'Oliveira ingressou na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)⁵⁸. No mesmo período, sugeriu a Getúlio Vargas a nomeação de Fiúza para ser o interventor do município de Petrópolis, conforme este trabalho discutirá de forma detalhada mais adiante.

Embora sugerisse nomes a Vargas, inclusive o de seu próprio primo, Daudt d'Oliveira tinha reservas com relação à política. Quatro anos após a vitória do movimento, ainda esquivava-se de uma atuação política direta. Porém, com a promulgação da Carta Magna, cedeu a pressão que vinha desde o período da articulação da Aliança Liberal e candidatou-se a vereador do Rio de Janeiro. Foi eleito em primeiro lugar. Apesar da expressiva votação que recebeu, nem chegou a tomar posse. Renunciou ao mandato antes de ser empossado, atribuindo sua decisão “*à desilusão sentida pelo ambiente político da época*”⁵⁹.

Em 1937, novamente diante da oportunidade de ingressar na política, recusou a indicação para o cargo de interventor do Distrito Federal. Em carta a Getúlio Vargas, Daudt d'Oliveira assim se explicou:

venho na intimidade e na confiança de nossa velha amizade declarar-te que, de forma alguma eu poderia aceitar a investidura. A lembrança de meus amigos muito me honra e me desvanece, mas tantos e tamanhos encargos de ordem particular pesam sobre mim neste momento que não poderia furtar ao seu desempenho sem graves danos de interesses respeitáveis⁶⁰.

⁵⁷ VISCARDI, Cláudia. Op. cit. p. 353

⁵⁸ DIAS, Sônia. Op. cit. .

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas, datada de 06/05/1937. CPDOC – FGV. GV c 1937.01.14

Os interesses de Daudt d'Oliveira eram outros, conforme podemos observar pelos quadros que ocupou no governo Vargas. Permaneceu na ACRJ, e ao lado de Roberto Simonsen e Valentim Bouças, formou um grupo de representantes da indústria e do comércio ligado a Getúlio. Entre 1938 e 1942, foi vice-presidente da associação, na gestão de Manuel Ferreira Guimarães. Em 1941, ainda como vice-presidente da ACRJ, tornou-se membro do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Em 1942, foi eleito presidente da ACRJ. Em sua gestão, Daudt d'Oliveira criou o departamento cultural e o Instituto de Economia, órgãos que tinham como finalidade a execução de pesquisas no setor econômico. Lançou a campanha de expansão associativa, que tinha como lema “*Uma associação em cada município*”. Substituiu a expressão *classes conservadoras* pela de *classes produtoras*, considerada mais adequada para o empresariado. Foi eleito presidente da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, que daria origem a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em setembro de 1944, foi um dos chefes da delegação brasileira à Conferência Econômica Internacional de Bretton Woods, nos EUA, que tinha como finalidade discutir a reorganização econômica e mundial no cenário pós-guerra.

Em 1945, durante o processo de aproximação do PCB com Vargas, novamente a oportunidade de ingressar para a política esteve próxima de Daudt d'Oliveira. Dessa vez, a proposta era para o cargo máximo da política nacional: a Presidência da República. Com a deposição de Vargas, o PCB decidiu lançar um candidato a Presidência e vários nomes foram cogitados, inclusive o de João Daudt d'Oliveira. Procurado pela equipe do jornal *Correio da Noite*, o empresário negou a investida comunista, classificando-a como um boato, e declarou que mesmo que tivesse sido procurado, recusaria a proposta, pois para ele, a candidatura seria “*um castigo tremendo, por inomináveis pecados de outra encarnação, pois nesta não os tem, se algum dia fosse obrigado a aceitar um posto político*”⁶¹. Declarou ainda a seguinte frase: “*Meu campo de ação se limita ao poder econômico. Em hipótese alguma quero participar do poder político*”⁶².

Chama atenção o fato de que semanas depois, o nome de seu primo Yêddo Fiúza foi lançado. Essa relação pode indicar que assim como na Prefeitura de Petrópolis, Fiúza tenha sido introduzido na campanha presidencial por meio de Daudt d'Oliveira,

⁶¹ Conforme reportagem foi reproduzida pelo jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, no dia 07 de novembro de 1945.

⁶² Idem.

então em uma possível articulação entre o grupo ligado a Vargas e o PCB. Conforme já exposto na seção introdutória deste trabalho, Prestes afirmou ter procurado nomes entre o grupo ligado ao PTB para garantir votos dos eleitores simpatizantes do partido. Essa questão será discutida de forma mais detalhada no terceiro capítulo deste trabalho.

Sua participação no âmbito da economia nacional não se manteve atrelada a Getúlio Vargas. Após 1945, Daudt d'Oliveira continuou ocupando o Conselho Fiscal do Banco do Brasil, do qual era membro desde 1943 e permaneceu até 1955. Também foi presidente do Conselho Nacional de Comércio na década de 1950. Ao longo da segunda metade dos anos 50, afastou-se dos postos de direção de entidades de classe do comércio, porém, continuou atuando como conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Faleceu em 1965.

1.4.: Nomeações e indicações: os Daudt no governo Vargas

Se não tivesse plena certeza de sua sincera amizade, eu me julgaria um amigo cacete, tantos são os pedidos que tenho feito em favor de pessoas de minha amizade. Tenho, porém, consciência de que todos os meus pedidos que o amigo atende com tanta solicitude, estão sempre dentro da mais rigorosa justiça⁶³.

O trecho acima pertence a uma carta escrita por João Daudt Filho a Gustavo Capanema, em março de 1936. Em seguida, Daudt Filho solicita que Capanema intervenha em favor do escultor Rodolpho Pinto do Couto, que, segundo o documento, foi autor de várias obras em bronze, encomendadas por instâncias do poder público em Porto Alegre e, no entanto, não recebera por nenhuma delas.

A documentação disponível comprova a declaração de Daudt Filho. São frequentes os pedidos junto a Capanema. Em junho de 1931, o farmacêutico solicitou que o ministro interviesse a favor de Alexandre Campos, junto à prefeitura de Uberaba, em Minas Gerais. Pediu a nomeação de Oswaldo Poggi para inspetor de ensino secundário no Distrito Federal, em 1935. Em 1936, solicitou a promoção de Candido de Godoy para o cargo de inspetor de portos e a contratação de Othon Soares de Freitas para trabalhar no serviço antivenéreo do Rio Grande do Sul. Em 1940, pediu a nomeação de Paulo Elejade para a classe inicial da carreira de médico psiquiatra no Rio Grande do Sul.

⁶³ Carta de João Daudt Filho a Gustavo Capanema. 13/07/1931. Fundo Gustavo Capanema. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. GC b Daudt Filho, J.

A prática não é exclusiva de Daudt Filho. O sobrinho João também realizou vários pedidos diretos a Getúlio Vargas, entre eles, a solicitação para que a poetisa Adalgisa Nery fosse nomeada para cônsul de 3º classe.

É um ato que depende inteiramente da tua vontade e determinação. Nem mesmo abrirá precedente, porque existem numerosos casos em que foram feitos cônsules de terceira classe pessoas não pertencentes ao Ministério do Exterior na época da nomeação.

Renovo, por conseguinte, com o maior empenho, o pedido que fiz em favor da minha recomendada.

O deferimento desta minha solicitação será colocado a teu crédito em nossa velha amizade como a maior de todas as gentilezas com que até hoje me distinguieste.

Em 1950, ainda articulava. Escreveu uma carta de recomendações a Getúlio, encaminhando um amigo seu, Luiz Antonio Borges, e indicando sua candidatura a deputado pelo PTB.

Daudt Filho era padrinho de uma das filhas de Capanema, mas além da amizade prévia estabelecida com o ministro, é preciso levar em conta que a família Daudt apoiou diretamente a Aliança Liberal no processo que conduziu Vargas ao poder. O atendimento pontual aos pedidos de Daudt Filho seriam então formas de retribuição pelo apoio previamente expresso. Essa relação assemelha-se com o que Peter Burke define como *apadrinhamento*, que consiste em um sistema político que se fundamenta em relacionamentos pessoas entre sujeitos desiguais (líderes, que seriam os padrinhos, e seus seguidores, os afilhados). Nessa dinâmica, os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, e os padrinhos, em troca, oferecem vantagens como proteção e empregos⁶⁴.

A trajetória de João Daudt e João Daudt d'Oliveira incluem a formação de um patrimônio familiar em função da prosperidade do laboratório Daudt e também a articulação com grupos políticos, fosse por questões de amizade e laços familiares, como João Daudt, ou por motivações também políticas, como Daudt d'Oliveira.

Na documentação analisada, não se observou referências à Yêddo Fiúza. Apenas no desenho da árvore genealógica que aparece na terceira edição do livro *Memórias*, de João Daudt Filho, publicada em 2003. Os relatos de Daudt Filho incluem os irmãos, os

⁶⁴ BURKE, Peter. Op. Cit. p. 104.

pais, a esposa, o filho e o relacionamento com amigos e inimigos no decorrer de sua vida. Da dezena de sobrinhos, apenas Felipe, Isaura e João Daudt d'Oliveira ganham espaço. É possível atribuir a atenção dada aos três pelo fato de terem sido criados por Daudt Filho como se fossem seus filhos. A ausência de Fiúza nas *Memórias* ocorre juntamente com a ausência dos demais primos, o que possibilita a formulação da hipótese de que o foco de Daudt Filho era seu núcleo familiar mais próximo, portanto, seus pais, irmãos, esposa, filho e netos. Os irmãos Daudt d'Oliveira ganham espaço por serem considerados seus filhos. Apesar da ausência de Fiúza nas memórias do tio, seria uma atitude equivocada e prematura descartar os relatos de Daudt Filho para compreensão de sua trajetória política. A trajetória do tio influenciou de forma direta os destinos de seus irmãos e sobrinhos, inclusive o de Yêddo Fiúza.

A facilidade alegada por João Daudt d'Oliveira em circular nos gabinetes ministeriais, conforme carta enviada a Getúlio Vargas, pode ter sido obtida em função da inserção de Daudt Filho em redes compostas por lideranças políticas do Distrito Federal. Se considerarmos tanto o aspecto econômico quanto o político, é em função de Daudt Filho, de sua prosperidade econômica obtida com o laboratório e das amizades estabelecidas ao longo de sua vida que os sobrinhos sob sua tutela conseguem ter acesso a lideranças políticas e atuar na articulação entre Minas e o Rio Grande do Sul na formação da Aliança Liberal.

Dispondo dessa espécie de *capital* fornecido pelo primo e pelo tio é que Fiúza ingressou na política, conforme veremos adiante.

PARTE II: A CARREIRA

CAPÍTULO 2: O ENGENHEIRO FIÚZA

Companheiros! Retomamos as gloriosas tradições civilistas do nosso povo e as forças democráticas apontam ao sufrágio da Nação o nome do engenheiro Yêddo Fiúza certas de que o povo, se compreender a significação histórica dessa candidatura memorável (...) o povo poderá vencer mais uma vez, elevando à suprema magistratura da Nação o candidato civil, o administrador, o *técnico* e o democrata, engenheiro Yêddo Fiúza.⁶⁵

(Trecho do discurso de Luiz Carlos Prestes em Recife em 26 de novembro de 1945, durante a campanha de Yêddo Fiúza para a Presidência da República. Grifo nosso).

Yêddo Fiúza foi apresentado por Luiz Carlos Prestes como um candidato civil e *técnico*, conforme é possível concluir analisando o trecho acima. O caráter de uma candidatura civil correspondia, na verdade, a uma linha adotada pelo partido, conforme a tese da União Nacional. Antes mesmo da definição do nome de Fiúza, o PCB anunciou que seu candidato seria um civil, para representar uma candidatura alternativa as duas até então firmadas, que tinham em comum o fato se apresentarem candidatos militares: brigadeiro Eduardo Gomes e general Eurico Gaspar Dutra. Mas no discurso de Prestes, chama atenção a utilização da palavra *técnico* para definir Fiúza. Técnico por ter uma formação em Engenharia Civil e por ter se mantido na diretoria do Departamento de Estradas de Rodagem (DNER) durante todo o Estado Novo.

Fiúza se formou na Escola de Engenharia de Porto Alegre e tão logo recebeu o diploma, ingressou no Ministério de Viação e Obras Públicas, trabalhando nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. No final da década de 1920, estava trabalhando no Rio de Janeiro, para a Light, companhia de energia elétrica. Em dezembro de 1930, assumiu a Prefeitura de Petrópolis como interventor e ao longo dessa década, esteve a frente da organização e direção do DNER, que teve como embrião a Comissão Nacional de Estradas de Rodagem.

Neste capítulo, a discussão tem como foco a carreira profissional de Fiúza e sua formação. A análise da trajetória profissional de Fiúza engloba também o processo de formação e incorporação das elites técnicas junto à administração estatal, por meio da criação e desenvolvimento de arenas específicas que viabilizaram essa integração⁶⁶.

⁶⁵ PRESTES, Luiz Carlos. Op. cit.

⁶⁶ DIAS, José Luciano de Mattos. Op. cit. p.13

2.1: A Escola de Engenharia de Porto Alegre (EEPA)

A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi criada em 1896. Pela cronologia, correspondeu à quinta instituição para formação de engenheiros a ser fundada no Brasil. Tinha como filosofia norteadora o positivismo. Foi fundada durante a gestão de Júlio de Castilhos na presidência do Rio Grande do Sul, que apoiou o projeto dos engenheiros militares João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Otaviano Miler, Lino Carneiro da Fontoura e Gregório de Paiva Meira, de criar uma escola de engenharia no Rio Grande do Sul. O grupo também contou com o apoio do engenheiro José Marques Guimarães e do então diretor da Escola de Farmácia, Alfredo Leal, que junto com Valença Appel e João Daudt Filho, articulou a fundação daquela instituição⁶⁷.

O historiador Rene Gertz ressalta que já nos primeiros anos de funcionamento da Escola de Engenharia definiu-se uma matriz de ensino inspirada nas instituições da Alemanha (Technische Hochschule) e dos Estados Unidos, diferente do padrão seguido tradicionalmente pelo ensino superior no Brasil, que adotava o modelo da escola politécnica francesa. A instituição gaúcha aproximou-se dos moldes da Universidade Humboldtiana, buscando entrelaçar a pesquisa com a formação profissional⁶⁸.

Apesar da opção por um modelo diferente de ensino, a escola gaúcha tinha um traço em comum com as outras instituições, como por exemplo, a Escola de Minas de Ouro Preto. Em um estudo sobre a instituição mineira, José Murilo de Carvalho observou que, diferente de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, onde as instituições científicas eram criadas para atender a demanda gerada por um avanço tecnológico que demandava mão de obra qualificada, no Brasil, a criação da Escola de Minas e Ouro Preto, “foi, antes de tudo, um ato de vontade política, orientado, em boa parte por motivos de natureza antes ideológica do que econômica.”⁶⁹ Embora criada vinte anos antes da EEPA e tendo como modelo inspirador o sistema da Escola de Minas de Saint-Étienne (*École de Mineurs*), é possível observar essa semelhança, no que diz respeito ao panorama da criação dessas instituições no Brasil.

⁶⁷ Ver: HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Escola de Engenharia** / UFRGS – Um século. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996, p. 7-14. DAUDT FILHO, João. Op. Cit. p. 113.

⁶⁸ GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: Edipucrs, 2002 p. 152. HASSEN, Maria de Nazareth. Op. Cit. p.14.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo. **Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p.22.

Para atingir seus objetivos, a EEPA recorreu com frequência à contratação de professores estrangeiros. Os fundadores acreditavam que no corpo discente da instituição, esses professores poderiam difundir a experiência no ensino que acumularam em seus países. Outra medida da EEPA foi viabilizar que professores, técnicos e alunos pudessem ir para o exterior para se qualificarem.⁷⁰

Na Escola de Engenharia, a formação técnica ocupava lugar central, ao invés da formação “literária” e jurídica do ensino básico e superior, heranças marcantes da tradição luso-brasileira⁷¹.

O caráter ‘prático’ e ‘técnico’ da formação da Escola de Engenharia não deixaria de ser sempre reivindicado, seja pelo evidente esforço no sentido de estruturação do ensino técnico-profissional – uma das prioridades da nova Escola – seja na própria formação dos engenheiros⁷².

Segundo Flávio Heinz, a Escola de Engenharia de Porto Alegre tem um papel expressivo na história da administração pública no sul do Brasil no período da Primeira República. A instituição forneceu grande parte dos quadros técnicos das secretarias e agências do estado nas décadas seguintes, em especial, da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas (SOP)⁷³.

Heinz analisa os argumentos de Alfredo Bosi⁷⁴ a respeito da relação entre a tradição positivista, na qual a Escola de Engenharia de Porto Alegre se inseria na ocasião de sua fundação e nas suas primeiras décadas de existência, e a perspectiva desenvolvimentista e do Estado-providência no Brasil. Bosi inicia sua análise discutindo os argumentos do historiador Alexander Gerschenkron a respeito da atuação das ideologias nos processos de desenvolvimento nacional posteriores à Revolução Industrial inglesa. Segundo Gerschenkron, teria havido dinâmicas peculiares de valores que aceleraram o passo da formação social retardada. Gerschenkron analisou a influência do pensamento positivista em três países: na França, na Alemanha e na Rússia. Bosi explica que

⁷⁰ ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. **Estado, Educação e Modernização Agrária**: o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930). São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos - Unisinos. Tese de Doutorado em História da América Latina. 2008. p. 249.

⁷¹ HEINZ, Flávio. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.29, nº 58, p. 267.

⁷² Idem.

⁷³ Ibidem, p. 263.

⁷⁴ Presente no capítulo *A Arqueologia do Estado-providência*: sobre um excerto de idéias de longa duração, que integra o livro *Dialética da Colonização*, ambos escritos por Alfredo Bosi.

o utopista francês, de que Augusto Comte foi discípulo e secretário entre 1817 e 1824, idealizava a sociedade do futuro como uma espécie de Nação-Estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo. O termo *développement*, no sentido forte de progresso material já comparece em Saint-Simon e no jovem Comte. Para estabelecer o sistema, seria indispensável instaurar uma economia planejada que regulasse o desenvolvimento da nação como um todo. A Lei interviria, se preciso, até o limite de abolir o instituto da herança, um dos maiores óbices criados ao progresso por manter os privilégios individuais em detrimento da solidariedade social. Os industriais e seus financiadores seriam os missionários de um novo credo, que Saint-Simon julgava ainda cristão, e pelo qual “as classes mais numerosas e sofredoras” seriam incorporadas e protegidas pela sólida união de Indústria e Governo. Quanto aos ganhos pecuniários que a produção trouxesse para o capital, poderiam ser redimidos de qualquer mancha egoísta pela instituição de uma *sociedade altruísta*, termo cunhado então, para designar um regime próspero e distributivo. A recompensa do mérito iria para os fortes; a assistência benévola, para os fracos. Nascia, deste modo, o ideal reformista do Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo em que estimula a produção, corrige as desigualdades do mercado.⁷⁵

Da ortodoxia econômica Saint-Simon e Comte só aproveitariam o conselho de manter sempre em equilíbrio a balança da receita e despesa do Estado; mas, em oposição ao liberalismo dominante na época, ambos aspiravam à vigência de forças morais e políticas capazes de retificar a “licenciosidade” e o “empirismo industrialista”.

Segundo Gerschenkron, o capitalismo na França auto-regulou-se mediante um projeto de aliança dos empresários com um Estado que era ao mesmo tempo previsor e provedor. O sansimonismo atraiu a burguesia industrial de formação politécnica, adotou uma estratégia reformista que sem a participação do Estado, seria inviável. Já no caso alemão, segundo Gerschenkorn, a catalisação do projeto capitalista teve inspiração em Friedrich List, economista que converteu o discurso empresarial de Saint-Simon na linguagem de um poder público centralizador de que Bismarck seria o paladino. Daí, o caminho alemão teria passado pelo protecionismo oficial às indústrias. Segundo a análise, foi nesse contexto que se adotou, pela primeira vez, o termo que conheceria uma longa fortuna: Estado de bem-estar, *Wohlfarstaat*. Na Rússia, no período pré-revolucionário dos anos 90, havia consenso a favor da industrialização pesada, por meio do Estado imperial. Com a ascensão do bolchevismo, essa ideia foi concretizada. O Estado se pôs a forjar com mão de ferro a economia soviética⁷⁶.

Os exemplos da França, da Alemanha e da Rússia servem ao historiador [Gerschenkron] para ilustrar a sua tese: o desenvolvimento técnico e econômico das nações européias não foi um subproduto automático da Revolução Industrial, pois dependeu também de fatores ideológicos e, em

⁷⁵ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 273-274.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 275

senso lato, culturais. Foram modos de pensar diferenciados que se puseram em confronto com situações arcaicas, pré-industriais, peculiares a cada formação. Desse jogo de forças modernizantes e tradicionais, situado no tempo e no espaço, teriam resultado estilos nacionais de desenvolvimento⁷⁷.

Para Bosi, no Rio Grande do Sul, é possível observar como os ideais comtianos foram adotados por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e os intelectuais do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Segundo argumenta Bosi, uma das bandeiras do PRR era a do imposto territorial, que sofria aumentos lentos desde sua criação, em 1902, por iniciativa e influência de Borges e de Castilhos, apesar dos protestos dos criadores gaúchos. À proporção que esses impostos aumentavam, concediam isenções às incipientes manufaturas locais. Entre 1900 e 1930, criou-se uma *“tradição fiscal de incentivo à manufatura a que os comtianos se apegavam ciosamente salientando a necessidade do Rio Grande do Sul entrar para a era industrial”*. O PRR defendia também a *socialização dos serviços públicos*, expressão presente em Comte.

É possível, de acordo com Bosi, observar a consolidação desses traços no discurso da *geração 1907* e incorporação em seus programas no pós-revolução de 1930, a exemplo da política de incentivo fiscal à manufatura, que se combinaria com as teses do protecionismo à indústria e a substituição das importações⁷⁸. Outro exemplo consiste no ideal de equilíbrio orçamentário:

De Castilhos a Borges de Medeiros e deste ao primeiro Vargas, a austeridade no trato das finanças públicas e o lema “nenhuma despesa sem receita” eram tomados como “título de honra” nas administrações republicanas. Essa atitude, que neles se devia a um imperativo doutrinário, explica-se as suas medidas econômicas sempre cautelosas que podem ser interpretadas, fora desse contexto, como simplesmente clássicos-liberais: o que seria um erro de perspectiva. Escrevia Osvaldo Aranha, quando ministro da Fazenda no Governo Provisório dirigindo-se ao seu velho mestre Borges de Medeiros: “As revoluções são, em geral, e têm sido, em todo o mundo, esbanjadoras, mas a nossa foi a primeira que fez economia”⁷⁹.

Portanto, para Bosi, o ideário reformista, presente nos discursos das lideranças do PRR estava presente no programa da Aliança Liberal e seus traços também podem ser observados no governo Vargas. Para Flávio Heinz,

segundo essa interpretação [de Bosi], na raiz das transformações brasileiras pós-1930 estaria a experiência política e administrativa de quase quarenta anos dos republicanos rio-grandenses - fortemente antiliberal nas práticas

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Ibidem, p.286-293

⁷⁹ Ibidem, p.293.

econômicas e autoritário na esfera política -, e o positivismo teria sido o núcleo intelectual e doutrinário dessa experiência.

A tese de Bosi resta a ser demonstrada empiricamente, mas ela sugere pistas para compreender o perfil da formação dos quadros técnicos – e políticos – da administração regional do período, iluminando o percurso de criação e consolidação da Escola de Engenharia ao longo da Primeira República.⁸⁰

2.1.2: A geração da década de 1910

Yêddo Fiúza ingressou na Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1911. A instituição, naquele período, cobrava taxa de matrícula de seus alunos, porém, muitos estudantes recebiam isenção, quando se tratava de filhos de professores ou solicitação direta da direção da escola, de benfeitores da instituição, ou do governo municipal ou estadual. O vínculo da escola com o estado não estava presente apenas com relação à matriz positivista. Havia ainda a ligação partidária, pois muitos professores e diretores elegeram-se para cargos políticos nesse período, além de trabalharem no governo do estado na gestão do PRR. Por fim, o estado entendia a Escola como fomentador do desenvolvimento econômico e tecnológico gaúcho e, portanto, concedia auxílio financeiro à instituição⁸¹.

Em nenhum registro de concessão à gratuidade, presente nos relatórios referentes ao período em que Fiúza foi aluno da instituição encontra-se seu nome entre os beneficiados⁸². Fiúza ingressou no curso preparatório com outros 62 estudantes⁸³. No curso preparatório, os alunos permaneciam por três anos tendo uma formação comum e concluída essa etapa, matriculavam-se nos cursos específicos oferecidos na instituição: Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Mecânica⁸⁴. Em 1916, do total de 52 engenheiros formados pela EEPA, 20 optaram por Engenharia Agrônoma, dez por Elétrica e Mecânica e 22 por Engenharia Civil⁸⁵.

⁸⁰ HEINZ, Flávio. Op. Cit. p. 266.

⁸¹ Ibidem, p.269.

⁸² Conforme as listagens presentes nos Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1911 a 1918.

⁸³ **Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1911**. Seção do Instituto de Engenharia, p. 4-6.

⁸⁴ Nos estatutos iniciais, a Escola formava Engenheiros Agrimensores, Civis e de Estradas. Os cursos vão se modificando conforme as reformas nos estatutos e na geração e Fiúza, a oferta consistia nas opções citadas no texto.

⁸⁵ Relação de Graduados da Escola de Engenharia de Porto Alegre. In: HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Escola de Engenharia** / UFRGS – Um século. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996.

Fiúza não foi um aluno de destaque entre os colegas. No segundo ano do curso preparatório, ficou reprovado na disciplina de Geometria Diferencial Integral e também em Química⁸⁶. Nos outros anos seu desempenho não se destacou entre os demais.

Os reflexos da Primeira Guerra Mundial fizeram-se sentir na geração de Fiúza. No editorial da revista EGATEA, periódico da EEPA, referente a julho e agosto de 1917, a direção da instituição afirma que

A guerra é um mal. Mas se a guerra vem acordar a consciência nacional, despertar todas as forças adormecidas nesta nossa pátria, unir-lhe os filhos coordenando-lhes as energias para acelerar a evolução deste paiz para os altos destinos que lhe pertencem, então, bemvinda seja a guerra⁸⁷.

Nesta mesma edição, foi noticiada a formação da organização Tiro Brasileiro General Mallet, proposta pelo professor Egydio Souza, composta por engenheiros e estudantes de engenharia de Porto Alegre. Os membros da organização colocavam-se a disposição do Exército brasileiro, reconhecendo que o serviço militar seria mais eficiente *“quando utilizassem aptidões técnicas que lhes são as suas habilitações profissionais e que estas designam naturalmente para as armas de Artilharia e Engenharia⁸⁸”*.

Mesmo tendo o Brasil rompido relações diplomáticas com a Alemanha durante o conflito, a EEPA reafirmou sua admiração quanto aos modelos de organização germânica. No Relatório de 1918, a EEPA publicou um texto do então deputado federal paulista, Cinciano Braga, a respeito da discussão do fomento do poder público ao envio de acadêmicos ao estrangeiro para aperfeiçoar seus estudos:

O surto que atualmente assombra o mundo, da economia alemã, [...] completou-se com a ampla disseminação da educação técnica no trabalho germânico. No meado do século passado a Alemanha sofreu uma crise grave, explicada pela profunda penetração dos produtos industriais ingleses em seu território [...]. Mas a Alemanha reagiu; espalhou pelos seus filhos o estudo da técnica agrária e industrial, a tal ponto que a sua produção chegou, em todos os mercados do mundo, a vencer na concorrência, as indústrias de todos os países, inclusive a da própria Inglaterra.

Entre nós, a situação nesse particular é a da mais suprema vergonha. [...].

Nós não endireitaremos nossa vida, senão quando houver em cada município do Brasil, pelo menos uma escola profissional, que ensine a melhor técnica do trabalho na indústria agrária, pecuária ou manufatura, conforme as

⁸⁶ **Relatório da EEPA**, 1912.

⁸⁷ **EGATEA**. Em estado de guerra. Porto Alegre, v. IV, n.1. 1917, p. 2

⁸⁸ Resoluções I e II da ata de criação da Sociedade Brasileira de Tiro General Malet. **EGATEA**, seção noticiários. Porto Alegre, v. IV, n.1. 1917, p. 69.

condições locais, como uma aula e higiene defensiva da saúde humana, tão desprezada no nosso extensíssimo interior⁸⁹.

Com a valorização da formação técnica, cada vez mais ia se delimitando a dicotomia entre esse tipo de profissional e os da chamada elite bacharelesca, conforme discussão apresentada por Ângela de Castro Gomes na obra *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*.

No Brasil desenvolveu-se uma forte tradição que, não reconhecendo relações complementares políticos são identificados como “profissionais da política”, avessos à realidade nacional, quer por falta de preparo, quer por falta de caráter. Em oposição a eles, constrói-se a figura do “técnico”, do “administrador”, quer por sua formação específica de alto nível, por seu “isolamento” da política e por sua “neutralidade”, é capaz de romper com o “atraso” e criar riqueza. Ou seja, se nosso mal é político, sua solução reside, com frequência, na criação de uma administração que resolva problemas basicamente sócio-econômicos, o que requer um “saber técnico” definido ao mesmo tempo e de forma interativa com um saber especializado e despolitizado⁹⁰.

Portanto é nesse contexto de valorização desses profissionais chamados *técnicos* é que se forma a geração de engenheiros a qual Yêddo Fiúza pertenceu. A participação desses profissionais em cargos públicos seja de administração ou em cargos eletivos (ou em ambos, em muitos dos casos) também será frequente.

A inserção de Fiúza na política no período Vargas de forma alguma foi um caso isolado de um acadêmico da EEPA. Abaixo, segue uma tabela em que se identifica outros engenheiros da mesma geração ocupando cargos públicos no pós-1930⁹¹.

Tabela 2: Relação de ex-alunos da EEPA – geração de 1910 - trajetória política pós-1930

NOME	CURSO	TURMA	CARGO
Sylvio Barbedo	Engenharia Civil	1910	Prefeito de Pelotas (1935 - 1938), pelo Partido Republicano Liberal Rio-Grandense ⁹²
Waldomiro Castilho Lima	Engenharia Civil	1910	Interventor Federal no Estado de São Paulo ⁹³ .

⁸⁹ **Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre**. 1918. A falta de educação técnica. P. 39-41.

⁹⁰ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit. p.2

⁹¹ A tabela apresenta casos de engenheiros que ingressaram em cargos públicos burocráticos ou executivos. Essas informações foram levantadas com base em uma pesquisa preliminar, feita em bases de dados disponíveis via internet.

⁹² http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Lorena_Almeida_Gill_Volume_05.pdf

⁹³ <http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/07govs/govs.htm>

Aluízio Palmeiro de Escobar	Engenharia Agrônoma	1915	Prefeito nomeado para o município de Canoas – RS, exerceu mandato de 1941 a 1945 ⁹⁴
Ataliba de Figueiredo Paz	Engenharia Agrônoma	1915	Deputado Estadual e presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre 24/04/1950 a 31/01/1951 ⁹⁵ .
Celso Fausto de Souza ⁹⁶	Engenharia Agrônoma	1916	Deputado estadual de Santa Catarina, eleito pelo Partido Liberal Catarinense – 1935 a 1937 Secretário de estado dos negócios da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, entre 1935 e 1937 Prefeito de Florianópolis: jan. 1941 a março de 1941
Dulphe Pinheiro Machado ⁹⁷	Engenheiro Agrônomo	1916	Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (interino) – junho a dezembro de 1941.
Alexandre Martins da Rosa	Engenheiro Civil	1916	Deputado estadual do Rio Grande do Sul na legislatura de 1935, como Representante Classista. Renunciou ao cargo em 1937 ⁹⁸ .
Egídio de Almeida e Souza ⁹⁹	Engenheiro Civil	1916	Prefeito de Erechin – RS – Nomeado em novembro de 1934, fica no cargo até julho de 1936.
Ildo Meneghetti	Engenheiro Civil	1916	Vereador de Porto Alegre pelo PSD – eleito no pleito de 1947. Nomeado governador do Rio Grande do Sul em 1948, em substituição a Gabriel Pedro Moacir. Ocupou o cargo até janeiro de 1951. Prefeito de Porto Alegre, vitorioso nas

⁹⁴ Lei 39/44 | Lei nº 39 de 21 de setembro de 1944 de Canoas

⁹⁵ Assembléia Legislativa do RS - Memorial do Legislativo. Presidentes. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>.

⁹⁶ Piazza, Walter: Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. Portal da Prefeitura Municipal de Santa Catarina. Relação dos dirigentes do município de Florianópolis a partir da Proclamação da República. Disponível em: < <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/sadm/index.php?cms=dados+informativos+do+municipio+%amp;menu=7> >. Acesso em: 04/03/2011

⁹⁷ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Ministério do Trabalho. Disponível em: cpdoc.fgv.br/producao/...37/.../MinisterioTrabalho. Acesso em: 04/03/2011

⁹⁸ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. CONSTITUINTE DE 1935. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=x-37bbOcB4I%3D&tabid=3543&language=pt-BR>. Acesso em: 26/01/2010

⁹⁹ Prefeitura de Erechim. Intendentes e Prefeitos. Disponível em: <http://www.pmerechim.rs.gov.br/municipio/apresentacao/intendentes-e-prefeitos>. Acesso em: 26/01/2011.

			<p>eleições de 1951, ganhando a disputa contra Leonel Brizola (PTB).</p> <p>Eleito governador pela coligação formada pelo PSD, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Libertador (PL), em 1954.</p> <p>Eleito novamente governador do Rio Grande do Sul em 1962, em coligação entre o PSD, a UDN, o PL, o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC)¹⁰⁰.</p>
Yêddo Fiúza	Engenheiro Civil	1916	<p>Interventor de Petrópolis entre 1930 e 1934</p> <p>Prefeito Eleito de Petrópolis em 1936</p> <p>Candidato a Presidência da República em 1945, pelo Partido Comunista Brasileiro.</p>
José D'Ávila Lins	Engenheiro mecânico de elétrico	1916	Participou na Paraíba da articulação do movimento de 1930, tendo antes, exercido a função de deputado estadual em 1928 e a prefeitura da capital paraibana, nomeado diretamente pelo então presidente do estado, João Pessoa, cargo que ocupou até 1930 ¹⁰¹ . Foi, mais tarde, deputado federal pelo estado.
João Ignacio Lecuona	Engenheiro Agrônomo	1918	Vice-prefeito de Alegrete – 1947-1952 ¹⁰²
Germano Petersen Filho	Engenheiro Mecânico e Elétrico	1919	Vereador em Porto Alegre – 1960-1964
Lycério Alfredo Schreiner	Engenheiro Civil	1920	Embora não tenha ocupado um cargo político, foi um dos idealizadores do SENAI no Estado Novo. Foi chefe da divisão técnica de ensino do DN ¹⁰³

¹⁰⁰ CPDOC-FGV. Ildo Menegetti. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel (coord). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 08/03/2011.

¹⁰¹ Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHPB. Disponível em: <http://www.ihgp.net>. Acesso em: 20/02/2011.

¹⁰² PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE. www.alegrete.rs.gov.br/2010/leis/78-1949.doc

¹⁰³ UNOP TIJUCA 40 ANOS. BOLETIM INFORMATIVO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO SENAI RJ. NOVEMBRO 2007

Não é possível considerar que essa dinâmica de inserção desses indivíduos de formação técnica na política e em cargos públicos contemplou apenas os técnicos gaúchos, que se trate de uma política exclusiva do Rio Grande do Sul adotada em larga escala com a ascensão de Getúlio Vargas nos anos 1930 e tampouco que foi abandonada com o processo de redemocratização em 1945. Em Minas, engenheiros formados pela Escola de Minas e Ouro Preto também tiveram peso significativo nos quadros técnicos daquele estado, especialmente na Secretaria de Agricultura, que, desde meados da década de 1930 cumpriu papel significativo no planejamento econômico mineiro. Ignacio Delgado, em estudo feito sobre indústria, elite industrial e tecnoburocracia em Minas Gerais, ao analisar a inserção dos profissionais formados pela Escola de Minas e Ouro Preto nesses quadros, observa que embora a formação comum não defina o *destino social* dos ex-alunos de uma instituição de ensino, reforça nesses indivíduos *escolhas* que configurarão posteriormente o seu destino social¹⁰⁴. Ainda conforme Delgado,

A noção de tecnocracia fundamenta-se no alargamento da importância do contingente científico e técnico dentro das organizações empresariais e do Estado em face do processo de desenvolvimento tecnológico, das alterações verificadas na estrutura da empresa capitalista, e na sua relação com o ambiente, bem como no papel desempenhado pelo Estado, com o advento do capitalismo monopolista com regulação estatal. O empresário individual do modelo schumpeteriano cederá lugar ao *staff* administrativo e técnico das complexas organizações empresariais do capitalismo contemporâneo, enquanto que o planejamento estatal demandaria crescente incorporação, ao aparelho do Estado, de indivíduos com elevado grau de competência especializada¹⁰⁵.

Esse processo descrito por Delgado marca a influência crescente que esses grupos terão nas décadas posteriores a discussão desenvolvida nesta seção. Entre anos de 1930 e 1950, esses grupos técnicos terão papéis cada vez mais expressivos no âmbito do Estado.

Ano 13 Disponível em:
<<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE921846A7601218E0B329F0EDF>>. Acesso em: 13/03/2011.

¹⁰⁴ DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de um revés** – Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: Editora d Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997, p.71

¹⁰⁵ Idem, p. 68.

2.2: Trajetória profissional do engenheiro Yêddo Fiúza

Embora não tenha sido um aluno brilhante, Fiúza destacou-se com engenheiro, em especial, no setor dos transportes, onde desde cedo atuou. O ápice de sua trajetória como engenheiro foi a ocupação da diretoria geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de 1937 a 1945.

Em 1918, portanto dois anos após a conclusão do curso de engenharia, Fiúza ocupava interinamente o cargo de engenheiro de segunda classe no Ministério de Viação e Obras Públicas. O órgão foi o setor da administração pública federal que mais recebeu engenheiros. As atividades mais comuns dos engenheiros civis junto ao órgão envolviam a gestão ou a fiscalização das obras de infra-estrutura e das estradas de ferro. O ministério propiciava aos engenheiros estabilidade profissional e oportunidades de ascensão social¹⁰⁶.

A documentação disponível acerca do vínculo de Fiúza junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas indica que ele não dispunha de privilégios na função. No Diário Oficial da União do dia 18 de fevereiro de 1918, foi publicado o indeferimento de seu pedido de ajuda de custo para exercer a função como interino¹⁰⁷. Ainda no ministério, dois anos mais tarde, Fiúza trabalhou no Maranhão e em Goiás, nas obras da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias e também na Estrada de Ferro de Goiás¹⁰⁸.

Trabalhou também para a Companhia Construtora de Santos, fundada e presidida por Roberto Simonsen. Durante esse período, participou da construção dos quartéis de Campo Grande, Ponta Porã e Bela Vista. Todos, portanto, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Fiúza tinha ligações com a região, já que seu pai era natural do Mato Grosso. Em 1924, Fiúza casou-se com Maria Teresa Sampaio, de Mato Grosso, filha de um alferes que lutou em Canudos, Ângelo Mendes de Almeida Sampaio¹⁰⁹. Porém, o engenheiro não fixou residência no centro oeste. No final da década de 1930, foi trabalhar o Rio de Janeiro, onde as famílias do tio e do primo já haviam se fixado.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 29.

¹⁰⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. 18 DE FEVEREIRO DE 1918. P15-16, SEÇÃO 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3242294/dou-secao-1-10-02-1918-pg-16/pdfView>>, acesso em: 29/03/2011.

¹⁰⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. 30 de outubro de 1920. P.30, SEÇÃO 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2064541/dou-secao-1-30-10-1920-pg-30/pdfView#xml=http://www.jusbrasil.com.br/highlight/2064541/yeddo_fiuzas>, acesso em: 29/03/2011.

¹⁰⁹ **Correio do povo**. 20 de novembro de 1945. P.6

Lá trabalhou para a firma Dwhight P. Robinson, na construção da Cidade Light, no Rio de Janeiro. A Cidade Light era um conjunto de 20 edifícios que ocupava um total de 150 mil metros quadrados. O local era um centro de fabricação e manutenção de bondes e ônibus¹¹⁰

Com a Revolução de 1930, ocorreram mudanças com relação à ampliação das arenas de atuação para os engenheiros, bem como para outras carreiras. As mudanças ocorridas com a ascensão do governo Vargas influenciaram diretamente a trajetória profissional de Yêddo Fiúza e para compreender como esse engenheiro teve acesso a direção da Comissão de Estradas de Rodagem e posteriormente ao Departamento de Estradas de Rodagem, é necessário não perder de vista a inserção dos Daudt junto ao grupo político que ascendia ao poder, conforme discutido no capítulo anterior.

O processo que viabilizou o acesso de uma elite técnica aos cargos da administração estatal, e, portanto, de Fiúza, que integrou essa elite técnica enquanto diretor do DNER, deve ser analisado não a partir do Estado Novo, mas antes mesmo de 1937.

Segundo José Luciano Mattos Dias,

O diagnóstico relativo ao desempenho da burocracia pública federal, durante a Primeira República, elaborado pelos responsáveis pela reorganização administrativa implementada por Vargas desde os primeiros meses de seu governo condiciona, irremediavelmente, nossa análise do processo de incorporação de engenheiros a administração pública. A solução encontrada para o caos administrativo, o clientelismo e a ineficiência na execução de políticas públicas no pré-1930 viria basicamente através de duas iniciativas específicas: a regulamentação da profissão e a reforma administrativa¹¹¹.

O governo passou a exigir o credenciamento profissional para a atuação como engenheiro junto a órgãos públicos, o que beneficiou os engenheiros nacionais. Durante a República Velha, a concorrência com os profissionais estrangeiros prejudicou os profissionais brasileiros. Havia carência de especialistas no controle das instâncias de registros de diplomas e da contratação em obras públicas, o que representava uma brecha para que muitos estrangeiros conseguissem falsificar títulos e não comprovar com exatidão as duas experiências profissionais anteriores. O Estado atuava de forma crescente, viabilizando a criação de uma legislação que permitiu o aumento do controle

¹¹⁰Cidade

<http://www.lightrio.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/sec20/te1930.asp?mid=868794297226722672277228>

¹¹¹ DIAS, José Luciano Mattos. Op. Cit. 39-40.

da carreira em diferentes setores da profissão em especial sobre as áreas públicas de atuação técnica¹¹².

Em dezembro de 1930, Yêddo Fiúza foi nomeado interventor do município de Petrópolis, por indicação de seu primo, João Daudt d'Oliveira. Permaneceu quatro anos a frente da Prefeitura de Petrópolis e foi exonerado de seu cargo pelo então interventor estadual Ari Parreiras por ter rescindido sem o seu consentimento, o contrato entre a Prefeitura e o Banco Construtor do Brasil, empresa de propriedade de Franklin Sampaio, responsável pelo fornecimento de água e luz para o município. O banco tinha como defensores políticos e outros empresários ligados ao Partido Popular Radical, liderado pelo empresário e jornalista José Eduardo de Macedo Soares, proprietário do jornal *Diário Carioca*.

Afastado da Prefeitura de Petrópolis, Fiúza dedicou-se exclusivamente à chefia da Comissão de Estradas de Rodagem, órgão que integrava o Ministério de Viação e Obras Públicas. A passagem de Fiúza pelo órgão ocorreu em um período de transformações. O governo aumentava cada vez mais seu comprometimento com o investimento na infraestrutura rodoviária, tornando mais complexa a administração do setor.

Em 1936, Fiúza assumiu novamente a Prefeitura de Petrópolis como interventor. Um grupo de 1200 pessoas, entre engenheiros, funcionários e operários da comissão organizou um memorial, solicitando a Marques dos Reis, então ministro da Viação e Obras Públicas, que Fiúza permanecesse na chefia da comissão¹¹³. Entre 1936 e 1937, Fiúza ocupou simultaneamente a Prefeitura de Petrópolis e a chefia da Comissão. Concorreu e venceu a eleição de 1936 em Petrópolis. Tão logo tomou posse, solicitou uma licença de 60 dias para dedicar-se a Comissão. Daí por diante, passou a acumular as duas funções. Em 1937, o governo federal transformou a Comissão em Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, mantendo Fiúza na direção da recém criada autarquia.

Fiúza sofreu pressões por acumular essas duas funções, em especial, da oposição petropolitana. Na eleição de 1936, o grupo adversário da candidatura da União Petropolitana, agremiação partidária encabeçada por Fiúza, divulgou um suposto documento remetido pelo engenheiro ao governo do estado do Rio de Janeiro, em que,

¹¹² Ibidem, p. 40.

¹¹³ OS RODOVIÁRIOS DESEJAM A PERMANÊNCIA DE YÊDDO FIÚZA NA CHEFIA DA COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM FEDERAIS. **Jornal de Petrópolis**. 07 de fevereiro de 1936. p.1.

frente à manifestação dos rodoviários, revelava não ter interesse em voltar para o Executivo de Petrópolis. Segundo o jornal *Tribuna de Petrópolis*, Fiúza estava satisfeito na direção da comissão de Estradas de Rodagem e não estava disposto a assumir o governo de Petrópolis, caso fosse eleito¹¹⁴. De fato, dias depois após a sua posse, Fiúza solicitou licença de 60 dias para se dedicar à comissão. Expirada a licença, voltou a Prefeitura, porém não cumpriu mais que dois anos do mandato, saindo definitivamente para a direção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Entre os trabalhos executados no DNER, o que teve maior destaque na gestão de Fiúza foi a construção da rodovia Rio-Bahia, então a maior da América Latina. Participou das articulações para a criação do fundo rodoviário e do Plano Rodoviário Nacional. Presidiu a cooperativa dos Rodoviários Ltda. e foi diretor da revista *O Rodoviário*¹¹⁵. Trabalhou também no Departamento Nacional de Estradas de Ferro e no Departamento de Águas do Distrito Federal.

Seus laços de amizade com Vargas continuaram evidentes. Em carta enviada a Getúlio, em setembro de 1953, Fiúza solicitou recursos federais para a ampliação do abastecimento de água para o Rio de Janeiro, referindo-se à Vargas como *Presidente Amigo* e assinando como “*sempre seu amigo, Fiúza*”¹¹⁶. Após a morte de Vargas, Fiúza foi posto à disposição do departamento e nunca mais foi convocado para a função.

Yêddo Fiúza pertenceu a uma geração onde a valorização da condição de técnico era crescente. Na década de 1920, quando percorreu o país como engenheiro do Ministério de Viação e Obras Públicas, teve início no Brasil um processo de crítica aos critérios para ter acesso a postos-chave no aparelho de Estado e o fortalecimento de um discurso em defesa da *competência técnica* para ocupar tais cargos, ao invés da tradição política familiar que predominara no Brasil desde o período Imperial.

¹¹⁴ O DR. YÊDDO FIÚZA NÃO ASSUMIRÁ O GOVERNO DE PETRÓPOLIS! **Tribuna de Petrópolis**, 5 de julho de 1936, p.1

¹¹⁵ **Correio do Povo**, 21 de novembro, p.6. Infelizmente, durante a realização desta pesquisa, não foram localizados exemplares da publicação *O Rodoviário*.

¹¹⁶ Carta de Yêddo Fiúza a Getúlio Vargas sobre financiamento do governo federal para obras de abastecimento de água. CPDOC. Fundo Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1953.09.00/1

A partir dos anos 1930, com o Estado Novo, foram instaurados órgãos governamentais que viabilizaram o acesso desses *técnicos* a postos-chave da administração, por meio de órgãos corporativos, como os conselhos técnicos e as autarquias, a exemplo do DNER.

Entretanto, a dicotomia presente nesse discurso, que colocava de um lado, essa elite técnica que ganhava cada vez mais espaço, por meio da criação de arenas específicas de atuação, e de outro lado, a chamada elite bacharelesca, não se sustenta nem teórica, nem empiricamente. Ângela de Castro Gomes ressalta que a inserção desses elementos em órgãos do aparelho do Estado demonstram “*a coexistência de critérios de seleção que vão das regras impessoais – os famosos concursos públicos – às relações pessoais de amizade e parentesco*”¹¹⁷. A trajetória profissional de Fiúza corrobora para desconstrução dessa dicotomia. Os laços familiares o aproximaram de Vargas, o que permitiu sua inserção na área de Estradas de Rodagem, no processo de formação da autarquia criada durante o Estado Novo.

Gomes chama atenção para o fato de que embora essa dicotomia não encontrasse respaldo na análise do processo de formação e absorção dessas elites técnicas, foi utilizada ao longo de décadas “*nos discursos dos ‘políticos’, dos ‘técnicos’ e da população em geral*”¹¹⁸. Uma análise do discurso do PCB em 1945 permite identificá-lo¹¹⁹.

¹¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit. p.5.7

¹¹⁸ *Ibidem*, p.7.

¹¹⁹ Conforme discussão do último capítulo deste trabalho.

PARTE III – A POLÍTICA

CAPÍTULO 3: PETRÓPOLIS E A GESTÃO DO INTERVENTOR YÊDDO FIÚZA (1930-1934)

Quando seu nome surgiu na cidade como nomeado para a Prefeitura, os políticos e os jornais do município estranharam, falaram em mágoa e decepção. Ele foi chegando e dizendo em seu discurso de posse: “Vamos ao trabalho!”¹²⁰.

O movimento que culminou com a deposição de Washington Luís da Presidência da República em 24 de outubro de 1930 instalou uma junta governativa de caráter provisório que dias depois, transmitiu o Executivo federal, em 3 de novembro, para Getúlio Vargas. Na semana seguinte, em 11 de novembro, o governo de Vargas promulgou o decreto 19.398, institucionalizando os poderes discricionários do Executivo federal, que englobavam ainda o Poder Legislativo, dando a Vargas a prerrogativa de elaborar decretos-lei. Dissolvia-se assim o Congresso Nacional, Câmaras estaduais e municipais, bem como qualquer órgão legislativo ou deliberativo no Brasil. Essa situação vigoraria até que fosse eleita uma Assembleia Constituinte¹²¹.

Entre as primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório, estava o Sistema de Interventorias. Por meio dele, os chefes dos executivos estaduais e, em alguns casos, municipais, eram nomeados diretamente pelo presidente da República. Valendo-se dele, o governo federal podia contar com um eficiente mecanismo para controlar as esferas locais de poder¹²².

João Daudt d’Oliveira, que apoiou a Aliança Liberal e atuou no processo de articulação entre mineiros e gaúchos, não integrou nenhum quadro do governo provisório. Desempenhou funções de representação das classes produtoras. A convite de Serafim Valandro, considerado correligionário histórico dos principais líderes gaúchos

¹²⁰ SANTOS, Joaquim Eloy. O controvertido Fiúza. Tribuna de Petrópolis, 7 de outubro de 2001, p.13.

¹²¹ GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de Constitucionalização (1930-1935). In: GOMES, Ângela de Castro. [et al.]. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. V,10: sociedade e política. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.19.

¹²² PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930 e as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.18. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, “seria errôneo supor que esse processo de centralização tivesse surgido da noite para o dia. Ao contrário, se alguma data identificável pudesse ser encontrada para demarcá-lo, ela provavelmente se encontra na segunda parte da década de vinte, antes mesmo da Revolução, quando a concorrência entre regiões produtoras leva algumas delas a situações de crise, fazendo avolumar de maneira quase simultânea os pedidos de interferência do governo central. Destacam-se nesse sentido as moções dos estados cafeeiros menores – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – solicitando transferência para o governo federal do comando da política cafeeira, até então exercida pelo Instituto do Café de São Paulo. Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados e Partidos Políticos no Brasil**. (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 89

da Revolução de 1930, Daudt ingressou na junta governativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) após a diretoria, em peso, ter renunciado a seus cargos por não concordarem com as diretrizes do governo provisório¹²³.

Em dezembro de 1930, por indicação de Daudt d'Oliveira, Getúlio Vargas nomeou Yêddo Fiúza para a interventoria municipal em Petrópolis. A ênfase dada ao município de Petrópolis neste trabalho, em especial neste capítulo e no seguinte, é justificada por uma série de fatores. Em primeiro lugar, a Prefeitura de Petrópolis foi a única experiência de Fiúza em um cargo do poder executivo. O engenheiro chegou à cidade para ocupar essa função nomeado por Getúlio Vargas em 1930¹²⁴, enfrentando uma oposição que se manifestava na imprensa local, contrária a presença de um elemento exógeno na administração do município: gaúcho, Fiúza estava em Petrópolis apenas para ocupar a função que lhe foi designada pelo chefe do governo provisório.

Sua gestão foi marcada por uma agenda política pautada em ações radicais para alcançar o equilíbrio orçamentário, que incluiu impopulares medidas de corte de funcionários no setor público logo em seu primeiro ato administrativo. Fiúza questionou contratos previamente estabelecidos para o fornecimento de luz e água, comprando briga com grupos que há muito tinham boas relações com a municipalidade petropolitana. Sua recusa em manter esses contratos acabou desencadeando sua exoneração da Prefeitura de Petrópolis pelo então interventor estadual Ari Parreiras, e, conseqüentemente, o apoio popular que garantiu 60% dos votos na eleição municipal de 1936. Mesmo tendo optado por medidas impopulares logo nos primeiros dias de governo, o que aponta uma possível despreocupação em garantir o apoio da opinião pública, Fiúza conquistou apoio de diferentes setores da sociedade de Petrópolis: do empresariado aos operários.

Neste capítulo discute-se também a aproximação de Fiúza junto ao Clube 3 de outubro, do qual foi o presidente em Petrópolis. Também será discutida a aproximação de Fiúza com elementos da União Progressista Fluminense, na conturbada rescisão do contrato com o Banco Construtor de Petrópolis, que culminou em sua exoneração da interventoria do município.

¹²³ Cf. Verbetes João Daudt d'Oliveira e de Serafim Valandro, por Sônia Dias, no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 29 out. 2011.

¹²⁴ RAPOSO, Edyr Dias. MARÇAL, Fabiano. **História da Câmara**. Parte 12. Disponível em: <www.cmp.rj.gov.br/docs/historia12.doc>. Acesso em 29 jan. 2011.

3.1: Petrópolis às vésperas da Revolução de 1930

No começo da década de 1920, Petrópolis possuía uma população de aproximadamente 67 mil habitantes. O setor industrial da cidade empregava 3.438 pessoas, o que correspondia a 23% da população economicamente ativa da cidade. Embora o percentual fosse menor que o da cidade de São Paulo (35%) e que a do Rio de Janeiro (32%), representava o dobro do contingente do estado do Rio (11,6%) e também do Brasil (13%)¹²⁵. Destacava-se o setor têxtil do município, sendo um dos mais expressivos do estado do Rio de Janeiro.

Na passagem da década 1920 para 1930, as companhias têxteis de Petrópolis, bem como as demais fábricas do município passavam por um período delicado. O setor industrial começava a sofrer os impactos da Crise de 1929, que acarretou na queda no produto real da economia brasileira, gerando taxas negativas de crescimento e renda e depreciação cambial, que veio acompanhada de um aumento nos direitos andueiros, fazendo subir o custo real das importações. A consequência foi a redução nos investimentos na indústria nacional, face a dependência de tecnologia estrangeira para ampliar o maquinário¹²⁶. Somados aos reflexos da crise mundial, a situação em Petrópolis era de caos, com demissões em massa e fábricas à beira da falência¹²⁷.

A turbulência em Petrópolis não fazia parte apenas no cenário econômico. Na política, predominavam as tensões bem antes da crise econômica fazer sentir seus efeitos. Dois grupos políticos disputava o poder na cidade e se agregavam em torno de duas lideranças: de um lado, Joaquim Francisco Moreira, do Partido Republicano Fluminense (PRF). De outro, Antonio Joaquim de Paula Buarque, que representava o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Em meio a essa disputa, crescia a participação do eleitorado petropolitano. O pleito de 1929, o quarto da história do município, apresentou o maior índice de participação política dos realizados até então¹²⁸.

Nessa eleição, Ari Barbosa, representante do grupo vinculado a Paula Buarque, perdeu por 17 votos para o candidato do PRF, Antonio José Romão Jr. Embora tenha

¹²⁵ MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a industrialização em Petrópolis: 1850/1930**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1983. p. 16-17

¹²⁶ SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 87-88

¹²⁷ VASCONCELLOS, Francisco de. Amaro de Vasconcellos, industrial em Petrópolis. **Tribuna de Petrópolis**, 02 de julho de 2000. Disponível em <www.ihp.org.br>. Acesso em 25 mai 2009.

¹²⁸ MONTEIRO, Ruy. **A República em Petrópolis**. Política e eleições municipais. (1916-1996). Petrópolis: Editoria Gráfica Serrana. p. 68-72

obtido maioria dos votos, Romão Jr. não teve seu diploma proclamado pela junta apuradora do pleito, que era composta por uma maioria de vereadores eleitos ligados a Paula Buarque, que reconheceram Ari Barbosa como prefeito eleito. Romão Jr recorreu à justiça estadual, sem sucesso. Barbosa tomou posse em 23 de dezembro de 1929.

O pleito também contou com a participação de representantes do Centro Político Proletário de Petrópolis (CPPP), filiado ao Bloco Operário e Camponês (BOC), que lançou a candidatura de dois operários do setor têxtil a Câmara Municipal: Domingos Braz e Sebastião de Oliveira Mello.

Ari Barbosa tinha pela frente inúmeras dificuldades administrativas para superar. Em seu relatório dirigido a Câmara Municipal, em maio de 1930, ele afirmou que

as atuais condições da Municipalidade, além de não permitirem a realização de qualquer melhoramento público, não deixam satisfazer de modo completo os serviços existentes.

Entretanto, o desenvolvimento da cidade e o progresso que a mesma tem o direito de exigir, para se manter no elevado nível que os seus foros de cidade de vilegiatura, sui-generis na comunidade nacional, sempre lhe granjearam, necessita urgentemente de meios e soluções extraordinárias e uteis.

As minhas disposições, como prefeito, acham-se revestidas de ardente desejo de acertar e não menor vontade de trabalhar.

Estou certo que diverso não é o ânimo dos ilustres Senhores Vereadores o que me anima a um caloroso APELO PARA QUE esqueçamos lutas partidárias e daninhas solicitações de caráter meramente político toda vez que o interesse administrativo estiver nas nossas cogitações¹²⁹.

Barbosa relatava ainda que a situação financeira era o maior entrave. Segundo o prefeito empossado, a receita, embora fosse volumosa, não atendia às necessidades orçamentárias da Prefeitura.

Com cerca de nove meses de governo, seus problemas eram ainda graves: a Prefeitura estava com um déficit de 1.200:000\$000. Em dívidas, acumulava 3.084:000\$000, sendo credores o Banco Construtor do Brasil (fornecimento de energia elétrica e água); funcionários, fornecedores e obrigações legais. O maior devedor era o Banco de Petrópolis, que estava em liquidação com enormes dívidas na área federal, com poucas possibilidades da Prefeitura receber um mil réis de pagamento. A dívida do Banco com a Prefeitura montava em 640:000\$000¹³⁰.

¹²⁹ BARBOSA, Ari. **Mensagem a Câmara Municipal**. Petrópolis: Typografia Ypiranga, 17 de maio de 1930, p. 3-4.

¹³⁰ SANTOS, Joaquim Eloy. O prefeito Yêddo Fiúza. Memória Histórica. **Diário Oficial de Petrópolis**. PARTE 2. 17 de outubro de 1992, p.9.

3.2: Sistema de Interventorias: a nova ordem de Petrópolis

Petrópolis sentiu rapidamente os efeitos da Revolução de 1930. Em 26 de outubro daquele ano, Ari Barbosa foi afastado do executivo municipal e a câmara de vereadores, dissolvida. Uma das primeiras medidas implementadas pelo Governo Provisório foi o Sistema de Interventorias, que se inspirava em reivindicações tenentistas. Por meio desse sistema, o poder central controlava o poder local. O presidente da República passou a nomear interventores para governar os estados e estes, nomeavam os interventores nos municípios. De um modo geral, a maior parte dos primeiros interventores estavam vinculados ao tenentismo. Esse sistema foi alvo de muitas críticas, já que muitos dos interventores não possuíam laços com as elites políticas locais. Esse descontentamento culminou em crises e substituições frequentes de interventores. Só o estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1930 e 1935, trocou de interventor por seis vezes¹³¹. O interventor era o instrumento-chave na relação centro-estados no quadro das mudanças políticas pretendidas pelos agentes do movimento de 1930¹³².

O papel deste era claramente difícil, instrumento que era das tentativas de controle por parte do governo central e dos desejos dos estados em manter suas prerrogativas. (...) Instrumentos do controle federal, o interventor precisava, por sua vez ser controlado pelo governo federal. Quem guardaria os guardas? De duas maneiras, procurou o governo central manter esse controle em segunda instância. Uma (...) foi o processamento de um rodízio de algumas interventorias, a fim de dificultar o encastelamento político dos interventores¹³³.

Com a deposição de Washington Luís, o então governador fluminense Manuel de Matos Duarte Silva foi substituído por Demócrito Barbosa, que governou entre os dias 24 e 29 de outubro de 1930, sendo substituído por Plínio de Castro Casado, que governou até maio de 1931¹³⁴. Conforme se aproximava o período em que Plínio Casado nomearia um interventor na cidade, crescia a agitação política e a apreensão de

¹³¹ Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. cit. 18. **Governadores do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <www.bperj.rj.gov.br/governantes_novo.htm>. Acesso em: 9 jun. 2009

¹³² SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil. 1930-1964. P.95

¹³³ Idem. Embora essa discussão analise o papel do interventor estadual, contribuiu, neste trabalho, para compreender a dinâmica das interventorias municipais.

¹³⁴ **Governadores do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <www.bperj.rj.gov.br/governantes_novo.htm>. Acesso em: 9 jun. 2009

diversos setores da sociedade petropolitana, como pode ser percebido neste trecho do editorial da *Tribuna de Petrópolis*, publicado na edição de 23 de novembro de 1930

(...) há dezenas de candidatos, uns conhecidos e outros inteiramente ignorados na cidade. E desses, uma grande maioria não reúne qualidades para o cargo que pretendem, escudados na audácia ou no prestígio de personalidades junto as quais souberam insinuar-se.

(...) Opinamos, pois, que seja civil o governador e que ele esteja familiarizado com os problemas municipais. Daí a indicação que ontem nos permitimos fazer, interpretando o sentir de Petrópolis, do nome do dr. Cândido Martins, que, a nosso ver, reúne todas as qualidades necessárias, conhecendo como ninguém os problemas administrativos e oferecendo-nos a garantia de um passado de ilibada honestidade, longe das injeções políticas e partidárias.

Mais combativo que o concorrente, o *Jornal de Petrópolis* assim se posicionou:

Se o povo, em nenhuma circunstância, seria capaz de eleger para prefeito um cidadão estranho ao seu meio, como se compreenderá que o governo do Estado, substituindo-se ao pronunciamento das urnas, possa impor a Petrópolis um administrador desconhecido do município?

A verdade, a inconcussa verdade, nesta delicada matéria de designação de prefeitos, é que ao interventor ocorre o inflexível dever de procurar dar a cada município o governante que, presumivelmente, o seu povo escolheria nas urnas. Se assim não acontecer, a revolução terá violado fundamentalmente o princípio democrático da representação¹³⁵.

Se, naquele momento, a imprensa discutia com vigor os rumos da Revolução, meses antes do movimento, o posicionamento era diferente. As lideranças políticas da situação em Petrópolis apoiaram Washington Luís e seu candidato à presidência. As notícias que circulavam na imprensa local eram sempre favoráveis a resistência do governo, mas não era raro haver contradições. A edição da *Tribuna de Petrópolis* do dia 5 de outubro de 1930, por exemplo, noticiava que “*no estado do Rio reina completa calma*”. Entretanto, na mesma página havia a informação de que as tropas do 1º Batalhão de Caçadores que no dia anterior tinham partido de Petrópolis em direção à Minas não conseguiram avançar o território mineiro por conta da depredação da linha férrea, na ponte de Serraria¹³⁶, feita por tropas da oposição.

Embora o jornal afirmasse que a cidade permanecia fiel ao governo e em plena calma, a Prefeitura anunciou medidas para “*assegurar a maior normalização possível*”

¹³⁵ NÃO QUEREMOS UM DESCONHECIDO. *Jornal de Petrópolis*, 2 de dezembro de 1930.

¹³⁶ Território fluminense, então pertencente ao município de Paraíba do Sul e hoje, emancipado e denominado “Comendador Levy Gasparian”. Informação retirada do site do município. Disponível em: <<http://www.levygasparian.rj.gov.br/novo/?link=LevyGasparian/HistoriadaCidade>>. Acesso em: 28 mai. 2009.

na vida de *Petrópolis*”, com a criação de uma delegacia especial¹³⁷. Além disso, o jornal parecia estar especialmente preocupado com o posicionamento político da juventude de *Petrópolis*, conforme pode ser observado no trecho do editorial publicado em 16 de outubro de 1930

À JUVENTUDE DE PETRÓPOLIS

O que lhe falta na experiência das coisas sobra-lhe na pureza dos impulsos. Não calcula como os avaros. Voa como a brisa carregada de perfumes. Aqui é a lira de ouro de Castro Alves a vibrar em favor da liberdade dos escravos (...). A juventude odeia os malvados, porque ainda adormece a cabeça no regaço materno. Detesta o Judas porque acredita nas palavras de Cristo. (...) Como a do resto do grandioso Brasil, a [juventude] de *Petrópolis* não se mostra menos brilhante, menos patriótica (...). Ela não concebe que Getúlio Vargas – essa Maria vai com as outras – possa a vir ainda a dirigir uma nação como o Brasil, onde, infelizmente, já se infiltra a pouco a pouco o comunismo, que é a violação de todos os princípios da moral, o arrasamento de todas as noções do Direito e o maior fracasso político da história de todos os tempos.

Segundo informações do jornal, o governo do município conseguiu recrutar 3 mil reservistas, o que não necessariamente significava que havia unanimidade entre os petropolitanos quanto ao apoio a Washington Luís. Na edição seguinte à deposição do então presidente, noticiava-se que a sede do jornal havia sido apedrejada. Embora não fosse divulgado o motivo, podemos trabalhar com a hipótese de que o jornal defendeu o governo de Washington Luís até o último momento.

Esse posicionamento da imprensa em *Petrópolis* não divergia de outros municípios e capitais. Quando Washington Luís, no começo de outubro de 1930, lançou um manifesto, classificando o movimento como sanguinário e subversivo, os jornais, sem exceções significativas, registraram em suas edições diárias apenas informações oficiais. Segundo Juarez Bahia, faltam informações nos grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo a respeito da Revolução de 1930¹³⁸.

No começo de outubro, o movimento já está em marcha, mas o noticiário dos jornais é ralo, anódino. Em sua principal seção nacional, *O Estado de São Paulo* resume no título: “A situação política” pequenas notícias oficiais e de agências que não fornecem ao leitor nenhuma indicação precisa de que o país está mudando.

Só a partir de 25 de outubro é que os jornais se rendem à evidência de que há uma revolução vitoriosa e a nação, em sua maioria, lhe dá apoio. As edições

¹³⁷ *Tribuna de Petrópolis*, 09 de outubro de 1930.

¹³⁸ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990. p. 206

diárias, a partir daí acolhem os fatos que caracterizam a mudança: a deposição do governo; sua substituição provisória por uma junta militar; a prisão de Washington Luís no Forte de Copacabana; a sucessão de poder nos estados; o povo nas ruas para festejar os acontecimentos; a chegada dos revolucionários no Rio; a transmissão do governo a Getúlio Vargas¹³⁹.

O responsável pela *Tribuna* passou a ser o professor Paulo Monte, que fez oposição a Washington Luís durante o movimento. Monte explicou em seus primeiros editoriais que muitas das informações veiculadas durante a Revolução vinham de fonte oficial, daí a real situação do avanço das tropas opositoras acabava por não ser noticiada. Era mascarada por manchetes que afirmavam que tudo estava em calma e que as forças governistas estavam mantendo o controle da situação¹⁴⁰.

Enquanto corria a discussão, a cidade era administrada pelo coronel Romão Veriano da Silva Pereira, nomeado prefeito interino. A cidade passava por dificuldades nos setores comercial e principalmente, no industrial. A maior queixa dos empresários era imposto de exportação, que os obrigava a pagar duplamente: primeiro sobre a matéria prima importada e o segundo, sobre os produtos fabricados na cidade e que eram enviados às grandes casas comerciais do Rio de Janeiro¹⁴¹. Romão anulou os aumentos de imposto predial em vigor naquele semestre e isentou de multas e taxas adicionais aos que estavam em dívida com o município, com a condição de quitarem as dívidas até 15 de dezembro daquele ano¹⁴².

Semanas depois, A *Tribuna de Petrópolis* entrevistou o prefeito interino e perguntou-lhe sobre a possibilidade de permanecer no cargo. A resposta foi:

Não sei. A minha ação foi toda de emergência, portanto, passageira. E a minha maior ou menor permanência no posto dependerá da maior ou menor dificuldade de que o governo do Estado resolver o caso de Petrópolis. Admitir que eu fosse confirmado no cargo só o seria, ainda assim, apenas pelo tempo necessário a deixar passar a onda dos pretendentes¹⁴³.

Quando foi anunciado oficialmente que Yêddo Fiúza seria o interventor, o *Jornal de Petrópolis* manteve sua postura de protesto com relação a nomeação de uma pessoa que não tinha laços com a cidade e lamentou a decisão do interventor estadual:

Não quis a politicagem, corrida de todas as cobiças e esvurmada de todas as intrigas, que assim acontecesse e que a nossa grande e forte comuna fosse

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ *Tribuna de Petrópolis*, edições de 16 a 26 de outubro de 1930.

¹⁴¹ *Tribuna de Petrópolis*, 17 de dezembro de 1930.

¹⁴² *Tribuna de Petrópolis*, 27 de novembro de 1930.

¹⁴³ *Tribuna de Petrópolis*, 02 de dezembro de 1930.

reconhecido o rudimentar direito assegurado pela suserania inglesa aos próprios municípios da Índia: a de ser governada pelos seus filhos. Os que aqui buscaram, por convicção ou por conveniência, auxiliar a obra revolucionária, arvorando-se, após, em mentores de correntes políticas, deixaram-se deslumbrar pela vitória, para eles inesperada, e, desprezando os eternos interesses de Petrópolis, atiraram-se ao trato exclusivo das próprias ambições e cobiças. O rumor das suas ambições abafou, assim, a vozes sinceras e puras da opinião popular¹⁴⁴.

3.3: O interventor forasteiro: a gestão *técnica* de Yêddo Fiúza em Petrópolis

Em 19 de dezembro de 1930, Yêddo Fiúza chegou a Petrópolis. Para recebê-lo, uma comissão formada por Álvaro Quintela, André Lepsch, Benjamin Tannenbaum, Carlos Canedo, Emílio Zanatta, Francisco Pellegrini, Miguel Karl, Orlando Karl e Eugênio Barcelos, acompanhada por Sylvio Leitão da Cunha, que presidira a Legião Libertadora, foi receber Fiúza no desembarque da estação ferroviária¹⁴⁵.

O *Jornal de Petrópolis*, ao publicar o discurso de posse de Fiúza, inseriu uma nota de crítica antes do texto pronunciado pelo interventor;

A cidade recebeu ontem o novo prefeito, dr. Yêddo Fiúza, com naturais reservas. É que ela não foi ouvida quanto à sua nomeação, muito embora as tradições do seu civismo reclamassem essa deferência do poder nomeador.

Por mais de uma vez, esclarecemos destas colunas o nosso ponto de vista na questão da Prefeitura. Partindo do princípio de que a revolução se fez com o declarado propósito de reavivar e reassegurar à Nação o governo do povo pelo povo, entendíamos que o prefeito devia ser, tanto quanto possível, representante da vontade popular. E como as urnas se encontram trancadas e o eleitorado impedido de se manifestar pela única forma conhecida, que é o voto, cabia ao interventor, pelos meios que classe idôneos, sondar o ambiente e ver qual homem ou quais homens escolhidos pela opinião livre.

(...)

Admitindo-se, porém, que a revolução não fosse possível compadecer-se com o aproveitamento de figuras alheias ao seu espírito, sugerimos ao interventor a designação, para prefeito, de um dos vultos que, dentro do município, se houvesse destacado no movimento de Outubro.

(...)

Rendendo-nos à evidência dos fatos, estamos decididos a cooperar com o novo prefeito na sua administração, estimando que, pelos seus atos em benefício de Petrópolis, se imponha a confiança e à consideração dos munícipes¹⁴⁶.

Em seu discurso, Fiúza manifestou engajamento ao movimento que levou a Revolução de 1930 e definiu-se como um representante dos ideais revolucionários.

¹⁴⁴ NOMEADO O PREFEITO. *Jornal de Petrópolis*, 18 de dezembro de 1930.

¹⁴⁵ SEÇÃO LIVRE. *Tribuna de Petrópolis*, 19 de dezembro de 1920, p.1.

¹⁴⁶ *Jornal de Petrópolis*, 20 de dezembro de 1930. p.1

A causa da Revolução, cujas chamas devemos manter a todo transe forçou-me a aceitar a indicação de meu nome para a Prefeitura de Petrópolis. A tremenda responsabilidade que tenho pela frente, ao invés de abater-me, exalta-me pois maior era a responsabilidade daqueles que no campo da glória trocaram a vida pela realização de seus ideais. Fugir a responsabilidade num momento histórico como o que atravessamos é se tornar indigno daqueles heróis! (...)

Tenho bem consciência do ambiente que vou enfrentar, para isso porém não me faltará a energia onde se fizer necessária, para dentro da justiça e das leis morais e no terreno ativo dos ideais revolucionários atacar de rijo os magnos problemas que se referem à vida de Petrópolis.

(...)

Tudo, porém, farei para dar a Petrópolis o que Petrópolis exige do programa da revolução, que será o nosso programa. Procurarei cercar-me de auxiliares que tenham bem noção da responsabilidade e de seus misteres perante esta coisa sagrada que é o erário público e que de forma alguma cultivem a politicalha estéril e pequenina que com todo afinco combaterei. O Brasil precisa com toda a premência produzir o que só se consegue com justiça, com honestidade, trabalho e dedicação. Vamos, pois, ao trabalho!¹⁴⁷

A postura de críticas do *Jornal de Petrópolis* se atenuou poucos dias depois da posse, quando Fiúza anunciou que abriria concorrência para a publicação dos atos oficiais, que então eram feitos pela *Tribuna de Petrópolis*. O primeiro elogio a Fiúza feito pelo periódico aparece no artigo “*Uma providência legal e moralizadora*”, publicado em 25 de dezembro de 1930, nas páginas 1 e 4.

Merece todos os elogios a resolução do Prefeito Municipal mandando abrir concorrência para a publicação dos atos oficiais. Posto que a algumas pessoas possa parecer que nos regozijamos com essa resolução, pelo que nos toque como competidores comerciais da Tribuna, a verdade é que o ato do dr. Yêddo Fiúza só nos desperta encômios pela sua significação e pelo respeito que traduz aos ditames da lei e da moralidade administrativa¹⁴⁸.

Logo no princípio de sua gestão, é possível observar como a sua condição de engenheiro, vinculada a uma mentalidade de administração técnica é ressaltada em torno de sua imagem. Em 03 de janeiro de 1931, a *Tribuna de Petrópolis*, noticiando com elogios a nomeação de José Pellini, advogado e jornalista, para secretário da prefeitura, tece as seguintes palavras a respeito de Fiúza:

O Dr. Yêddo Fiúza é um engenheiro que tem percorrido quase todo o Brasil, realizando obras de grande valor, em todas elas, **dando provas de sua grande competência técnica e de seu tino administrativo**. Em Santos, São Paulo, no Rio Grande do Sul e Mato Grosso, o Dr. Yêddo deixou as provas mais eloquentes de sua operosidade e de seu valor, nas obras que executou e administrou.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ UMA PROVIDÊNCIA LEGAL E MORALIZADORA. *Jornal de Petrópolis*, 25 de dezembro de 1930, p.1 e 4.

(...) E, ao assumir seu posto de trabalho, declarou que vinha fazer administração técnica, fora de quaisquer insinuações políticas¹⁴⁹.
(grifo da autora)

Fiúza optou por uma política de redução de gastos em sua gestão. Tão logo assumiu, teve que enfrentar uma perda de receita de 70 contos de réis, em função do envio de 20% do imposto recolhido das indústrias e profissões aos cofres estaduais, por determinação da legislação vigente¹⁵⁰.

Fiúza fechou escolas, alegando que as unidades eliminadas eram desnecessárias por estarem muito próximas a outras também mantidas pela Prefeitura. Fez cortes no quadro de funcionários, demitindo 28 servidores¹⁵¹. A oposição manifestou-se anonimamente nas páginas do *Jornal de Petrópolis*, onde acusou o interventor de “deixar crianças sem instrução e chefes de família sem pão”. As críticas ganharam espaço também nas colunas da *Tribuna*, em especial em meados de janeiro de 1931, após Arthur Barbosa reassumir seu posto de diretor do periódico. As críticas vinham principalmente pela pena de Paulo Monte. Embora tenha sido um defensor do movimento, não foi incorporado a gestão municipal, o que justifica sua oposição manifestada no trecho abaixo.

Foi com a mais profunda tristeza que a população de Petrópolis recebeu o seu ato extinguindo dez escolas.

V. Ex. justificou-o como uma medida de economia. Em primeiro lugar, Sr. prefeito Fiúza, não se concebem economias com a educação do povo. Se queremos uma democracia, temos que educar a massa de qualquer maneira. Não se pode admitir a falta de numerário para a formação da nacionalidade. E foi V. ex. quem me afirmou, quando eu exercia o cargo de inspetor de ensino, atendendo ao único pedido que lhe fiz: “Não me creia capaz, em hipótese alguma, de fechar uma escola”.

Quinze dias depois, V. Ex. extingue dez e suprime a subvenção de quinze, das quais nove vivem exclusivamente do auxílio da Prefeitura¹⁵².

No mesmo período, os grupos políticos afastados do poder pela Revolução de 1930 começavam a se manifestar publicamente. O ex-prefeito Ari Barbosa veio a público, por meio da *Tribuna de Petrópolis* questionar a abertura de um inquérito para

¹⁴⁹ GOVERNO MUNICIPAL. *Tribuna de Petrópolis*, 03 de janeiro de 1931. p.1. Embora Pellini atribua a nomeação de Fiúza ao então interventor estadual, Plínio Cassado, a documentação da Câmara de Vereadores de Petrópolis indica que essa nomeação foi feita pelo governo federal.

¹⁵⁰ OS 20%. *Tribuna de Petrópolis*, 10 de janeiro de 1931. p.1

¹⁵¹ ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *Petrópolis: 1935: greve e conflitos na Cidade Imperial*. 2009. 281f. Monografia (Bacharelado em História – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009) p. 20-40.

¹⁵² MONTE, PAULO. EDUCAÇÃO DO POVO. *Tribuna de Petrópolis*, 22 de janeiro de 1931, p.1.

apurar supostos débitos deixados por sua gestão junto ao Banco do Brasil. Depois de argumentar em sua defesa, Barbosa criticou a atitude de Fiúza, afirmando que bastava tê-lo chamado para prestar esclarecimentos e ainda ressaltou que os grupos afastados do poder pelo governo provisório estavam atentos ao cenário político e dispostos a voltar a cena:

As revoluções políticas exigem certas atitudes, provocam certos pruridos que forcem uma passiva tolerância. Com a volta do império da lei, surge, porém as oportunidades reivindicatórias.

E além do mais, as alturas dão calores que as quedas refrescam.

(....)

Saiba, porém a atual administração que o fato de todos os políticos se manterem afastados de qualquer contato com os negócios municipais não significa renúncia ou expiação.

Todos aqueles políticos, na maioria homens repetidas vezes investidos de mandato popular e gozadores de maior apreço e conceito na opinião deste culto Município de oitenta mil almas, aguardam, serenamente, e de viseira erguida, o momento em que lhes seja permitido o julgamento dos seus concidadãos.

Creia-me, Sr. redator, vosso amigo admirador, Ari Barbosa.¹⁵³

(grifo da autora)

É possível observar, na assinatura da nota, que a direção da *Tribuna de Petrópolis* deixou claro a proximidade do ex-prefeito com o redator Arthur Barbosa, o que evidencia o espaço aberto para que Ari Barbosa pudesse se manifestar. A *Tribuna*, no entanto, não assumiu uma postura de oposição a Fiúza, permitindo-lhe também manifestar-se. No calor das críticas quanto ao fechamento das escolas, o periódico publicou uma entrevista com Fiúza na primeira página, em que o interventor assim se justificou:

- (...) extinguímos algumas escolas, mas escolas que nunca tiveram eficiência, porque na realidade, só existiam para efeito burocrático, ou outro qualquer, estranho à instrução. Os professores não compareciam a essas escolas, que não tinham frequência; limitavam-se a receber o subsídio, ao fim de cada mês. Não fizemos senão por termo a uma incrível anomalia, a uma irregularidade sem justificativa alguma, com evidente economia para os cofres públicos. Quanto a havermos 'atirado à miséria' como disse não sabemos quem nem onde, uma imensidade de pobres operários da Prefeitura, é outra inverdade clamorosa, como facilmente se provará. Os operários por nós dispensados, durante o ano passado, o foram em muito menor número que em 1929 e 1930, excetuando-se mais serviços e dispensando-se menos dinheiro. Quer ver? Vou mostrar-lhe alguns dados a propósito, que temos aqui sobre a mesa.

O prefeito passou, então, às nossas mãos uma folha de papel em que, após algumas palavras elucidativas, se alinhavam, em resumo, as parcelas das folhas de pagamento da Diretoria de Obras, no decorrer dos últimos três anos,

¹⁵³ BARBOSA, Ari. Sobre um inquérito na Prefeitura. **Tribuna de Petrópolis**, 10 de janeiro de 1931.p.1

Á vista disso, pudemos verificar terem sido dispensados 185 operários em 1929, 381 em 1930; e 147 em 1931¹⁵⁴.

Rapidamente, a gestão de Fiúza igualava-se ao modelo centralizador que estava sendo implantado na administração do país. O interventor extinguiu a Diretoria Geral, que foi desdobrada em Gabinete do Prefeito e Diretoria do Expediente e Arquivo. Segundo Fiúza, a medida visava

melhor atender ao público, diminuir a burocracia e dar aos chefes das repartições municipais maior autonomia, tornando-os mais diretamente responsáveis por seus atos.

(...)

Sem aumento de despesas, criaremos novos lugares, aproveitando os próprios funcionários, submetendo-os a um regulamento em que são bem definidas as responsabilidades, demos à Prefeitura de Petrópolis organização mais racional de acordo com a importância de seu crescente desenvolvimento.

(...)

O cargo de Diretor Geral, enfeixando, a maioria das vezes, poderes paralelos aos do Prefeito, tornava-se, não raro, inconsequente. Exercido por pessoa de imediata confiança do prefeito, nem sempre com conhecimentos suficientes para superintender repartições especializadas, originava frequentes distúrbios na administração municipal, com prejuízo do interesse público¹⁵⁵.

Fiúza tornou-se o responsável pelo serviço de fiscalização das escolas municipais. Além disso, exerceu atribuições de procurador jurídico, controlando a emissão de multas em última instância a diversas esferas do município. Desta maneira, exerceu uma gestão caracterizada por uma concentração de poderes na esfera do Executivo.

3.4: Os verões presidenciais de Vargas em Petrópolis

A prática do veraneio em Petrópolis não teve fim com a Proclamação da República. Se a cidade foi planejada para sediar o palácio de verão da Família Imperial e oferecer serviços para garantir o conforto da Corte, com a República, o que houve foi apenas a mudança de atores. Presidentes adotaram a prática e o destino era o Palácio Rio Negro. Os governantes não vinham a lazer. Despachavam no palácio, estavam cercados de assessores que também subiam a serra e, conseqüentemente, essa presença impulsionava a economia local.

¹⁵⁴ FIÚZA, Yêddo. O prefeito, dr. Yêddo Fiúza, fala à “Tribuna de Petrópolis” sobre a situação do nosso município. **Tribuna de Petrópolis** 31 de janeiro de 1931, p.1.

¹⁵⁵ Idem.

Estabelecido o Governo Provisório, representantes do comércio de Petrópolis manifestaram preocupação quanto a manutenção da prática do veraneio presidencial na cidade.

O comércio e o povo vão pedir ao Sr. Presidente Getúlio Vargas, a exemplo de todos os chefes do Estado, desde Pedro II, vir com sua excelentíssima família para passar o verão em Petrópolis. E sua excelência que teve expressiva votação para Presidente da República, estamos certos que receberá com simpatia o pedido que lhe vai ser enviado, concorrendo para que no verão deste ano seja animado e que o comércio assim receba um forte impulso de ânimo para continuar a manter a sua tradição de honestidade e outrossim, corresponder ao grande crédito que sempre gozou em todas as praças do país¹⁵⁶.

O primeiro veraneio de Vargas em Petrópolis foi ainda em 1931, atendendo as expectativas dos comerciantes e empresários locais. O chefe do governo provisório chegou em 16 de março de 1931, e permaneceu na cidade por 36 dias.

Despachando na cidade anualmente, os laços entre o presidente e o interventor Yêddo Fiúza tornaram-se mais fortes. No dia 19 de abril de 1931, aniversário de Getúlio, o presidente dispensou visitas e foi, acompanhado de Fiúza e mais outras pessoas, para Areal, então distrito de Paraíba do Sul, para um almoço na casa do médico Domingos da Veiga Soares. Vargas passava seus aniversários em Petrópolis, pois durante a data estava veraneando na cidade e optava sempre por programas semelhantes para driblar a imprensa e visitas de cortesia: fugindo bem cedo para lugar distante, com um pequeno grupo, quase sempre com Yêddo Fiúza, e só retornando a Petrópolis à noite¹⁵⁷.

A amizade entre Fiúza e Vargas contribuiu para que rapidamente, Fiúza ganhasse o apóio da elite empresarial de Petrópolis. Em 29 de janeiro de 1931, o Banco de Petrópolis anunciou que decretaria falência. Fiúza interveio e acompanhado de uma comissão composta por Sá Earp Filho, Arthur Cruz, Gastão Mendonça Bittencourt e padre Gentil da Costa, procurou Vargas no Palácio Rio Negro, solicitando auxílio para resolver a questão e evitar a falência do banco¹⁵⁸.

Quatro dias depois, Fiúza recebeu homenagem do Rotary Club de Petrópolis em cerimônia realizada no Tennis Club da cidade. Os elogios estendiam-se também ao governo provisório.

¹⁵⁶ LOPES, J. **Tribuna de Petrópolis**, 15 de janeiro de 1931.

¹⁵⁷ VASCONCELLOS, Francisco de. **Getúlio Vargas do pampa à serra**. Disponível em: <<http://www.ihp.org.br/site/>>. Acesso em: 25 jun. 2011

¹⁵⁸ **Tribuna de Petrópolis**, 19 de abril de 1931.

O modo por que o sr. Yêddo Fiúza vem conduzindo os negócios da pública administração, se analisado com calma e isenção de ânimo, só pode merecer aplausos.(...).

A homenagem que hoje se realiza no Tennis-Club, promovida por elementos da “elite” social ao prefeito Yêddo Fiúza, é de todo ponto justa e, tanto mais oportuna quanto se procura desmerecer o trabalho do bom administrador com que a Revolução dotou a nossa terra¹⁵⁹.

Fiúza, em seu discurso de agradecimento, novamente coloca-se como um representante do governo de Vargas, ao falar de sua gestão sempre no plural e associá-la ao movimento de 1930.

Sentimo-nos realmente felizes por ver que algo de positivo já fizemos, parcela pequena, nós o reconhecemos, mas que somada as que outros fizeram ou venham a fazer, de alguma forma refletirá na atual obra de reconstrução do nosso Brasil¹⁶⁰.

3.5. A instabilidade política do Governo Provisório e a criação do Clube 3 de Outubro.

A Aliança Liberal foi composta por grupos heterogêneos. Enquanto alguns aderiram por oposição sistemática ao regime vigente, outros ingressaram apenas por não concordarem com a sucessão presidencial encaminhada por Washington Luís. Eram estes os *oligarcas dissidentes*, grupo do qual fez parte ex-presidentes da República como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás. Também ex-governadores ou governadores, como Antônio Carlos Ribeiro, Olegário Maciel, João Pessoa e o próprio Getúlio Vargas. Da Aliança liberal também faziam parte os *tenentes*, grupo de jovens oficiais do Exército que desde o começo dos anos 1920 manifestava-se contrário ao regime político e pegava em armas pelo propósito de derrubá-lo. Os *tenentes* pleiteavam educação pública obrigatória, reforma agrária, adoção do voto secreto, definiam-se como antioligarquicos e tinham como proposta um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira. Faziam parte desse grupo Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias. A maior liderança dos tenentistas foi *Luiz Carlos Prestes*, que não aderiu a Aliança Liberal¹⁶¹.

¹⁵⁹ ALVARES, Mauro. Simples, mas significativo. **Tribuna de Petrópolis**, 19 de janeiro de 1932.

¹⁶⁰ FIÚZA, Yêddo. Discurso de agradecimento a homenagem do Rotary Club. **Tribuna de Petrópolis**, 20 de janeiro de 1932

¹⁶¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almedia Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Do

Com a chegada ao poder, por meio da Revolução de 1930, logo começaram os embates em torno do tempo de duração do governo provisório e do tipo de governo a ser implantado. Os *tenentes* e seus aliados civis argumentavam que o processo revolucionário de 1930 ainda não havia conseguido desarticular a estrutura do poder oligárquico, de modo que realizada uma eleição, em qualquer esfera de poder haveria o risco de reedição dos mesmos desvios que estiveram presentes na política da República Velha. Quanto ao modelo de Estado a ser implantado, os *tenentes* eram favoráveis a um regime forte e centralizado, inspirados no pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Os oligarcas dissidentes, ao contrário, defendiam propostas liberais e federativas que limitavam o poder do governo federal e davam mais autonomia para os estados. Dentre os oligarcas dissidentes, os representantes do Norte e Nordeste, no entanto, defendiam um Estado mais centralizado, já que o federalismo que permeava o Brasil desde a constituição de 1891 não os havia favorecido¹⁶².

À medida que as propostas intervencionistas e centralizadoras eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligárquicos, inclusive de muitos “oligarcas dissidentes”, com a Revolução de 1930. Os tenentes, por sua vez, temerosos com a força das oligarquias regionais, buscavam se organizar enquanto grupo. Para eles, a ameaça maior vinha não por parte dos “carcomidos”, isto é, dos derrotados em 1930, mas dos “políticos profissionais”, aqueles que, apesar de terem participado do movimento revolucionário, não haviam aderido ao espírito da “revolução”¹⁶³.

Virgínio Santa Rosa, que atribuiu aos *tenentes* o papel de terem despertado nos brasileiros “a necessidade de uma política mais grandiosa” e também a possibilidade de maior participação política da pequena burguesia¹⁶⁴, em ensaio publicado em 1933 sobre o tenentismo, teceu críticas ao chamado bacharelismo da elite política brasileira, encontrando as raízes ainda no período imperial

Ao lado dos escravos, vicejava a multidão brilhante dos senhores territoriais, vicejava a nossa aristocracia rural. O seu destino era um dilema imperioso: ou vivia subjugada à terra, na madraçaria das calçadas e pescarias e multiplicando a plebe das senzalas – ou fugia à realidade, empovoando-se de bovarismo e entulhando-se de bacharelise. E, quase sempre, em todos os casos, os grandes fazendeiros, ciosos de hegemonia política, despachavam os filhos para os bancos e exames das faculdades de Direito do Recife ou São Paulo. Ali, eles se adestravam em prélios, oratórios, cultivavam os dotes

início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.16.

¹⁶² Ibidem, p.17-18.

¹⁶³ Ibidem, p.21.

¹⁶⁴ SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 125-126. (1ª edição: 1933).

poéticos, exarcebando as imaginações já exaustivamente exacerbadas pelos sóis tropicais. Esses eram os futuros dirigentes, nascidos no latifúndio e esquecidos do espírito de nossa terra, pela atração empolgante das cortes européias. Todavia, antes de tudo, por trás desse bovarismo de suntuosidades literárias, eles eram principalmente os filhos dos fazendeiros, os representantes dos inúmeros interesses latifundiários, os componentes das oligarquias e clãs políticos que constituíam a realidade nacional¹⁶⁵.

Nos esforços de organização nacional do movimento tenentista foi criado, em fevereiro de 1931, o Clube 3 de Outubro. O programa do clube defendia o fortalecimento do Executivo, máquina administrativa centrada nos interesses nacionais, conselhos técnicos, além de uma legislação social de proteção ao trabalhador e distribuição de terras privilegiando o pequeno produtor, diminuindo assim o poder dos latifundiários. Nesse ponto, o programa refletia a tradição e prática castilhistas gaúcha¹⁶⁶. A estrutura inicial do clube era a seguinte:

Tabela 3: Diretoria inicial do Clube 3 de outubro¹⁶⁷

Pedro Aurélio de Góis Monteiro	Presidente
Pedro Ernesto Baptista	Vice-presidente
Herculino Cascardo	2º vice presidente
Oswaldo Aranha	3º vice presidente
Augusto do Amaral Peixoto	Tesoureiro
Temístocles Brandão Cavalcanti	1º secretário
Hugo Napoleão do Rego	2º secretário

Nesse período, as desavenças entre dois *tenentes* históricos, João Alberto Lins de Barros (então interventor do estado de São Paulo) e Miguel Costa, (comandante da Força Pública de São Paulo) repercutiram na organização do clube. Miguel Costa articulou-se com lideranças políticas, que exigiam um interventor paulista, para tentar destituir Lins de Barros da interventoria. O Clube 3 de Outubro, por instigação de Góis

¹⁶⁵ Idem, p.25-26.

¹⁶⁶ CAMARGO, Aspásia [et, al]. **O golpe silencioso:** as origens da República Corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, p.23.

¹⁶⁷ Cf. LEAL, Carlos Eduardo. Verbete Clube 3 de Outubro. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 19 out. 2011.

Monteiro, deu inteiro apoio a João Alberto. As pressões dos paulistas cresceram e Góis Monteiro interveio, assumindo o controle de tropas federais que estacionaram no vale do Paraíba com o duplo objetivo de proteger o Rio de Janeiro e acompanhar a política de João Alberto em São Paulo. Em função desse conflito, renunciou à presidência do Clube 3 de outubro, sendo substituído por Pedro Ernesto¹⁶⁸.

À medida que os tenentistas se organizavam, cresciam os esforços de diversas facções oligárquicas para tentar impor uma contraposição aos *tenentes*. Grupos que se cindiram no período anterior a Revolução de 1930 voltaram a se rearticular, pressionando para que terminasse o regime discricionário. Assim reestruturou-se em São Paulo o Partido Republicano Paulista, derrotado no ano anterior, voltara aliado ao seu opositor, o Partido Democrático, um dos que venceu em 1930. Fundaram a Frente Única Paulista, com o apoio das associações mais expressivas de São Paulo: lavoura, comércio e indústria¹⁶⁹.

No Rio Grande do Sul, a situação singular de estado vencedor na Revolução de 1930 e, portanto, melhor posicionado, já que Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, era um gaúcho, não anulou conflitos. Para que Vargas exercesse o controle era necessário se articular entre as disputas internas, que envolviam partidos e lideranças. Significava confrontar-se com políticos que até então, eram seus iguais. Tão logo se instalou o governo provisório, a orientação centralizadora de Vargas e dos *tenentes* frustrou as expectativas dos gaúchos. Essa orientação se afastava tanto das práticas tradicionais quanto da própria plataforma da Aliança Liberal. Dessa maneira, as relações entre Vargas e a Frente Única Gaúcha (FUG), que o apoiara na campanha de 1930, abalaram-se¹⁷⁰.

Em Minas, antes que os questionamentos em torno da continuidade do governo provisório conduzissem a uma oposição a Vargas, o interventor Olegário Maciel articulou acordos, neutralizando, num primeiro momento, o Partido Republicano Mineiro, com a exceção da ala liderada por Artur Bernardes¹⁷¹.

Diante do crescimento das pressões políticas exercidas pelas antigas máquinas partidárias, que exigiam eleições e o restabelecimento de um governo constitucional, respaldados pelos efeitos da Crise de 1929 e da instabilidade política brasileira do pós-1930, Vargas encontrou no Clube 3 de Outubro um contrapeso político que poderia

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Op.cit, p.22.

¹⁷⁰ CAMARGO, Aspásia [et, al]. Op. cit, p. 76.

¹⁷¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Op.cit, p.22.

ajudá-lo a manter o equilíbrio político por mais tempo. Mesmo sem contar com força política própria, o Clube 3 de Outubro foi de grande importância para Getúlio.

A significação de tal aliança pode ser encontrada na articulação de seus membros com importantes elementos do governo. Além disso, o Clube possuía imagem de dedicação revolucionária e gozava de grande prestígio entre a oficialidade jovem das forças armadas. É possível ainda apontar a ascensão de Pedro Ernesto à presidência como decisiva para o seu apogeu. Pedro Ernesto seria o elo entre os revolucionários e Vargas em função de sua amizade com o presidente e da admiração que desfrutou entre os tenentes históricos¹⁷².

No decorrer do segundo semestre de 1932, os *tenentes* conquistaram mais espaço junto ao governo. Foram nomeados para as interventorias dos estados da Bahia, Ceará e Maranhão. Pedro Ernesto assumiu a prefeitura do Distrito Federal. Enfrentaram constantes críticas da oposição, que acusava o clube de não ter uma fundamentação ideológica definida. Em fevereiro de 1932, o Clube 3 de Outubro lançou *O Esboço*, um documento com os princípios do grupo, em que reafirmavam a crítica ao federalismo liberal, aos latifúndios, aos impostos interestaduais, as tarifas protecionistas e aos monopólios¹⁷³.

3.5.1: Yêddo Fiúza e o Clube 3 de Outubro

Yêddo Fiúza foi fundador e primeiro presidente do Clube 3 de Outubro em Petrópolis. A inauguração do clube foi em 16 de janeiro de 1932. Antes, porém, foi realizada uma reunião preparatória, presidida por Fiúza, que contou com a presença de Pedro Ernesto. O presidente do clube e interventor do Distrito Federal recebeu homenagens dos participantes e no discurso de agradecimento, afirmou:

Petrópolis foi a primeira cidade, depois da capital da República, que efetivou a propagação da nossa iniciativa, tendo essa efetivação a ser agradecida aos elementos brilhantes da nossa irmandade¹⁷⁴.

Embora o Clube 3 de Outubro estivesse se expandindo, em 24 de fevereiro de 1932 foi instituído pelo governo provisório um novo Código Eleitoral, que contemplava

¹⁷² LEAL, Carlos Eduardo. Op. Cit.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ ERNESTO, Pedro. **Discurso pronunciado por ocasião da fundação do "Clube 3 de Outubro" em Petrópolis**. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Batista. PEB pi 1931.00.00/2.

várias bandeiras da Aliança Liberal, como a instituição da Justiça Eleitoral e adoção do sufrágio direto e secreto. Além disso, mulheres passaram a ter direito ao voto¹⁷⁵.

O estabelecimento da Justiça Eleitoral, ao lado do voto secreto, ganhava a dimensão de um ato de moralização da vida política no Brasil, possibilitando a livre expressão da vontade popular e a abertura do jogo político democrático, com a participação efetiva das oposições. Através dessas duas inovações, o Código estava, ao menos institucionalmente, realizando uma verdadeira reforma no que se referia as bases de legitimidade do Estado, respondendo, sem dúvida, às pressões políticas do movimento das camadas médias e do proletariado urbano ocorrido na década passada¹⁷⁶.

Para os membros do Clube, a medida foi uma precipitação do governo. Consideravam que o retorno da ordem legal naquele momento representava uma ameaça aos rumos políticos renovadores que estavam em vigor na administração pública¹⁷⁷.

No dia seguinte, elementos do Clube 3 de Outubro empastelaram o jornal *Diário Carioca*, de José Eduardo de Macedo Soares, que havia se posicionado a favor do retorno a Constitucionalização do país. Macedo Soares pertencia a uma antiga família fluminense e representava a tradicional máquina partidária do estado. Desde o início do governo provisório mostrou-se um feroz opositor dos *tenentes*. Com a fundação do Clube 3 de Outubro, publicou críticas aos membros em seu jornal. Em função do confronto durante o empastelamento, funcionários do *Diário Carioca* foram feridos e teve início uma grave crise política, que se aprofundou com as renúncias de Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo dos cargos que ocupavam no Governo Provisório e ainda com a decisão tomada pelos partidos políticos gaúchos de retirar seu apoio ao governo de Vargas¹⁷⁸.

Em 4 de março de 1932, a Petrópolis do interventor Yêddo Fiúza foi o palco de uma reunião entre representantes do Clube 3 de Outubro e Getúlio Vargas. O grupo argumentou a impossibilidade de uma reconstitucionalização naquele momento, em vão. Vargas manteve-se firme em sua posição¹⁷⁹. Embora não tivessem sua principal reivindicação atendida, parte das pressões desta corrente política apareceram no código eleitoral, a exemplo do estabelecimento da representação classista¹⁸⁰. Em 14 de maio de 1932, Vargas fixou as eleições para a Assembléia Constituinte para 3 de maio de 1933,

¹⁷⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. cit. p.23

¹⁷⁶ GOMES, Ângela de Castro. Op. cit. p.23

¹⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p.21

¹⁷⁸ CPDOC

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ GOMES, Angela de castro. Op. cit. p.23

em uma tentativa de acalmar o clima político, sem, no entanto, obter sucesso. O Clube 3 de Outubro ainda se pronunciava a favor da continuação da ditadura. Além disso, eclodiu em São Paulo, em julho de 1932 a Revolução Constitucionalista¹⁸¹.

Os paulistas sentiam-se lesados com a Revolução de 1930. Insatisfeitos com o governo centralizador de Vargas e com a demora das medidas que restaurariam o Estado de direito, pegaram em armas para exigir o fim do Governo Provisório e mais autonomia para o estado de São Paulo. Sem receberem apoio oficial de nenhum interventor estadual, os paulistas puderam contar com adesões de expressivas lideranças políticas, em especial, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. O movimento resistiu por três meses, até que as tropas federais conseguiram conter o movimento. As principais lideranças foram presas e muitas se exilaram¹⁸².

Embora derrotados, os paulistas obtiveram ganhos políticos. O Governo Provisório comprometeu-se em levar adiante a reconstitucionalização. Além disso, assumiu o governo de São Paulo o interventor Armando Sales de Oliveira, paulista e civil, encaixando-se no perfil reivindicado pelos revoltosos¹⁸³.

3.6 Gaúchos contra Getúlio

A orientação centralizadora do governo provisório, divergente das práticas tradicionais e da plataforma da Aliança Liberal, frustrou as lideranças da Frente Única Gaúcha, que tanto apoio lhe dera na campanha de 1930. Embora Vargas tivesse garantido o apoio de Flores da Cunha, então interventor gaúcho, com a Revolução Constitucionalista, a oposição no estado só se fazia crescer¹⁸⁴. A Frente Única Gaúcha apoiou os paulistas e deste episódio participou o primo de Yêddo Fiúza, o poeta Felipe d'Oliveira. Apesar de sua participação ativa na Aliança Liberal, Felipe se opunha agora as medidas centralizadoras do governo provisório. Terminado o conflito, veio a retaliação. Nem mesmo a proximidade de seu irmão, João Daudt d'Oliveira com Vargas não o impediu de sofrer perseguição política. O poeta exilou-se na França, onde faleceu, vítima de um acidente de carro, em 17 de fevereiro de 1933¹⁸⁵.

¹⁸¹ *Ibidem*, p.25

¹⁸² PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.* p.26

¹⁸³ *Ibidem*, p.26

¹⁸⁴ CAMARGO, Aspásia [et al]. *Op. cit.* p.76-77.

¹⁸⁵ Cf. SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Livraria Sulina, Porto Alegre, 1969, 3 vol., 840pp.

A cisão entre a FUG de um lado e Flores e Getúlio, de outro, representou, porém, num primeiro momento, um elemento propulsor da liderança ascendente de Flores. Finda a Revolução de 1932, coube ao interventor reorganizar politicamente o estado, contando para isso com a valiosa colaboração do presidente e com a ausência dos políticos “frente-unistas”, que, derrotados, haviam partido para o exílio. Desligando-se do PRR, Flores formou com elementos fiéis a ele próprio e a Vargas, o Partido Republicano Liberal (PRL), no intuito de restabelecer uma agremiação situacionista no estado, tanto mais se aproximavam as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte¹⁸⁶.

A aliança entre Vargas e Flores da Cunha não permaneceu sólida por muito tempo. O interventor gaúcho buscou mais projeção na política nacional e influência na órbita federal, interferindo em assuntos militares e pressionando a saída do general Góis Monteiro, a quem responsabilizou pelos atos de indisciplina no Exército, que culminariam em um suposto golpe. Outra estratégia de Flores da Cunha foi interferir na política interna dos estados¹⁸⁷, conforme será discutido mais adiante.

3.7: Radicais x Progressistas: o caso do Banco Construtor do Brasil e a crise política fluminense

Enquanto agravava-se a crise política que colocou lideranças gaúchas contra Vargas e desagradou aos elementos do Clube 3 de Outubro, em Petrópolis, os conflitos surgiram no processo de rearticulação das antigas lideranças para concorrer as eleições. Os conflitos se acirraram em 1932 e tiveram como mote o contrato entre o Banco Construtor do Brasil e a Prefeitura de Petrópolis.

Ainda em 1931, Yêddo Fiúza solicitou uma revisão do contrato com o Banco Construtor do Brasil. O fornecimento de energia elétrica e de água para Petrópolis era de responsabilidade desta empresa. O contrato entre o banco e o município fora firmado em 16 de dezembro de 1903, e vigoraria até 31 de dezembro de 1939, para o fornecimento de água, e em 30 de abril de 1942, para o fornecimento de energia elétrica¹⁸⁸.

Desde 1925, a Prefeitura de Petrópolis vinha acumulando débitos quanto ao pagamento dos serviços ao banco. Às vésperas da Revolução de 1930, Ari Barbosa

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.77

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 77-78.

¹⁸⁸ Documentos sobre a questão da dívida da Prefeitura de Petrópolis com o Banco Construtor, concessionário dos serviços públicos de água e luz. Rio de Janeiro, Petrópolis (RJ) e Niterói. CPDOC 14 de fevereiro de 1938 doc. 2 CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 19 dez. 2011.

fizera um acordo com o banco, em que parte da dívida seria perdoada. Ao chegar às suas mãos ofício da empresa solicitando o pagamento das dívidas acumuladas pelas gestões anteriores, Fiúza solicitou revisão do contrato, questionando os valores dos débitos apresentados. Além disso, alegava que o serviço de fornecimento de água e luz por parte da empresa era deficiente, que não correspondia aos valores cobrados pois não raramente, a Prefeitura precisava fazer ela própria o abastecimento de água a algumas localidades utilizando carros pipa.

As críticas à revisão começaram timidamente a pipocar nos jornais no ano de 1932. Ainda em 1931, a interventoria estadual formou comissões de sindicância para analisar os contratos de empresas privadas e municípios. Essa comissão deixou de lado o contrato entre a Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Banco Construtor do Brasil. A primeira iniciativa de Fiúza com relação ao banco foi anular o contrato preliminar de renovação, quebrando uma prática comum entre as gestões anteriores e a empresa. Fez então análises técnicas sobre os serviços e solicitou ao Conselho Consultivo que se manifestasse sobre o contrato¹⁸⁹.

Embora a anulação do contrato preliminar tenha sido feita no começo de 1931, a imprensa local só manifestou-se sobre o assunto no ano seguinte, assumindo a defesa do Banco Construtor.

A situação entre a Prefeitura de Petrópolis e o Banco Construtor do Brasil interessa vivamente a toda a nossa população. Como se sabe, é essa empresa que nos fornece luz e água, havendo iniciado esses serviços há mais de trinta anos, quando a cidade estava muito longe de ser o que atualmente é. Fora quase temerário naquela época, realizar com o município um contrato da natureza desse que o prefeito vem de estudar minuciosamente. Mas o banco o realizou, numa rara e feliz previsão do nosso desenvolvimento, concorrendo ele próprio como um fator preponderante de nossas condições atuais de progresso.

Apenas com pequenas falhas de longe em longe a maior parte das quais inevitáveis por acidentais, mas sem que nenhuma delas implique em inobservância de qualquer cláusula contratual, a empresa tem cumprido todos os seus compromissos com o município. E deste, no entanto, já não se pode dizer o mesmo, sobretudo na parte relativa ao pagamento de suas contas, que administrações relapsas deixaram acumular de ano para ano, inexplicavelmente. Como procede, diante dessa situação anômala, a diretoria do Banco? Consentiu em esperar que lhe pagassem e ainda hoje espera ser pago, nada exigiu e tudo tolerou.

A renovação criteriosa do contrato, da qual se cogita, sobre ser uma demonstração de que se reconhecem a boa regularidade dos serviços públicos e particulares do banco e sua tolerância para com a Municipalidade, gravemente faltosa, virá por em evidência um grande empenho do prefeito pelo bem estar da população e pelo progresso da cidade¹⁹⁰.

¹⁸⁹ ALVARES, Mauro, CONTRATOS MUNICIPAIS. **Tribuna de Petrópolis**, 19 de Fevereiro de 1932, p.1.

¹⁹⁰ O contrato do Banco Construtor. **Tribuna de Petrópolis**, fevereiro de 1932.

Pouco tempo depois, a discussão em torno do contrato transformou-se em uma crítica ferrenha a gestão de Fiúza e elogios ao governo do prefeito anterior, Ari Barbosa.

Quando prefeito o Sr. Ari Barbosa, foi feito um acordo de contrato que ficou apenas dependendo de aprovação da Assembléia Legislativa. Bem ou mal, era uma solução para o caso da luz, que vinha sendo tratado desde as anteriores administrações, isto é, desde 1913 para cá. Veio a Revolução e com ela a nomeação do primeiro prefeito, que, por um ato expedido pouco depois da sua posse, anulou o termo do contrato que fora assinado pelo Sr. Ari Barbosa.

(...)

Pelos termos assinados pelo Sr. Ari Barbosa, esse grande débito desapareceria porque o banco abria mão dele em benefício da Prefeitura. Com isto lucrava o município, que se via livre de tão onerosos débitos. (...)

Sobre esse novo aspecto do caso da luz, falaram no Conselho Consultivo os srs. Ferreira Alves e Cerqueira Lima, tendo sido aprovado um parecer que foi lavrado incontinentemente e no qual ficou consignado que o Conselho só voltará a cuidar do assunto se forem submetidas ao seu estudo as resoluções decorrentes do exame que, certamente, será feito pelo governo estadual.

(...)

São de lamentar todos esses contratemplos havidos, pois a tendência devia ser para a realização de um contrato que atendesse ao interesse público, sem contudo prejudicar os interesses do banco, que merecem ser acautelados por tratar-se de uma empresa nacional, que tem sido condescendente para com a Prefeitura no caso do grande débito que esta tem com o mesmo banco.

O provo espera que a solução seja no sentido da novação do contrato, como desejou fazer o Sr. prefeito Ari Barbosa¹⁹¹.

Não foi apenas a *Tribuna de Petrópolis* que assinava em defesa do banco, mas também o concorrente *Jornal de Petrópolis*. Em 3 de abril de 1934, o periódico, agora tendo a frente na direção Alfredo Mattos Rudge e como redator, A. Almeida Azevedo, publicou artigo extraído do jornal carioca *Correio da Manhã*, que também posicionava-se em defesa da empresa.

Ainda há poucos dias, o “Correio da Manhã”, voltado a tratar do já debatido caso do julgamento do contrato do Banco Construtor, referindo-se ao pagamento do serviço de luz, pede atenção da interventoria do estado para a atitude do governo municipal que, ao seu ver, instituiu em Petrópolis o regime de calote oficial!

Os juízos e censuras deste jaez haverão de convir nós todos ferem em muito à boa fama do Município ao bom nome de suas administrações que até aqui tem se mantido no mais elevado conceito.

Petrópolis, neste ponto de vista, sempre gozou da mais lidima reputação. No entanto, os caprichos o atual governo, lamentavelmente, dão razão a que assim se manifestem os estranhos.

¹⁹¹ O SERVIÇO DE LUZ. *Tribuna de Petrópolis*, 12 de março de 1932, p.1.

A oposição à Fiúza, que ganhava as páginas dos jornais do município, não se esgotava na defesa do Banco Construtor do Brasil. Embora a publicação de artigos em defesa do contrato fosse diária, o *Jornal de Petrópolis* passou a publicar também os êxitos na disputa com a Prefeitura de ex-funcionários colocados em disponibilidade ou demitidos por Fiúza, como o caso do fiscal municipal Salvador Bastos, que teve como advogados o diretor do jornal, Alfredo Mattos Rudge e Samideano Silveira¹⁹², filho do tabelião João Duarte da Silveira, liderança envolvida na articulação do Partido Popular Radical (PPR). Meses depois, nova vitória contra Fiúza: o Tribunal da Relação condenou a Prefeitura a reintegrar o funcionário Salvador Pereira Bastos. O relator foi Macedo Soares, liderança do PPR e diretor do *Diário Carioca*, no Rio de Janeiro¹⁹³. Também se alinhou ao PPR o ex-prefeito de Petrópolis, Ari Barbosa.

Fiúza resistia em não renovar o contrato. Recorreu ao então interventor do estado do Rio, Ari Parreiras, solicitando autorização para efetuar rescisão do contrato entre a Prefeitura de Petrópolis e o Banco Construtor do Brasil. O pedido foi encaminhado a uma Comissão Revisora de Contratos, que indeferiu a solicitação, alegando se tratar de “*medida violenta que, pela sua anomalia ante aos princípios gerais de direito, suscetíveis de abalar a confiança nos compromissos do Poder Público*”¹⁹⁴. O interventor recorreu e esse impasse prolongou-se até 1934. O parecer desfavorável foi o mesmo por todas as instâncias da interventoria estadual que julgou o pedido de rescisão do contrato.

Fiúza, no entanto, não efetuou o pagamento da dívida e apelou ao executivo federal. A decisão de Vargas foi favorável a Fiúza. Em ofício, declarou: “*Autorizo a Prefeitura de Petrópolis a revisão do contrato com o Banco Construtor do Brasil e, se esta não for possível, a rescisão*”¹⁹⁵.

Desta maneira, Vargas concedia a Fiúza a autonomia para tomar as decisões que julgasse mais acertadas com relação ao banco. Assim, em 31 de maio de 1934, Fiúza municipalizou as instalações do Banco Construtor do Brasil em Petrópolis,

¹⁹² A PREFEITURA CONDENADA PELO TRIBUNAL DA RELAÇÃO. **Jornal de Petrópolis**, 11 de abril de 1934, p.1

¹⁹³ **Jornal de Petrópolis**, 1 de junho de 1934, p.1

¹⁹⁴ EXPOSIÇÃO DO BANCO CONSTRUTOR DO BRASIL SOBRE O PROCEDIMENTO DO SR. PREFEITO, DR. YEDDO FIÚZA, QUANTO AO CONTRATO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO D’AGUA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS PELO DR. JOSÉ DE MIRANDA VALVERDE. Documentos sobre a questão da dívida da Prefeitura de Petrópolis com o Banco Construtor, concessionário dos serviços públicos de água e luz. Rio de Janeiro, Petrópolis (RJ) e Niterói. CPDOC 14 de fevereiro de 1938 doc. 2 CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 19 dez. 2011p. 2

¹⁹⁵ Idem.

expropriando a empresa de seus bens no município e das rendas provenientes do serviço. O patrimônio permaneceu em poder da Prefeitura até 4 de abril de 1936. Nesse período, o município ficou responsável pelo recolhimento das taxas referentes aos serviços de iluminação e abastecimento de água e pela gestão daquele patrimônio no município.

Toda a imprensa petropolitana posicionou-se contra Fiúza. A oposição alegava que Fiúza interpretou de forma equivocada a autorização dada por Vargas, extrapolando as atribuições de poder que lhe foram concedidas. Outro argumento era que o interventor municipal estava sendo influenciado por elementos da União Progressista Fluminense (UPF) e que o interventor fluminense deveria obrigá-lo a reintegrar as instalações ao banco.

O impasse entre o Banco Construtor do Brasil e a Prefeitura de Petrópolis, analisado apenas em uma escala ampliada, não permite identificar a trama de atores envolvidos. A carta branca dada a Fiúza tem um significado muito mais amplo que ultrapassa os limites de uma interventoria municipal. Vargas desautorizou Ari Parreiras, que naquele período era capitão-tenente da Marinha e que estava participando das decisões do governo revolucionário desde o princípio do movimento. Apoiou a Aliança Liberal e quando Vargas chegou ao executivo, Parreiras participou do *Gabinete Negro*, junto a Oswaldo Aranha, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista, José Américo de Almeida e João Alberto Lins de Barros. O *Gabinete Negro* conforme a imprensa do período denominou, era um grupo composto por integrantes do movimento tenentista e revolucionários civis que se reunia no Palácio da Guanabara para discutir com Vargas os rumos do governo, logo nos primeiros dias após a Revolução¹⁹⁶.

Em 1931, foi nomeado interventor do estado do Rio de Janeiro. No momento do impasse entre o Banco Construtor e a Prefeitura de Petrópolis, Parreiras participava também das discussões a respeito da constitucionalização do Brasil. Em março de 1934, declarou a imprensa que o texto constitucional aprovado pela maioria dos parlamentares não tinha afinidade alguma com as condições político-sociais do país. Também afirmou ser contrário à transformação da Assembléia Constituinte em Congresso ordinário¹⁹⁷.

Parreiras vinha se esquivando de filiação partidária desde 1933, com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Em 1934, grupos políticos de todo o Brasil

¹⁹⁶ PECHMAN, Roberto. *Verbete Ari Parreiras. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 19 out. 2011.

¹⁹⁷ Idem.

articulavam-se em torno das eleições estaduais. Sem alinhamentos partidários, Parreiras não conseguiu encaminhar a sua própria sucessão¹⁹⁸. No estado do Rio, a disputa se estabeleceu entre o general Cristóvão Barcelos, da União Progressista Fluminense, e Protógenes Guimarães, que concorria pela Coligação Radical Socialista, formada pelo Partido Popular Radical e pelo Partido Socialista Fluminense. De olho no papel que o estado do Rio teria na escolha de um sucessor para Vargas nas eleições previstas para 1938, a atenção de lideranças políticas nacionais voltou-se para o Rio de Janeiro naquele momento. Barcelos tinha o apoio dos governos de Minas e do Rio Grande do Sul, e Protógenes contava com o apoio do governo federal e de São Paulo¹⁹⁹.

A essa altura, o impasse entre a Prefeitura de Petrópolis e o Banco Construtor do Brasil representava a polaridade que se estabelecia no estado. De um lado, Fiúza, o interventor gaúcho nomeado por Vargas recebia apoio de elementos progressistas²⁰⁰ e de outro lado, os radicais defendiam a manutenção do contrato com o banco. Embora sem alinhamento declarado com quaisquer grupos em disputa, Parreiras demonstrou não ter aceitado a carta branca dada a Fiúza, que anulava as decisões já expressas pelo seu governo.

A empresa recorreu a Vargas, que em despacho efetuado em 14 de julho de 1934, determinou que fosse designada uma comissão especial para analisar o caso. Parreiras encaminhou a Vargas os resultados do trabalho do grupo que considerou o contrato entre a empresa e o município válido legalmente. Vargas, então, deu parecer favorável para que o ato rescisório de Fiúza fosse transformado em revisão de contrato.

Em 20 de novembro, Parreiras encaminhou a Fiúza um ofício, comunicando que

Tendo sido definitivamente resolvido com o despacho do exmo. Sr. presidente da República, que aprovou minha decisão de 30 de novembro último, o parecer relativo à rescisão do contrato para fornecimento de luz e abastecimento d'água à cidade de Petrópolis, recomendo-vos imediato cumprimento da referida decisão desta interventoria.

Como medida preliminar e de direito, deveis fazer cessar essa ocupação dos bens e instalações do concessionário, com a sua imediata reintegração na posse e gestão dos serviços respectivos²⁰¹

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ A utilização do termo **progressista** nessa discussão tem como sentido apenas fazer referência a membros da União Progressista Fluminense.

²⁰¹ EXPOSIÇÃO DO BANCO CONSTRUTOR DO BRASIL SOBRE O PROCEDIMENTO DO SR. PREFEITO, DR. YEDDO FIÚZA, QUANTO AO CONTRATO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS PELO DR. JOSÉ DE MIRANDA VALVERDE. p. 8

É possível observar como neste momento, a questão tornou-se uma disputa por qual grupo possuía mais influência junto ao executivo federal. Pessoalmente, tanto Fiúza quanto Parreiras eram representantes do governo revolucionário e homens de confiança de Vargas. Foram nomeados diretamente por ele. No entanto, naquele momento, disputavam qual posicionamento prevaleceria junto ao governo federal.

Fiúza se recusou a cumprir a determinação e em 31 de dezembro de 1934, foi exonerado da Prefeitura de Petrópolis por Ari Parreiras.

3.8. O povo com Fiúza – Fiúza com os Progressistas

Por mais que a imprensa petropolitana tecesse linhas diárias de críticas não só a municipalização das instalações do banco, mas também à qualidade do serviço após a Prefeitura assumi-los, a reação da população em nada se alinha com as críticas das páginas dos jornais. Era véspera de Ano Novo quando a notícia da exoneração de Fiúza tomou as ruas da cidade. Os petropolitanos preparavam-se para uma passagem de ano que aparentemente, seria de tranquilidade na pacata cidade de veraneio. Centenas de pessoas deixaram suas casas e os preparativos para a virada do ano, rumo à frente da casa de Fiúza, situada na Rua D. Pedro I, onde fizeram discursos e homenagens ao prefeito exonerado.

Dois comícios foram realizados, um no bairro operário de Cascatinha e outro no centro da cidade, na Praça D. Pedro. Na mesma praça, os manifestantes envolveram a cabeça da estátua de D. Pedro II (figura 1) e deixaram ali um cartaz, com a frase “*Para que não veja a desgraça em Petrópolis*”. Também vendaram os bustos de Oswaldo Cruz (figura 2) e de Nilo Peçanha (figura 3). Os postes de iluminação da cidade foram cobertos por laços de fita crepe. Lojas, armazéns, cafés, restaurantes e botequins fecharam as portas. Bondes deixaram de circular e todas as fábricas localizadas próximo ao centro da cidade pararam suas atividades. Festas de Ano Novo de clubes e outras agremiações foram adiadas²⁰².

²⁰² Ver: ALCÂNTARA, Priscila Musquim. Op. cit. **Jornal do Brasil**, 1º de janeiro de 1935. .

Figura 1: Estátua de D. Pedro II coberta na manifestação popular de apoio a Yêddo Fiúza²⁰³



²⁰³ OS ACONTECIMENTOS SENSACIONAIS DE PETRÓPOLIS. *A Noite Ilustrada*, 9 de janeiro de 1935, p.1.

Figura 2 – Busto de Oswaldo Cruz coberto na manifestação popular de apoio a Yêddo Fiúza²⁰⁴



²⁰⁴ Idem.

Figura 3 – Busto de Nilo Peçanha coberto na manifestação popular de apoio a Yêddo Fiúza²⁰⁵



Um grupo de pessoas marchou pelas ruas da cidade carregando um caixão, simbolizando o enterro simbólico do interventor Parreiras. Algumas pessoas da multidão atiraram pedras nos policiais em serviço que encontram pelo caminho. Os membros do Conselho Consultivo do município, Jerônimo Ferreira Alves, Carlos

²⁰⁵ Idem.

Rodrigues Vianna, Hidelbrando de Melo Pereira Costa, Osvaldo de Queiroz Teixeira anunciaram a renúncia de seus cargos em solidariedade a Fiúza²⁰⁶.

Uma multidão dirigiu-se a frente da casa de João Duarte da Silveira, um dos principais opositores do governo de Fiúza e membro do Partido Radical. Houve tiroteio envolvendo membros de sua família e os manifestantes, resultando nas mortes do auxiliar de comércio Domingos de Oliveira e do eletricitista José Olympio dos Santos²⁰⁷. Um grupo de manifestantes invadiu a casa do tabelião e espancou seu filho, Samieano Duarte Silveira, o advogado que atuava na defesa de ex-funcionários municipais exonerados por Fiúza. O advogado foi atirado no Rio Piabanha, escapando com vida.

No dia 1º de janeiro, Stephan Vannier, prefeito nomeado por Ari Parreiras, dirigiu-se para Petrópolis, para tomar posse. O chefe de polícia do Rio de Janeiro foi a cidade, acompanhando um contingente de soldados de cavalaria e infantaria da Força Pública do Estado, com o objetivo de garantir a posse. Entretanto, funcionários da Leopoldina, em protesto, pararam o trem em que ele seguia, obrigando-o a descer do vagão. Vannier teve que completar o trajeto de carro e só conseguiu chegar em Petrópolis por volta das 18 horas. Mais uma vez, as ruas foram palco de manifestações populares, que se exaltaram ainda mais com a presença da força policial deslocada para a cidade. Um grupo de manifestantes ameaçou depredar um bonde²⁰⁸. Vannier, recebido sob vaias da população, que lhe dirigiu também gritos de “Morra!”, decidiu voltar para Niterói, após a posse. No dia seguinte, retornou a Petrópolis, novamente acompanhado por uma escolta policial²⁰⁹.

Durante esse período, os radicais suspenderam as críticas contra Fiúza e contra a rescisão do contrato com o Banco Construtor do Brasil nas páginas dos jornais. No Rio de Janeiro, no entanto, o posicionamento se manteve. José Eduardo de Macedo Soares assinava os editoriais do *Diário Carioca* e não poupava Fiúza de críticas. Na edição de 03 de janeiro de 1935, o periódico estampou a manchete “*AS CENAS DE VERGONHOSA SELVAGERIA DE QUE FORAM TEATRO AS RUAS DE PETRÓPOLIS*”. Acompanhando a manchete, uma foto do velório dos mortos no conflito de 31 de dezembro e uma frase que dizia que aquele era o exemplo vivo de

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Relato dos fatos feitos com base nas edições da **Tribuna de Petrópolis** e do **Jornal de Petrópolis**, de 1º de janeiro de 1935.

²⁰⁸ Cf. ALCÂNTARA, Priscila Musquim. Op. cit.

²⁰⁹ O RUMOROSO CASO DA EXONERAÇÃO DO PREFEITO DE PETRÓPOLIS. **Jornal do Brasil**, 2 de janeiro de 1935, p.11. VOLTOU A TRANQUILIDADE EM PETRÓPOLIS. **Jornal do Brasil**, 3 de janeiro de 1935, p.11.

como um político habilidoso e sem maiores escrúpulos é capaz de empolgar a opinião pública de uma grande cidade. Portanto, os radicais não contestavam a comoção popular causada pela exoneração de Fiúza, mas atribuíam as manifestações à manipulação dos progressistas. Macedo Soares afirmou que as passeatas e protestos foram organizados por cabos progressistas, que tinham privilégios junto a administração de Fiúza, e com o apoio das autoridades policiais do município teriam forçado fábricas e estabelecimentos comerciais a fecharem as portas²¹⁰.

Macedo Soares posicionou-se a favor de uma revisão do contrato entre o município e o Banco Construtor do Brasil. Apontou falhas na prestação de serviços, porém, considerou que a municipalização, feita por Fiúza, teve como objetivo ganhar apoio popular para fins eleitorais.

Há mais de dois meses, compelido entre um cargo mais rentoso e a Prefeitura de Petrópolis, o Sr. Yêddo Fiúza preferiu o emprego nas estradas de rodagem. Incumbido pelo Sr. Ari Parreiras de convidar o Sr. Eugênio Godim para seu sucessor na Prefeitura, Fiúza tergiversou e intrigou valentemente para ficar mais algum tempo acumulando os cargos.

(...)

Tendo plena certeza de que com a vitória do Partido Radical de forma alguma continuaria na Prefeitura de Petrópolis, o Sr. Fiúza atirou-se nos braços do general Barcelos e tudo fez para a merecer a prometida recondução ao cargo.²¹¹

Em outra edição, afirma ainda que

Na enturmada de 1930, Fiúza, com a barriga nas costas, pediu e obteve graças aos “pistolões” de parentes e amigos, o gordo emprego de prefeito de Petrópolis. Foi uma graça caída do céu. Os cargos e postos do Estado conquistados assim eram divididos como despojos de guerra pelos eventuais detentores do poder revolucionário²¹².

Na mesma edição, uma entrevista com João Duarte da Silveira, que atribui o incidente a um atentado contra a sua família. Segundo o coronel, o delegado entrou em sua residência, prendeu seu filho Samideano e o levou para a rua, permitindo que fosse agredido pelos manifestantes. Em Petrópolis, um grupo de pessoas invadiu a gare da Leopoldina, onde estava a tiragem desta edição destinada à Petrópolis, e incinerou os jornais.

²¹⁰ **Diário Carioca**, 03 de janeiro de 1935, p.1

²¹¹ *Idem*.

²¹² **Diário Carioca**, 06 de janeiro de 1935, p.1.

Os ânimos continuaram exaltados na cidade de Petrópolis. Um fator que pode ter contribuído para essa situação é a campanha promovida pelo *Jornal de Petrópolis*. No final de 1934, o periódico passou a ser dirigido por lideranças da União Progressista Fluminense, ligadas ao deputado Eduardo Duvivier. O periódico passou a incitar a população a sair às ruas para defender os “*interesses de Petrópolis*”. O *Jornal de Petrópolis* recorreu ao apelo popular para lançar uma campanha contra Macedo Soares e a folha, afirmando que “*o gesto dos petropolitanos só os pode elevar, e deve ser secundado pelos auxiliares do nosso Correio, que se devem negar a sujar as mãos na entrega de tão torpe pasquim, que ninguém deve ler, em nossa cidade (...)*”²¹³.

Macedo Soares manteve seu posicionamento, afirmando que “*o Brasil atravessava a crise dos Fiúzas. Os intrusos e usurpadores de posições políticas e governantes da Idade Média revolucionária jogam agora a última cartada da aventura e do desespero*”. Também investiu contra Ari Parreiras, pressionando para que ele demitisse o chefe de polícia, a quem os progressistas atribuíam a responsabilidade pelos conflitos de Petrópolis.

No dia 3 de janeiro de 1935, em artigo intitulado “*Os acontecimentos e a atitude que devemos manter*”, o *Jornal de Petrópolis* criticou a postura do governo do estado, de enviar um novo prefeito, e critica também a manutenção do contrato com o Banco Construtor, e dirige aos leitores o seguinte estímulo:

(...) é preciso que esta energia não esmoreça, que o fogo sagrado do nosso civismo seja mantido, que o plano de guerra não se altere, que ninguém pague impostos à Prefeitura e à Coletoria Estadual, até que a situação seja resolvida de acordo com as nossas exigências.

(...) Resistamos, sem vacilações nem temores, que a vitória nos está assegurada, porque nenhum governo resistirá à guerra pacífica de desobediência civil.

E esta, além de efficientíssima, não justificaria represálias nem punições fiscais, de que nos riremos, afinal²¹⁴.

O jornal passa a ser o porta-voz de um grupo, que assinam como *Comissão Pró-Defesa de Petrópolis*. Em nota publicada também no dia 3 de janeiro, essa comissão afirma que “*caso o dr. Stefane Vannier volte à Petrópolis, cabe ao povo recebê-lo do mesmo modo que o fez a 31 de dezembro de 1934*”²¹⁵.

No dia 4 de janeiro, Vannier solicitou exoneração do cargo de prefeito. Parreiras nomeou o coletor estadual José Carvalho Junior, nascido em Petrópolis. A decisão foi

²¹³ **Jornal de Petrópolis**, 4 de janeiro de 1935.

²¹⁴ **Jornal de Petrópolis**, 3 de janeiro de 1935.

²¹⁵ Idem.

acatada pelos progressistas e radicais e as ondas de protesto diminuíram. Neste dia, o *Jornal de Petrópolis* publicou a manchete “Vitoriosa a nossa campanha”, afirmando que a atuação da comissão Pró-defesa de Petrópolis foi decisiva para a nomeação de Carvalho Júnior. A manchete recebe críticas da concorrente *Tribuna de Petrópolis*, em editorial publicado em 10 de janeiro.

Apesar de não ter havido protestos em relação à posse de Carvalho Júnior, a exoneração de Fiúza continuou repercutindo na cidade. Membros do Conselho Consultivo do Município, como Américo Mendes de Oliveira Castro e Maurício Nabuco pediram demissão de seus cargos em solidariedade a Fiúza.²¹⁶

Tão logo Fiúza foi exonerado, teve início uma campanha que levou à substituição do nome da Avenida 15 de Novembro para Avenida Yêddo Fiúza. Essa campanha continuou por meses. A adoção do novo nome não foi unânime entre os comerciantes, como podemos observar na seção de anúncios, onde a Casa Mussel publicou seu endereço como “Avenida 15 de Novembro, 754” enquanto a Casa Americana, situada na mesma avenida, adotou a nomenclatura sugerida pela campanha. O próprio *Jornal de Petrópolis* alterou a seção do expediente com o novo nome, além de apoiar amplamente a campanha para a substituição das placas do logradouro, organizando os metais que chegavam como doação para a confecção das placas.

²¹⁶ Os Conselhos Consultivos foram órgãos criados no Governo Provisório, que foram encarregados de tarefas como a emissão de pareceres sobre os assuntos financeiros e tributários do município, fixação de contratos e concessões de serviços públicos e criação de cargos e o aumento de vencimentos dos funcionários. Cf. <www.camaracaxias.rs.gov.br/memorial3.php>. Acesso em 09/06/2009.

Figura 4: Avenida Yêddo Fiúza ²¹⁷



²¹⁷ OS ACONTECIMENTOS SENSACIONAIS DE PETRÓPOLIS. *A Noite Ilustrada*, 9 de janeiro de 1935, p.1 (note que ao lado da placa com o nome de Fiúza, encontra-se um poste de luz do Banco Construtor do Brasil (BCB)).

Figura 5: Anúncio retirado do Jornal de Petrópolis²¹⁸

Casa Mussel
 Empresa Funeraria
 — ATTENDE-SE CHAMADOS A QUALQUER HORA —

Uma das mais antigas casas de Petropolis, que possui os melhores modelos de Caixões Funebres — URNAS FRANCEZAS, BRASILEIRAS, DIPLOMATICAS. — Diversas classes pelos menores preços.

Unica casa que possui os melhores e mais lindos Carros Funebres para condução de Esquites. — Pessoal habilitado para todo o serviço funebre. — Executam-se com rapidez qualquer serviço funebre por mais difficil que seja sem incommodo da familia enlutada e por preços modicos.

TEM SEMPRE : —
 Camaras Ardente — Eças — Caixões — Carros Funebres — Corôas Naturaes e Artificiaes e de Biscuit — para todos os preços. — Velas de Cêra — Laços — Diademas para Anjos e Communhão, e Corôas para annos de casamentos.

AUGUSTO F. MUSSEL & FILHO
 AV. 15 DE NOVEMBRO, 754 — PETROPOLIS — TEL. 3104


Figura 6: Anúncio retirado do Jornal de Petrópolis²¹⁹

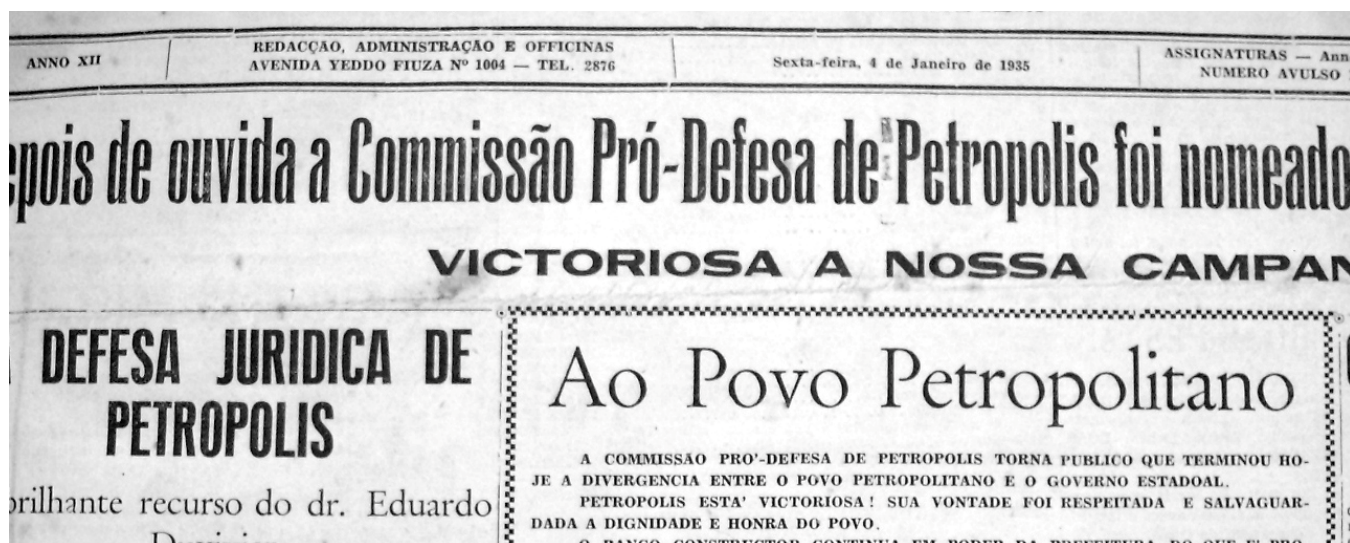
SERVIÇO COMPLETO
 DE CRYSTAL OU VIDRO
 OU AVULSO
 PARA VENDA EM
 DUZIA



CASA AMERICANA Avenida Yêddo Fiuza, 601 - Tel.
 JOIAS. RELOGIOS, FANTASIAS, PORCELLANAS, METAES, CRYSTAES, TALHERES, BAIXELLAS

²¹⁸ Jornal de Petrópolis, 3 de janeiro de 1935, p.3.²¹⁹ Idem.

Figura 7: Expediente do Jornal de Petrópolis²²⁰



Para Yêddo Fiúza, as manifestações contra sua exoneração foram uma confirmação de que sua gestão estava no caminho certo.

Não podia ter maior conforto, maior confirmação de que estava com a razão do que patenteou o povo de Petrópolis, insurgindo contra a instalação de um novo governo municipal. Foi uma demonstração comovedora de que minha administração atendida plenamente os interesses do município. Agora, quanto ao conflito, não encontro outra explicação, senão a de que o Sr. Silveira cometeu um ato de insensatez. Porque a verdade é que nunca fui político, nunca pertenci a nenhum partido dos quais atualmente possui o estado do Rio. Nunca me envolvi em questões dessa natureza. Sempre fiz exclusivamente administração²²¹.

Após a exoneração, Fiúza dedicou-se a Comissão Nacional de Estradas de Rodagem, sem, no entanto, se afastar totalmente de Petrópolis, conforme será discutido no próximo capítulo.

Fiúza conseguiu conquistar o seu próprio capital político nos quatro anos em que governou Petrópolis. A expropriação das instalações do Banco Construtor do Brasil em Petrópolis foi vista como um ato revolucionário por muitos em Petrópolis. Fiúza, a

²²⁰ **Jornal de Petrópolis**, 4 de janeiro de 1935, p.1

²²¹ Extraído de **Diário Carioca**, 03 de janeiro de 1935, p.1.

partir deste ato, ganhou o apoio das camadas populares, que ocupou as ruas em um protesto violento contra a sua exoneração.

Ao afirmar isto, pode parecer que esta pesquisa sucumbiu à tentação e foi seduzida pelo dono da trajetória política pesquisada. Antes de considerar Fiúza uma espécie de prodígio, é necessário levar em conta os fatores que de certa forma, contribuíram para que pudesse executar sua agenda política até o limite da revisão dos contratos, quando, impedido por pressões da interventoria estadual, deixou o governo do município. Entre esses fatores, encontra-se um congelamento do poder de ação dos opositores, em função da própria natureza da interventoria, que operava sem a existência de uma câmara municipal e com uma equipe nomeada diretamente pelo interventor. Outro elemento a ser considerado é a proximidade entre Fiúza e Getúlio Vargas. Sua nomeação foi uma solicitação feita por João Daudt d'Oliveira à Vargas, porém, Fiúza e Getúlio já eram conhecidos, do tempo em que estavam em Porto Alegre. São fatores que apontam como Fiúza conseguiu gerir o município e superar antigos problemas que emperravam o desenvolvimento de Petrópolis há pelo menos 10 anos antes de sua chegada.

CAPÍTULO 4: A CAMPANHA VITORIOSA DE YÊDDO FIÚZA E SUA GESTÃO COMO PREFEITO ELEITO EM PETRÓPOLIS (1935-1937)

A exoneração de Yêddo Fiúza da interventoria de Petrópolis, longe de ser uma tragédia pessoal para o engenheiro, contribuiu para que construísse junto à população local um grande carisma. A repercussão de sua saída junto às massas na cidade mobilizou lideranças da União Progressista Fluminense, grupo apoiado pelo interventor gaúcho Flores da Cunha. Nesse período, a disputa entre os candidatos ao governo do estado se acirrava e a suspeita de que Vargas estivesse articulando um golpe aumentou por parte dos progressistas.

Enquanto corriam as disputas eleitorais, Fiúza dedicava-se exclusivamente a Comissão Nacional de Estradas de Rodagem. A Aliança Nacional Libertadora (ANL), lançada oficialmente em março de 1935, já havia conquistado centenas de operários petropolitanos, em especial, do setor têxtil. Os aliancistas se consolidaram de maneira rápida na cidade, conquistando espaço em um dos maiores pólos integralistas do estado do Rio de Janeiro. Não tardaram para que choques armados entre os dois grupos começassem a ocorrer em Petrópolis, como em outros pontos do país. Em um desses confrontos, a morte de um operário aliancista foi o estopim para uma greve geral que durou nove dias. Nesse confronto, os aliancistas de Petrópolis solicitaram a mediação de Yêddo Fiúza, que já prestigiado desde a municipalização das instalações do Banco Construtor em Petrópolis, ganhou ainda mais simpatia entre os operários. Meses depois, deputados da UPF organizaram em Petrópolis a União Petropolitana, agremiação política que lançou a candidatura de Fiúza para a Prefeitura e, na legenda, lançou também a candidatura a vereador de Sebastião de Oliveira Melo, presidente do sindicato dos operários da Companhia Petropolitana (têxtil) e que anos antes, militou no Bloco Operário Camponês (BOC).

Este capítulo discute a formação do político Yêddo Fiúza e analisa as redes políticas onde Fiúza se inseriu ao longo de sua trajetória na política fluminense e a dimensão do prestígio conquistado entre a população petropolitana.

4.1. O engenheiro mediador: Fiúza e a greve geral de 1935

Em junho de 1935, a produção de 28 fábricas de Petrópolis foi paralisada em função de uma greve geral dos operários. Além das indústrias, os comerciantes, ferroviários e padeiros também aderiram ao movimento. A greve teve início com um protesto pela morte do operário Leonardo Candú, militante da ANL, durante um choque violento entre aliancistas e integralistas, no centro de Petrópolis. Para Rodrigo Patto Sá Motta, AIB e ANL constituem as experiências partidárias mais consistentes surgidas na primeira fase do governo Vargas.

Aliancistas e integralistas produziram um fato inédito na história brasileira, o surgimento de organizações políticas com capacidade de mobilização de massas populares. Os dois movimentos lograram atrair o apoio entusiástico de milhares de cidadãos pelo país afora, muitos dos quais chegaram a se filiar formamente. As atividades que promoviam, comícios, passeatas, demonstrações públicas, conseguiam galvanizar a participação de multidões. Tratava-se efetivamente de uma grande novidade no país, onde a política partidária era caracterizada por alta dose de elitismo e pouco envolvimento da opinião pública²²².

Marcelo Badaró Mattos ressalta que o período entre a Constituinte de 1934 e o segundo semestre de 1935 foi um momento de grandes mobilizações sindicais, quando cresceu o número de greves e foi expressivo o engajamento dos trabalhadores organizados pela democratização do Brasil, representada pela ANL. Os sindicatos participavam ativamente das manifestações da aliança, especialmente quando os comícios tinham como bandeira a luta contra o fascismo no Brasil, representado, segundo os aliancistas, pelo movimento integralista²²³.

Para melhor compreensão da greve geral de Petrópolis, bem como a dimensão da participação de Fiúza nas negociações, é necessário analisar de forma distinta cada um dos grupos envolvidos no conflito. Como a ANL correspondeu a um movimento antifascista e uma de suas bandeiras principais foi a luta contra o integralismo, é necessário discutir primeiro o movimento integralista e sua dinâmica no município de Petrópolis.

²²² MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.54.

²²³ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.67-68.

4.1.1. O conservadorismo católico e o movimento integralista em Petrópolis

Nas décadas de 1930 e 1940, os discursos autoritários do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão encontraram receptividade em diversos grupos no Brasil, que tentaram propor um modelo viável a realidade brasileira, apesar das diferentes condições históricas e sociais da Europa. Dentre os vários segmentos que se identificaram com esse discurso, a AIB foi o primeiro partido nacional, com uma organização de massa a existir no Brasil²²⁴.

O integralismo emergiu em meio a uma sociedade tensionada pelo impacto internacional da Revolução Soviética e pela ascensão dos movimentos de caráter autoritário na Europa. Na década de 1930, as tendências antiliberais encontraram um clima propício para se expandir, com expressiva recepção em amplos setores da classe média, dentro do clero católico e na ala feminina, ansiosa para tornar-se agente social²²⁵.

Em 7 de outubro de 1932, foi lançado o *Manifesto de Outubro*, o primeiro documento assinado e lido em público por membros da AIB. Em seu primeiro ano de atividade, a AIB empenhou-se na estruturação e afirmação no cenário político nacional. Consolidada a sua posição em São Paulo, em agosto de 1933, a AIB iniciou uma fase de expansão para outras regiões do Brasil. Neste período, os trabalhos de propaganda e organização se intensificaram. Durante o segundo semestre daquele ano foram fundados os primeiros núcleos no interior do estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Cantagalo, Itaperuna e Nova Friburgo²²⁶.

Segundo Héglio Trindade, a formação da Ação Integralista Brasileira se processou internamente a partir da confluência de vários grupos de extrema direita e da influência do pensamento católico, de cunho conservador, entre os quais a Ação Imperial Patrimonista, organização neomonarquista católica, que tinha entre os objetivos, restaurar a monarquia²²⁷.

A história de Petrópolis tem vínculo estreito com o período do império. A cidade foi planejada para ser a sede de veraneio da Família Imperial. Foi construída na fazenda do Córrego Seco, propriedade de D. Pedro II. O projeto de construção do palácio

²²⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**. A ação integralista no Maranhão. (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999, p.11.

²²⁵ Ibidem, p.12.

²²⁶ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os primeiros anos da Ação Integralista Brasileira (AIB): da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB. In: VICTOR, Rogério Lustosa (org). **À direita da Direita**: estudos sobre o extremismo político no Brasil. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p. 52-54.

²²⁷ Cf. TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel; 1974.

imperial foi coordenado pelo major Júlio Frederico Koëler, e incluía, além da construção do palácio, a urbanização de uma vila imperial com quarteirões, a edificação de uma igreja em louvor a São Pedro de Alcântara, a construção de um cemitério, a cobrança de foros dos colonos moradores e a expulsão dos que estavam ocupando ilegalmente as terras da região²²⁸. Segundo Paulo Henrique Machado,

a associação de Petrópolis à monarquia é imediata, uma vez que até hoje os eventos na cidade sempre utilizaram a imagem de D. Pedro II e da coroa como os símbolos maiores da cidade. Além disso, desde 1981, a cidade ostenta o título de “Cidade Imperial”, o que reforça ainda mais a ideia de uma cidade aristocrática e conservadora²²⁹.

Esse traço conservador²³⁰ tão presente em Petrópolis, que Machado identifica como um legado do vínculo da origem da cidade com a Família Imperial, pode ter contribuído para que o município fosse um dos mais expressivos núcleos integralistas na década de 1930.

Além disso, a presença da Igreja Católica em Petrópolis no período se manifestava principalmente através da atuação do intelectual e pensador católico Alceu Amoroso Lima²³¹. Alceu morou em Petrópolis e dirigiu a fábrica de tecidos Cometa na década de 1930. Figura fundamental no movimento de renovação católica, dirigiu o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica²³².

O movimento integralista iniciou suas atividades em Petrópolis no ano de 1933. Sob a chefia do bancário Raymundo Padilha, os integralistas inauguraram o primeiro núcleo na cidade. No ano seguinte, 1934, outros dois núcleos foram inaugurados nos bairros do Itamaraty e de Cascatinha, locais onde boa parte dos moradores eram operários. Os integralistas de Petrópolis criaram também uma escola noturna, que não exigia como pré-requisito a filiação à AIB, o que pode ser interpretado como uma tentativa de levar a doutrina da organização aos operários, que consistiam em grande

²²⁸ TAULOIS, Antonio Eugenio. **História de Petrópolis**. UCP/IHP. 2007. <www.petropolis.rj.gov.br> Acesso em fevereiro de 2007.

²²⁹ MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935**. UFRJ/PPG História Comparada. Dissertação de Mestrado. 2005. P.78

²³⁰ Para melhor compreensão do conceito de conservadorismo, é possível levar em conta a posição da ciência política quanto ao termo, que compreende como “conservador” o conjunto de ideias e atitudes que tem como objetivo à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, fazendo frente à ação de forças inovadoras. Ver: BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmen Varriale et. alli. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

²³¹ Alceu Amoroso Lima utilizava o pseudônimo Tristão de Athayde.

²³² TRINDADE, Héglio. Op. cit. p.111-122.

parcela do alunado atendido por aquela escola²³³. Seguindo orientações do núcleo nacional, membros da AIB em Petrópolis mantiveram um veículo de comunicação próprio, o jornal *A Marcha*, sem abrir mão de publicar notas e artigos nos jornais de circulação diária do município, em especial na *Tribuna de Petrópolis*, amplamente utilizada pelo grupo para propagar a ideologia integralista²³⁴.

O integralismo na cidade estruturou-se, portanto, com Fiúza à frente do executivo municipal. O interventor manteve uma postura de neutralidade com relação à AIB. Os integralistas, por meio do jornal *A Marcha*, publicaram uma nota, desmentido a informação de que Fiúza estaria perseguindo os servidores camisas-verdes.

Devidamente autorizados pelo prefeito municipal, doutor Yêddo Fiúza, podemos assegurar que carecem de fundamento as notícias veiculadas por pessoas inescrupulosas de que s. ex. pretendia hostilizar alguns funcionários municipais pelo simples fato de serem integralistas. Mais ainda, declarou-nos o chefe do Executivo Municipal que semelhante atitude, se praticada por qualquer diretor ou chefe de serviço, teria de s. ex. imediata punição²³⁵.

Em março de 1935, Petrópolis sediou o II Congresso Nacional Integralista. Durante os três dias de evento, a cidade recebeu cerca de 5 mil integralistas. Foi nesse Congresso que a AIB transformou-se em um partido político, visando às eleições previstas para 1938.

O integralismo não foi o único movimento de feição autoritária a conquistar adesão em Petrópolis na década de 1930. Acompanhando as edições de 1935 da *Tribuna de Petrópolis*, é possível identificar, além das publicações da AIB, vários anúncios do núcleo do *fascio* local, que incluía a realização de solenidades e também a divulgação de um curso de língua italiana, gratuito, tendo como público alvo descendentes de italianos residentes na cidade²³⁶. Este mesmo periódico publicou, em menor frequência, pequenas chamadas, escritas em alemão, de autoria do núcleo petropolitano do Partido Nazista Brasileiro, convocando os partidários para uma reunião²³⁷.

²³³ ALCÂNTARA, Priscila Musquim. OLIVEIRA, Alexandre Luís. Um articulista camisa-verde na Cidade Imperial: Hugo José Kling e o discurso integralista voltado para o operariado petropolitano (1934-1935). In: VICTOR, Rogério Lustosa (org.) **À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia. Editora da PUC Goiás, 2011, p. 114-115.

²³⁴ Cf. ALCÂNTARA, Priscila Musquim. OLIVEIRA, Alexandre Luís. O jornal *A Marcha* e a estruturação da AIB em Petrópolis. In: GONÇALVES, Leandro Pereira. SIMÕES, Renata Duarte. (org.) **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob medida, 2011, p.287-304.

²³⁵ **A MARCHA**, 14 de junho de 1934.

²³⁶ Cf. **Tribuna de Petrópolis**, 19 de fevereiro de 1935, p.1.

²³⁷ Cf. **Tribuna de Petrópolis**, 28 de abril de 1935, p.1.

Para compreendermos a presença de grupos nazistas e fascistas, coexistindo com a AIB em Petrópolis, é preciso analisar a composição social do município, marcada por um processo de colonização germânica coordenado pelo governo imperial na década de 1840 e também por um fluxo significativo de imigrantes italianos que chegaram à cidade entre as décadas de 1880 e o começo do século XX. Enquanto o nazismo em Petrópolis verificou-se entre parte dos descendentes de germânicos, o fascismo no município teve como líderes empresários italianos que imigraram para a cidade no começo do século XX.

Embora os aliancistas da cidade fizessem protestos contra os integralistas, encontra-se referências também a críticas contra as atividades nazistas no município²³⁸.

4.1.2. Aliancistas petropolitanos

No segundo semestre de 1934, intensificaram-se os movimentos contrários ao imperialismo e a ideologia fascista e de setores insatisfeitos com a Lei de Segurança Nacional, em pauta no Congresso. Nesse contexto, nasceu a Aliança Nacional Libertadora. O programa da Aliança defendia o cancelamento de dívidas externas, liberdade plena e direito de manifestação popular, reforma agrária e anulação total das dívidas agrícolas. Integravam o diretório nacional provisório Herculino Casardo (presidente), Amorety Osório (vice-presidente) e Roberto Faller Sisson (secretário).²³⁹ Luiz Carlos Prestes, liderança comunista, foi aclamado presidente de honra da ANL.

Segundo Marly Vianna, as opiniões quanto à ideia original da ANL são muito divergentes no sentido de atribuir a uma ou outra organização a paternidade da aliança. Uma das maiores personalidades da ANL, Francisco Mangabeira, relativizou o papel do PCB na formação do movimento. Mangabeira afirmou em entrevista à historiadora que o papel do PCB na organização da aliança não foi sequer de importância, levando em conta que os comunistas eram insignificantes do ponto de vista político. Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, membro da direção nacional do partido naquele período, confirmou as palavras de Mangabeira. Segundo Bangu, quando a direção do PCB voltou do VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscou, já encontraram a ANL praticamente formada. O que as lideranças do partido fizeram foi dar apoio à

²³⁸ Publicadas no periódico *A Manhã*.

²³⁹ CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**: as formações das tradições. 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 463.

aliança²⁴⁰. Já Thomas Skidmore considera que a ANL foi um movimento de frente popular organizado pela ala “legalista” do PCB e que a Aliança, embora bastante dependente da organização do partido, conseguiu agrupar um número expressivo de eleitores da classe média, atraídos pelo fascínio por Prestes²⁴¹. Semelhante argumento é defendido por Leôncio Martins Rodrigues, que afirma que os comunistas patrocinaram a criação da Aliança. A formação da ANL, segundo Rodrigues, correspondia às diretrizes afirmadas no VII Congresso Internacional Comunista, que preconizavam a formação de coligações antifascistas²⁴², embora este tenha sido realizado em julho de 1935, portanto, em um momento em que a ANL já existia e atuava.

A curta existência da ANL, de maio a julho de 1935, caracterizou-se pelo crescimento expressivo de inscrições, pela participação da classe média. A ANL logo ficou conhecida e ganhou milhares de adeptos em diversos pontos do Brasil. Nos primeiros três meses de existência, mais de 1500 núcleos aliancista foram criados.²⁴³

Outro ponto que caracterizou a Aliança foi a luta de poder entre aliancistas e comunistas. Os últimos tinham receio que a ANL se organizasse como partido político e ultrapassasse o PCB na condução das massas trabalhadoras. O extraordinário prestígio pessoal de Prestes acabou por desequilibrar a luta interna na aliança²⁴⁴.

Em Petrópolis, o núcleo chegou a reunir 2.500 filiados, o que chamou atenção das lideranças nacionais da ANL, já que se tratava de uma cidade de médio porte²⁴⁵. Embora não tivesse o mesmo espaço que a AIB nas páginas dos jornais, podemos perceber, por meio das críticas constantes, que o núcleo aliancista incomodava, e muito, os integralistas petropolitanos.

Esse partido que surgiu há pouco com o nome de Aliança não sei de que, se não obedece à orientação de Moscou, está em campo sem uma doutrina sólida que oriente seus adeptos. É uma coisa assim, como os partidinhos liberalóides, que há mais de quarenta anos vem degradando o Brasil. Aliás, nós, integralistas, também temos a carta do “Cavaleiro da Esperança”, o sr. Luiz Carlos Prestes, que foi arvorado chefe dos Aliancistas. Com franqueza,

²⁴⁰ Ibidem, p.144.

²⁴¹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 41.

²⁴² RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: GOMES, Angela Maria de Castro. [et al.]. O Brasil republicano. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.442-446.

²⁴³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 163.

²⁴⁴ CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. Op. cit. p.457.

²⁴⁵ PRESTES, PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Leituras cotidianas**, n° 135. set. 2005. Disponível em: <http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm>. Acesso em 13 de junho de 2010. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p. 163.

teria sido preferível que os brasileiros seus amigos continuassem na ilusão, esperando... esperando... pois o citado documento é um adendo da mais escassa pobreza de inteligência²⁴⁶.

Segundo Marly Vianna, “entre os meses de abril, maio e junho de 1935, ou se era aliancista, ou integralista”.²⁴⁷ Bem como no restante do país, esse embate não faltou ganhar as ruas da cidade. De acordo com Paulo Henrique Machado, enquanto se acirravam as disputas entre grupos de caráter autoritário e os defensores das liberdades democráticas, os conflitos no interior das fábricas se agravavam, delineando um alinhamento entre a luta contra a exploração capitalista e a luta contra a extrema direita na cidade. Em março de 1935, durante o II Congresso Nacional Integralista, operários da Companhia Petropolitana fizeram um protesto, paralisando as atividades e protestando contra o evento realizado pelos camisas-verdes na cidade²⁴⁸. Naquele mês, antes do lançamento oficial da ANL no Rio, foram formadas diversas comissões aliancistas em Petrópolis. Da subcomissão executiva da ANL petropolitana participaram o professor Sussekind de Mendonça, o presidente do sindicato dos ferroviários, Jorge Leal, além de Álvaro de Cenas Telles e Francisco de Andrade. A subcomissão de propaganda e publicidade contou com Nereu Rangel Pestana, Jacob Scoralick e Belmiro Rodrigues. Germano Cury, Fridolino Latscher, José Dias de Almeida e João Pedro Marques eram os responsáveis pela subcomissão de finanças²⁴⁹.

Entre abril e maio, a ANL instalou vários subdiretórios em Petrópolis, atuando nos bairros do Itamarati, Correias, Itaipava, Pedro do Rio e São José do Vale do Rio Preto. Em Cascatinha, o subdiretório foi inaugurado em 16 de abril de 1935, provocando reações dos integralistas. Deste subdiretório participou o dono do *Jornal de Cascatinha*, João Dias Carneiro. O jornalista havia trabalhado na Companhia Petropolitana como operário e deixou a fábrica para se dedicar ao jornal. Antes do surgimento da ANL, a linha do periódico era pautada na defesa dos trabalhadores. Dias Carneiro tinha se candidatado em 1934 a deputado pela Frente Única Operária, sem sucesso.²⁵⁰

Os jornais *Gazeta de Petrópolis* e *Brasil Liberto* também se engajaram na ANL. A *Gazeta*, de propriedade de Vicente de Paulo A. Rodrigues, combatia o nazismo e o integralismo na cidade. Durante o mês de maio de 1935, a ANL realizou comícios em

²⁴⁶ *Tribuna de Petrópolis*, 26 de maio de 1935, p.1.

²⁴⁷ VIANNA, Marly. Op. cit. p.162.

²⁴⁸ MACHADO, Paulo Henrique. Op. cit. p.98

²⁴⁹ MACHADO, Paulo Henrique. Op. cit. p.99.

²⁵⁰ *Ibidem*, p.100.

vários pontos do país. Em Petrópolis, membros do Diretório Nacional sempre estavam presentes, em especial, Roberto Sisson, que participou da organização de subdiretórios aliancistas em Petrópolis²⁵¹.

A presença de dirigentes nacionais e figuras conhecidas da ANL, como Carlos Lacerda e Ivan Pedro Martins, revela a importância da cidade na estratégia aliancista de combate ao integralismo. Dentre as manifestações realizadas no mês de maio em Petrópolis, destacam-se dois comícios. O primeiro, realizado no dia 1º de maio, para comemorar o Dia do Trabalho, teve a participação de 2 mil pessoas e contou com a presença de Roberto Sisson; o segundo comício foi realizado no domingo, dia 12 de maio, e foi convocado para comemorar o Dia da Abolição. A comemoração revela a preocupação dos militantes da ANL em combater a discriminação racial. Nessa comemoração, realizada na Praça da Liberdade, compareceram cerca de 3 mil pessoas que ouviram entusiasmadas os discursos de Cabanas e Lacerda (...).²⁵²

Na medida em que crescia a mobilização aliancista em Petrópolis, as greves multiplicavam-se. Em 17 de maio, a fábrica Aurora, localizada no bairro Morin entrou em greve. Os trabalhadores reivindicavam melhorias salariais. Recebiam, por quinzena, 40\$000 e eram os mais mal pagos da categoria na cidade²⁵³. Em 31 de maio, o intelectual católico e diretor da Fábrica Cometa Alceu Amoroso Lima foi criticado pelo jornal aliancista *A Manhã*, publicado no Rio de Janeiro. Os trabalhadores da fábrica reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento salarial. A mesma edição criticou também o Centro Dom Vital. Para a ANL, integralismo e conservadorismo católico andavam juntos²⁵⁴.

A AIB - que já havia se consolidado em Petrópolis e em março declarou o município como *cidade verde* - ao ver que a ANL rapidamente ganhava centenas de adeptos, passou a fazer ameaças, que os aliancistas não levavam a sério²⁵⁵. No dia 9 de junho, após anunciado o comício monstro da ANL e da Confederação Sindical Unitária em Petrópolis, houve um choque armado entre militantes camisas-verdes. Um grupo de aliancistas colava cartazes de divulgação do comício nos arredores da praça D. Pedro II, quando se depararam com militantes integralistas, que também estavam afixando cartazes no local. O integralista Matheus Hang, de 17 anos, foi esfaqueado e o aliancista

²⁵¹ *Ibidem*, p. 100-1001

²⁵² *Ibidem*, p.102.

²⁵³ **Tribuna de Petrópolis**, 17 de maio de 1935.

²⁵⁴ MACHADO, Paulo Henrique. *Op. cit.* p. 103.

²⁵⁵ **A Manhã**, 11 de junho de 1935, p.1.

João Becker também foi ferido²⁵⁶. Esse incidente só veio a se juntar com o clima de tensão em que viva a cidade e o país. Além disso, no dia 8 de junho, véspera do comício, a ANL lançou um manifesto à nação, avisando que caso houvesse um golpe fascista, a Aliança, junto com o apoio do povo, implantaria um governo popular²⁵⁷.

O comício da ANL em Petrópolis reuniu mais de 5 mil pessoas. Foi realizado da praça D. Pedro, e após, foi feito um cortejo em direção à fachada da sede dos integralistas. Ali, Roberto Sisson iniciou discurso, anunciando os preparativos para o golpe. Mal terminou o discurso e tiros de fuzil e granadas de mão foram disparados da sede da AIB contra os aliancistas, deixando dezenas de feridos e morto o operário da companhia Santa Isabel, Leonardo Candú²⁵⁸.

4.1.3: A greve geral

Os aliancistas se dispersaram e rapidamente deram início a uma mobilização. Cartazes foram confeccionados à mão, convocando os militantes para uma assembleia, na sede do Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecido ainda naquela noite. Segundo reportagem do jornal aliancista *A Manhã*, mais de 2 mil pessoas de diversas categorias profissionais compareceram e votaram por uma greve geral²⁵⁹. Sisson foi aclamado para presidir os trabalhadores. No dia seguinte ao confronto, trabalhadores do setor têxtil organizaram uma comissão e articularam a paralisação de fábricas e do comércio da cidade. Ao todo, trabalhadores de 28 fábricas aderiram à greve, além de ferroviários da companhia Leopoldina e padeiros da cidade. Funcionários responsáveis pelo serviço de distribuição de energia elétrica também quiseram participar da greve, porém a comissão deliberou que estes deveriam continuar a realizar suas funções, para que a população não fosse prejudicada pela suspensão do serviço²⁶⁰.

O clima era de insegurança e medo. A cidade recebeu reforço policial de Niterói, que enviou dois contingentes. No mesmo dia, em comício na sede da Aliança

²⁵⁶ Cf. *A Manhã*, 11 de junho de 1935, p.1. OS GRAVES ACONTECIMENTOS DE PETRÓPOLIS. *A Offensiva*, 15 de junho de 1935, p.1. *Tribuna de Petrópolis*, 11 de junho de 1935. *Jornal de Petrópolis*, 11 de junho de 1935.

²⁵⁷ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p. 170.

²⁵⁸ *Ibidem*. p. 171.

²⁵⁹ *A Manhã*, 11 de junho de 1935, p.1.

²⁶⁰ *Idem*.

Nacional Libertadora, ficou decidida a greve dos operários²⁶¹. As reivindicações dos grevistas foram as seguintes:

- 1 – Dissolução dos grupos armados de integralistas
- 2 – Aumento geral dos salários
- 3 – Cumprimento integral das leis sociais
- 4 – Imediata solução honrosa do caso dos operários da Fábrica Aurora
- 5 – Vitória da causa dos padeiros
- 6 – Respeito à lei das oito horas²⁶²

Os aliancistas se revoltaram contra as investigações do conflito. Sisson afirmou que no dia do comício, pediu ao delegado de Petrópolis que fizesse uma vistoria ao núcleo central da AIB, porque suspeitava que os integralistas mantivessem ali armamentos ilegais. Além de não atender ao pedido de Sisson, no dia seguinte ao conflito, a sede integralista funcionou normalmente. Raymundo Padilha aprestou depoimento, afirmando que não atirou em ninguém. Alegou que não andava armado e que no momento dos tiros, estava numa sala, aos fundos da sede, e nada tinha observado²⁶³.

O prefeito José de Carvalho Júnior procurou mediar uma solução entre operários e industriais, porém, sem êxito²⁶⁴. O *Jornal de Petrópolis* manifestou-se contrário à greve e, ainda que não de forma explícita, à atuação da ANL, em editorial publicado em 11 de junho.

Pensamos não ser com uma greve, fonte dos mais sérios prejuízos à comunidade, que o nosso operariado conseguirá a reivindicação dos seus direitos. Se os meios legais não lhe dão ensejo para tal, é mais viável o entendimento recíproco que concilie os interesses de empregados e empregadores. Nada, neste momento, justifica uma greve. Os trabalhadores não se iludam com as insinuações malévolas de elementos estranhos à sua classe. O operariado petropolitano é cordato e ordeiro. O seu passado de trabalho e de civismo é um índice seguro da nobreza dos seus sentimentos. Não é o operariado petropolitano que virá quebrar o ritmo costumeiro de Petrópolis. Ele é parte integrante desta população pacata e boa. Ele não fará guerra de extermínio à indústria de sua terra que é o grande fator do seu progresso. Ele volverá ao labor cotidiano para que não falte o pão a seus filhos²⁶⁵.

²⁶¹ **Tribuna de Petrópolis**, 11 de junho de 1935.

²⁶² **Tribuna de Petrópolis**, 12 de junho de 1935.

²⁶³ **A Manhã**, 11 de junho de 1935, p.1.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ **Jornal de Petrópolis**, 11 de junho de 1935.

Tentou-se com esse editorial imprimir uma imagem de operariado petropolitano que não correspondia com a categoria naquele momento, e conforme pudemos observar ao longo desse trabalho, nunca correspondeu, já que a ocorrência de greves na cidade pode ser verificada ainda nos anos iniciais do século XX. Interessante notar a mudança do discurso. Agora, a população de Petrópolis era classificada como *pacata e boa*, a mesma população que meses antes, nas manifestações contra a exoneração de Fiúza, era elogiada pelo jornal por sua belicosidade e prontidão para lutar por **seus** interesses (interesses dos membros da União Progressista Fluminense)..

A repercussão do choque entre aliancistas e integralistas em Petrópolis ganhou dimensão nacional. Fernando Mangaratiba afirmou em nota:

O nosso povo não pode mais continuar sob a constante ameaça dos bandos de “camisas-verdes”. E para extinguir essa ameaça, a comissão executiva nacional da ANL ontem reunida apela para todo o povo brasileiro, no sentido de acompanhar o exemplo da população petropolitana, de reforçar a luta antifascista, até desarmarem e dissolverem os bandos de Plínio Salgado²⁶⁶.

Na Câmara dos Deputados, o assunto foi destaque entre os parlamentares. Abdar Bastos, representante da ANL solicitou ao Ministério da Justiça que apurasse o posicionamento da polícia do município e do estado com relação ao conflito, pois, mesmo advertida da existência de armamentos na sede integralista, não tomou nenhuma providência para evitar o tiroteio. O deputado Eduardo Duvivier saiu em defesa dos integralistas. Afirmou que a sede da AIB foi atacada por “extremistas estrangeiros”, referindo-se a Sisson e a Cascardo, classificando-os como elementos de fora do operariado petropolitano. Afirmou que a doutrina integralista estava de acordo com a orientação do Brasil e que as milícias dos camisas-verdes eram importantes em cidades do interior, onde os destacamentos policiais eram pouco numerosos. Duvivier foi criticado pelo jornal *A Manhã*. Segundo o periódico, durante a seção, o deputado confessou que estava em São Paulo no momento do confronto e que um de seus filhos, que fazia parte da AIB em Petrópolis, relatou a ele os acontecimentos²⁶⁷.

No dia 13 de junho, o vereador Frederico Trotta, do Distrito Federal, apresentou à Câmara Municipal um pedido para homenagear o operário Leonardo Candú, dando

²⁶⁶ MANGRARATIBA, Francisco. Uma proclamação da Aliança. *A Manhã*, 11 de junho d 1935, p.7.

²⁶⁷ O MILIONÁRIO DUVIVIER PROCLAMA A NECESSIDADE DAS MILÍCIAS INTEGRALISTAS PARA AJUDAR NA REPRESSÃO POLÍCIAL. *A Manhã*, 12 de junho de 1935, p.8.

seu nome a uma das ruas da capital. Os vereadores Ruy Almeida e Titto Lívio votaram a favor, porém, a maioria da câmara foi contrária à proposta²⁶⁸.

Com a repercussão do incidente de Petrópolis, a imprensa preocupou-se com a possibilidade de um novo choque, desta vez em São Paulo, no comício integralista previsto para ser realizado no domingo seguinte ao conflito, data marcada para um comício da ANL.

Anunciada a concentração integralista de domingo vindouro, no campo da Associação Atlética São Bento, e o comício da Aliança Nacional Libertadora, estão envoltos em grande expectativa. Como se sabe, ao mesmo tempo em que se noticia essa manifestação dos adeptos do sigma, noticia-se também um movimento de protesto por parte dos filiados à “Frente Comum Anti-integralista” em que se congregam filiados de sindicatos de classe e da Aliança Nacional Libertadora.

Esta situação de expectativa sensivelmente aumentada após os sucessos de Petrópolis, noticiado com abundância de detalhes, determinou intenso movimento da polícia desta capital, empenhada em assegurar a ordem pública. (...).²⁶⁹.

Agravou-se ainda mais a tensão após um novo conflito, desta vez, no Rio de Janeiro. No dia 14, integralistas e aliancistas da Penha se envolveram em um tiroteio²⁷⁰. Na edição seguinte, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem em que Marcel da Silva Teles, chefe da província integralista de São Paulo, anunciou a suspensão do comício. Teles justificou o adiamento alegando não concordar com as diretrizes dadas pela polícia. O secretário da Frente Única Antifascista, em entrevista na mesma reportagem, afirmava que o evento aliancista estava mantido.

Os acontecimentos de Petrópolis e outros sucessos anteriores demonstraram à sociedade que esse grupo político [integralistas] tem quase como finalidade a prática de atos despropositados. E o despropósito e a violência não podem constituir bandeira de ninguém. Daí a deserção e o abandono em massa de suas fileiras. Esse fenômeno me foi dado observar em todas as cidades do interior por onde andei, notando-se hostilidades em todas as camadas da população e suas atitudes, pois os recentes sucessos da cidade serrana tiveram profunda e dolorosa repercussão. Como já disse, no interior, verifiquei que era grande a atenção de ânimo do povo contra a projetada concentração política da Ação Integralista Brasileira, isso principalmente porque ela

²⁶⁸ CÂMARA MUNICIPAL RECUSOU HOMENAGEM A LEONARDO CANTÚ. **A Manhã**, 14 de junho de 1935, p.8.

²⁶⁹ A CONCENTRAÇÃO INTEGRALISTA DE DOMINGO PRÓXIMO E AS PROVIDÊNCIAS PREVENTIVAS DAS AUTORIDADES CIVIS E MILITARES. **Jornal do Brasil**, 14 de junho de 1935, p.9.

²⁷⁰ GRAVE CONFLITO ENTRE INTEGRALISTAS E ALIANCISTAS. **Jornal do Brasil**, 15 de junho de 1935, p.11.

prometia dar golpes contra a organização proletária e popular, com o fito manifesto de destruir a democracia (...) ²⁷¹.

Mesmo sob o clima de tensão, o município realizou a Quinta Exposição de Pecuária. As atividades aconteceram normalmente conforme o cronograma e a publicidade na imprensa carioca foi mantida. Getúlio Vargas visitou a exposição no domingo, 16 de junho, acompanhado de Yêddo Fiúza. Logo após o almoço, Vargas e Fiúza passearam, a pé, pelas ruas do centro da cidade ²⁷².

Na manhã do dia 17, um grupo de cinco pessoas atirou contra o carro de Paulo Gouveia, diretor da Fábrica Santa Helena, e contra os investigadores da polícia do estado do Rio, que estavam em serviço nas proximidades da fábrica, no bairro Morin. O investigador José Leopoldo Tinoco de Azeredo morreu em consequência dos disparos ²⁷³. Os acusados do crime foram o jornalista José Antunes de Almeida, redator do jornal *Avante*, e Martinho Duarte, operário da fábrica Dona Isabel. Os aliancistas denunciaram ligações de Azeredo com os integralistas, o que, segundo Paulo Henrique Machado, “foi comprovado pelas honrarias integralistas em seu sepultamento”. ²⁷⁴

No dia seguinte, a sede do sindicato dos têxteis foi invadida, vários objetos da entidade foram destruídos e o dinheiro arrecadado para a viúva de Leonardo Candú foi roubado ²⁷⁵. Uma comissão de operários de Petrópolis procurou Yêddo Fiúza, solicitando sua mediação no conflito.

O dr. Fiúza, a princípio, quis esquivar-se da missão. Entretanto, instado, tomou aos seus ombros a tarefa, uma vez que lhe foram dados amplos poderes para um entendimento com os diretores dos estabelecimentos industriais, ficando assentado que seria aceita, fosse qual fosse, a solução a que chegasse.

Depois de ouvir, de cada operário de que se compunha a comissão, a sua palavra, na própria sede do Sindicato, onde compareceu o dr. Fiúza, retirou-se em meio das maiores manifestações de simpatia, dirigindo-se imediatamente aos industriais, aos quais convocou para uma reunião, que se realizou às 22 horas.

Dessa reunião partiu o acordo entre os patrões e os operários, sem a audiência dos instigadores da “parede”, e que se vem consolidando debaixo de todos os princípios de direito. ²⁷⁶

²⁷¹ A AÇÃO INTEGRALISTA DESISTIU DA CONCENTRAÇÃO MARCADA PARA AMANHÃ. *Jornal do Brasil*, 154 de junho de 1935, p.7.

²⁷² PETRÓPOLIS. COLUNA VIDA SOCIAL. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1935, p.12.

²⁷³ NOVOS ACONTECIMENTOS EM PETRÓPOLIS. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1935, p.11.

²⁷⁴ MACHADO, Paulo Henrique. Op. cit., p.112

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ EM PETRÓPOLIS: FOI ESTABELECIDO UM ACORDO ENTRE OPERÁRIOS E PATRÕES. *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1935, p.13.

Portanto a negociação coordenada por Fiúza, ao deixar de fora os *instigadores da parede*, conforme definição do periódico, tiravam a direção nacional da ANL da frente do conflito. Roberto Sisson, inicialmente, foi chamado para coordenar o movimento e no momento em que Fiúza assume os trabalhos de mediação, o aliancista é deixado de fora do processo. Fiúza contou com o auxílio de Luiz Mazavilla e Júlio Muller, ambos do Ministério do Trabalho.

O jornal *A Manhã* demonstrou insatisfação da direção da ANL com relação à presença de MezaVilla na cidade, afirmando que este era um agente da repressão ao movimento.

Já agora as perseguições aos operários são movidas sob o controle de um representante do ministério do trabalho, de nome Luiz Mezzavilla que aqui se encontra, sob o pretexto de promover a solução da greve. Essa solução o enviado ministerial pretende forçar, servindo do trabalho para humilhar os trabalhadores, contando para isso com o auxílio dos integralistas²⁷⁷.

O jornal *A Manhã* criticou a prisão de José Antunes de Almeida e a ação da polícia. Exigiam que o interventor Ari Parreiras tomasse providências contra os integralistas no caso da morte de Leonardo Candú. Para eles, Parreiras parecia

preferir a comodidade das boas graças governamentais, esperançoso receber um dia, no lugar competente, um competente pontapé que lhe dará o Sr. Getúlio Vargas quando ele não mais servir de cabeça de turco para as manobras políticas no Rio de Janeiro²⁷⁸.

Em momento algum o nome de Yêddo Fiúza aparece no noticiário de linha aliancista. A notícia do fim da greve, em 20 de junho, aparece em uma nota pequena, em meio a desdobramentos da manchete *A ILEGALIDADE DO FLAGRANTE LAVRADO EM PETRÓPOLIS E A PRISÃO DE ANTUNES DE ALMEIDA*. Na nota, de título “*VITORIOSA A GREVE DOS TÊXTEIS*”, o jornal afirma que “*A greve dos têxteis está vitoriosa. Pelo menos assim o consideram os grevistas*” (grifo da autora). A pouca ênfase dada ao fim daquela greve que ocupou as páginas d’*A Manhã* diariamente, com manchetes de destaque sugere que não era a vontade dos dirigentes da ANL que a greve tivesse terminado naquele momento. Fica claro que o que esperavam era uma mediação realizada por lideranças aliancistas, e não por representantes do ministério do trabalho. A presença de Fiúza também não agradou aos líderes da ANL. Em momento algum

²⁷⁷ *A Manhã*, 19 de junho de 1935, p.3.

²⁷⁸ O SR. PARREIRAS, O INTEGRALISMO E A POLÍCIA DO SR. EVANGELISTA. *A Manhã*, 22 de junho de 1935, p.3.

Fiúza se reuniu com Sisson, que estava à frente do movimento grevista. Porém, a opção por seu nome partiu de elementos do operariado de Petrópolis, os autores daquele movimento que a aliança declarava ser exemplo para que a militância de todo o país seguisse. Criticá-lo publicamente poderia significar ir contra a vontade daqueles militantes que se mobilizaram em um dos mais expressivos movimentos da efêmera aliança, portanto, é possível que a direção da ANL tenha optado pela omissão do nome de Fiúza, que só aparece nas páginas de outros órgãos de imprensa.

As negociações tiveram êxito, e em 21 de junho, os trabalhadores voltaram às atividades. No caso mais grave, o da Fábrica de Tecidos Aurora, os operários obtiveram um aumento salarial de 15% e a garantia de que nenhum operário seria dispensado em função da greve. Como consequência desse episódio, o ex-prefeito saiu ainda mais prestigiado na cidade, ainda que os representantes da ANL tivessem optado por não vinculá-lo ao movimento grevista, apesar da iniciativa dos operários de Petrópolis.

Valendo-se da Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril de 1935, Vargas assina decreto em julho de 1935, determinando o fechamento da ANL, sob a justificativa de se tratar de um instrumento a serviço do “comunismo internacional”.²⁷⁹ Segundo Anita Prestes, a ANL, na verdade, constituía um perigo para o governo de Vargas, pois como estava atraindo um número crescente de adeptos e simpatizantes, a Aliança poderia transformar-se em uma força capaz de ameaçar a estabilidade do regime²⁸⁰.

Mesmo na ilegalidade, dirigentes da ANL, motivados com a força dos aliancistas em Petrópolis, apostavam em uma greve geral, dessa vez em uma escala nacional. Entretanto, não havia preparação para a desejada greve, tampouco havia mobilização das massas para garantir a resistência à repressão policial. Luiz Carlos Prestes reconhecia que “*Lutas, como a de Petrópolis, precisam ser preparadas e levadas a efeito em todo o Brasil. Depois de umas vinte Petrópolis a insurreição será inevitavelmente vitoriosa*”, ou seja, a preparação para uma insurreição ainda demandaria certo tempo²⁸¹.

Entretanto, comunistas, que conforme foi dito, apoiavam a ANL, acreditavam estar diante de uma situação “revolucionária”, em que o governo de Vargas já se apresentava esgotado. Apostaram que estavam diante do momento propício para a

²⁷⁹ Cf. MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit. p.82. PRESTES, Anita Leocádia. Op. cit. p.10.

²⁸⁰ PRESTES, Anita Leocádia. Op. cit. p.13.

²⁸¹ Ibidem. p.12

execução de uma insurreição popular. Então, em novembro daquele ano, realizaram levantes no Natal, em Recife e no Rio de Janeiro. Esses levantes foram reprimidos e sufocados²⁸².

4.2: As eleições fluminenses no cenário nacional

O Partido Popular Radical (PPR) foi criado no começo dos anos 1920 e apoiou a candidatura do fluminense Nilo Peçanha, em 1922, para a presidência da República. Rapidamente, seus membros ficaram conhecidos como *nilistas*. Com a derrota do candidato, o grupo só retornou ao cenário político entre 1929 e 1930, apoiando a campanha da Aliança Liberal. Após a Revolução de 1930, quando se aproximavam as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, por divergências internas, os *nilistas* se dividiram, dando origem a um novo partido: a União Progressista Fluminense (UPF), liderada por Cristóvão Barcelos e José Eduardo Prado Kelly. O PPR, sob a liderança de Raul Fernandes, José Eduardo de Macedo Soares, Veríssimo de Melo e José Monteiro Soares Filho, tinha como um de seus secretários o ex-prefeito de Petrópolis, Ari Barbosa. Também integrava o quadro do partido outro ex-prefeito da cidade, o engenheiro Oscar Weinschenck²⁸³.

Nas eleições de maio de 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte, o PPR elegeu a maior bancada do estado.

²⁸² MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. P.96-97. PRESTES, Anita Leocádia. Op. cit. p.10.

²⁸³ ABREU, Alzira Álvares de. Verbete Partido Popular Radical. In: ABREU, Alzira Álvares. BELOCH, Isabel. (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

Tabela 4 – Representantes do Rio de Janeiro eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte (PPR e UPF)

UPF	PPR
Nilo Alvarenga	João Guimarães
Prado Kelly	Raul Fernandes
Cristóvão Barcelos	Fernando Magalhães
Gwyer de Azevedo	Oscar Weinschenck
	Macedo Soares
	Fábio Sodré
	Oswaldo Cardoso de Melo
	José Monteiro Soares Filho
	Buarque de Nazaré
	Lemgruber Filho
TOTAL: 4	TOTAL: 10

O PPR tinha fortes bases nos municípios de Angra dos Reis, Araruama, Cabo Frio, Itaocara, Nova Iguaçu, São Pedro da Aldeia, Santana de Japuíba²⁸⁴ e Sapucaia. Petrópolis era uma das principais bases da UPF, assim como Macaé, Barra do Piraí, São Fidelis, Barra Mansa, Itaperuna, Resende, Pádua, Santa Maria Madalena, São João Marcos²⁸⁵, São Francisco de Paula²⁸⁶, Piraí, Rio Claro, Cantagalo, Itaguaí, Bom Jardim, Sumidouro e Saquarema.

Com a proximidade da eleição para governador, acirravam-se as tensões entre os grupos políticos. Dois fatores contribuíam expressivamente para a complexidade da conjuntura política fluminense: assim como nos demais estados, o governo federal não lograra se organizar politicamente de forma autônoma, dependendo de alianças com os tradicionais setores oligárquicos. Em função disso, Ari Parreiras não conseguia dirigir sua própria sucessão, disputada por dois candidatos: de um lado, o almirante Protógenes

²⁸⁴ Corresponde ao município de Cachoeiras de Macacu.

²⁸⁵ São João Marcos foi antigo município fluminense, despovoado e demolido na década de 1940 para a formação de uma represa para a produção de energia elétrica. Parte de seu território pertence hoje ao terceiro distrito do município de Rio Claro.

²⁸⁶ Região do norte fluminense.

Guimarães, apoiado pela Coligação Radical Socialista, e, de outro, o general Cristóvão Barcelos, apoiado pela UPF.²⁸⁷

Naquele mês, foi realizada a eleição para governador no estado do Rio. No momento da votação, o clima foi tenso entre os deputados. Houve tiroteio, saindo feridos o general Barcelos e um parlamentar do Partido Socialista Fluminense. Protógenes venceu o pleito, mas os progressistas entraram com recurso, alegando que as condições de segurança sob as quais a eleição se realizara eram precárias e conseguiram que a Justiça Eleitoral anulasse os resultados e convocasse novas eleições²⁸⁸. Além disso, Barcelos impetrou recurso, acusando Vargas de pressionar os constituintes fluminenses a votar em Protógenes, utilizando como mediador o ministro da Justiça, Vicente Rao. Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, apoiou Barcelos²⁸⁹.

Se após a Revolução Constituinte de 1932, Flores se alinhou a Vargas, desligando-se do Partido Republicano Rio Grandense, a situação em 1935 era bastante diferente. A partir da Revolução de 1932, Flores se fortaleceu, não só em termos políticos, mas também em termos militares. O interventor gaúcho denunciou a Vargas a preparação de um golpe no exército, que tinha como principal articulador o ministro da Guerra, general Góis Monteiro. Sugeriu que Getúlio o demitisse. Naquele período, a questão do reajuste dos vencimentos dos militares estava em pauta. Em reunião realizada com os generais, em abril de 1935, Góis anunciou que caso o Congresso protelasse a discussão sobre o reajuste, pediria demissão em sinal de protesto. Ficou decidido que caso isso viesse a acontecer, nenhum general o substituiria. Porém, a decisão não foi unânime e parte do exército considerou que a medida poderia levar o país a anarquia. Flores da Cunha se aproveitou da situação e conseguiu interferir na pasta do general. No fim do mês, pressionado pelo interventor gaúcho, o governo determinou a exoneração do general Guedes da Fontoura do comando da Vila Militar. Embora tivesse conseguido encaminhar a questão, Góis Monteiro perdera o apoio de Vargas e desgastado pelas frequentes intromissões de Flores da Cunha, Góis Monteiro apresentou sua carta de demissão em 1º de maio, que foi aceita por Vargas.²⁹⁰

²⁸⁷ PECHMAN, Robert. Protógenes Guimarães. In: ABREU, Alzira Álvares. BELOCH, Isabel. (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ CAMARGO, Aspásia [et. al.]. Op. cit. p.77-79.

Na eleição fluminense, se, a princípio, a situação foi favorável a Flores da Cunha, o desfecho foi diferente. Na segunda votação, realizada em 12 de novembro de 1935, Protógenes Guimarães foi eleito governador do Rio de Janeiro por maioria de um único voto. Flores interpretou o resultado da eleição como uma atitude hostil contra o Rio Grande do Sul, corroborada pela omissão de Vargas²⁹¹.

Embora Getúlio estivesse tentando evitar a cisão definitiva, oferecendo ao líder do o Partido Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL), João Carlos Machado, a liderança da maioria na Câmara federal, a posição de Flores da Cunha após o desfecho do caso fluminense foi de que o PRL continuaria a se identificar com algumas posições do governo, mas não o apoiaria mais incondicionalmente²⁹².

Derrotada na eleição estadual, a UPF buscou fortalecer-se nos municípios, já que no ano seguinte, seriam realizadas as eleições para a escolha dos prefeitos fluminenses. Em Petrópolis, crescia a popularidade do interventor radical Carvalho Júnior, que substituiu Yêddo Fiúza. Os progressistas precisavam de alguém para fazer frente ao radical, que viria candidato e o único nome que certamente garantiria a vitória da legenda progressista naquele momento era o do engenheiro gaúcho.

4.3: O engenheiro eleito: Fiúza e a eleição municipal de 1936 em Petrópolis

Na gestão de Carvalho Júnior manteve-se a rescisão contratual com o Banco Construtor do Brasil. A *Tribuna de Petrópolis* diariamente publicava notas e artigos na defesa da manutenção do contrato. Segundo nota publicada no *Jornal do Brasil*, a municipalização do serviço trouxe melhorias.

Os serviços de luz e água vêm sofrendo aos poucos alguns melhoramentos imprescindíveis depois da sua posse pela municipalização. Assim é que tem sido colocadas lâmpadas em vários logradouros que não as possuíam, assim como também reparados encanamentos que estavam estragados e estão sendo substituídos os encanamentos nas ruas Montecaseiros e Paulino Afonso, afim de melhorar a distribuição d'água nessas ruas a qual há muito era deficientíssima, não chegando em várias casas²⁹³.

Os progressistas teciam elogio ao interventor que substituiu Fiúza. Segundo o *Jornal de Petrópolis*, Carvalho Júnior

²⁹¹ Ibidem, p.80-81.

²⁹² Idem.

²⁹³ NOTAS SOCIAIS. PETRÓPOLIS. *Jornal do Brasil*, 7 de fevereiro de 1936, p.10.

sempre nos mereceu o maior acatamento; e sua atuação como governador do município, exatamente porque fora, como ele mesmo o prometera, uma continuidade da administração benemerita de Yêddo Fiúza, de nós só teve solidariedade e aplausos²⁹⁴.

Entretanto, Carvalho Júnior fazia parte do PPR. O governador Protógenes se comprometera a entregar as interventorias municipais a membros do partido vencedor no município, portanto, os progressistas já esperavam a vinda de um representante para Petrópolis²⁹⁵.

Fiúza era assunto recorrente no periódico, que se esforçava para mantê-lo presente na memória dos leitores. Retratos de Fiúza eram publicados frequentemente, acompanhando as reportagens e artigos. Os progressistas elogiavam a municipalização dos serviços de luz, classificando-a como um ato revolucionário e heróico. Além disso, publicavam com frequência as obras do engenheiro à frente da Comissão de Estradas de Rodagem, a exemplo da construção da Estrada da Providência, via de acesso à Rio-Petrópolis, que ligaria o 1º Batalhão de Caçadores à rodovia, passando pelo bairro Valparaíso, e das melhorias ao longo da estrada União e Indústria, antiga via que ligava Petrópolis à Juiz de Fora²⁹⁶.

O próprio engenheiro manteve sua inserção junto aos diferentes grupos sociais de Petrópolis. Assim como em 1935 visitou em companhia de Vargas a exposição pecuária, em fevereiro do ano seguinte, foi um dos patrocinadores do Chá das Hortênsias, festa dançante realizada no Tênis Clube de Petrópolis, promovida pela Associação Brasileira de Combate à Tuberculose. Da lista de patrocinadores, participavam ainda Getúlio Vargas, o deputado progressista Eduardo Duvivier e o intelectual católico Alceu Amoroso Lima. O chá foi servido, conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, por mulheres da alta sociedade carioca e petropolitana, como Lilina Macedo Soares, Elsa e Wanda Mayrink, do Rio de Janeiro, e as petropolitanas Ana Cecília e Zilah Sá Earp²⁹⁷.

No dia 06 de fevereiro, os rodoviários entregaram ao Ministro da Viação, Marques dos Reis, um memorial com 1.200 assinaturas, que incluíam engenheiros, funcionários e operários, solicitando a permanência de Fiúza no cargo de diretor da Comissão de Estradas de Rodagem Federais.

²⁹⁴ DEPOIS DO OUTRO DIA. *Jornal de Petrópolis*, 2 de fevereiro de 1936, p.1.

²⁹⁵ DEPOIS DO OUTRO DIA. *Jornal de Petrópolis*, 2 de fevereiro de 1936, p.1.

²⁹⁶ ESTRADAS DE RODAGEM. *Jornal de Petrópolis*, 4 de fevereiro de 1936, p.1

²⁹⁷ CHÁ DAS HORTÊNSIAS. *Jornal do Brasil*, 7 de fevereiro de 1936, p. 10.

A unanimidade dos que trabalham na Comissão de Estradas de Rodagem Federais vem muito respeitosamente solicitar a prestigiosa influência de v. ex. no sentido de evitar que a Comissão de Estradas de Rodagem Federais fique privada do concurso do seu chefe, o ilustre dr. Yêddo Fiúza, ora indicado para servir outro alto setor da administração pública federal. Inútil seria encarecer à v. ex. o que tem sido a ação desenvolvida pelo dr. Yêddo Fiúza à frente dos destinos desta Comissão onde soube se impor a todos indistintamente, como técnico capaz, administrador probo, justo e enérgico, dotado de vontade de realizar e impermeável a qualquer solicitação que não seja a do interesse público²⁹⁸.

Dias depois, Fiúza foi nomeado novamente para assumir o cargo de interventor de Petrópolis, acumulando a função de chefe da CNER. No dia da posse, 13 de fevereiro, recebeu dezenas de telegramas. O *Jornal de Petrópolis* publicou uma lista longa das mensagens que o engenheiro recebeu ao retornar ao executivo petropolitano, que incluía felicitações do então deputado federal gaúcho Salgado Filho; de 21 ferroviários; do secretário geral da Diretoria do Automóvel Club do Brasil, Nelson Pinto; do gaúcho Antunes Maciel, ex-ministro da Justiça. A recondução de Fiúza à interventoria selou seu vínculo com a União Progressista Fluminense. Pela primeira vez, Fiúza é citado como um membro do grupo progressista, conforme o trecho a seguir: “Vitória da União Petropolitana, partido pujante, de programa definitivo e no qual a personalidade de Yêddo Fiúza se destaca numa auréola de prestígio imenso como membro de um partido”.²⁹⁹ A União Petropolitana foi um grupo político organizado pelos progressistas em Petrópolis para concorrer à eleição de 1936.

As casas comerciais dispensaram os funcionários mais cedo e fecharam as portas para a solenidade de posse de Fiúza. O engenheiro foi empossado oficialmente em Niterói, na Secretaria do Interior e Justiça do Estado. O deputado federal progressista Eduardo Duvivier acompanhou a solenidade, assim como os deputados estaduais Romão Júnior, Nelson Pinheiro, Moraes Souza, Marcio Alves, Emílio Mesquita, Geraldo Imbassahy, José Augusto Cardoso de Lemos, José Simões, Virgílio de Sá Pereira Júnior, Pedro Steel, Álvaro Moutinho e engenheiro Emídio Maia Santos.

Após a posse, Fiúza, Duvivier e Romão Júnior foram para Petrópolis. Mais de quatrocentos automóveis o acompanharam do bairro Quitandinha ao centro de Petrópolis. Em frente ao palácio da Prefeitura, então na Praça Visconde de Mauá, uma multidão o aguardava. Carvalho Júnior transmitiu o governo a Fiúza, em uma

²⁹⁸ OS RODOVIÁRIOS DESEJAM A PERMANÊNCIA DO DR. YEDDO FIÚZA NA CHEFIA DA COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM FEDEAIS. *Jornal de Petrópolis*, 7 de fevereiro de 1936, p.1.

²⁹⁹ CONSAGRAÇÃO POPULAR. *Jornal de Petrópolis*, 14 de fevereiro de 1936, p.1.

solenidade no gabinete do Prefeito. Discursaram Duvivier, o deputado estadual Moraes e Souza, Paulo Werneck, Deputado Lupério Santos, Oswaldo Queiroz Teixeira, Décio Cesário Alvim, Mário Cardoso de Miranda, tenente Queiroz de Vasconcelos, deputado Romão Júnior e Plínio Leite. Fiúza, da sacada do palácio, discursou brevemente para a multidão que o assistia do lado de fora. *“Minha gratidão por Petrópolis a própria vida não paga. Quem governará aqui não será Yêddo Fiúza: será o povo petropolitano”*. A banda do 1º Batalhão de Caçadores homenageou o regresso de Fiúza e Décio Cesário Alvim declamou um soneto de sua autoria, homenagem ao engenheiro na porta da Prefeitura:

LOUVADO SEJA DEUS

Petrópolis se agita. As ruas se engalanam.
O povo volta, em massa, ao centro da cidade.
Um delírio de festa os corações invade,
Incontidos anhelos corações irmanam.

São milhares de bocas, vozes que proclamam
O destemor altivo e puro da verdade:
Só buscamos, aqui, louvar a honestidade
E as mãos que, sobre nós, o bemfazer derramam...

Ó Deus, Onnipotente e Justo que, da altura,
Nos destes a esperança verde, que vivia,
Embalada na fé, cantando e nosso peito!...

Ouviste-nos, Senhor, nas horas de amargura,
Destes ao povo a glória excelsa deste dia,
Permitindo que o povo aclame seu Prefeito!

Ao nomear Fiúza para a interventoria de Petrópolis, o governador radical eleito, Protógenes Guimarães, sofreu críticas de seus correligionários. Por parte dos progressistas, o governador foi elogiado.

A união petropolitana que, de modo insofismável, mostrou pujança do seu valor político neste município e, aliando-se com o seu incontestável prestígio à União Progressista Fluminense, concorreu de um modo decisivo para a sua vitória no último pleito do Estado, vê com sincera alegria cívica a atitude patriótica do governador Protógenes Guimarães, conferindo de fato o governo dos municípios nos partidos neles politicamente predominantes. É um gesto democrático e invulgar que muito o recomenda a estima e ao apreço dos seus concidadãos.

Aqui nos encontramos, pois, no gozo de um direito leal e plenamente reconhecido pelo governador a quem não demos o nosso voto, mas cujas

virtudes cívicas e nobres de caráter não podemos deixar de proclamar, diante das suas atitudes para conosco³⁰⁰.

Figura 8: Multidão assistindo a posse de Yêdô Fiúza³⁰¹



Em 23 de abril, o *Jornal de Petrópolis* publicou uma reportagem denunciando as precárias instalações do Banco Construtor do Brasil em Petrópolis e acusou a empresa de estar articulando o financiamento da campanha de candidatos do Partido Radical para a eleição municipal de Petrópolis.

Quando o almirante Protógenes Guimarães tomou as rédeas do governo fluminense, o Sr. Carvalho Júnior era, para os Radicais, o pior prefeito possível. Assim pensando foi que as fracas forças de que aquela agremiação partidária podia dispor puseram-se em febril atividade no sentido de afastar do cargo o então prefeito e substituí-lo, nessa função, por Alcindo Sodré, o namorado paciente.

E tudo se tentou junto ao governo do Estado, e tudo se fez por pior que fosse, visando arrancar da Prefeitura o Sr. Carvalho Júnior, que, não obstante, permaneceu no cargo, até que a União Petropolitana indicasse o seu candidato, que outro não poderia ser senão o que foi, o do povo, o da grande maioria petropolitana: o Sr. Yêdô Fiúza”.³⁰²

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ **Jornal de Petrópolis**, 15 de fevereiro de 1936, p.1.

³⁰² PETRÓPOLIS TEM UM GOVERNO, **Jornal de Petrópolis**, 24 de abril de 1936, p.1.

Em função da circular do governo do estado, que determinava que os candidatos a prefeito que estivessem exercendo a função deveriam deixar os cargos, Fiúza pediu exoneração no início de maio de 1936, visando concorrer ao pleito de junho. Protógenes Guimarães nomeou o capitão Senna e Silva para assumir a interventoria.³⁰³

Entretanto, a candidatura, que parecia certa, até pelo afastamento de Fiúza de seu cargo, apresentou momentos de dúvida. O prestígio de Fiúza era reconhecido pelos progressistas, como revela o seguinte trecho abaixo extraído de um artigo do *Jornal de Petrópolis*: “Invalidar essa popularidade ou transferi-la a outrem é tentativa vã, é esforço inútil, é trabalho inglório, que só pode diminuir ainda mais os que já tão desmoralizados estão no conceito do povo”.³⁰⁴

Enquanto Carvalho Júnior, candidato radical, anunciava seu programa de governo na *Tribuna de Petrópolis*, concedendo entrevista ao periódico, na candidatura de Fiúza, sustentada pelos progressistas, faltava a voz do ator principal e os membros do PPR, que organizaram a Frente Popular para a eleição de 1936, afirmavam que Fiúza não tinha intenção de sair candidato.

Em uma desastrosa tentativa de afirmar a candidatura de Fiúza, o *Jornal de Petrópolis* a colocou ainda mais em dúvida. O jornal publicou o desfecho de uma reunião entre o engenheiro e lideranças progressistas, que foram até a residência do engenheiro solicitar que ele aceitasse a candidatura. Fiúza afirmou que não seria capaz de apresentar a sua candidatura ao cargo de Prefeito de Petrópolis porque não era candidato.

A *Tribuna* afirmou que Fiúza não estava disposto a assumir o governo de Petrópolis caso fosse eleito, porque estava profissionalmente satisfeito na direção das Estradas de Rodagem³⁰⁵. Aproveitando-se da ausência de Fiúza na campanha, publicou as vésperas da eleição um suposto telegrama assinado por Fiúza, enviado ao governador do estado:

Tivesse eu pretensões a cargos eletivos não teria assumido [a] Prefeitura de Petrópolis [no] período pré-constitucional; considerando-me sempre demissionário deponho irrevogavelmente neste momento o cargo [de] prefeito [nas] mãos [do] governo [do] estado esperando imediata designação [de] meu substituto.

³⁰³ O DR. FIUZA DEIXOU A PREFEITURA. *Jornal de Petrópolis*, 06 de maio 1936.

³⁰⁴ JUSTO PRESTÍGIO. *Jornal de Petrópolis*, 16 de maio de 1936, p.1.

³⁰⁵ O DR. YEDDO FIÚZA NÃO ASSUMIRÁ O GOVERNO DE PETRÓPOLIS. *Tribuna de Petrópolis*, 05 de julho de 1936, p.1.

Para a *Tribuna de Petrópolis*, a eleição do candidato radical seria para Petrópolis um exemplo de independência e civismo. Segundo o jornal, “o governo, nas suas mãos, não será uma tutoria exercida por compadres, porém o desempenho de graves funções a bem do nosso povo”³⁰⁶.

Em contrapartida, os progressistas acusavam a *Tribuna de Petrópolis* de ter se vendido ao Banco Construtor do Brasil.

A Tribuna leva o seu apego ao Banco ao ponto de envolver de certo modo, na campanha impopular de que se faz paladina, com propósitos visivelmente politiquieiros, o nome de José de Carvalho Júnior, que está sendo lamentavelmente joguete nas mãos de uns tantos cidadãos que vegetam dentro e ao redor da Tribuna, atraídos pelas 'promessas' do Banco Construtor. (...)³⁰⁷

Confirmada a candidatura de Fiúza, as críticas dos adversários concentraram-se nos ataques a falácia do caráter apolítico que Fiúza sustentava em seus discursos.

O apoliticismo do ex-prefeito tem sido apregoado em todos os tons. Nada, porém, menos verdadeiro.
 (...)

O dr. Yêddo Fiúza ... é candidato.

Não é político, mas... ainda uma vez... deixa-se indicar para cargo político, tal como no Clube 3 de Outubro.

Deixa-se apresentar como candidato de UM PARTIDO POLÍTICO para depois dar-lhe a paga.

Fica-se a pensar se, para salvar a coerência das suas atitudes, está o Sr. Yêddo esperando ser eleito afim de que, satisfeita sua vaidade, escape aos correligionários renunciando.³⁰⁸

Para a *Tribuna*, Fiúza, intencionalmente, quis dar a impressão de ser compelido a aceitar sua candidatura, enquanto esta já estava acertada há tempos, sendo uma estratégia da campanha progressista³⁰⁹.

A União Petropolitana contou com os seguintes candidatos a vereadores:

³⁰⁶ CONSIDERAÇÕES GERAIS (Pelo nosso candidato). **Tribuna de Petrópolis**, 02 de julho de 1936, p.1.

³⁰⁷ VENDIDA AO BANCO CONSTRUTOR! **Jornal de Petrópolis**, 20 de maio de 1936, p. 1.

³⁰⁸ DOCEMENTE CONSTRANGIDO. **Tribuna de Petrópolis**, 05 de julho de 1936, p.1.

³⁰⁹ Idem.

Tabela 5: Candidatos a Câmara Municipal pela União Petropolitana³¹⁰

NOME	PROFISSÃO
Alberto Becker	Comerciário
Álvaro Correa Bastos Júnior	Advogado
Alynthor Silveira Werneck de Carvalho	Médico
Carlos de Azevedo Loureiro Canedo	Comerciante
Carlos de Magalhães Bastos	Industrial
Carlos Rodrigues Vianna	Comerciante
Ernest Queiroz de Vasconcellos	Solicitador
Francisco Silva	Ferrovário
Hermogêneo Soares	Transportes
José Fernandes Carlos	Industrial
José Magalhães Rattes	Advogado
Oswaldo de Queiroz Teixeira	Operário
Paulo Franco Werneck	Lavrador
Plínio Ribeiro Batista Leite	Professor
Sebastião de Oliveira Mello	Operário

³¹⁰ **Jornal de Petrópolis**, 30 de junho de 1936, p.1.

Figura 9: Reprodução de panfleto da União Petropolitana³¹¹

YEDDO GUZZA

PARA VEREADORES

Alberto Becker, comerciante.	Hermogeno Soares, transportes.
Alvaro César Bastos Junior, advogado.	José Fernandes Carlos, industrial.
Alythor Silveira Werneck de Carvalho, medico.	José de Moraes Rattes, advogado.
Carlos de Azevedo Loureiro Casado, comerciante.	Oswaldo de Queiroz Teixeira, operario.
Carlos Magalhães Bastos, industrial.	Paulo Franco Werneck, lavrador.
Carlos Rodrigues Vianna, comerciante.	Plínio Ribeiro Baptista Leite, magisterio.
Ernesto Queiroz de Vasconcellos, solicitador.	Sebastião de Oliveira Mello, operario.
Francisco Silva, ferroviario.	

³¹¹ Idem.

Figura 10: Material da campanha da União Petropolitana (frente) ³¹²

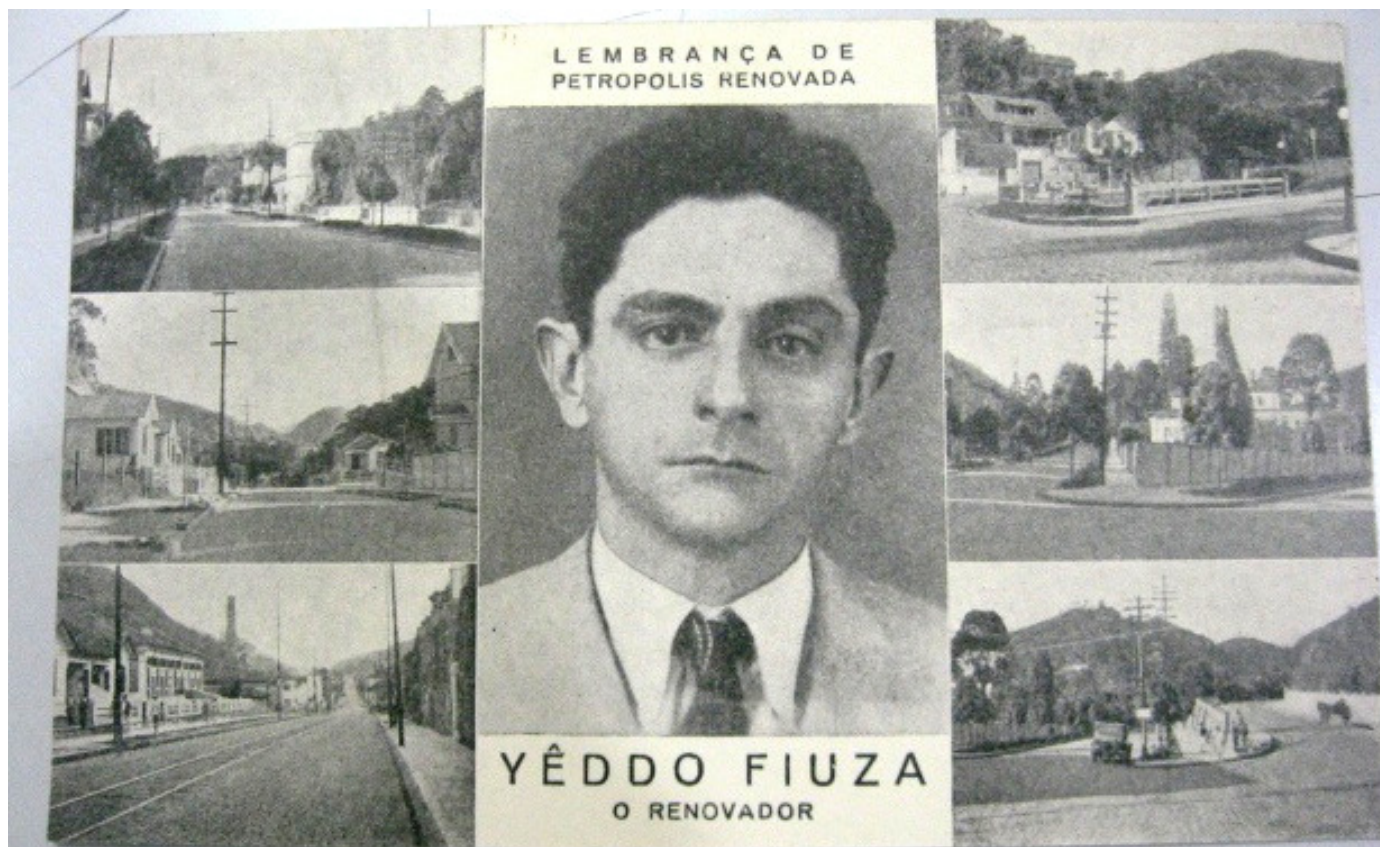
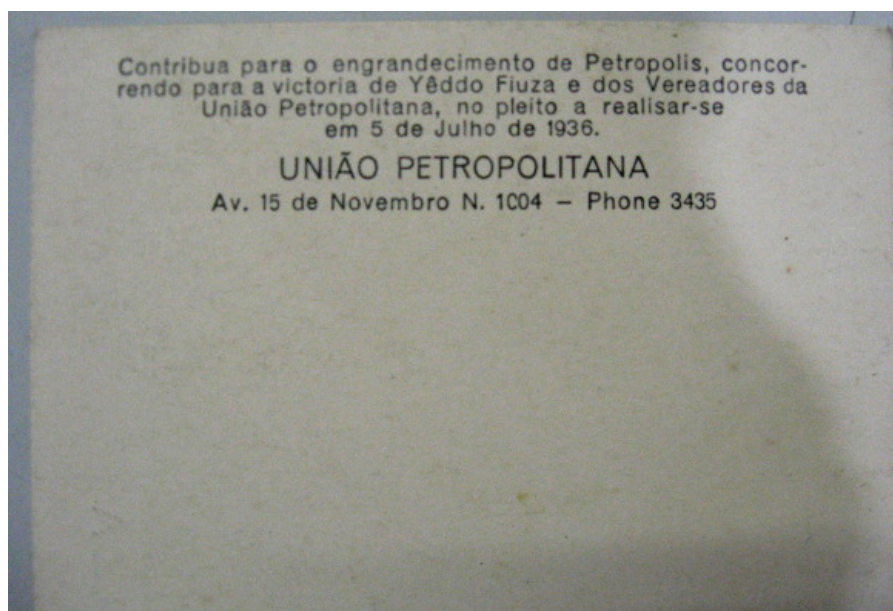


Figura 11: Material da campanha da União Petropolitana (verso) ³¹³



³¹² Na imagem, uma seleção de lugares de Petrópolis onde Fiúza realizou reformas urbanísticas. Pasta Yêddo Fiúza. Sala Petrópolis. Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis.

³¹³ Idem.

Nos últimos dias, a campanha de Yêddo Fiúza atuou de forma intensa. Um avião sobrevoou o centro da cidade, atirando panfletos coloridos da campanha. A mesma aeronave soltou um ramallete de flores preso a um paraquedas, com uma dedicatória feita pelo engenheiro.³¹⁴

Na eleição de 5 de julho, Fiúza saiu vitorioso, com 4.292 votos, 66% do total. Carvalho Júnior recebeu 1392 votos e o candidato integralista Figueira de Mello, 783 votos. A União Petropolitana conseguiu eleger dez dos 15 vereadores.

Tabela 6: Resultado da eleição municipal de 1936 – Petrópolis – Vereadores eleitos

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Carlos Magalhães Bastos	União Petropolitana	451
Alcindo Sodré	Frente Popular	446
Paulo Franco Werneck	União Petropolitana	438
Sebastião de Oliveira Melo	União Petropolitana	385
Francisco Silva	União Petropolitana	330
Carlos Canedo	União Petropolitana	319
Álvaro Bastos	União Petropolitana	291
Oswaldo Queiroz Teixeira	União Petropolitana	275
Alberto Becker	União Petropolitana	270
Alynthor Werneck	União Petropolitana	251
Paulo Barros Franco	Frente Popular	244
Hermogêneo Soares	União Petropolitana	230
Pedro Hees	Integralismo	208
João Monsa	Integralismo	169
Osório Teixeira da Silva	Frente Popular	124

No período em que corria a apuração dos resultados, foi divulgada a notícia de que o nome de Fiúza apareceu em uma lista encaminhada pelo Partido Republicano do Maranhão a Getúlio Vargas, como um substituto para Aquiles Lisboa no governo do estado. Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, reproduzida pelo *Jornal de Petrópolis*, Fiúza declarou-se surpreso com a notícia.

³¹⁴ **Jornal de Petrópolis**, 07 de julho de 1936 p.1

Devo dizer-lhe que recebi com surpresa tal notícia, lendo-a num jornal. Nada sei, porém, oficialmente. Conheço bem o povo maranhense pois no início da minha carreira, fui trabalhar no Maranhão, onde passei cerca de três anos. Mas nunca fiz política, a qual me conservo avesso³¹⁵.

Perguntado se preferia Petrópolis ao Maranhão, Fiúza respondeu:

Como disse, sou avesso à política. Tudo hei de fazer para me conservar dela afastado. O caso de Petrópolis, porém, tocou-me a alma. E eu tinha que retribuir o afeto e a confiança que o povo petropolitano em mim havia depositado. Aliás, quando fui nomeado prefeito da cidade serrana, procurei, unicamente, administrar, sem me preocupar com partidos políticos. O povo começa a compreender a necessidade de administradores na verdadeira acepção da palavra. Daí a sufragação do meu nome no pleito municipal³¹⁶.

Na posse de Fiúza, a Associação Comercial e o Sindicato dos Comerciantes de Petrópolis publicaram uma nota no *Jornal de Petrópolis*, solicitando que as indústrias e os estabelecimentos comerciais fizessem uma paralisação de 12h às 16h, para que os comerciantes, industriais, comerciários e operários pudessem acompanhar a cerimônia de posse do engenheiro.

Ao invés de publicar discursos ou entrevistas em que Fiúza desse seu posicionamento sobre a eleição e o percentual expressivo de votos que recebeu, Eduardo Duvivier foi a voz do prefeito eleito e da União Petropolitana. A edição do *Jornal de Petrópolis* que noticiou a posse do prefeito e dos vereadores deu amplo destaque a Duvivier. Em todas as fotos em que aparece, Fiúza está ao lado do deputado. Ao invés da reprodução do discurso de posse, o jornal limitou-se a registrar as poucas palavras que encerraram o discurso do prefeito eleito, que foram publicadas em caixa alta. “NO DIA EM QUE EU NÃO PUDER GOVERNAR DE ACORDO COM A VONTADE DO POVO, ENTREGAREI A ESSE POVO GENEROSO E FORTE O PODER QUE ME CONFIU”.

A escolha dessas palavras indica que o jornal quis registrar a possibilidade de Fiúza não cumprir o seu mandato. A ênfase, tanto textual quanto iconográfica, dada ao deputado progressista aponta que aquela vitória foi da agremiação política da qual ele era o líder, e não uma vitória pessoal de Fiúza; Em seguida, Duvivier fez o seu discurso.

³¹⁵ DECLARAÇÕES DO FUTURO PREFEITO DE PETRÓPOLIS. *Jornal de Petrópolis*, 26 de julho de 1936, p.1.

³¹⁶ Idem.

Figura 12: Eduardo Duvivier e Yêddo Fiúza na posse do engenheiro³¹⁷



Legenda: **Da esquerda para direita: O deputado federal Eduardo Duvivier e Yêddo Fiúza**

³¹⁷ Jornal de Petrópolis, 06 de agosto de 1936, p.1.

Figura 13: Yêdô Fiúza, Eduardo Duvivier, vereadores eleitos e deputados progressistas



Em editorial assinado naquela edição do *Jornal de Petrópolis*, o deputado afirmou que o governo unionista abriria espaço para a atuação dos vereadores radicais e integralistas.

E porque a União Petropolitana é a organização política de todos os elementos que desejam bem servir ao Município, ao Estado e à Federação, ela conta com o apoio não só daqueles que a ela se filiaram e que constituíram a maioria absoluta desta Câmara, como também dos que não lhe acompanharam a orientação mas cujo propósito último é o mesmo.

Ela espera que a Petrópolis deem o seu concurso todos que amam esse privilegiado trecho da terra brasileira; não precisa para justificar o seu apelo citar nomes; como exemplo, apenas evoca o deste grande amigo de

Petrópolis, o deste tão elevado espírito, que é o dr. Alcindo Sodré; do seu prestígio pessoal e das suas luzes, muito há de lucrar a Câmara Municipal; do integralismo, aqui representado pelos nomes mais respeitáveis, mais dignos de estima e consideração em virtude dos seus elevados dotes de caráter e inteligência, espera também a necessária colaboração³¹⁸

No dia seguinte a sua posse, Fiúza solicitou licença de dois meses para dar continuidade aos projetos da Comissão de Estradas de Rodagem, fomentando as suspeitas dos radicais, de que não exerceria o seu mandato. Nesse período foi substituído por Magalhães Bastos. A *Tribuna* deu início a uma campanha contra a licença de Fiúza. No dia 1º de setembro de 1936, o jornal, baseando-se no artigo 33, n.2 da Constituição Federal, combinando com o artigo 33 § 1, n.2, afirmou que funcionário público demissível *ad nutum* eleito deputado ou prefeito, perde o mandato se exercer aquele cargo. Portanto, juridicamente, Fiúza já havia perdido o mandato, pois não tinha se demitido em tempo útil do cargo de diretor da Comissão de Estradas Federais. Com a medida, o cargo de prefeito seria declarado vago e seria necessária nova eleição, nos termos da Constituição do estado naquele período.³¹⁹

A situação chamou atenção da imprensa fluminense. No estado e na capital, crescia os rumores de que Fiúza renunciaria ao seu mandato. Para o jornal *O Estado*, de Niterói,

Petrópolis, considerado o Waterloo político do partido Radical, é hoje o centro que mais preocupa o governo e os políticos fluminenses, dado o prestígio pessoal do prefeito Yêddo Fiúza que, eleito pelo povo, sem compromisso de ordem partidária, não quer saber dos políticos, chegando mesmo a declarar que a sua administração será colocada à margem dos partidos, devolvendo o mandato ao povo caso não consiga se manter alheio as injunções políticas³²⁰.

A União Petropolitana, logo após a posse dos candidatos eleitos, entrou em crise e o pivô da desavença foi Carlos de Magalhães Bastos. Parte dos progressistas, representados pelo deputado Romão Júnior, defendiam que o presidente da câmara deveria ser de um vereador com formação jurídica ou pelo menos radicado no município. Defendiam que Álvaro Correia Bastos Junior ou Paulo Franco Werneck

³¹⁸ DUVIVIER, Eduardo. A UNIÃO PETROPOLITANA CONSEGUIU RESTITUIR A PETRÓPOLIS O SEU GRANDE PREFEITO. **Jornal de Petrópolis**, 06 de agosto de 1936, p.1.

³¹⁹ PERDA DE MANDATO. **Tribuna de Petrópolis**, 1º de setembro de 1936, p.1.

³²⁰ SIMPLES DIVERGENCIA DE ORDEM POLÍTICA. **Tribuna de Petrópolis**, 16 de setembro de 1936, p.1

ocupassem a função. A ala dissidente articulou-se em torno do Partido Liberal Fluminense³²¹.

Em outubro, em função de uma crise na prefeitura do Distrito Federal, Vargas cogitou intervir no executivo carioca, nomeando um interventor. Foram cogitados os nomes do padre Olímpio de Melo, major Carneiro de Mendonça, capitão João Alberto e Yêddo Fiúza³²². A notícia deixou os ânimos petropolitanos ainda mais exaltados. Quatro dias depois, no entanto, Fiúza regressou de sua licença e reassumiu a Prefeitura de Petrópolis.

As tensões ocorriam em diferentes esferas. Embora a Constituinte de 1934 tivesse reduzido os conflitos entre reformistas e liberais, o panorama após a sua instalação foi uma coexistência precária entre ordem política e ordem econômica e social. A primeira estava nas mãos dos governos e partidos estaduais e a segunda, tornava-se cada vez mais dependente do executivo nacional³²³.

4.4: Pelas Estradas de Rodagem: a saída de Yêddo Fiúza da Prefeitura de Petrópolis e sua atuação durante o Estado Novo

A gestão de Fiúza teve que enfrentar o problema do transporte urbano no município. As reclamações a respeito do serviço dos bondes eram frequentes. Alegando descaso com o serviço da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, Fiúza enviou mensagem à Câmara Municipal, solicitando a denúncia do contrato de concessão e a extinção do serviço. No contrato com o município, a Companhia se comprometia em estender as linhas até os quarteirões. Como não o fez, o prefeito alegou descumprimento por parte da empresa para dar fundamento a um processo de rescisão, que não foi concluída em sua gestão³²⁴.

Fiúza fomentou a criação do Museu de Petrópolis e criou a Comissão do Centenário de Petrópolis, que reuniu grupos de historiadores para organizar uma publicação sobre os 100 anos da cidade, que foram completados em 1945. Também

³²¹ Idem.

³²² INTERVENÇÃO NO DISTRITO FEDERAL? *Tribuna de Petrópolis*, 1º de outubro de 1936.

³²³ CAMARGO, Aspásia [et. al.]. Op. cit. p.249.

³²⁴ Cf. OS BONDES. *Tribuna de Petrópolis*, 19 de janeiro de 1937, p.2. SANTOS, Joaquim Eloy. **Perdemos o bonde**. 03 de agosto de 2000. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <WWW.ihp.org.br>. Acesso em: 12 jan 2012; Os bondes foram retirados de circulação em 15 de julho de 1939, na gestão do interventor Carlos Magalhães Bastos.

sistematizou a organização do Instituto Histórico de Petrópolis, que foi criado oficialmente 24 de setembro de 1938³²⁵.

A divisão de Fiúza entre a atuação junto a Comissão de Estradas de Rodagem e o município de Petrópolis permeou o seu mandato e foi o mote de seus opositores. Segundo a *Tribuna*, Fiúza solicitaria em agosto de 1937 uma licença de três meses, que seria prorrogada por igual período, para dedicar-se ao trabalho na comissão, que estava se transformando no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens Federais (DNER), do qual Fiúza foi nomeado diretor. Entretanto, em função das pressões políticas, o engenheiro desistira da licença³²⁶.

Fiúza fixou residência no Rio de Janeiro e passou a ir a Petrópolis de uma a duas vezes por semana, para despachar o expediente da Prefeitura³²⁷, o que foi utilizado como argumento para a oposição, que ainda se manifestava em defesa do Banco Construtor. Naquele período ainda tramitava a questão entre a Prefeitura de Petrópolis e a empresa. Esta deu início a instalação de postes nas ruas Bingen e Carlos Gomes. Ao saber da obra, o prefeito determinou que funcionários da prefeitura arrancassem os postes, quebrando o material e atirando nos rios adjacentes às ruas. Como o serviço de distribuição de energia elétrica ainda estava sob poder do município, Fiúza considerou ilegal a interferência da empresa.³²⁸

As articulações políticas em torno das eleições previstas para 1938 ocorriam a todo o vapor e as forças políticas regionais se arregimentaram em torno de duas candidaturas: de um lado, a do paulista Armando de Sales Oliveira, que tinha o apoio do Partido Constitucionalista de São Paulo, do governador gaúcho Flores da Cunha e das facções oposicionistas da Bahia e de Pernambuco, que formaram a União Democrática Brasileira. De outro lado, o paraibano José Américo de Almeida, que recebeu o apoio do situacionismo mineiro, paraibano e baiano, bem como das facções oposicionistas do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Libertador (PL) rio-grandense. Na disputa estava também o candidato integralista Plínio Salgado³²⁹.

³²⁵ SANTOS, Joaquim Eloy. O controvertido Fiúza. **Tribuna de Petrópolis**, 07 de outubro de 2001. Caderno Especial 90 anos. p.13.

³²⁶ NÃO PEDIU LICENÇA. **Tribuna de Petrópolis**, 26 de agosto de 1937, p.1.

³²⁷ SOMBRAS DE UMA ADMINISTRAÇÃO. **Tribuna de Petrópolis**, 09 de outubro de 1937.

³²⁸ UM ATO IRREFLETIDO. **Tribuna de Petrópolis**, 10 de outubro de 1937, p.1.

³²⁹ MARTINS, Luciano. Estado Novo. ABREU, Alzira Álvares. BELOCH, Isabel. (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

Getúlio Vargas envolveu-se indiretamente no processo. Estimulou o lançamento de José Américo, sem, no entanto, apoiar oficialmente qualquer um dos candidatos; advertiu para a possibilidade de a atmosfera da campanha eleitoral reacender agitações de rua, enquanto cultivava o apoio dos camisas-verdes. Também consolidou lealdades pessoais em plano regional e no interior do aparelho de Estado³³⁰. No entanto, a eleição não aconteceu.

Na verdade, antes mesmo do lançamento da candidatura José Américo já estava redigida (por Francisco Campos) a futura Constituição de 1937. A etapa seguinte foi a da articulação do golpe no nível dos governadores (missão Negrão de Lima), da consolidação do esquema militar (Góis foi nomeado para a chefia do Estado-Maior e o general Dutra para o Ministério da Guerra) e da espera do momento oportuno para a ação. Este surgiu sob a forma da “descoberta” do Plano Cohen, solenemente anunciada pelo general Dutra à nação a 30 de setembro. No dia seguinte o Congresso votou a suspensão das garantias constitucionais e, duas semanas depois, o controle pelo Exército da milícia do Rio Grande do Sul e a fuga do governador Flores da Cunha para o Uruguai liquidaram a última base de sustentação da candidatura Armando Sales. Benedito Valadares (então governador de Minas e articulador político de Vargas) diria mais tarde em suas memórias, resumindo uma certa concepção política, típica de toda uma época: “É interessante observar o ser possível fazer-se uma revolução (*sic*) às claras, sem o povo desconfiar.” Sem provocar maiores resistências, a 10 de novembro foi fechado o Congresso, outorgada a nova Constituição e proclamado o Estado Novo³³¹.

O golpe de 1937 significou o desfecho relativamente pacífico das tensões que caracterizaram o Brasil na década de 1930 e que tinham natureza nas questões regionais e no papel central que os estados desempenhavam na política nacional, conforme a lógica do regime vigente³³². O golpe pode ser considerado silencioso porque

quando chegou, não encontrou resistências. Os projetos alternativos ao modelo corporativo vitorioso revelaram, no decorrer deste processo, fraca consistência, e os atores com eles comprometidos foram pouco a pouco eliminados no entrechoque das forças políticas, para o que muito contribuíram suas próprias contradições internas.

(...) fica evidente, portanto que a derrubada da República Velha não se consumou com a Revolução de 1930, mas apenas iniciou-se então, com a tomada de poder pelas oligarquias dissidentes em aliança com uma jovem oficialidade modernizante, constituída principalmente de tenentes. Após um processo marcado por várias etapas, o golpe de 1937 representou uma acomodação forçada, obtida através do controle crescente das classes dirigentes sobre os diferentes segmentos da sociedade, e sobretudo, pela triagem dos quadros políticos³³³.

³³⁰ Idem.

³³¹ Idem.

³³² CAMARGO, Aspásia [et. al.]. Op. cit. p.249.

³³³ Idem.

Para Maria do Carmo Campello de Souza, três mecanismos foram fundamentais ao processo de centralização e a garantia da ampliação de poderes do Executivo federal: o sistema de interventorias, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o conjunto de institutos, autarquias e grupos técnicos. As interventorias já haviam sido utilizadas em 1930, tiveram papel fundamental no Estado Novo.

O sistema de interventorias, pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados, nem era esse seu intuito. Não obstante, enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência no controle do estado, mas sim ao beneplácito do Executivo federal. Removia-se, assim, boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito aberto com elas ou sequer acenasse com qualquer ameaça a seus interesses econômicos. Compatibilizava-se assim o mínimo necessário e o mínimo possível de mudança: configurava-se a ditadura modernizante no combate à descentralização oligárquica da República Velha, forjando um novo modelo de articulação entre as forças políticas, padrão esse que garantia, ou visava garantir, certo grau de autonomia ao poder federal para a efetivação de medidas econômicas urgentes e de grande envergadura para o período³³⁴.

O DASP, criado em 1938, tinha como objetivo a realização de um estudo global do país, para então instituir mudanças administrativas e econômicas. Esse departamento ramificava-se em órgãos estaduais, chamados *daspinhos*, que operavam como legislativos estaduais, como corpo supervisor para os interventores e para o Ministério da Justiça. Os decretos e leis estaduais só tinham validade quando sancionados pelos presidentes do *daspinho*. Os interventores municipais também tinham que se submeter diretamente ao presidente do *daspinho* de seu estado³³⁵. Por fim, os institutos, autarquias e grupos técnicos funcionavam como instrumentos de intervenção e controle da economia. Souza agrupou esse conjunto em quatro categorias: 1) órgãos com atuação no setor agrícola, como os institutos do Pinho, do Sal, do Alcool e o Conselho Nacional do Café; 2) órgãos destinados a aplicar incentivos às indústrias privadas, a exemplo do Conselho Nacional de Política Industrial; 3) órgãos destinados à implantação, ampliação ou remodelação de serviços básicos de infraestrutura para a industrialização, como as comissões do Vale do Rio Doce, do Plano Siderúrgico Nacional e do Plano Rodoviário Nacional; 4) órgãos destinados a ingressar diretamente em atividades produtivas, onde destacou-se a Petrobrás³³⁶.

³³⁴ SOUZA, Maria do Carmo Campello. Op. cit. p.89.

³³⁵ Ibidem, p.96.

³³⁶ Ibidem, p.99.

A partir do golpe, consolidou-se a formação de uma nova classe política, composta por elementos que possuíam laços pessoais de lealdade com Vargas e que aderiram aos pactos que então se constituíram³³⁷.

Fiúza manteve-se a frente da Prefeitura de Petrópolis, não mais como um prefeito eleito, mas novamente, na condição de interventor. Tentou conciliar o executivo de Petrópolis com a direção do DNER, mas as pressões continuaram. Por fim, o então interventor estadual Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, determinou que escolhesse apenas uma das funções. A partir de então Fiúza deixou a prefeitura para dedicar-se a carreira de engenheiro. Segundo Amaral Peixoto,

O Fiúza era muito vaidoso. Era um bom prefeito, mas era também diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a Constituição de 37 não permitia a acumulação de cargos. Foi a minha sorte. Porque ele ia me criar problemas no governo. Quando ele saiu nomeei para substituí-lo seu próprio secretário, Mário Aluísio Cardoso de Miranda. E seu grupo político ficou totalmente comigo³³⁸.

Amaral Peixoto tinha uma ligação próxima com Ari Parreiras, o interventor estadual fluminense com quem Fiúza desentendeu-se a respeito do contrato do Banco Construtor de Petrópolis. Parreiras foi seu padrinho de casamento³³⁹. Amaral Peixoto encarava Fiúza como uma ameaça, ao afirmar que ele poderia criar problemas no governo. A própria definição de Fiúza como alguém *vaidoso* pode ser explicada em função do episódio envolvendo o compadre e o engenheiro, em 1935, a respeito do Banco Construtor. Na mesma passagem, Amaral Peixoto afirma que Fiúza era um caso que estava lhe dando aborrecimento, pois se tratava de “*pessoa muito ligada ao dr. Getúlio*” e, portanto, a resolução do *problema*, ou seja, a eliminação de Fiúza da política fluminense não seria tão simples para o interventor fluminense, que viu na Constituição um instrumento para legitimar o afastamento do engenheiro da Prefeitura de Petrópolis.

Este momento indica, portanto, uma escolha de Fiúza: a opção pela carreira enquanto técnico, em detrimento da carreira política. Fiúza abriu mão do capital político conquistado ao longo de cinco anos na Prefeitura de Petrópolis para dedicar-se a carreira. O que era a Comissão de Estradas de Rodagem deu origem, em 1937, ao

³³⁷ Idem.

³³⁸ CAMARGO, Aspásia. [et. al.]. **Artes da política**. Diálogos com Amaral Peixoto. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. CPDOC-FGV-UFF. 1986, p. 159.

³³⁹ Ibidem, p.185.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, órgão autônomo do Ministério da Viação e Obras Públicas³⁴⁰. Era o fim de sua experiência em um cargo eletivo.

Se durante os quatro anos em Yêddo Fiúza que esteve à frente da Prefeitura de Petrópolis como interventor, de 1930 a 1934, de fato, não identificamos esboços no sentido de vínculos com os grupos políticos locais, a situação se modifica bastante a partir de sua demissão, em função da dimensão do carisma que conquistou junto a população local. Se representantes progressistas e radicais o hostilizaram, a situação muda completamente ao longo do ano de 1935, quando o prestígio de Fiúza junto ao operariado petropolitano se confirma e se expande, com o convite para a mediação da greve geral.

Fiúza, embora afastado do executivo petropolitano visitava Petrópolis justamente durante a greve geral e acompanhado por Vargas. A proximidade entre o engenheiro e o presidente, com quem realizou passeios públicos ao longo da exposição pecuária, mostrava a população que Fiúza estava próximo a autoridade máxima do País. Sua presença na cidade justamente naquele momento e a proximidade com Getúlio evidenciada no evento pode ter contribuído para o pedido feito pelos operários de Petrópolis pela ajuda nas negociações. A não inclusão de Roberto Sisson nas rodadas de negociação pode indicar uma estratégia para esvaziar o papel da ANL entre os operários de Petrópolis, onde Fiúza atuou como um elemento chave do Governo Federal em uma investida contra a Aliança.

O caso de Petrópolis é um exemplo de uma nova relação entre Estado e trabalhadores, gestada no pós 1930 e que se evidencia entre os anos de 1942 e 1945. Ângela de Castro Gomes analisa essa relação e afirma que se trata de um projeto de identidade operária desenvolvido pelo Estado, onde se constitui um discurso que “apaga” a palavra dos trabalhadores, arduamente estruturada na Primeira República, e que passa a dar lugar a uma “nova palavra”, emitida pelo Estado. Essa mudança, longe de representar uma estratégia de opressão, implementada à revelia dos trabalhadores,

³⁴⁰ **A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES: UMA OBSERVAÇÃO EM UMA AUTARQUIA FEDERAL.**
http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0057.PDF

corresponde, segundo Gomes, a incorporação de valores e reivindicações dos trabalhadores, constituindo assim em um pacto entre trabalhadores e o governo³⁴¹. Na greve geral de 1935, Fiúza representou um instrumento de Vargas nessa estratégia, ao introduzir membros do Ministério do Trabalho e retirar do movimento lideranças da ANL, sem que os operários grevistas se opusessem.

O carisma pessoal de Fiúza foi bem utilizado pelos progressistas, que conseguiram resultados significativos nas eleições de 1936. Não só Fiúza foi eleito com um alto percentual de votos (66%), como dois terços dos vereadores eleitos faziam parte de sua legenda. Parece contraditório pensarmos que um homem de confiança de Vargas alinhou-se com o grupo adversário do apoiado pelo governo federal no processo de sucessão fluminense. No entanto, o período constitucional do primeiro governo Vargas foi marcado por tensões das oligarquias regionais e de uma tentativa de equilíbrio, que incluía concessões feitas pelo governo federal aos grupos regionais. Getúlio tentou manter o apoio de Flores da Cunha após o desfecho da eleição do estado do Rio. Com progressistas fluminenses, foi feito um acordo que garantiu aos municípios redutos do grupo que as interventorias fossem entregues à UPF. A vinculação de Fiúza ao grupo, que já vinha sendo tecida desde 1935, se concretizou naquele momento, quando surgiu a notícia de que o engenheiro deixaria a Comissão de Estradas de Rodagem por determinação do governo federal, para assumir outro cargo político. Portanto, as manobras de inserção de Fiúza na política petropolitana não ocorreram à revelia de Getúlio. O engenheiro foi instrumento da estratégia política varguista de conciliação com as oligarquias fluminenses.

Cabe ressaltar que Fiúza, após a exoneração em 1934, não se afastou da cidade. Sua presença na exposição pecuária, no momento da greve geral de Petrópolis e acompanhado por Vargas mostrou para a população, que já o aclamara meses antes, o seu prestígio junto ao chefe do governo federal. Em um momento de crise, lideranças do movimento operário de Petrópolis recorreram a Fiúza. Embora se tenha afirmado relutância no aceite do pedido, conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, o engenheiro estava no lugar certo, na hora certa e acompanhado da autoridade máxima do País.

A aproximação com os grevistas aliancistas de Petrópolis aumentou sua popularidade em Petrópolis, muito embora Fiúza tivesse mantido a direção nacional da ANL fora do processo de negociação da greve e, por sua vez, as lideranças aliancistas

³⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005, p.27.

sequer tivessem mencionado o seu nome no processo de negociação, conforme é possível acompanhar por meio da análise do jornal *A Manhã*.

Um caráter presente nesse ponto da trajetória de Fiúza estará nitidamente no discurso da campanha de 1945: assim como na campanha para a presidência, Fiúza, em 1936, se define como um técnico, um administrador apolítico. No entanto, no período que discutimos neste capítulo, o engenheiro atuou como um político, utilizando o seu prestígio pessoal para garantir os votos dos progressistas na cidade.

As pretensões pessoais de Fiúza apontam, no entanto, para a carreira da Comissão de Estradas de Rodagem Federais. Durante o período em que esteve a frente da Prefeitura de Petrópolis, Fiúza teve cargo garantido e na transformação da comissão em Departamento, foi ele o primeiro diretor da pasta. Fiúza manteve-se à frente da Prefeitura até o grupo dos radicais, com o qual o interventor Amaral Peixoto tinha vínculos pessoais, conseguir pressionar o governo e forçar o pedido de exoneração de Fiúza. Mas tão logo assumiu a Prefeitura, ainda em 1936, seu primeiro ato foi solicitar uma licença de dois meses. No começo de 1938, solicitou novo afastamento, porém, não retornou mais ao cargo. Embora a Constituição de 1937 não permitisse o acúmulo de funções e também não aceitasse que um prefeito residisse em outro município, diferente daquele onde exercia seu cargo, Fiúza manteve-se no poder por mais um tempo, por opção do presidente da República, que o manteve à frente do executivo de Petrópolis após o golpe do Estado Novo.

Durante sete anos, Fiúza dedicou-se exclusivamente ao DNER, até o fim do Estado Novo, quando, novamente, voltou a cena política, como candidato ao mais alto cargo político nacional, no período de redemocratização, sendo lançado pelo Partido Comunista Brasileiro, partido com o qual não tinha vínculos até aquele momento.

CAPÍTULO 5 – O CANDIDATO CIVIL DO PCB

O engenheiro Yêddo Fiúza não é comunista, nem assume nenhum compromisso ideológico com o PCB. É um candidato de frente única honestamente organizada na base do respeito mútuo, amplo e sincero. Registrado pelo PCB, não é, no entanto, um candidato do Partido Comunista, nem muito menos um comunista, mas um candidato de união nacional sem distinção de classes sociais, de ideologias políticas, credos religiosos e pontos de vista filosóficos.

Nota publicada pelo Comitê Pró-candidatura Yêddo Fiúza
Porto Alegre – Jornal *Correio do Povo* 29 de novembro de 1945

Yêddo Fiúza, até novembro de 1945, era um nome pouco conhecido em escala nacional. Se entre a população de Petrópolis e os rodoviários alcançou popularidade, para os demais, era uma figura anônima. Quando chegou ao fim o Estado Novo e Getúlio Vargas foi deposto, em 29 de outubro de 1945, os dirigentes do PCB, que apoiava que a redemocratização do país fosse feita com Vargas à frente do processo, diante da inviabilidade da *Constituinte com Getúlio*, decidiram lançar um candidato próprio. Durante cerca de duas semanas, o mistério cercou a candidatura comunista, vários nomes foram cogitados e até *bolões* eram realizados no Jockey Club, tamanha a expectativa. Quando, enfim, Luiz Carlos Prestes anunciou o nome do candidato do Partido Comunista, mais indagações surgiram: afinal, quem é Yêddo Fiúza? Por que este foi o candidato escolhido pelo PCB, já que não fazia parte dos quadros do partido? Questões que não foram satisfatoriamente esclarecidas durante a meteórica campanha que durou 15 dias e conquistou 10% do eleitorado nacional. Tampouco depois do dia 2 de dezembro de 1945, quando, rapidamente, o nome de Fiúza caiu em um semi-anonimato, reduzido a menções apenas relativas ao resultado surpreendente obtido pelo PCB na campanha de 1945.

Concorrendo com dois candidatos militares, o brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela União Democrática Nacional (UDN) e com o general Eurico Gaspar Dutra, que concorreu pelo Partido Social Democrático (PSD), e também com o cafeicultor Mário Rolim Teles, do Partido Agrário Nacional (PAN), Fiúza foi apresentado pelo PCB como uma opção civil. A imprensa referia-se a ele como o engenheiro Fiúza, o PCB ressaltava sua condição de técnico e administrador. A gestão em Petrópolis e as homenagens recebidas no município compunham o discurso de Fiúza e do partido, para atestar-lhe experiência e competência. Foi alvo de críticas pessoais dos adversários,

através do jornalista Carlos Lacerda, que trabalhava no *Diário Carioca*, do grupo de José Eduardo de Macedo Soares, o mesmo que investira, dez anos antes, contra o engenheiro no caso de sua exoneração da interventoria em Petrópolis diante da rescisão do contrato entre o Banco Construtor do Brasil e da Prefeitura de Petrópolis. Entre as acusações, denúncias de corrupção e vínculos com o integralismo no período em que foi prefeito de Petrópolis. Além disso, a Liga Eleitoral Católica (LEC) veio a público aconselhar os católicos a não votarem em Yêd do Fiúza.

A proposta deste capítulo consiste em analisar a aproximação entre Fiúza e o PCB, levando em conta as diretrizes do partido naquele momento, que permitiram o lançamento da candidatura de um homem que não fazia parte de seus quadros e que tinha uma trajetória política tão vinculada a Getúlio Vargas, bem como a trajetória política de Fiúza após as eleições. Nesse sentido, busca-se compreender como o vínculo com o PCB repercutiu em sua trajetória política no período posterior a 1945.

5.1: O PCB antes de 1945

O PCB foi fundado em março de 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil³⁴², com o objetivo de promover a organização política do proletariado em um partido de classe. A fundação da Internacional Comunista (IC), em março de 1919, propondo a defesa da Revolução Russa e a difusão da revolução socialista repercutiu rapidamente no Brasil, em um contexto em que o movimento operário emergia na cena política³⁴³.

A partir de fevereiro de 1917, a classe operária paralisou a produção e irrompeu no espaço público. Ampliada sua capacidade de organização e mobilização, inserida na luta internacional, e percebendo um maior poder de negociação da venda da força de trabalho, o movimento operário nasceu no Brasil, no contexto de um movimento universal de rebelião do trabalho, que exprimiu uma enorme força catalisadora, nomeadamente a revolução russa. O internacionalismo foi a forma possível de minorar seu isolamento na formação social brasileira e endereçar as demandas para o estabelecimento de limites à bárbara exploração do trabalho fabril e para seu reconhecimento

³⁴² Em 1961, o nome foi alterado para Partido Comunista Brasileiro.

³⁴³ Abreu, Alzira Alves de. PCB. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO & NIEMEYER, Sérgio Tadeu de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx]. Acesso em: 16 mar 2012. DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**. A formação das tradições. 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 227-228

como força contratual dentro de determinado mercado, com direitos à organização, à autonomia e à luta antagônica contra o Estado e o capital³⁴⁴.

O partido se inspirava no modelo bolchevique russo e defendia que a única forma de tirar o Brasil da miséria e por fim ao sistema baseado na exploração social seria por meio da revolução socialista. De acordo com esse modelo, que tinha como fontes teóricas principais Karl Marx e Vladimir Lênin, as transformações seriam efetuadas pela classe operária. A tarefa dos militantes comunistas, nesse sentido, era organizar o operariado em torno do partido para viabilizar a revolução que destruiria o sistema social vigente.³⁴⁵

Até a segunda década do século XX, a liderança do movimento operário no Brasil foi feita basicamente por anarquistas, que reivindicavam melhoria dos salários, jornada de trabalho de oito horas e a regulamentação do trabalho de mulheres³⁴⁶. O ideário comum dos anarquistas englobava, entre outros aspectos, o anti-estatismo, o federalismo, a recusa da luta político-parlamentar, o anticlericalismo e a rejeição de mecanismos de opressão sobre o indivíduo³⁴⁷.

Na década de 1920, iniciou-se um ciclo de crise ideológica no movimento operário. Diversas correntes modificaram sua estratégia, como por exemplo o socialismo praticamente desapareceu do movimento operário, ao passo que o sindicalismo reformista tornava-se cada vez mais conservador e voltado ao atendimento de reivindicações setoriais específicas. O anarquismo assumiu um caráter mais ideológico.³⁴⁸

Nesse período, surgiram as primeiras tentativas de fundação do Partido Comunista no Brasil. A primeira tentativa de fundação de um Partido Comunista no Brasil ocorreu em 1919, porém uma crise desintegrou o partido e dividiu a direção do grupo: enquanto Edgard Leuenroth e José Oiticica defenderam o sindicalismo revolucionário, Astrojildo Pereira e José Elias da Silva sustentaram a necessidade de que o partido se mantivesse vinculado ao operariado, à Revolução Russa e à Internacional Comunista.³⁴⁹ No início de 1922, Astrojildo Pereira e o grupo comunista

³⁴⁴ DEL ROIO, Marcos. Op. cit. p. 227-228.

³⁴⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008, p.56.

³⁴⁶ Abreu, Alzira Alves de. Op. cit.

³⁴⁷ BATALHA, Cláudio H.M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2000, p.24.

³⁴⁸ Ibidem, p.58.

³⁴⁹ DEL ROIO, Marcos. Op. cit. p. 230.

do Rio de Janeiro criaram a revista *Movimento Comunista*, que tinha como objetivo divulgar ideias desdobradas da Revolução Russa e conquistar adesão para uma nova tentativa de fundar um Partido Comunista no Brasil³⁵⁰.

A nova fundação do PCB ocorreu em março de 1922, em um período tenso na vida política brasileira, em que a sucessão presidencial colocava em disputa Artur Bernardes, candidato oficial, hostilizado pela jovem oficialidade do Exército, e Nilo Peçanha, apoiado pela Reação Republicana. Bernardes venceu em março, mas sua vitória não significou estabilidade política para o Brasil. Em junho, ocorreu o levante dos 18 do Forte, marco inicial das revoltas tenentistas. Inicialmente, o PCB tinha 73 membros em todo o país. No final daquele ano, o número subiu para cerca de 250, dos quais 123 eram do Rio de Janeiro³⁵¹. Segundo Cláudio Batalha, a origem da maior parte dos quadros do PCB era o anarquismo, ou associações operárias onde os anarquistas tinham grande influência³⁵².

O PCB diferia tanto dos socialistas como dos anarquistas; era uma organização centralizada e nacional (mesmo que essa implantação nacional não tenha ocorrido imediatamente), que apesar de defender uma mudança revolucionária, não renunciava à participação nas eleições como forma de propaganda e aceitava tomar parte – através dos sindicatos sob sua influência – das negociações, visando conquistas a curto prazo, para o operariado, como ocorreu na discussão da regulamentação da lei de férias, em 1926. Por outro lado, se tanto socialistas quanto anarquistas tinham ligações com movimentos internacionais, no caso dos comunistas, essa ligação tornou-se orgânica, já que o PCB tornou-se membro da Internacional Comunista a partir de 1924³⁵³.

Três meses após sua fundação, o partido foi fechado, passando a atuar na ilegalidade. Vários de seus membros foram presos, entre eles, o secretário-geral Abílio de Nequete, que após sua prisão renunciou ao cargo de secretário-geral e foi substituído por Astrojildo Pereira. Ainda impedido de atuar legalmente, o partido criou, em 1926, o Bloco Operário, que se pautava em uma “política independente de classe” do proletariado. O Bloco Operário defendia o reconhecimento da URSS pelo governo brasileiro, anistia aos presos políticos e a criação de um código de trabalho de proteção aos empregados³⁵⁴.

³⁵⁰ *Ibidem*, p.231-232.

³⁵¹ Abreu, Alzira Alves de. *Op. cit.*

³⁵² BATALHA, Cláudio H. M. *Op. cit.* p.35-36.

³⁵³ *Ibidem*, p.35.

³⁵⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.* p. 435

Somente em 1927, no governo de Washington Luís, é que o PCB voltou a atuar na legalidade. Naquele ano, foi criada a Federação da Juventude Comunista, integrada por Leôncio Basbaum, Manuel Karacick e Francisco Mangabeira³⁵⁵.

Contudo, a aprovação da chamada Lei Celerada, em 12 de agosto de 1927, veio a pôr fim à atuação legal do PCB (...). Essa lei tornava inafiançáveis os crimes definidos pelo Decreto nº 162, de 12 de dezembro de 1890, ou seja, “desviar os operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento”, assim como “causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário”. A Lei Celerada também autorizava o governo a fechar por tempo determinado as agremiações, sindicatos, centros ou entidades que incidissem na prática de crimes ou atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, e vedava a essas entidades a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a ela se dedicassem. A Lei Celerada visava a atingir o PCB e o movimento operário, e de fato os atingiu³⁵⁶.

Nesse período, o Bloco Operário teve o nome alterado para Bloco Operário e Camponês (BOC). A introdução do termo *camponês* tinha como objetivo se referir aos trabalhadores rurais, como forma de se adequar as orientações da IC. Por meio dele, o PCB conseguiu eleger dois candidatos para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro: o marmorista Mivervino de Oliveira e Octávio Brandão.

No final de 1927, a Comissão Executiva do PCB reuniu-se para fazer uma avaliação da linha que vinha sendo seguida pelo partido e a pauta era a construção de uma política de alianças. A comissão fez uma avaliação de suas diretrizes e identificou a necessidade de aproximar-se das massas. Após a reunião, Astrojildo Pereira, então secretário geral do PCB ficou encarregado de tentar uma aproximação entre o partido e Luiz Carlos Prestes, que estava exilado na Bolívia.

A cerca de 25 quilômetros de Corumbá fica a cidade boliviana de Puerto Soares. Aí me encontraria com Prestes. (...) Recebeu-me numa casa bem modesta, em companhia de dois oficiais da Coluna [Prestes]. Aí passei quase dois dias e conversamos longamente. Eu lhe transmiti claramente o pensamento da direção do Partido sobre as questões que nos levaram a procurá-lo e que tudo se resumia em coordenar as nossas forças tendo em vista os objetivos comuns. Era, em suma, o problema político da aliança entre os comunistas e os combatentes da coluna, ou em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob influência da Coluna e do seu comandante. Colocada a conversa, desde o início em forma de absoluta lealdade de parte a parte, foi fácil a concordância estabelecida³⁵⁷.

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ RIBEIRO, Astrojildo. A formação do PCB – 1922/1928. In: MOEAES, Denis. VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Rio de Janeiro: Mauad. 1997, p.55-56.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues, a adesão de Prestes ao partido teve consequências profundas para o futuro do PCB.

Com ele vieram os militares, que posteriormente assumiram posições de comando no partido, produzindo essa mistura de stalinismo e tenentismo que caracterizou o PCB nos anos subsequentes. A adesão dos jovens militares aumentou a influência dos elementos de “classe média” na liderança do partido, diminuindo a participação de elementos de origem popular ou operária, muitos dos quais vinham do anarquismo³⁵⁸.

O partido tinha interesse em lançar a candidatura de Prestes à Presidência da República em 1930. Em maio de 1929, Paulo Lacerda, secretário do PCB, entrou em contato com Prestes, levando até ele o programa do partido e o convite para a candidatura. Prestes recusou a proposta³⁵⁹. Os comunistas estavam decididos a lançar um candidato próprio para a Presidência. Não apoiaram o programa da Aliança Liberal, que, segundo o grupo, excluía duas questões: o confisco sem indenização das terras dos latifundiários, para entrega dessas terras aos camponeses pobres, e a luta contra o imperialismo internacional. Para a direção do partido, os candidatos da Aliança Liberal eram aliados dos imperialistas. Então, nas eleições de 1930, o PCB, por meio do BOC, lançou a candidatura do marmorista Minervino de Oliveira. Também lançou candidatos para o governo do Distrito Federal, estado do Rio e senado. Nenhum dos candidatos foi eleito e Minervino recebeu 534 votos no Rio de Janeiro, num total de 59.478. Depois dessa eleição, o PCB decidiu dissolver o BOC³⁶⁰.

Em maio de 1930, *tenentes* e jovens políticos de oligarquias se mobilizaram em um processo que culminaria na Revolução de 1930. Prestes foi convidado para assumir a chefia militar do movimento, ao lado de Getúlio Vargas, chefe civil. Em manifesto publicado no final daquele mês, no entanto, Prestes, que aderira recentemente ao marxismo, se declarou radicalmente contra os objetivos da Aliança Liberal e da revolução, pois para ele, a situação brasileira deveria ser analisada e compreendida como reflexo da luta interimperialista. O papel da Aliança Liberal, nesse sentido, era qualificado como contrarrevolucionário, pois não previa, entre outros itens, um programa de confisco, nacionalização, divisão e entrega da terra aos camponeses que não a possuíam e tampouco a anulação das dívidas externas. Sua recusa significou um rompimento com seus companheiros da Coluna que naquele momento atuavam na

³⁵⁸ HGCB p.441

³⁵⁹ MORAES, Denis. VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Rio de Janeiro: Mauad. 1997, p.55-56.

³⁶⁰ Abreu, Alzira Alves de. Op. cit. HGCB p.435-436

Aliança Liberal. Prestes lançou um movimento de caráter comunista denominado Liga de Ação Revolucionária (LAR). Em outubro, um dia antes da eclosão da Revolução de 1930, foi preso em Buenos Aires³⁶¹.

O posicionamento do PCB não divergiu do discurso de Prestes. O partido não apoiou a Revolução de 1930 por considerar que o movimento, ao invés de introduzir mudanças na estrutura agrária do país, tentaria, ao contrário, evitar que as massas se revoltassem³⁶².

apesar de Luiz Carlos Prestes já ter aderido ao comunismo e tentar se aproximar do PCB, a direção do partido era outra, Astrojildo Ribeiro fora afastado e a nova direção não queria qualquer tipo de aliança com Prestes. Este, que estava em Moscou desde 1931, fazia de lá todas as tentativas para ser aceito no PCB. Para isso, chegou a escrever artigos que renegavam a sua atuação na coluna e consideravam o “prestismo” como posição pequeno-burguesa e inconsequente³⁶³.

Vitorioso o movimento de 1930, em março de 1931, o Governo Provisório aprovou uma lei de sindicalização que determinava que cada sindicato, após ser constituído, deveria ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. O órgão passou a controlar de perto as assembleias gerais dos sindicatos por meio de representantes que deveriam acompanhá-las. Além disso, as entidades deveriam submeter balanços financeiros a cada três meses para a aprovação do ministério. O PCB realizou uma campanha contrária ao forte controle ministerial. Nesse período, os comunistas foram alvo de severa repressão.

Iniciada a reorganização partidária, diante da convocação das eleições constituintes para maio de 1933, o partido não obteve registro no Tribunal Eleitoral, sob a justificativa de que era um partido internacionalista. A estratégia comunista foi o lançamento de candidatos através da legenda já registrada da União Operária. No entanto, nenhum candidato conseguiu se eleger³⁶⁴.

Depois da conferência de 1929, a direção do partido sofreu mudanças. A linha política de aproximação com os *tenentes* foi considerada oportunista pela IC. Sob sua interferência direta, em outubro de 1929 foi realizado o III Pleno do Comitê Central do

³⁶¹ Abreu, Alzira Alves de. Op. cit.

³⁶² Idem.

³⁶³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007, p.71

³⁶⁴ Abreu, Alzira Alves de. Op. cit.

PCB, que formalizou o afastamento de Astrojildo Pereira e Otávio Brandão. A partir de então, teve início o “processo de proletarização do PCB”, que segundo Marly Vianna,

quase esfacelou o PCB. Numa interpretação simplista e até grosseira, da parte dos representantes da IC que aqui estavam e de comunistas brasileiros influentes naquele momento, considerou-se que a direção do partido – e de preferência todos os comunistas – deveria ser de operários ou filhos de operários. Tal orientação foi uma catástrofe, como era de se esperar. No período da proletarização, que foi até meados de 1933, início de 1934, o PCB só não obedeceu à IC em relação ao pedido de Prestes de ingresso no partido. Os comunistas brasileiros atacavam Prestes, chamando-o de caudilho pequeno-burguês, e não o queriam em suas fileiras, apesar do apoio que a IC dava ao Cavaleiro da Esperança³⁶⁵.

Aclamado presidente de honra da ANL, Prestes chegou ao Brasil, acompanhado por Olga Benário, militante comunista alemã designada pelo *Comitern* para cuidar de sua segurança pessoal. Com passaportes falsos, chegaram em abril de 1935³⁶⁶. Em 5 de julho, 13º aniversário da primeira revolta tenentista no forte de Copacabana, Prestes divulgou um manifesto afirmando que a ANL dava prosseguimento à luta de 1922. Disse ainda que aquele momento era uma situação de guerra, que as massas deviam preparar-se para o momento do assalto. O documento terminava com as palavras de ordem “*Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à ANL!*” O governo utilizou a Lei de Segurança Nacional para fechar por decreto a organização, em 11 de julho de 1935³⁶⁷.

A partir de então, teve início um processo de prisões e transferências de oficiais que pertenciam à Aliança. O diretório nacional foi dispersado em todo o país. Sedes e núcleos foram fechados nos municípios e capitais. O PCB, que naquele momento, mantinha sua organização clandestina intocada, absorveu a organização e passou a se pronunciar por meio dela. O objetivo era fazer crer que a atividade política revolucionária não emanava de Prestes ou do partido, mas que era uma continuação da ANL.

São exemplos dessa situação, dentre outros, os relatórios “Ao povo explorado e oprimido de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe”, de outubro de 1935; os confidenciais intitulados “A ANL e a situação política no estado do Rio de Janeiro”, de 3 de novembro de 1935, e o relativo ao “estado do Rio Grande do Norte”, publicados cerca de dez dias mais tarde. Foram divulgados após o fechamento da ANL e próximos à data do levante. Falando como se a ANL

³⁶⁵ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p.73

³⁶⁶ MORAES, Denis. VIANA, Francisco. Op. cit. p.84-85,

³⁶⁷ Abreu, Alzira Alves de. Op. cit.

ainda existisse e utilizando-se dos termos “Diretório Nacional Provisório” e “ANL do nordeste”, os textos apresentavam a posição, encoberta pelo PCB, defendendo a ideia de um governo nacional provisório revolucionário – GNPR – encabeçado por Prestes³⁶⁸.

Para Francisco Carlos Pereira Cascardo, a expressão “ANL na ilegalidade” serviu para encobrir a identidade do PCB. A exploração do nome pelo partido ajudava-o a angariar a simpatia dos militantes e simpatizantes da Aliança e evitava a rejeição dos que eram contrários aos comunistas³⁶⁹.

Até recentemente, a história da ANL como frente política permaneceu encoberta pela do levante de 1935, como se criatura única fossem. O estudo dissociado desses dois fatos (...) abre caminho para o adequado esclarecimento de que a ANL e o levante foram processos dissociados, com o segundo usando a sigla da primeira³⁷⁰.

Marly Vianna afirma nos três primeiros meses após o fechamento da ANL, houve “*um certo refluxo do movimento popular*”. Segundo Vianna, os aliancistas deram continuidade a luta anti-integralista agrupados no periódico *A Manhã*, realizando denúncias a respeito da repressão após o fechamento da aliança. Entre os meses de outubro e novembro, ainda conforme a historiadora, com as articulações em torno das eleições para os governos estaduais e municipais, o movimento popular-democrático foi impulsionado. A eclosão das insurreições de novembro de 1935, tanto no Rio de Janeiro quanto em Recife e no Rio Grande do Norte, apresentou graus elevados de autonomia “*e o PCB, a reboque dos acontecimentos ou detonador deles, não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário*”.³⁷¹

Após o fracasso dos levantes de 1935 e o golpe de 1937, muitos militantes do PCB passaram da luta interna no país a uma atuação no exterior. É que a fuga de muitos militantes os obrigou a se fixarem no Uruguai, na Argentina e na França; ainda mais, muitos dos que foram para a França até 1940, são militantes que fizeram a Guerra da Espanha (1936-1939). Daí, pela primeira vez na sua história, a corrente imigratória do PCB tem importância e marca a política interna do partido. No Brasil, o isolamento prejudicou a manifestação prática e ideológica. Ocorreram algumas ações em torno do

³⁶⁸ CASCARDI, Francisco Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições: 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.477.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 478.

³⁷⁰ *Idem*.

³⁷¹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Editora expressão popular, 2007. p.199.

Comitê Central, no Rio de Janeiro, e nos comitês paulistas e da Bahia. Entre o final de 1939 e o início de 1940, a política do Estado Novo desmantelou o comitê central e uma série de comitês regionais, tornando a ação do partido quase acéfala.

A partir de 1942, no entanto, grupos isolados, em especial, paulistas, fluminenses e baianos, voltaram a se articular e conseguiram estruturar novamente o PCB em âmbito nacional, liderado pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Iniciou-se, então, uma nova fase de atividades comunistas durante o Estado Novo (1942-1945), que foi seguida pelo momento da legalidade partidária (após março de 1945). Na segunda fase, a partir de 1941-1942, os membros do PCB no exterior retornaram ao país e se uniram internamente aos grupos que renasceram, todos eles preconizando o *slogan* de União Nacional na luta contra o Nazismo exterior e a favor do Brasil na guerra³⁷².

Em julho de 1941, a Operação Barbarossa é posta em funcionamento e a fronteira russa é violada por tropas nazistas; logo depois, em dezembro do mesmo ano, os japoneses atacam a base americana de Pearl Harbor. A internacionalização do conflito modifica e ajuda a ação dos comunistas brasileiros, que a partir de julho, adotaram nova posição política e, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, vêm-se reforçados por exigirem a entrada no Brasil na luta ao lado dos aliados, isto é, Inglaterra e a França, aos quais se somam as presenças da URSS e da América do Norte³⁷³.

Segundo Edgard Carone, embora nenhum dos grupos comunistas brasileiros tivesse se posicionando contra a ajuda do país para o esforço de guerra, houve divergências no sentido da análise do comportamento diante do Estado Novo e da forma de encarar o combate à ditadura interna no Brasil. A partir dessa discussão, o PCB se dividiu em três posições: a dissolução do PCB enquanto um partido e a união com o povo e com o governo Vargas no combate ao Eixo; a luta contra o Estado Novo, mesmo no momento de mobilização para o esforço de guerra; a União Nacional no plano externo, contra o Eixo, e também no plano interno, dando apoio ao governo. Esta última posição era defendida pela CNOP e por Luiz Carlos Prestes, que se encontrava preso no Rio de Janeiro. Foi esta posição a ratificada pela Conferência da Mantiqueira, em 1943, quando ocorreu a nomeação de um novo Comitê Central do Partido³⁷⁴.

³⁷² CARONE, Edgard. **O Estado Novo** (1937-1945). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976, p.217.

³⁷³ CARONE, Edgard. **O PCB**. 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982, p.1-2.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 2-3

A conferência da Mantiqueira resulta na afirmação da União Nacional externa e interna: a guerra mundial é vista como “guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo” e “guerra de preservação das liberdades dos povos contra a ameaça de dominação fascista”; o governo de Getúlio Vargas não é fascista, pois dele participam ao mesmo tempo reacionários e homens que lutam pela democracia, daí a razão da “União Nacional em torno do Governo”, do “apoio irrestrito à política de guerra e ao Governo que a realiza”³⁷⁵

Durante esse período, houve uma espécie de trégua entre o governo e os setores que criticaram e se opuseram ao Estado Novo. As necessidades do esforço de guerra criaram uma espécie de união nacional em torno do governo de Vargas. Críticas oposicionistas poderiam soar como falta de patriotismo³⁷⁶.

Em agosto de 1943, Luiz Carlos Prestes foi nomeado secretário geral do partido, o que, segundo Luiz Antonio Segatto, significou quase uma refundação do PCB de 1922. Desta nova direção, foi excluída a “velha guarda” de comunistas pioneiros, cujos componentes ou se afastaram do partido, ou foram relegados a postos intermediários e secundários. Neste momento, ascendeu uma nova geração, que em grande parte participou do levante de 1935, com razoável presença de ex-militares e civis prestistas. De acordo com Segatto, a presença de Prestes e de *ex-tenentes* foi de grande importância para tirar o PCB de um certo isolamento político, tornando o partido uma agremiação influente na vida nacional³⁷⁷.

Em abril de 1945 o PCB passou a atuar de maneira legal e cresceu de maneira excepcional nesse período. Segundo Carone, nesse momento, o PCB tornava-se, pela primeira vez em sua história, um partido de massa. Foi quando o número de militantes e de simpatizantes aumentou expressivamente, bem como a quantidade de jornais e revistas editadas sob a linha política do partido e publicados em todos os estados e no Distrito Federal³⁷⁸.

³⁷⁵ *Ibidem*, p.3.

³⁷⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p.66.

³⁷⁷ SEGATTO, José Antonio. *Op. cit.* p.220.

³⁷⁸ CARONE, Edgard. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982, p.5.

5.2: A queda do Estado Novo e o panorama político da redemocratização

À medida que as tropas aliadas avançavam na Segunda Guerra Mundial e que a derrota do nazifascismo europeu parecia inevitável, o Estado Novo dava sinais de esgotamento político. Se no início da Guerra, Vargas esboçava simpatia pelo Eixo e pelo governo de Hitler e Mussolini, elogiando o sistema fascista, permitindo a atuação das embaixadas italiana e alemã no Brasil, a realização de espionagem e propaganda, sem nenhum constrangimento, ao longo da década de 1940, a situação se modificou³⁷⁹.

No plano interno, uma intensa mobilização popular exigia que o governo brasileiro declarasse guerra aos países do Eixo. O governo, no entanto, tentava manter a neutralidade no conflito, até que o ataque a navios brasileiros, atribuído aos torpedos dos submarinos alemães, transformou-se em um clamor nacional pela declaração de guerra. Além disso, pesava o fato o Brasil manter fortíssimos laços econômicos com a Inglaterra e os Estados Unidos.³⁸⁰ Internacionalmente, desenvolveu-se uma linha crítica aos governos que mantivessem estruturas autoritárias e centralizadoras. Também internamente, cresciam as mobilizações de estudantes, comunistas, liberais, empresários que haviam prosperado sob a ditadura e de coalizões civis e militares organizadas em grupos de resistência³⁸¹.

Segundo Luiz Werneck Vianna, a crise político-institucional do Estado Novo tendia a se intensificar pelo descumprimento de disposições da Carta de 1937. O artigo 175 dispunha que o governo de Vargas se iniciava na data de sua promulgação. A renovação de seu mandato poderia ser feita até a realização de um plebiscito, conforme o artigo 187. Se o resultado desse plebiscito fosse favorável à Constituição, o governo teria fim em 1943. Mas em função da guerra mundial e do estado de emergência, foram suspensas as eleições plebiscitárias. Assim, as pressões redemocratizantes ocorriam em um quadro de indefinição institucional. Não havia previsão para o fim do mandato de Vargas. A realização de um plebiscito em 1944 dividia opiniões. Realizá-lo não era uma opção que atraía o interesse dos dirigentes do regime. A participação direta do Brasil na guerra contra o nazismo e o fascismo abria espaço para a atuação de forças

³⁷⁹ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Dir.) **O Brasil Republicano**. 3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 p.273-274

³⁷⁹ FERREIRA, Jorge. Op. cit. p. 16

³⁸⁰ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit. p.273-274

³⁸¹ FERREIRA, Jorge. Op. cit. p. 16

democráticas e liberais. Não realizar o plebiscito poderia acarretar no questionamento da legalidade do governo de Vargas.³⁸²

Embora abafado pela situação de guerra, esse impasse ganhava os debates na cúpula governamental. Ao ser consultado, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, um dos principais suportes da política estadonovista, demonstrou a necessidade de romper com a ordem prevalecente e proceder a normalização constitucional. Vargas defendia a realização das eleições no pós-guerra. Tinha a intenção de liderar a reorientação da ordem institucional e do sistema político. Tentou ganhar tempo com a persistência do estado de guerra, articulando novas alianças e desfazendo-se de outras e influenciando no processo eleitoral³⁸³. A manobra foi percebida por Dutra, que pressionou o encurtamento dos prazos do calendário eleitoral. As pressões cresciam também fora da cúpula do governo.³⁸⁴

As classes dominantes rompiam o pacto corporativo que até então as unira a Vargas. Recebendo a adesão de personalidades paulistas influentes, chegava de Minas Gerais o documento que veio a ser conhecido como “Manifesto dos Mineiros”, em que reivindicava a convocação de uma assembleia constituinte. Conforme o manifesto, a liberdade de discussão para a reorientação institucional do país demandava “autoridades isentas, que inspirem confiança à opinião brasileira”³⁸⁵.

Nesse período, as críticas a Getúlio Vargas ganharam a imprensa. Os ataques desmereciam em especial a legislação trabalhista e utilizavam como argumento a implantação de um tipo de sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, assemelhando-se ao modelo fascista. Vargas buscou acalmar a oposição. Decretou anistia aos presos políticos em abril de 1945. No mês seguinte, convocou para o final do ano eleições para presidente e para representantes de uma Assembléia Constituinte.³⁸⁶ Desde fins de 1944, protelava a abertura democrática, fazendo uma sucessão de promessas vagas de convocação de eleições.

Não acatara nem mesmo sugestões partidas de ponderáveis setores governamentais – como Benedito Valadares, por exemplo, na época interventor no Estado de Minas Gerais – no sentido de atender algumas reivindicações oposicionistas. Não percebera, ou não quisera se convencer até aquele momento, de que o sistema autocrático imposto pelo golpe de

³⁸² VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.304.

³⁸³ *Ibidem*, p. 304-305.

³⁸⁴ *Ibidem*, p.306

³⁸⁵ *Idem*.

³⁸⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p.66

1937 não tinha mais as mínimas condições de sobrevivência. Mas depois das seguidas defecções de alguns de seus mais profundos colaboradores, bem como das notórias articulações políticas em torno da candidatura de Eduardo Gomes, e do início da formação da UDN – que no dizer de um analista do período, constituía uma frente onde se encontravam “... os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram e se sentiram traídos...; os que fizeram e se desentenderam com o Presidente...; os que assinaram o ‘Manifesto dos Mineiros’; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37”³⁸⁷. Getúlio não teve outra saída a não ser preparar o terreno político, tendo em conta a possibilidade de um jogo pluripartidário, e, até mesmo, sua continuidade no poder *in absentia*, ou seja, representado por um preposto³⁸⁸.

Em 7 de abril, foi lançada oficialmente a União Democrática Nacional (UDN), que congregava vários setores oposicionistas, inclusive militares. O nome do brigadeiro Eduardo Gomes surgiu como o preferido para compor a candidatura antigetulista.

Em 17 de julho foi realizada a primeira convenção do PSD e homologada a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. As origens do partido englobavam articulações entre interventores de várias esferas da administração estadonovista, desde as federais às municipais. Se, por um lado, rompiam, em certa maneira, com a burocracia do Estado Novo, contrária a qualquer estruturação política em bases partidárias, por outro lado, ao articularem suas bases partidárias através das interventorias, máquinas administrativas do Estado Novo, procuraram preservar a parte política possível que suas lideranças vinham exercendo desde 1937. Embora Vargas não tivesse se filiado ao partido, reconhecia a importância de articular uma estrutura partidária que atuasse na preservação de sua influência sobre os resquícios da administração do Estado Novo, para que fosse utilizada em futuras jornadas políticas³⁸⁹.

Em uma tentativa de garantir o apoio político das massas trabalhistas, foi articulado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto o PSD tinha como base de sustentação setores das oligarquias agrárias e estaduais, o PTB buscou compor sua base entre os trabalhadores ligados aos sindicatos e ao programa trabalhista de Vargas³⁹⁰.

Nesse período, crescia a atuação do PCB no movimento sindical. Ao retornar a legalidade e operar mais expressivamente no movimento sindical, o PCB trabalhou na organização do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT)³⁹¹. O movimento,

³⁸⁷ Conforme Maria Lúcia Lippi, em *O partido Social Democrático*. São Paulo, 1972 (mimeo).

³⁸⁸ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit. p.279-280

³⁸⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo**. 1945-1964. São Paulo: Marco Zero, 1989, p.28.

³⁹⁰ DELGADO, Lucília Neves. Op. cit. p. 30-43.

³⁹¹ SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001, p.42-43

fundando oficialmente em abril de 1945, atuava no sentido de elevar a atividade sindical a um âmbito político mais amplo em um contexto democrático. Em julho de 1945, o MUT definiu quatro pontos básicos: eliminação do representante obrigatório do Ministério do Trabalho nas assembleias; autonomia no processo eleitoral das diretorias sindicais; autonomia administrativa; eliminação da padronização legal dos estatutos das entidades³⁹².

5.3: O queremismo e o PCB

Entre vários atos contrários ao Estado Novo, um grupo de estudantes universitários, filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto, promoveu um comício na Praça da Sé, em São Paulo. Os estudantes davam vivas à democracia e pediam a morte do Estado Novo e de Vargas.

No entanto, para grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram à praça, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens universitários. Sem se intimidar, o orador [Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico] lembrou a derrota do integralismo naquele mesmo local e, cheio de coragem, aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, tornaram a bater nas panelas e, aos gritos, exclamaram: “Abaixo o PRP! Viva os trabalhadores! e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!”³⁹³.

Os estudantes se dispersaram, sem conseguir continuar o discurso e a multidão, com suas panelas, ganhou a praça. Manifestações como a descrita acima ocorreram dias depois, dessa vez, na capital mineira, quando populares presenciaram um comício da oposição e saíram em defesa de Getúlio³⁹⁴. Esses grupos eram classificados pela grande imprensa como desordeiros, bêbados, e arruaceiros. Os manifestantes temiam que com a saída de Vargas, os benefícios da legislação social fossem suprimidos. O termo “queremos Getúlio”, nesse sentido, expressava o medo que o processo de redemocratização, sem Vargas à frente, resultasse em uma ameaça aos benefícios da legislação social alcançada pelos trabalhadores ao longo dos 15 anos de governo Vargas³⁹⁵, que incluía limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho

³⁹² MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.61-62.

³⁹³ FERREIRA, Jorge Op. cit. p.17.

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ Ver: SPINDEL, Arnaldo. O partido comunista na gênese do populismo. São Paulo: Símbolo, 1980, p.61. Apud: FERREIRA, Jorge. Op. cit. p; 18

feminino e infantil, além de férias, horas-extras, pensões, aposentadorias, a criação de uma Justiça do Trabalho entre outros aspectos³⁹⁶.

Inicialmente um conjunto de manifestações populares, o quererismo tornou-se, a partir de julho de 1945, um movimento mais bem definido em termos de organização política, em especial, a partir da criação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, no Distrito Federal. Comícios da UDN eram interrompidos por manifestações de apoio a Getúlio. Em 30 de agosto, realizou-se o primeiro comício quererista, no Largo da Carioca, Distrito Federal. Milhares de pessoas compareceram, pedindo a continuidade de Getúlio Vargas no governo³⁹⁷.

O PCB, que em 1943 tinha decidido adotar a estratégia da União Nacional, que previa o apoio ao governo no plano interno, frente a inserção do Brasil na luta mundial contra o nazi-fascismo, naquele momento, defendeu também a “Constituinte com Getúlio”.

A posição do partido pode ser entendida não só a partir do movimento nacional interno, mas também das orientações externas vinculadas as política de frente ampla popular e democrática contra o fascismo, inspiradas pela então já dissolvida III Internacional. Assim, para o PCB, baseando-se na chamada política de “ordem e tranquilidade”, o caminho até a democracia sem percalços e perigos fascistas se daria pelo apoio a Vargas³⁹⁸.

Adotando um discurso de aproximação com Getúlio Vargas, os comunistas buscavam a ampliação de sua propaganda e da adesão junto aos trabalhadores que possuíam vínculos expressivos com Vargas³⁹⁹.

A inserção do Partido Comunista Brasileiro nas lutas trabalhistas e no projeto político que busca garantir a continuidade de Vargas no poder, contribuiu, naquele contexto, para desmistificar temporariamente a ideia negativa que se tinha sobre o comunismo, possibilitando, a curto prazo, uma real aproximação do PCB junto aos trabalhadores⁴⁰⁰.

Vargas, que em seu governo adotara uma linha anticomunista, impedindo a atuação legal do PCB, aceitou o apoio comunista, especialmente por meio da inserção de membros do PCB na campanha quererista. Em um momento em que a oposição se

³⁹⁶ FERREIRA, Jorge. Op. cit. p. 18

³⁹⁷ Ibidem, p. 22-24

³⁹⁸ SANTANA, Marco Aurélio. Op. cit. p.42-43.

³⁹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit. p. 41

⁴⁰⁰ Idem.

organizava e crescia, Vargas não podia desprezar o apoio de qualquer agremiação política que se dispusesse a apoiá-lo⁴⁰¹. Sobre esse apoio, Prestes declarou: “*É claro que o partido apoiou Getúlio, mas nunca fizemos um acordo com ele. Éramos aliados tácitos. Não o hostilizamos porque ele estava garantindo as eleições, a liberdade de imprensa e liberdade para a organização do partido*”⁴⁰².

Quando saiu da prisão, Prestes e Eduardo Gomes se encontraram. O brigadeiro argumentava que seria impossível ter eleições com Vargas no poder. Para Prestes, retirá-lo do poder implicaria em realizar um golpe e comprometer a realização de eleições⁴⁰³.

Numa tentativa de aproximação com os setores políticos de esquerda, pressionado por condições internas e externas, Vargas estabeleceu relações diplomáticas com o governo de Stalin em abril de 1945 e dias depois, assinou decreto concedendo anistia a todos os presos por crimes políticos desde junho de 1934. A medida permitiu ao PCB operar na legalidade, com Luiz Carlos Prestes participando de comícios públicos⁴⁰⁴. O MUT atuou como ponto de apoio importante no retorno a arena política e na campanha queremista⁴⁰⁵, embora seus pontos programáticos se chocassem com a estrutura corporativa do Estado Novo.

Nesse aspecto, vale registrar o debate a respeito dessa relação entre Vargas e o MUT. Para Francisco Weffort, a aproximação com Vargas permite explicar o porquê o MUT não combateu o imposto sindical, elemento essencial da estrutura, que representava o atrelamento ao Ministério do Trabalho, que coordenava essa verba. Para Luiz Werneck Vianna, essa aproximação com Vargas não impediu que os sindicalistas comunistas lutassem pela liberação sindical e a destruição da estrutura corporativa. Naquele momento, Vargas aliviava o controle fiscal sobre as organizações dos trabalhadores e a aproximação, nesse contexto, correspondia a percepção de que era necessário que a classe operária ingressasse no jogo político, compreendendo-o, e aderisse aquele processo de redemocratização⁴⁰⁶.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 42.

⁴⁰² MORAES, Denis. VIANA, Francisco. Op. cit. p.133.

⁴⁰³ Idem, 134-135.

⁴⁰⁴ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Op. cit. p.284

⁴⁰⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Op. cit. p;42-43.

⁴⁰⁶ A análise de Weffort se tornou muito influente, não só para o estudo do período, como também da etapa aberta em 1945, estendendo-se até 1964. Segundo ele, a aproximação entre Vargas e o PCB contribuiu para preservar o sindicalismo corporativo e, em decorrência, o que entende ser a reduzida autonomia dos trabalhadores após 1945, favorecendo a origem do que ficou conhecido como populismo. Os autores mais próximos do PCB enfatizaram o cenário de luta antifascista e nacionalista para justificar a aproximação do PCB com Vargas. Mais à frente, Luiz Werneck Vianna vai salientar que havia três

Segundo Luiz Carlos Prestes,

Constituinte com Getúlio não era uma palavra de ordem nossa, e sim do PTB. Nós falávamos em Constituinte, é claro, apoiávamos Getúlio, mas tínhamos muito cuidado. (...). Na Conferência [da Mantiqueira] tirou-e a resolução de apoiar Getúlio naquele momento e posteriormente. Eu coloquei que a questão era apoiá-lo naquele momento. No futuro, dependeria do processo⁴⁰⁷.

Lucília Delgado ressalta que o movimento queremista foi “*a expressão fiel da aliança de curto prazo feita entre Getúlio e os comunistas*”. Em um segundo momento, após a reconstituição da ordem política do país,

não interessava a implementação de qualquer ação que pudesse incentivar o crescimento de partidos políticos, senão os que fossem por ele liderados. O PCB fazia parte de um grupo de partidos que não dependiam da liderança de Vargas, que não tiveram sua origem vinculada ao presidente. O Partido Comunista, portanto, não estava incluído no elenco de organizações e agremiações partidárias a serem estimuladas e apoiadas pelo esquema varguista. A médio e longo prazos, Getúlio, que sempre se manifestou contrário a teoria marxista, e que sempre pregara e procurara criar condições para se gerar um “processo de colaboração entre classes sociais” desprezaria o apoio do PCB e estimularia o desenvolvimento de um partido alternativo, no caso, o PTB, que com sua pregação trabalhista tivesse legitimidade para atuar junto aos seguimentos assalariados urbanos, buscando, inclusive dificultar a atuação dos comunistas junto a esse setor da população⁴⁰⁸.

Vargas fixou as eleições presidenciais e de uma assembléia constituinte para 2 de dezembro de 1945. Entre junho e julho, confiando nas possibilidades de continuar no poder, não se manifestou em apoio à candidatura de Dutra. A política de aproximação com as esquerdas, em especial, com o PCB, sinalizava vantagens a Getúlio. Prestes defendia a “*Constituinte com Getúlio*” como solução que evitaria as candidaturas

grandes contradições atravessando o período: 1) democracia x fascismo; 2) capital x trabalho e 3) nação x imperialismo. Sua análise sugere que essa última ganhou maior vulto em relação às demais, pelas pressões para liberalização da economia brasileira, feitas pelos EUA, setores agrários e liberais, em oposição a um projeto nacionalista de desenvolvimento. Como este deveria incluir a burguesia nacional, o PCB propõe um arrefecimento do conflito capita/trabalho para garantir uma aliança ampla em torno do projeto nacional. Tal perspectiva, por seu turno, seria próxima à de Vargas, que busca a aproximação com o PCB e os trabalhadores para enfrentar os adversários do projeto nacionalista. Por isto, ele teria arrefecido o controle sobre os sindicatos e, segundo Vianna, teria chegado a insinuar, em seus discursos, a proposta de eliminação do corporativismo sindical. . Se é assim, não faria sentido dizer que a aproximação do PCB com Vargas foi a causa principal da preservação do corporativismo sindical. Sobre o debate acadêmico envolvendo Weffort, Maria Hermínia de Almeida e Carlos Estevam Martins ver Vianna; Spindel, MARANHÃO, Ricardo. Op. cit. p.62-66.

⁴⁰⁷ MORAES, Denis. VIANA, Francisco. Op. cit. p.137

⁴⁰⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit. p. 42

oligárquicas de Dutra e Gomes, confiando na capacidade do povo de eleger uma Constituinte que representasse os interesses da população⁴⁰⁹.

O apoio popular, no entanto, não foi o suficiente para que Vargas se mantivesse a frente do processo de democratização. A UDN, suspeitando de possíveis estratégias de Getúlio para continuar no poder e interferir nas eleições, precipitou um golpe militar, forçando sua renúncia. O estopim foi a tentativa de mudança do chefe de política da capital, na organização de um comício do MUT⁴¹⁰.

O PCB não se manifestou de forma expressiva contra o golpe que tirou Vargas do poder, exceto para acalmar protestos de trabalhadores e buscaram canalização do movimento operário para os seus desígnios. Cada vez mais o partido aumentava seu controle sobre a massa operária. A diretriz de “ordem e tranquilidade” no meio sindical se refletia na orientação de “apertar os cintos” e evitar greves. Segundo Marco Aurélio Santana, o reduzido número de greves nesse período pode indicar um certo sucesso do PCB na política de contenção de greves. Quando não conseguia evitá-las, o partido passava apoiar e dirigir os movimentos⁴¹¹, buscando controlar os movimentos operários. Os principais interesses do PCB, após o fim do Estado Novo, consistiam em garantir a sobrevivência do partido e na continuidade do movimento dos trabalhadores. Inseridos na perspectiva da campanha eleitoral, os comunistas tiraram o foco da luta pela Constituinte e decidiram lançar um candidato próprio para concorrer a Presidência da República.

5.4: Um candidato civil para o PCB: a candidatura Yêd do Fiúza

5.4.1: A busca do PCB por um candidato à presidência

Em 12 de novembro de 1945, Maurício de Grabois, candidato a deputado pelo Distrito Federal, fez um discurso durante comício do PCB no Largo do Machado em que expôs o perfil dos candidatos do partido. Mas o que aquelas pessoas presentes indagavam era a respeito de quem o PCB lançaria como candidato à Presidência da República.

⁴⁰⁹ Idem,.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Ibidem, p. p.44-46

O PCB, por ser um partido ligado às massas, verificou desinteresse popular para com as duas atuais candidaturas, de maneira que o PCB resolveu apoiar um terceiro candidato democrata, patriota, capaz de conduzir o Brasil para a necessária União Nacional. Esse homem será conhecido pelo povo dentro de alguns dias e arrastará consigo os votos do eleitorado brasileiro.⁴¹²

Na edição de 14 de novembro, o jornal *Tribuna Popular*⁴¹³, publicou uma notícia, afirmando que a única certeza que se tinha até aquele momento era que o candidato do partido seria um civil, em contrapartida às duas candidaturas de militares já lançadas. A edição publicou ainda uma enquete com lideranças do MUT e a respeito do caráter dessa candidatura. Joaquim Barroso, presidente do MUT nacional afirmou:

A escolha de um candidato civil para nós, trabalhadores, está sendo encarada com real simpatia, dada a certeza de que qualquer candidato que nos ofereça o céu não nos ilude, porque visamos princípios, e não homens⁴¹⁴.

A definição de um candidato civil para a presidência veio acompanhada de uma nota em que se definia o perfil heterogêneo dos demais candidatos do partido.

Os nomes registrados sob a legenda do PCB são de homens e mulheres dignos de receber os votos de todos os patriotas e democratas, de todos os sinceros anti-fascistas, de todos os que desejam o progresso do Brasil, porque são nomes de operários, de camponeses, de agricultores, comerciantes e industriais, intelectuais, médicos, advogados e engenheiros, de escritores e militares, comunistas e não comunistas, mas todos democratas, honestos, lutadores, anti-fascistas conhecidos e provados nos duros anos de reação e de guerra⁴¹⁵.

Seguindo, portanto, a diretriz da União Nacional, o partido lançou candidatos de diferentes perfis, inclusive de pessoas que não tinham uma trajetória política comunista. Naquele momento, o discurso do partido era de uma união contra o nazi-fascismo. Os candidatos apresentados tinham em comum duas características, conforme o discurso comunista: tinham no passado combatido o integralismo, grupo que representava, segundo o discurso do período, uma expressão do nazi-fascismo no Brasil. Outro ponto era a defesa dos interesses dos trabalhadores.

⁴¹² ESTRONDOSA VITÓRIA DO POVO. OS TRÊS COMÍCIOS DO PCB. *Tribuna Popular*, 13 de novembro de 1945, p.8

⁴¹³ Jornal carioca, publicado diariamente, criado em maio de 1945 e extinto em dezembro de 1947. Vinculado ao PCB.

⁴¹⁴ QUAL O NOME DO CANDIDATO DAS FORÇAS PROGRESSISTAS? *Tribuna Popular*, 14 de novembro de 1945, p.4

⁴¹⁵ APRESENTADO OS CANDIDATOS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Tribuna Popular*, 14 de novembro de 1945, p.1.

A especulação em torno do nome a ser lançado pelo PCB crescia. “Bolões” eram feitos no Jockey Club, em que se apostavam nos nomes de Prestes Maia, Antonio Prado Júnior, Medeiros Neto e Laudo de Camargo. A hipótese de o PCB apoiar a candidatura de Mário Rolim Telles, articulada pelo Partido Agrário Nacional (PAN), fundando com o propósito de lançá-lo à Presidência, também fazia parte do *hall* de possibilidades. O processo de definição da candidatura pelo PCB, no entanto, ocorria em sigilo. O partido informara apenas que o nome seria divulgado em um comício no Distrito Federal, com a presença do candidato⁴¹⁶. Jornalistas saíram a uma verdadeira caça aos supostos candidatos do PCB, sem obter nenhuma confirmação. Laudo de Camargo negou que tivesse sido consultado a respeito da candidatura. Prestes Maia, que viajara para o Rio de Janeiro, sofreu uma verdadeira perseguição da imprensa, conforme narrou o jornal *Correio do Povo*, reproduzindo a saga dos repórteres da publicação *Diretrizes*:

Quanto ao senhor Prestes Maia, é fato que está no Rio desde ontem. Chegou, ontem, pelo terceiro avião da VASP. Ficou no Hotel Serrador, apartamento 1.017. O urbanista, que acaba de deixar a Prefeitura de São Paulo, não se demorou no hotel um só instante e até a meia-noite não havia regressado aos seus aposentos. Que andou fazendo na rua todo esse tempo o sr. Prestes Maia? O repórter de *Diretrizes* surpreendeu hoje de manhã o engenheiro paulista, quando ainda dormia. O sr. Prestes Maia, de pijama, entreabriu a porta de seu apartamento e dando com a pergunta que lhe fizemos, sobre o motivo de sua inesperada viagem ao Rio, respondeu-nos: “Vim a passeio”. Apontam seu nome para presidente da República – insistimos. O sr. Prestes Maia respondeu: “Boato!. Não sou candidato à coisa alguma! Nem mesmo a presidente de clube de futebol. Foi quando o fotógrafo bateu a chapa e o ex-prefeito de São Paulo, que parecia tão amável, bateu com a porta na cara do repórter⁴¹⁷.”

Luiz Carlos Prestes, em entrevista anos mais tarde, confirma que o partido investiu em Prestes Maia para candidato. “*Prestes Maia era um bom nome: gozava de prestígio junto a Getúlio e, por isso, carregaria os votos do PTB, era o que estávamos perseguindo. Ele vacilou até a última hora e acabou por não aceitar*”⁴¹⁸. O objetivo do partido, nesse sentido, era lançar a candidatura de alguém próximo a Getúlio.

Outro nome que foi cogitado foi o de João Daudt d’Oliveira, primo de Fiúza. Procurado por jornalistas, Daudt negou a informação e declarou que ainda que tivessem proposto a candidatura comunista, não aceitaria.

⁴¹⁶ NÃO SOU CANDIDATO A COISA ALGUMA! *Correio do Povo*, 15 de novembro de 1945.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ MORAES, Denis de. VIANA, Francisco. Op. cit. p.142.

Representante e depositário da confiança das classes conservadoras, trairia meu mandato se aceitasse qualquer outro que se lhe opusesse. E estou plenamente convencido de que servindo as classes conservadoras, estarei servindo ao Brasil. Considero, sem nenhuma literatura, nossa situação econômica absolutamente caótica. E acredito que só o trabalho consciente das classes produtoras conseguirá restabelecer a ordem e a segurança necessárias⁴¹⁹.

O jornal *Diário Carioca*, que atuava em defesa da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, publicou uma reportagem em que o partido teria supostamente uma lista de cinco nomes para lançar a candidatos à Presidência da República:

Tabela 7: A lista quántupla de possíveis candidatos à Presidência da República pelo PCB – novembro de 1945⁴²⁰

Candidato	Breve histórico
Luiz Frederico Carpenter	Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil
Prestes Maia	Engenheiro civil e arquiteto. Trabalhou como engenheiro na Secretaria de Viação e obras públicas e foi interventor na cidade de São Paulo, nomeado por Ademar de Barros em 1938.
Antonio Prado Júnior	Engenheiro e ex-prefeito do Distrito Federal.
Abraão Ribeiro	Formando em Direito, foi nomeado interventor na cidade de São Paulo, para substituir Prestes Maia, com a derrubada do Estado Novo.
Yêddo Fiúza	Engenheiro, ex-diretor do DNER, foi prefeito de Petrópolis duas vezes.

Segundo o mesmo periódico, no dia previsto para o lançamento da candidatura, no comício monstro, o nome a ser lançado seria do de Luiz Frederico Carpenter. No entanto, no dia 16 de novembro, durante o comício, a direção do PCB anunciou o seu candidato... o engenheiro Yêddo Fiúza. A notícia causou surpresa. Carpenter rapidamente foi procurado pelos jornalistas de Macedo Soares, e afirmou que se sentiu mais surpreso pelo convite a se candidatar do que pela mudança do nome lançado pelos comunistas, a quem tinha confirmando aceitar a candidatura. Carpenter afirmou que ficar de fora do processo o deixou aliviado⁴²¹.

⁴¹⁹ **Correio do Povo**, 07 de novembro de 1945.

⁴²⁰ Tabela elaborada com base nas informações publicadas na edição de 17 de novembro de 1945 no *Diário Carioca*.

⁴²¹ **Diário Carioca**, 17 de novembro de 1945.

5.4.2: A candidatura Yêddo Fiúza

Quatro horas após a divulgação de seu nome, Fiúza deu uma entrevista coletiva. Recebeu jornalistas de diversos veículos em seu apartamento, em Copacabana. Antes que começassem as perguntas, disse aos jornalistas presentes: “*Os senhores vão tirar a minha paz durante os 15 dias que vão passar...*”⁴²²

Segundo Ricardo Maranhão, o PCB, após a queda do Estado Novo, adotou uma política de cautela e a escolha de um candidato com o perfil de Fiúza para a concorrer a Presidência evidenciou essa tendência.

Prestes era o candidato natural do PCB, homem de grande prestígio, comparável ao de Vargas. Entretanto, como o PCB não tinha força eleitoral suficiente, resolveu-se reservar Prestes para o futuro. (...). A escolha do engenheiro não militante do partido, Yêddo Fiúza, revelou uma disposição de não desafiar claramente as instituições, como esclareceu Prestes em abril de 1945: “O nome de um comunista poderia sofrer restrições, e o nosso papel... seria o de equilibrar e unificar todos os setores democratas e progressistas (...)”⁴²³.

Segundo Dênis de Moraes e Francisco Viana, a tática do partido era evitar “queimar” desnecessariamente o nome de Prestes, que optou por uma legenda no senado e se candidatou também a deputado por vários estados⁴²⁴.

O *Diário Carioca*, que em 1934 já havia realizando uma campanha contra Fiúza no episódio de sua exoneração pelo então interventor Ari Parreiras, deu início a uma campanha repleta de ironia, depreciação e denúncias envolvendo o candidato do PCB. Para o jornal. Fiúza era um candidato “*cujo nome lembra uma infeliz combinação nipo-italiana*” foi a pior das cinco opções de que o PCB dispunha⁴²⁵.

Fiúza foi apresentado pelo partido comunista como um antifascista militante. Sua experiência como prefeito de Petrópolis foi utilizada como atributo para qualificá-lo como um **administrador**. Sua formação em engenharia e seus trabalhos no DNER, em especial, no projeto de construção da estrada Rio-Bahia, apontada naquele momento como a maior da América Latina, embasaram a definição de Fiúza enquanto um **técnico**. No texto em que apresentava o candidato do PCB, o jornal *Tribuna Popular* afirmou também que

⁴²² *Tribuna Popular*, 17 de novembro de 1945.

⁴²³ MARANHÃO, Ricardo. op. cit. P.37.

⁴²⁴ MORAES, Denis. VIANA, Francisco. Op. cit. p.141.

⁴²⁵ *Diário Carioca*, 17 de novembro de 1945.

Vai para 10 anos o nome de Yêddo Fiúza ganhou notoriedade em todo o país, não só por sua notoriedade em resolver os problemas do povo, como ainda por sua firme e decidida posição de luta contra o nazi-integralismo.

(...)

Se havia alguém quem vacilasse e se dissesse simpatizante do sigma nas esferas administrativas, Yêddo Fiúza colocava-se desassombadamente ao lado do povo, disputando o título de inimigo do integralismo, enfrentava corajosamente as hordas de camisas-verdes e era cognominado pela população de Petrópolis como o La Guardia de Petrópolis⁴²⁶.

Na entrevista coletiva, Fiúza teve ao seu lado o jornalista Álvaro Ventura, presidente do PCB, que, segundo o *Diário Carioca*, o teria “ajudado” na resposta de algumas questões colocadas pelos jornalistas. Na abertura da reportagem, o jornal destacou que “*em plena avenida Copacabana, num belo apartamento, mora o candidato do PC*”⁴²⁷.

As duas primeiras perguntas para o recém-lançado candidato foram justamente as que parecem mais obscuras quando se observa a literatura a respeito da atuação do PCB no período da redemocratização de 1945: como se desenrolaram as articulações que culminaram na escolha de seu nome para candidato do PCB e qual a sua trajetória política anterior. Fiúza pouco esclareceu a primeira indagação:

Sei tanto quanto sabem os senhores. A notícia foi para mim uma verdadeira surpresa. Trabalhava intensamente no meu gabinete, terminando alguns projetos que devo entregar dentro de poucos dias, quando ontem, por volta das 15 horas, sou procurado por uma comissão de representantes de organizações políticas e populares que veio comunicar-me a escolha de meu nome como candidato dessas correntes democráticas a Presidência da República⁴²⁸.

Sobre seu passado político, respondeu:

Exerci, é verdade, um cargo administrativo. Já fui prefeito de Petrópolis. Duas vezes. A primeira por nomeação e a segunda, eleito por quase uma unanimidade. Foi no exercício desse cargo que eu pude constatar o quanto é fácil governar-se um povo quando se pratica a política do povo. Resultado: o povo petropolitano em compensação erigiu-me cidadão honorário de sua cidade, título esse que conservo e conservarei com carinho, dele orgulhando-me sempre⁴²⁹.

⁴²⁶ *Tribuna Popular*, 17 de novembro de 1945.

⁴²⁷ *Diário Carioca*, 17 de novembro de 1945.

⁴²⁸ *Tribuna Popular*, 17 de novembro de 1945.

⁴²⁹ *Idem*

Fiúza não era conhecido nacionalmente. Tanto na reportagem inicial, em que a *Tribuna Popular* apresentou-o como candidato do partido como nas seguintes, foram publicados resumos da biografia do engenheiro. Na entrevista coletiva, Fiúza encarregou de apresentar-se aos leitores, preocupado em enfatizar que não tivera privilégios políticos nem financeiros ao longo de sua trajetória, esforçando-se para construir uma imagem de homem trabalhador, de origens humildes e de vida modesta⁴³⁰.

Minha vida é simples como a de todo homem que vive exclusivamente de seu trabalho. Descendo de uma família também simples e jamais desempenhei comissão alguma, ou me investi n'algum cargo à custa de empenho ou recomendações de quem quer que seja⁴³¹.

Fiúza afirmou que como engenheiro, pode trabalhar em várias regiões do Brasil, o que lhe permitiu conhecer bem as demandas sociais do país.

Conheço bem quase todo o Brasil. No desempenho de minha profissão, percorri grande parte do território nacional. Entrei em contato com o genuíno brasileiro, aquele que trabalha, não de sol a sol, mas de estrela a estrela. Conheço bem o interior do meu país, para não falar nas cidades principais e sei a situação de miséria a que estão reduzidas as populações sertanejas. Não é só instrução que lhes falta. É a solidão que as asfixia, com a falta de transportes, com o latifúndio e com toda a espécie de enfermidades⁴³².

Com relação ao seu plano de governo, Fiúza apresentou propostas em que se converteriam em benefícios para os trabalhadores, que, aliás, apareciam como preocupação central em seu discurso. Entretanto, mostrou-se atrapalhado diante da pergunta a respeito sobre quais seriam suas principais preocupações no governo. “*Os problemas são numerosos. Os senhores estão me pegando de improviso. Sei que sou candidato a presidente há apenas poucas horas*”, disse. Fiúza afirmou que sua preocupação seria com transporte, educação e saúde, por tratar-se de “*três pontos de um governo essencialmente popular*”. Também afirmou que “*beneficiar as classes trabalhadoras é dar-lhe trabalho garantido*”. Por fim, fez uma pausa, acendeu um cigarro e tentou concluir o assunto: “*Precisamos mais é de um governo 100% dedicado ao trabalho e com apenas 0.0005 de palavras*”⁴³³.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Idem

⁴³² Idem.

⁴³³ Idem

O candidato afirmou que se eleito, garantiria a realização de uma nova Constituinte, que seria respeitada. Criticou o integralismo e disse que o combate ao grupo se daria pela Constituinte. Esta seria “*um instrumento adequado para se dar o combate sem quartel, até a liquidação final de todos os traidores da Pátria*”⁴³⁴. Esquivou de questões polêmicas, como a respeito da bomba atômica. Perguntado se era a favor ou contra, disse apenas que “*estamos vivendo a era da energia atômica e é justo que caiba agora aos engenheiros o governo do Brasil*”⁴³⁵.

Fiúza declarava-se como um democrata e o *Diário Carioca* questionou a relação entre a democracia e o governo da então URSS, que era liderada por Joseph Stalin.

- Acha o senhor que num país onde só há um “partido único” existe democracia?

E Fiúza respondeu:

- Acho que não.

O senhor Ventura [diretor do PCB] ruborizou-se e tentou uma explicação. Todos foram gentis e desculparam-no⁴³⁶.

Segundo o *Diário Carioca*, a entrevista coletiva no apartamento de Fiúza foi encerrada com a chegada dos “queremistas” Hélio Gomes, Abel Chermot e outros⁴³⁷.

Fiúza percorreu o Brasil ao lado de Prestes para cumprir uma extensa agenda de comícios. Comitês pró-candidatura Yêddo Fiúza foram instalados em várias capitais. O primeiro discurso de Fiúza foi realizado no dia 17 de novembro, no largo da Carioca. O engenheiro iniciou sua fala afirmando que sua mensagem era de “*paz e tranquilidade*”. Expôs seu plano de governo e defendeu que a grande transformação do Brasil só ocorreria “*quando toda a massa popular se convertesse em massa produtora, pelo trabalho*”. Ao lado de Prestes, Fiúza foi aplaudido por cerca de 130 mil pessoas, segundo estimativas do jornal *Tribuna Popular*⁴³⁸.

O *Diário Carioca* definiu o primeiro comício do engenheiro como “*uma sessão espírita em pleno Largo da Carioca*”, já que a multidão que gritava “Yêddo Fiúza, Yêddo Fiúza!”, na verdade, estava exclamando “queremos Getúlio, queremos Getúlio!”⁴³⁹.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Idem

⁴³⁶ **Diário Carioca**, 17 de novembro de 1945

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ **Tribuna Popular**, 18 de novembro de 1945.

⁴³⁹ **Diário Carioca**, 18 de novembro de 1945.

Nem o grito mudou. (...) Por isso é que a coisa não parecia comício, parecia sessão espírita (...). Os quemistas dizendo que queriam por interposta pessoa o espírito do Grande Ausente de São Borja, como os integralistas invocavam o grande ausente de Lisboa⁴⁴⁰.

O jornal classificou a multidão que assistiu o comício do PCB como “*o estribilho gago do Sr. Prestes*”. O povo de verdade, para o jornal era aquele “*que procurava os bondes a caminho de casa, ansioso para ligar o rádio e escutar o comício do Brigadeiro em Curitiba*”⁴⁴¹.

A oposição à candidatura comunista cresceu nas páginas do *Diário Carioca*, em especial, pela ação do jornalista Carlos Lacerda, que se dedicou a publicação de artigos diários, empenhando-se em atacar diretamente Yêddo Fiúza, partido do lançamento de uma série de denúncias a respeito da administração do engenheiro na Prefeitura de Petrópolis.

5.5: O rato, o proxeneta da imprensa e o jornalista de aluguel. As críticas de Carlos Lacerda e as respostas do PCB

Carlos Lacerda e o jornal *Diário Carioca* defenderam a candidatura de Eduardo Gomes. Em 22 de novembro, deram início a publicação de artigos diários que compuseram uma campanha contra a candidatura Yêddo Fiúza. O envolvimento político de Lacerda com questões políticas não era novidade, porém, seu posicionamento político anterior era bastante diferente daquele assumido em novembro de 1945. Dez anos antes, Lacerda participara ativamente da articulação da ANL. Estudante da Faculdade de Direito, tornou-se o orador oficial dos acadêmicos junto à direção da aliança. Em julho de 1935, ficou encarregado da tarefa de ler o manifesto redigido por Luiz Carlos Prestes, que conclamava o povo a resistir ao governo Vargas e tomar o poder⁴⁴².

Embora se considere que Lacerda tenha sido membro efetivo do Partido [PCB], ele sempre negou que tivesse ingressado, de fato, em seus quadros, apesar de assíduo frequentador de reuniões e aplicador executor de tarefas partidárias. A questão, porém, é absolutamente bizantina, pois considerando a perseguição que na época havia contra os comunistas, é obvio que estes não poderiam se apresentar como militantes formalmente inscritos no PCB, até

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. : a trajetória política de Carlos Lacerda. São Paulo: Códex, 2002. P.38

mesmo por uma medida de segurança. Ao que parece, e com o objetivo de tentar amenizar as consequências e a repercussão da expulsão da legenda, em 1939, Lacerda procurou divulgar a versão de que nunca fora membro do partido. Assim, segundo ele, jamais teria participado da Juventude Comunista e, sim, da Juventude Popular, surgida como resultado da política de Frente Popular preconizada por Dimitroff⁴⁴³.

Em janeiro de 1945, jornalistas se reuniram em São Paulo no I Congresso Brasileiros de Escritores. Os participantes reunidos mobilizaram-se em torno do restabelecimento da democracia, direito de voto universal e secreto. Lacerda participou do encontro e integrou o grupo encarregado de redigir a declaração de princípios aprovada no encontro, porém, a censura do DIP impediu a publicação do documento⁴⁴⁴.

Segundo Marina Gusmão de Mendonça, meses depois, Lacerda fez uma visita a Prestes, na prisão, com o objetivo de convencê-lo a apoiar e fazer parte da frente anti-Vargas. Sua tentativa fracassou. O jornalista então rompeu com Prestes e publicou, em 27 de maio, no jornal *Correio da Manhã*, um artigo intitulado “*A mão estendida e a liquidação moral*”, em que criticava a postura de Prestes, ressaltando que Getúlio fora conivente com a deportação de sua companheira, Olga Benário, para a Alemanha, onde foi presa e morta em um campo de concentração, meses depois de dar à luz Anita Leocádia, a filha de Prestes⁴⁴⁵.

Lacerda investiu ainda em uma aproximação com setores socialistas não vinculados ao PCB. Tentou aproximar-se da Esquerda Democrática, mas foi rejeitado pelo grupo.

Rejeitado por todos os setores de esquerda, Lacerda se filiou à UDN, engajando-se com todas as forças na campanha do brigadeiro Eduardo Gomes. Seus principais inimigos eram, agora, os comunistas, e ele não titubeou quando percebeu que Yêddo Daudt Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis e candidato presidencial do PCB [...] poderia tirar muitos votos da UDN⁴⁴⁶.

A coletânea de denúncias publicadas no *Diário Carioca* foi motivada, segundo Lacerda, por uma conversa entre ele e seu primo Nestor Barbosa.

Um belo dia, meu primo, cujo irmão tinha sido prefeito de Petrópolis no tempo de Washington Luís, antes do Fiúza, e era chamado de “carcomido” –

⁴⁴³ Ibidem, p.34

⁴⁴⁴ Ibidem, p.71

⁴⁴⁵ Ibidem, p.75

⁴⁴⁶ Ibidem, p.77.

o Nestor, esse meu primo disse: “Olha, o Ari, meu irmão, avisou que esse pessoal está comendo gambá errado, porque esse Fiúza é um ladrão terrível: não é nada disso que estão dizendo, é uma porcaria de um engenheiro de última ordem e é um sujeito desonestíssimo” (...). Então começou a me dar uma série de dicas. Eu trabalhava nesse tempo, no *Diário Carioca* com o Prudente de Moraes Neto e o Pompeu de Sousa. Procurei o Horácio de Carvalho e disse: “Vou topar a campanha contra o Fiúza”. É claro que o Horácio, um anticomunista até a raiz dos cabelos, e o José Eduardo de Macedo Soares ainda mais, disseram: “Puxa, mãos livres!”⁴⁴⁷.

Lacerda, portanto, era da família de Ari Barbosa, o prefeito que pertencia ao Partido Radical na década de 1930, que foi afastado do executivo de Petrópolis com a Revolução de 1930, perdendo seu cargo para Yêddo Fiúza. E, em 1945, era funcionário de José Eduardo Macedo Soares, no mesmo *Diário Carioca* que defendeu a exoneração de Fiúza no caso do Banco Construtor do Brasil, quando o engenheiro rescindiu o contrato, indo contra as ordens do então interventor estadual Ari Parreiras.

O primeiro artigo foi publicado em 22 de novembro de 1945. O título é “*Fiúza a serviço do integralismo*”. Segundo Lacerda, o candidato apresentado como democrata e antifascista militante “já em 1935 arvorava o sigma na sua residência em Petrópolis” e que foi o responsável pela eliminação dos bondes em Petrópolis. Além disso, referia-se a Fiúza, em vários momentos, como a “Gueixa de Petrópolis”, insinuando, inclusive, que o engenheiro fosse homossexual⁴⁴⁸.

No segundo artigo, publicado em 23 de novembro, Lacerda declarou que era falso o argumento de que Fiúza não tinha passado político, e assim explicou o seu ingresso na Prefeitura de Petrópolis:

Em dezembro de 1930, o Sr. João Daudt de Oliveira obteve com seu amigo pessoal, o sr. Getúlio Vargas, a nomeação de seu primo Yêddo (Daudt) Fiúza para a Prefeitura de Petrópolis. O sr. Yêddo, engenheiro fracassado, era um encravo na família e o sr. João Daudt procurou ajudá-lo, recebendo, depois, em pagamento, um coice do sr. Fiúza⁴⁴⁹.

Lacerda acusou Fiúza de receber propina nas negociações de fornecimento para as estradas, enquanto diretor do DNER e por isso era apelidado *dez por cento*, que segundo o jornalista, correspondia ao percentual cobrado de Fiúza por cada contrato firmado. Entre os beneficiados do suposto esquema estava a firma Sociedade Técnica e Industrial Ltda., que tinha como sócios os irmãos Américo e Yara Pirondi, esta, segundo o jornalista, foi secretária de Fiúza durante a gestão do engenheiro em Petrópolis.

⁴⁴⁷ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p.67-68

⁴⁴⁸ LACERDA, Carlos. **O rato Fiúza**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1946. p.19-24.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p.26.

Já na terceira publicação, atacou o trabalho de Fiúza enquanto diretor do DNER, onde, de acordo com Lacerda, agira com leviandade ao assinar projetos, comprava veículos sem concorrência pública e mantinha contratos irregulares com a empresa do petropolitano Augusto Filpo. Lacerda acusou Fiúza de ser um latifundiário, publicando o endereço de suas propriedades no Distrito Federal.

No quarto artigo, Lacerda afirmou que foi aberto no Ministério da Viação um inquérito contra Fiúza, para apurar irregularidades em sua gestão enquanto diretor do DNER.

O inquérito foi encaminhado ao Palácio do Catete, onde o sr. Getúlio Vargas fez abafá-lo, em vistas de suas relações com o sr. Fiúza, que lhe proporcionava festas íntimas em agradáveis recantos de Petrópolis⁴⁵⁰.

Lacerda também atacou dois pontos principais no discurso do PCB: a valorização de Fiúza enquanto engenheiro e a autoafirmação que o candidato fazia de suas origens humildes, afirmando que sua vida era modesta, que viva apenas com o fruto do seu trabalho.

Um engenheiro pode ser um bom presidente da República. Mas um bom presidente da República precisa ser um engenheiro? Por quê? Haverá alguém da tua cédula, eleitor comunista, capaz de explicar por quê?⁴⁵¹

E continua

Ser rico não é crime. Mas ser rico e dizer que é pobre, é malícia. E mais, ser rico de dinheiro do povo, então já é crime. Pois essa é a malícia – esse é o crime – de Yêddo Fiúza⁴⁵².

Desta vez, Lacerda publicou uma lista de seis imóveis que pertenceriam a Fiúza. Apenas um, no entanto, o jornalista informa os dados que comprovam que de fato pertencem a Fiúza: o número da escritura, registrada no Cartório Milanez. O jornalista

⁴⁵⁰ Ibidem, p.40. No artigo publicado no dia 28 de novembro, o sexto da série, Lacerda volta a falar sobre o inquérito. Segundo o jornalista, o inquérito era o de número 10.487. Lacerda afirma que não foi possível copiar o documento, mas “graças a uma série de informações idôneas, colhidas entre pessoas que, no Ministério, viram o processo, posso oferecer ao Governo e aos eleitores do rato Fiúza, um pálido resumo do que ele encerra”, e faz um resumo das denúncias apontadas no inquérito, sem citar os nomes das pessoas que teriam lhe fornecido as informações. Esclarece ainda que nenhuma informação lhe foi dada pelo DNER ou por qualquer departamento oficial, conforme descrito na nota de rodapé, n.12, p.61.

⁴⁵¹ Ibidem 41

⁴⁵² Ibidem 42

apelava para que o PCB retirasse a candidatura de Fiúza, colocando em dúvida se Prestes sabia ou não do caráter do engenheiro quando este foi convidado a se candidatar pelo partido. Prontificou-se em apresentar a Prestes uma lista com outros imóveis que pertenceriam a Fiúza, mas que estavam em nome de outra pessoa, cujo nome não estava autorizado a divulgar⁴⁵³.

Basta que o sr. Prestes queira e prontamente lhe darei os nomes, endereços, todos os detalhes, se é que a esta hora ele ainda não sabe.

E para provar que não sabe, basta uma atitude: retirar a candidatura do sr. Fiúza, que traiu a sua confiança, fazendo com que ele traísse a confiança dos trabalhadores⁴⁵⁴.

Faltavam cinco dias para as eleições. Fiúza e Prestes percorriam o Brasil, em comícios monstro. A mobilização dos comitês pró-candidatura Yêddo Fiúza crescia em vários pontos do país. Lacerda, no quinto artigo, trouxe à tona o incidente entre o Banco Construtor do Brasil e a Prefeitura de Petrópolis, que teve como consequência a demissão de Fiúza por determinação do então interventor estadual Ari Parreiras, morto meses antes da campanha. Parreiras, naquele momento, era lembrado como uma espécie de herói por seus serviços prestados a marinha. Então, Lacerda reproduziu trecho de uma entrevista do ex-interventor, que acusava Fiúza de apaixonado pela causa do BCB, uma causa meramente administrativa, praticar um ato de deslealdade e ao mesmo tempo de indisciplina ao rescindir o contrato com o banco e municipalizar os serviços de fornecimento e energia elétrica. Afirmou que o “assalto” ao Banco Construtor serviria naquele momento, para que fizesse demagogia em sua campanha⁴⁵⁵.

No mesmo artigo em que traz a tona uma acusação de que o engenheiro cometera um ato apaixonado, pela causa do Banco Construtor, admite ter sido movido pela paixão ao construir aquela campanha contra o engenheiro, revelando o que o motivava na empreitada: sua mágoa com relação a Prestes.

Acompanhei, desde os tempos, de uma profunda e comovida admiração a trajetória do sr. *Luiz Carlos Prestes*. Em pequeno, cortava-lhe os retratos barbudos, colava-os nos meus cadernos de colégio e de longe lhe acompanhava a marcha sertaneja.

Vi-o depois errar muito, errar quase sempre – e para tudo eu encontrava uma desculpa.

Vi-o suportar a prisão até cair nos braços do sr. Getúlio Vargas. Participei da campanha pela anistia sabendo que havia nela um lado secreto – o compromisso de Prestes com o ditador. Mas era preciso libertar Prestes,

⁴⁵³ *Ibidem*, p.43.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p.45.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p.57

trazer Armando Sales Oliveira e Mangabeira. Era preciso desmontar mais essa arma, a terrível arma das ditaduras, que é o modelo da cadeia. Experimentei esse medo, através de toda minha juventude. De nada me arrependo e nada tenha a confessar senão que tudo procurei fazer para salvar, na idade de homem, os ideais da minha adolescência. E hoje, diante de um tolo que desfaz a própria honra nas mãos de um rato e de uns quatro imbecis, como escrever sem paixão?

No sexto artigo, Lacerda volta a associar Fiúza ao integralismo, utilizando como argumento a gestão do engenheiro na Prefeitura de Petrópolis. Lacerda afirma que Fiúza era prefeito em 1935, quando Petrópolis sediou o II Congresso Nacional Integralista e que foi com Fiúza à frente da Prefeitura que o operário Leonardo Candú foi morto pelos integralistas, em junho de 1935.

E não de agora esses operários votar no homem que cortejou aberta e imprudentemente os assassinos de seu companheiro, apenas porque o sr. Prestes, como qualquer Hugo Borghi, viu “inclinações democráticas” no ditador e não consegue compreender que cada voto desviado de Eduardo Gomes é um voto dado aos integralistas que apóiam o general Dutra⁴⁵⁶.

Nos três últimos artigos da série, Lacerda acusa Fiúza de ser o responsável pela retirada dos bondes de Petrópolis e a partir de então, faz uma revisão de todas as denúncias que promoveu ao longo da campanha, enumerando-as. Os artigos foram reunidos e lançados em um livro, intitulado *O rato Fiúza*, publicado em 1946. No livro, Lacerda publica textos anexos. No anexo II, afirma não poder revelar as fontes onde colheu material para a campanha contra Fiúza. E afirma guardar consigo certidões, que junto com os depoimentos colhidos junto a operários, engenheiros, fornecedores e clientes cujos nomes não poderia revelar, fundamentavam as denúncias contra o engenheiro⁴⁵⁷.

Respostas às denúncias de Lacerda não tardaram a ocorrer. Em 26 de novembro foi publicada na *Tribuna Popular* reportagem que se propunha a esclarecer como foi a administração de Fiúza em Petrópolis e rebater as denúncias de Lacerda. O jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, reproduziu na íntegra a reportagem assinada por Vicente de Paula Rodrigues, correspondente de Petrópolis. O objetivo da reportagem era apresentar provas em defesa do engenheiro. O título da reportagem era: “*A verdade sobre a administração do sr. Yêddo Fiúza em Petrópolis*”. O jornalista argumenta que Yara Pironi nunca foi secretária de Fiúza, que ao longo de sua gestão em Petrópolis

⁴⁵⁶ Ibidem, p.64.

⁴⁵⁷ Ibidem, p.115-116.

teve apenas como secretários José Pellini e Mário Aloísio de Cardoso Miranda. Afirmou ainda que os bondes foram retirados de circulação em Petrópolis dois anos após Fiúza ter deixado a prefeitura da cidade. Por fim, o jornalista argumentou que o engenheiro não apoiou os integralistas em Petrópolis e que empregou operários ligados aos levantes comunistas de 1935, quando saíram da prisão, em obras no DNER⁴⁵⁸.

A comissão pró-candidatura Yêddo Fiúza publicou esclarecimentos sobre as denúncias de Lacerda no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre em 30 de novembro. O mesmo periódico publicou no dia 1º de dezembro os discursos feitos por Prestes e Fiúza durante comício no Largo da Carioca. Na página, uma manchete com letras destacadas MEIO MILHÃO DE MARMITEIROS! (figura 14) e logo abaixo, uma foto da multidão assistindo ao comício. O emprego da expressão “Marmiteiros” era uma provocação a Eduardo Gomes.

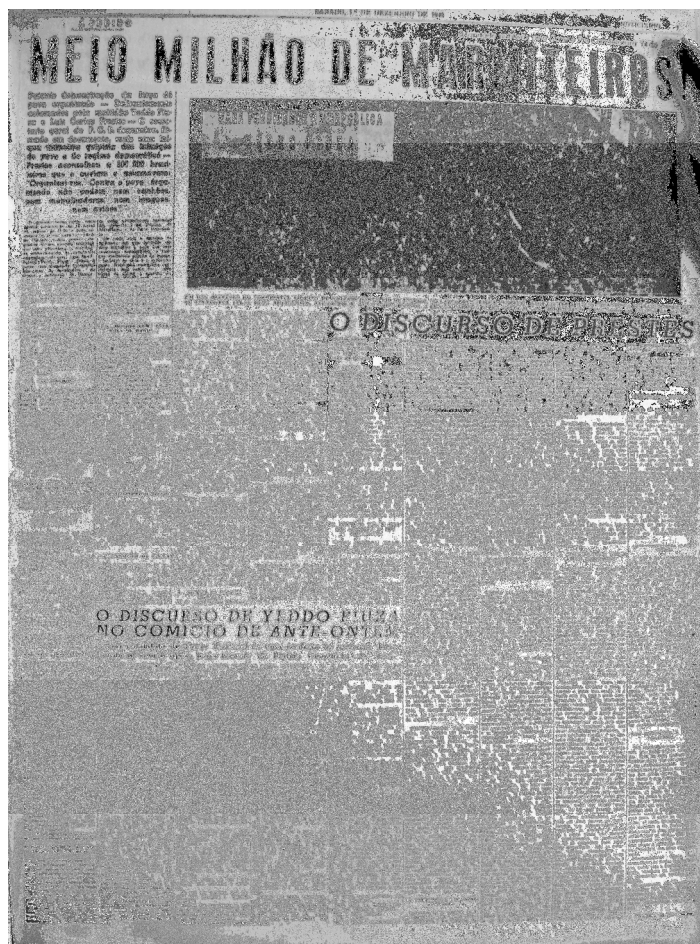
Às vésperas da eleição, (...) começou a circular uma frase atribuída ao brigadeiro — “Não preciso dos votos dos marmiteiros” — que iria ter uma importância decisiva nos resultados finais. Na verdade, Eduardo Gomes havia dito algo diferente: num discurso proferido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 19 de novembro, atacou a ditadura Vargas, frisando que para se eleger não precisava dos votos “desta malta de desocupados que apóia o ditador”. Segundo o depoimento que prestou ao Cpdoc, Hugo Borghi, na época um dos principais líderes do queremismo, descobriu que malta podia significar também marmiteiros, passando então a divulgar a frase com o intuito de prejudicar o candidato udenista. Borghi chegou a organizar comícios com grande número de pessoas portando marmitas, numa alusão crítica ao brigadeiro⁴⁵⁹.

Em resposta às acusações de Lacerda, Fiúza afirmou no comício: “*O meu juiz é o povo. Ele que julgue esta causa em que somos partes, eu e esses conhecidos capachos do capital colonizador*”. Sem citar o nome de Macedo Soares ou do jornalista, mencionou as provocações que vinha sofrendo de conhecidos “proxenetas da imprensa” e “jornalistas de aluguel”.

Figura 14: Jornal Correio do Povo, 1º de dezembro de 1945

⁴⁵⁸ *Correio do Povo*, 30 de novembro de 1945, p.9

⁴⁵⁹ DIAS, Sônia. Eduardo Gomes. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO & NIEMEYER, Sérgio Tadeu de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>]. Acesso em: 16 mar 2012.



5.6: A Liga Eleitoral Católica e o anticomunismo

As críticas sofridas por Yêddo Fiúza durante a campanha de 1945 não se limitaram às páginas do *Diário Carioca*. Pesava ainda uma forte campanha contra o PCB, feita por grupos anticomunistas. Longe de ser uma realidade restrita ao Brasil, o anticomunismo foi anunciado no Manifesto Comunista. Segundo Luciano Bonnet, o anticomunismo pode ser bastante eficaz na prevenção ou isolamento de movimentos que se refiram, ainda que de maneira genérica, ao marxismo e às tradições comunistas⁴⁶⁰.

No caso brasileiro, os fortes vínculos mantidos entre o PCB e a URSS contribuía para atrair o temor com relação ao partido. Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta,

⁴⁶⁰ BONNET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: EdUNB, 1986, p.34.

Desde a sua formação o partido manteve ligações estreitas com o Partido Comunista da URSS e com a Internacional Comunista (IC), entidade fundada em Moscou em 1919, com o objetivo de estimular a revolução mundial. Os laços com os soviéticos ajudavam a tornar o PCB ainda mais assustador na ótica conservadora, sendo encarado como parte de uma conspiração internacional devotada ao estabelecimento de um Império moscovita, “Império Vermelho” ou “Império do Mal”, no discurso dos anticomunistas mais extremados⁴⁶¹.

Desta maneira, o temor que o PCB despertava se devia a dois fatores: a acusação de subversão da ordem social através de greves e outras manifestações consideradas radicais e as denúncias de comprometimento do partido com uma suposta conspiração de âmbito mundial, sediada em Moscou. Esses fatores contribuem para justificar a constante exclusão do PCB do jogo político local, que representava o medo de uma ação política eficaz por parte dos comunistas. Essa exclusão, de acordo com Rodrigo Patto, “*revela não só a existência de uma tradição autoritária, mas também a insegurança das elites dirigentes, incapazes de aceitar os riscos da convivência democrática*”⁴⁶².

Entre os grupos que mais se utilizaram do discurso anticomunista figuram setores da Igreja Católica.

Pode parecer muito evidente dizer que a Igreja é anticomunista. Mas existia uma preocupação sistemática na organização católica com relação à questão social e ao comunismo no período estudado⁴⁶³. As suas organizações tiveram uma contribuição fundamental para a formação dos imaginários que levaram à aceitação da necessidade de combate ao comunismo, e a sua ação marcou decisivamente as mais diversas posições anticomunistas. Por isso, faz-se necessário termos uma visão mais clara de como era a sua prática. A Igreja contribuiu para a disseminação de ideias como as de “mazelas sociais”, que adviriam do “bolchevismo: um regume de fome”, o que teve papel fundamental junto à opinião pública, levando a uma postura política concreta de combate ao comunismo.⁴⁶⁴

A oposição anticomunista em 1945 se deu especialmente por meio da Liga Eleitoral Católica (LEC). Criada em 1932 pelo cardeal Dom Sebastião Leme com a finalidade de orientar os católicos nas eleições, a LEC tinha como principais objetivos a divulgação de diretrizes da Igreja para os fiéis para assim, fazer com que os eleitores católicos votassem em candidatos que se mostrassem dispostos a sustentar as posições católicas em assuntos delicados, como ensino religioso na escola e indissolubilidade do

⁴⁶¹ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Op. cit., p.57

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Década de 1930.

⁴⁶⁴ SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia; Os anticomunismos da Igreja e da AIB. In: SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p.88.

casamento. Até 1937, a LEC alcançou muito de seus objetivos⁴⁶⁵. Manteve estreita vinculação com o Centro Dom Vital, por meio do cardeal Dom Leme e de Alceu Amoroso Lima, ao mesmo tempo secretário-geral da liga e presidente do centro⁴⁶⁶.

Na campanha presidencial de 1945, o presidente da junta nacional da LEC, embaixador Hildebrando Acióli, manifestou simpatia à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, em função da solidariedade da UDN aos princípios católicos. O brigadeiro, em campanha, chegou a afirmar que “*ao pensamento cristão está reservada uma influência predominante na solução das questões sociais contemporâneas*”⁴⁶⁷.

Em 1945, a LEC orientou os católicos a não votarem em Yêddo Fiúza. Notas diárias eram publicadas em jornais de capitais brasileiras, a exemplo do *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Na tentativa de atenuar os efeitos da ação da LEC, antes mesmo do lançamento da candidatura de Fiúza, o PCB buscou demonstrar que mantinha um bom relacionamento com a Igreja e os católicos. Utilizou como estratégia a divulgação de manifestações de apoio recebidas do eleitorado católico. Publicou na *Tribuna Popular* a ajuda dada para a construção de uma igreja em Caxias, no Rio Grande do Sul, conforme o periódico noticiou em 15 de novembro de 1945, em uma reportagem intitulada “*no Brasil, não há ambiente para lutas religiosas*”. Em uma seção do artigo, o jornal publicou várias cartas de católicos que manifestavam apoio ao partido, a exemplo do trecho abaixo

Uma católica não se conforma nunca que um país cristão tenha consentido que se entregasse Olga Prestes aos bandidos da Gestapo. Não, Deus castigará os culpados. O remorso será o primeiro fogo do inferno que queimará a consciência dos criminosos que entregaram uma senhora grávida nas mãos de assassinos⁴⁶⁸.

Em seus discursos, Fiúza declarava que a religião não deveria interferir no campo político. Representava um assunto individual e privado. “*Eduquei-me no catolicismo, realmente. Mas não me considero um praticante*”⁴⁶⁹, afirmou o engenheiro.

⁴⁶⁵ RODRIGUES, Candido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp. 2005, p.142

⁴⁶⁶ KORNIS, Mônica. Liga Eleitoral Católica. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO & NIEMEYER, Sérgio Tadeu de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx]. Acesso em: 16 mar 2012

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Tribuna Popular, 15 de novembro de 1945.

⁴⁶⁹ Tribuna Popular, 17 de novembro de 1945.

Conforme se aproximava o dia 2 de dezembro, intensificavam-se as ações da LEC nos jornais, a exemplo da campanha feita no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em que advertências eram veiculadas ao final das páginas de noticiavam a campanha do PCB. Grande parte dessas notas concentrou-se na edição de 27 de novembro (figuras 15, 16 e 17). Essa data, em que aniversariava o levante comunista de 1935, passou a integrar os embates entre comunistas e não comunistas e desde 1936 havia um esforço de setores que se opunham ao comunismo em transformar a data em evento comemorativo com o intuito de fomentar a luta contra o comunismo, homenageando os que morreram combatendo os comunistas⁴⁷⁰.

Figura 15: Jornal Correio do Povo, 27 de novembro de 1945

⁴⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, 2000. Tese de doutorado. P.112.

COMUNISMO

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1945
FUNDAÇÃO - CA: DAS JUNIOR
NUMERO AVULSO C#4 050

REPERCUTE A PROPOSTA URUGUAIÁ

MONTEVIDEU, 26 (A. P.) — A desobediência uruguaiana contra a recusa de aprovar o tratado de amizade com o Brasil, que o governo uruguaiano suspendeu a execução, suscitou a indignação de um administrador brasileiro no campo de sua função no Rio de Janeiro. Um alto funcionário declarou à A. P.:

"Das as vezes impensáveis, porém não inesperadas, que nos acontecem. Não se dá a ideia de que um país vizinho, como o Brasil, não se dê conta de que a recusa de aprovar o tratado de amizade com o Brasil, que o governo uruguaiano suspendeu a execução, suscitou a indignação de um administrador brasileiro no campo de sua função no Rio de Janeiro. Um alto funcionário declarou à A. P.:

REPORGANIZADA A COMISSÃO PREPARATORIA DAS N. UNIDAS COM SEDE NA CAPITAL INGLESA

LONDRES, 26 (A. P.) — O Reino representante da Telex-Comissão preparatória das Nações Unidas, em Londres, foi reporganizado para preparar o relatório do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, sobre a situação da América do Sul, com sede na capital inglesa.

A LUTA NA MANDCHURIA

CHUNGKING, 26 (A. P.) — Os japoneses chamam atenção para o fato de que a luta na Mandchúria, a região da China ocupada pelos japoneses, está se tornando cada vez mais complicada. Os japoneses afirmam que os russos e americanos estão se preparando para uma intervenção militar na região. Os japoneses afirmam que os russos e americanos estão se preparando para uma intervenção militar na região.

REPERCUTE A PROPOSTA URUGUAIÁ

MONTEVIDEU, 26 (A. P.) — A desobediência uruguaiana contra a recusa de aprovar o tratado de amizade com o Brasil, que o governo uruguaiano suspendeu a execução, suscitou a indignação de um administrador brasileiro no campo de sua função no Rio de Janeiro. Um alto funcionário declarou à A. P.:

REPERCUTE A PROPOSTA URUGUAIÁ

MONTEVIDEU, 26 (A. P.) — A desobediência uruguaiana contra a recusa de aprovar o tratado de amizade com o Brasil, que o governo uruguaiano suspendeu a execução, suscitou a indignação de um administrador brasileiro no campo de sua função no Rio de Janeiro. Um alto funcionário declarou à A. P.:

BOMBARDEIROS "MOSQUITOS" EM AÇÃO CONTRA OS JAVANÊS

BATAVIA, 26 (A. P.) — As autoridades holandesas afirmam que os bombardeiros "mosquitos" foram usados com sucesso contra os japoneses em Batavia. Os bombardeiros foram usados com sucesso contra os japoneses em Batavia.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

MUSSERT ESTÁ SENDO JULGADO

AMSTERDAM, 26 (A. P.) — O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã. O antigo líder nazista, Anton Mussert, está sendo julgado em Amsterdã.

NOVAS NEGOCIAÇÕES PARA RESOLVER O CASO DO IRAN

MOSCÚ, 26 (A. P.) — De acordo com fontes soviéticas, novas negociações estão sendo realizadas para resolver o caso do Irã. As negociações estão sendo realizadas para resolver o caso do Irã.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

MORTE E FERIDAS

JERUSALEM, 26 (A. P.) — Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio. Houve mortes e feridas durante os conflitos no Oriente Médio.

HITLER ORGANIZOU E DEU INCIO A UM PLANO DE SUBMISSÃO DO MUNDO AO NAZISMO, PELO TERROR

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

BERLIM, 26 (A. P.) — Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror. Segundo fontes nazistas, Hitler organizou e deu início a um plano de submissão do mundo ao nazismo, pelo terror.

Liga Eleitoral Católica

ORIENTAÇÃO OFFICIAL AO ELEITORADO CATÓLICO
Resolvendo que os candidatos à Presidência da República, mediante nomeação segundo a ordem das comunicações por seus respectivos partidos políticos,

GENERAL ERICO GASP DUTRA
MAJOR ERICADÉO EDUARDO GOMES

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO
UNião Republicana Nacional
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PARTIDO REPUBLICANO POPULAR
PARTIDO POPULAR PROGRESSISTA
PARTIDO REPUBLICANO

Será realizado o voto no dia 26 de novembro de 1945, em todo o Brasil, para a eleição de um presidente da República e de um vice-presidente.

Para mais detalhes sobre o voto, consulte a imprensa local, os jornais, as Liga Eleitoral Católica, ou os escritórios locais da Liga Eleitoral Católica.

Porto Alegre, 24 de novembro de 1945.

JUNTA ESTADUAL DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA

AS ELEIÇÕES NA AUSTRIA

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

VIENNA, 26 (A. P.) — As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso. As eleições parlamentares em Viena, Áustria, foram realizadas com sucesso.

Todos ao Comício Monstro Pró-Candidatura YEDDO FIUZA encerrando a campanha eleitoral do candidato comunista

PORTO ALEGRE, 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Comício realizado no Estádio Municipal de Porto Alegre, com a presença de milhares de pessoas.

Yeddo Fiúza, candidato comunista, foi o alvo principal das críticas durante o comício.

Figura 16: Jornal Correio do Povo, 27 de novembro de 1945



Figura 17: Jornal Correio do Povo, 27 de novembro de 1945



TRAIRÁ A IGREJA e catolico que, absurdamente, apoiar o comunismo, dando o seu voto ao candidato YEDDO FIUZA ou a qualquer dos demais, apresentados pelo mesmo Partido à Camara e ao Senado Federal

Apesar da intensa campanha anticomunista encabeçada pela LEC, a candidatura de Fiúza ganhou força e, ao lado de Prestes, o engenheiro percorreu 19 municípios brasileiros em comícios que reuniram milhares de participantes.

5.7: Engenheiros solidarizam-se com Fiúza

Diante das críticas que sofria por meio da LEC e das publicações de Carlos Lacerda, engenheiros de diferentes regiões demonstraram solidariedade a Yêddo Fiúza. Em 29 de novembro de 1945, a Comissão Central Pró-Candidatura Yêddo Fiúza publicou no jornal *Correio do Povo* um artigo englobando um conjunto de depoimentos de apoio a sua candidatura. O objetivo era promover um discurso que valorizasse a atuação de Fiúza enquanto engenheiro e que reafirmasse o apartidarismo de sua trajetória política, reforçando seu discurso.

Iniciamos hoje a publicação de uma série de depoimentos sobre a honestidade e a capacidade administrativa do engenheiro-civil Yêddo Fiúza, candidato à presidência da República e elemento apolítico que desde os tempos de estudante em Porto Alegre evitou as paixões partidárias.

O presidente da Sociedade de Engenharia de Porto Alegre, Alexandre Rosa, afirmou que os artigos publicados no *Diário Carioca* a respeito de Fiúza causaram-lhe “dolorosa surpresa”. Colega de turma de Fiúza na EEPA, afirmou que “*o engenheiro Fiúza, desde os bancos acadêmicos revelou grande retidão e energia de caráter e personalidade marcante*”.

José Marques Viana, engenheiro-chefe do Departamento de Estrada de Ferro, também colega de Fiúza na EEPA e no Ginásio Anchieta, também se afirmou indignado com relação aos artigos do *Diário Carioca*. Preocupou-se, no entanto, em deixar claro que suas declarações em nada atinham a ver com a defesa da candidatura do colega.

Devo esclarecer que sou absolutamente insuspeito para falar, por isso que, católico que me prezo de o ser, divirjo radicalmente do credo comunista, não concorrendo, assim, nas urnas para vitória de qualquer candidato patrocinado por aquele Partido, por maior que seja a amizade que me uma àquele candidato.

Diferentemente de Viana, um grupo de engenheiros e arquitetos publicou na *Tribuna Popular* uma nota de apoio a candidatura de Fiúza. A lista foi assinada por dezenas de profissionais, incluindo Oscar Niemayer, Hidelbrando Galvão França,

Helmany Figueiredo Murinho, Léo Floriano de Medeiros, Edgard José Jorge, Orlando Ferreira Alves, Raymundo Pessoa, Jonas Wainstok, Hélio Uchoa Cavalcanti, Afonso Eduardo Reldy, Marcelo e Milton Roberto. Na publicação, o grupo declarou:

Os engenheiros e arquitetos, conscientes da responsabilidade que lhes cabe nesse momento para sufragar na urna o nome do engenheiro Yêddo Fiúza para a Presidência da República, certos de que os atributos pessoais desse eminente engenheiro, ilustre administrador experimentado e democrata comprovado são a garantia de que o povo brasileiro, agora unificado, conseguirá estruturar os altos destinos da Pátria, de acordo com seus ideais de liberdade e de justiça⁴⁷¹.

A dois dias da campanha, o médico César Pinto, biólogo do Instituto Oswaldo Cruz, deu uma entrevista ao *Tribuna Popular*, em defesa de Fiúza. Defendeu o trabalho do engenheiro na construção da Rio-Bahia, então maior rodovia da América Latina, em especial, nas medidas em benefício dos operários da obra no trecho do Vale do Rio Doce. A convite de Fiúza, César Pinto participou da organização de um hospital, laboratório e de sub-postos para o combate a malária⁴⁷².

5.8: Meio milhão de votos ao candidato civil do PCB

A campanha de Yêddo Fiúza durou pouco mais que 15 dias. Acompanhado de *Luiz Carlos Prestes*, o engenheiro subiu em palanques em 19 municípios brasileiros, alcançando público expressivo nesses eventos.

⁴⁷¹ MANIFESTAM-SE OS ENGENHEIROS PELA CANDIDATURA YEDDO FIÚZA. **Tribuna Popular**, 25 de novembro de 1945 p.2

⁴⁷² **Tribuna Popular**, 30 de novembro de 1945.

Tabela 8: Comícios de Yêddo Fiúza e público estimado⁴⁷³

MUNICÍPIO	DA TA	PÚBLICO ESTIMADO
Distrito Federal	17/ 11/1945	130 mil
Petrópolis	19/ 11/1945	30 mil
Niterói	20/ 11/1945	70 mil
Porto Alegre	21/ 11/1945	70 mil
Caxias (RS)	22/ 11/1945	10 mil
Santos	23/ 11/1945	50 mil
São Paulo	23/ 11/1945	300 mil
Bauru, Piracicaba, Rio Claro, Jundiaí	23/ 11/1945	50 mil
Salvador	24/ 11/1945	70 mil
Fortaleza	25/ 11/1945	50 mil
João Pessoa	25/ 11/1945	70 mil
Recife	26/ 11/1945	250 mil
Belo Horizonte	27/ 11/1945	70 mil
Campos dos Goytacazes	28/ 11/1945	15 mil
Juiz de Fora	28/ 11/1945	35 mil
Uberlândia	28/ 11/1945	25 mil
TOTAL		1.270.000

Figura 18: Prestes e Yêddo Fiúza durante comício na campanha eleitoral de 1945⁴⁷⁴

⁴⁷³ Com base nas informações do jornal Tribuna Popular de 30 de novembro de 1945.

⁴⁷⁴ Fonte: Petrópolis no século XX.



Figura 19: Comício de Yêdô Fiúza em Caxias do Sul – Correio do Povo, 24 de novembro de 1945



Figura 20: Nome de Fiúza gravado em banco da calçada. Rio de Janeiro, novembro de 1945⁴⁷⁵

⁴⁷⁵ Galeria de fotos da revista Life. Disponível em: <http://outroladodanoticia.wordpress.com/2008/11/25/esta-na-galeria-de-fotos-da-life/>. Acesso em 16 mar. 2012.



Fiúza votou no Rio de Janeiro, na Gávea. Junto com Fiúza, Prestes também compareceu a seção, acompanhado por sua irmã Lígia e sua filha, Anita⁴⁷⁶. O engenheiro obteve 569.818 votos na eleição, cerca de 10% do total. Dos quatro candidatos, ficou em 3º lugar, alcançando resultados surpreendentes, como em Aracajú e Recife, locais onde obteve vitória⁴⁷⁷. Em Porto Alegre, o resultado também foi surpreendente. Fiúza ficou em 2º lugar, com 30,32% dos votos, perdendo apenas para Dutra, que obteve 48,26%⁴⁷⁸.

Em Santos, recebeu 45,06% dos votos, ficou em primeiro lugar⁴⁷⁹. Na cidade de Cosmorama, em São Paulo, Fiúza recebeu votação superior a de Dutra e de Gomes juntos⁴⁸⁰.

Em Petrópolis, o comitê pró-candidatura Yeddo Fiúza foi constituído tão logo foi divulgado o seu nome e se instalado em um escritório na principal avenida da cidade. Os responsáveis pelo comitê eram:

⁴⁷⁶ **Correio do Povo**, 4 de dezembro de 1945

⁴⁷⁷ Fonte: TRE/RN.

⁴⁷⁸ P.115

⁴⁷⁹ GONÇALVES, Alcindo. **Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos:1945-1962**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p.83.

⁴⁸⁰ MORAES, Denis. VIANA, Francisco. Op. cit. p.145.

Nereu Rangel Pestana, Paula Moacyr Oest, Lourdes Figueiredo, Elmy Nynsem, Cezário Fagundes, Arão Stenbruck, Roberto Costa, Madame Dante Bianchi, Carlos Portugal, Juvenal do Amaral, Emílio de Mesquita Vasconcelos, Hélio Canalli, Alcebíades Koslovski, Domingos Braz, Juliano Antonio Pozzato, Roberto Miloski, Faride Felix, Nilton Vieira Cristo, Vicente de Paula Rodrigues, Luiz de Almeida Guimarães, Cláudio Cavalcante e outros⁴⁸¹.

Apesar da popularidade na década de 1930, Fiúza não obteve resultados expressivos na cidade. A atuação da LEC e o forte apelo da UDN, que explorou o fato de Eduardo Gomes ser petropolitano, contribuíram para o resultado. Em seu comício, o brigadeiro afirmou:

Sou petropolitano de 170 anos. Exatamente em 1779, meus trisavós instalaram-se na fazenda onde hoje resido, e desde aquela remota era esse torrão jamais passou a mãos de pessoas estranhas à minha família. Ao fazer-vos esta declaração, quero apenas justificar meu entranhado amor à terra fluminense, meu dedicado zelo pelo torrão petropolitano⁴⁸².

A tática funcionou e Eduardo Gomes saiu vitorioso em Petrópolis, com 8.520 votos, 41,81% do total. Dutra ficou em segundo lugar, com 35,17%. Fiúza recebeu 5.283 votos, 24,76% e Rolim Telles, 24 votos⁴⁸³.

Os resultados do PCB nas eleições de 1945 foram expressivos. O partido elegeu 14 deputados e um senador, Luiz Carlos Prestes, que foi o mais votado no então Distrito Federal, com 157.397 votos num total de 496 mil. Os deputados eleitos foram os seguintes: por Pernambuco, Gregório Lourenço Bezerra, Alcedo de Moraes Coutinho e Agostinho Dias de Oliveira; pela Bahia, Carlos Marighella; pelo Rio de Janeiro, Claudino José da Silva e Alcides Rodrigues Sabença; pelo Distrito Federal, Joaquim Batista Neto, João Amazonas de Sousa Pedroso e Maurício Grabois; por São Paulo, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado e Mário Scott; e pelo Rio Grande do Sul, Abílio Fernandes⁴⁸⁴.

A bancada comunista na Constituinte, cujos trabalhos se iniciaram em fevereiro de 1946, se distribuiu pelos órgãos técnicos, nos quais teve atuação destacada. Atuou, por exemplo, na Comissão de Investigação Econômica e Social, na qual o deputado Alcedo Coutinho foi relator de um projeto sobre o problema sanitário do Brasil. Esse estudo teve grande repercussão na imprensa, sendo considerado um dos mais completos até então realizados

⁴⁸¹ CANDIDATURA YEDDO FIÚZA. *Tribuna de Petrópolis*, 27 de novembro de 1945, p.1.

⁴⁸² AS HOMENAGENS DE PETRÓPOLIS AO MAJOR-BRIGADEIRO EDUARDO GOMES. *Tribuna de Petrópolis*, 28 de novembro de 1945.

⁴⁸³ *Pasta Yêddo Fiúza*. Arquivo Histórico. Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis.

⁴⁸⁴ Abreu, Alzira Alves de. Op. cit.

sobre o assunto por jornais como *O Globo* e *O Radical*. Outro assunto que contou com a participação da bancada comunista foi a questão da distribuição de rendas aos municípios. Também a educação recebeu estudos e contribuições, principalmente do escritor Jorge Amado.

(...)

A fase de atuação legal propiciou um aumento rápido no número de inscritos no partido. A adesão ao PCB estava ligada, em parte, ao prestígio de Luiz Carlos Prestes, e em parte, ao prestígio da URSS, que tivera um papel fundamental na derrubada do nazifascismo. Segundo algumas estimativas, o PCB, no início da fase de redemocratização, em 1945, contava entre dois e cinco mil membros, e em 1946, de acordo com Leôncio Basbaum, atingiu 180 mil membros inscritos⁴⁸⁵.

Apesar de ainda manter uma política de união nacional, o PCB sofria restrições. Em março de 1946, surgiu a primeira denúncia contra o PCB. Prestes, durante uma entrevista, respondendo sobre de que lado ficaria no caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, declarou que, no caso de uma guerra imperialista, apoiaria a União Soviética. A declaração repercutiu contra o PCB e iniciou-se uma tentativa de cancelamento do registro do partido. Na III Conferência Nacional do PCB, em julho de 1946, a direção do partido reafirmou a defesa das conquistas democráticas de 1945 e o apoio aos atos democráticos do governo, a luta contra os resquícios de fascismo. O registro do PCB foi cancelado em maio de 1947 pelo TSE, que julgou procedentes as acusações contra o partido. Cerca de seiscentas células do partido foram fechadas no Rio de Janeiro, aproximadamente 360 em São Paulo e em Porto Alegre, 123.

Mesmo com o cancelamento do registro, o PCB continuou operando. Manteve seus órgãos de divulgação, valendo-se do fato de que parte de seus jornais e revistas não se apresentavam como seus órgãos oficiais. A *Tribuna Popular* foi substituída pela *Imprensa Popular*. Em São Paulo, o diário *Hoje* deu lugar a *Notícias de Hoje*. A revista *Problemas*, que apareceu em 1947 como órgão teórico do CC, continuou a ser editada.

5.9: Novas tentativas de ingresso na vida política

Após as eleições de 1945, Fiúza voltou às atividades profissionais. Por nomeação, ingressou no Departamento Nacional de Estradas de Ferro, no Rio de Janeiro, onde realizou estudos sobre sistemas de transportes.

Em setembro de 1947, os municípios preparavam-se para a realização de eleições, para a escolha dos prefeitos e vereadores, previstas para 28 de setembro. Em Petrópolis, duas candidaturas já estavam definidas e em processo de campanha: a de

⁴⁸⁵ Idem.

Flávio Castrioto, lançado por uma coligação entre a UDN e o Partido Republicano (PR), e Mário Fonseca, que concorria pelo PSD, PTB e por uma dissidência da UDN. No dia 8 de setembro, porém, os grupos políticos foram surpreendidos pelo lançamento de uma terceira candidatura: Yêddo Fiúza, que estava sendo lançado pelo Partido Libertador. Na chapa, concorriam para vereadores: Alcebíades de Araújo Romão, Athayde da Silva Marques, Avelino Ribeiro de Souza e Silva, Bruno Kozlowski, Carlos Santos Portugal, Eugênia Garcia de Matos Constancio, João Francisco Machado, Lucas de Carvalho Alvim Junior, Malaquias Rodrigues dos Santos, Plácido de Oliveira e Paula Moacyr Oest.⁴⁸⁶ Da chapa, Paula Oest e Carlos Portugal integraram a comissão pró-candidatura Yêddo Fiúza em 1945.

O Partido Libertador atuava em âmbito nacional e foi fundado em 10 de novembro de 1945 por Raul Pilla. Antes, porém, Pilla e outros membros do partido atuaram no Partido Libertador Gaúcho, fundado em 1928 por Joaquim Francisco de Assis Brasil e extinto pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, o qual, logo após o golpe do Estado Novo, suprimiu todos os partidos políticos do país.

Após o Estado Novo, durante a redemocratização do país, os gaúchos remanescentes do antigo PL, PRR e do Partido Republicano Liberal (PRL), de Flores da Cunha, participaram da articulação da UDN. No entanto, os antigos libertadores mudaram a estratégia de atuação e decidiram reorganizar o PL em nível nacional para cumprir a exigência do novo Código Eleitoral, que previa que os novos partidos deveriam ter bases eleitorais em pelo menos cinco estados. O PL conseguiu manter bases em Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Pará, além do Rio Grande do Sul, que tinha a hegemonia sob o partido: das 15.220 assinaturas apresentadas para efeito de fundação do partido, 12.091 provinham do Rio Grande do Sul.

O programa do PL fundando em 1945 caracterizou-se pela defesa do regime parlamentarista, entendendo que um parlamento bicameral, formado pela Câmara e o Senado, expressaria de forma fiel a nação, assim como o governo seria a expressão do Parlamento. Defendia o regime federativo, com estados autônomos, mas sujeitos às leis federais. Os poderes estaduais se organizariam de maneira semelhante aos federais, mantendo-se o Judiciário plenamente independente e as câmaras municipais também autônomas, integradas por representantes eleitos diretamente para um período de quatro anos, cabendo-lhes eleger os prefeitos municipais. Nas eleições realizadas em 2 de

⁴⁸⁶ **Tribuna de Petrópolis**, 28 de setembro de 1947.

dezembro de 1945, o PL conseguiu eleger para a Assembleia Nacional Constituinte Raul Pilla, que concorria pelo Rio Grande do Sul. Em julho de 1946, quando Getúlio Vargas prestou juramento como senador pelo Rio Grande do Sul, Raul Pilla foi um dos signatários de um documento que protestava contra sua posse. Endossou igualmente uma moção enaltecendo o papel das forças armadas no golpe que derrubara Vargas. Ambos os documentos, assinados por representantes da UDN, foram apresentados à Constituinte por iniciativa de Otávio Mangabeira.

A candidatura de Fiúza, lançada mais uma vez a poucos dias do pleito causou polêmica, não só entre os grupos que já articulavam suas campanhas, mas também no próprio diretório nacional do PL. No dia seguinte ao lançamento da candidatura do engenheiro, Fernando Caldas, delegado do Partido Libertador, enviou uma petição ao Tribunal Superior Eleitoral para anular o despacho do Juiz Eleitoral de Petrópolis, que determinou o registro da candidatura de Fiúza e de vereadores pelo PL. Embora os diretórios municipais tivessem autonomia para indicar seus candidatos, Caldas alegava que se tratavam de candidaturas extra-partidárias, e nesse caso, deveriam ser reconhecidas pelo diretório nacional, conforme o artigo 13 da resolução 830 do código eleitoral. Segundo Caldas, as chapas lançadas por municípios fluminenses estavam englobando remanescentes do PCB, sem a autorização do Diretório Nacional⁴⁸⁷.

O Diretório Estadual foi cientificado, reiteradamente, e, segundo nos assegura, dela seu conhecimento ao diretório municipal de Petrópolis. Acresce ainda que tal decisão foi comunicada pessoalmente ao presidente e ao secretário do Diretório Estadual, no dia 5 do corrente, pelo deputado Raul Pilla e por mim próprio. Entretanto, e depois de novas advertências formuladas em dias subsequentes, o registro foi efetivado⁴⁸⁸.

Além do caso da candidatura de Fiúza e dos vereadores que englobavam sua chapa, Caldas requereu junto ao TSE a exclusão do registro de candidatos comunistas lançados pelo PL para a Câmara Municipal de Niterói e também a investigação de supostas irregularidades nas candidaturas lançadas pelo PL em Campos, São Gonçalo, Volta Redonda, Três Rios e Valença. O Diretório Nacional do PL solicitou ainda a dissolução do Diretório Estadual Fluminense⁴⁸⁹.

Enquanto o diretório nacional do PL tentava tornar nulo o registro dos candidatos libertadores em Petrópolis, Fiúza continuou concorrendo e não tardou

⁴⁸⁷ **Tribuna de Petrópolis**, 10 de setembro de 1947, p.1-5

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Idem.

começarem os ataques. O diretório fluminense do Partido Libertador foi acusado de ter ligação com o comunismo⁴⁹⁰. A LEC mais uma vez entrou em cena contra a candidatura de Fiúza, alegando que sua chapa abarcava um grande número de adeptos ao comunismo. O engenheiro recebeu ainda críticas da imprensa local, conforme se pode observar em trecho do artigo publicado por Borborema Cruz, na seção “*Coluna Política*” da *Tribuna de Petrópolis* de 12 de setembro de 1947

O terceiro [FIÚZA], duas vezes administrador da cidade; diretor energético, produtivo e de fé de ofício funcional consumada. Caiu, no entanto, mercê de fatos que não vem a pêlo recordar, por desconhecimento das causas e por não ser de nossa alçada devassar a vida particular alheia. O seu reaparecimento, de improviso, representa para nós uma incógnita e a incógnita, às vezes, é perigosa e irremediável. Os alicerces de ontem ruíram, embora de boa argamassa. Os lastros de hoje serão de concreto, cinza ou de saibro avermelhado? Uma estrela já brilhou em nossa constelação... tornou-se cadente em fins de 1945, obumbrando-se sob a penumbra de um cômodo ostracismo. Tenta, neste instante, ressurgir sob a nebulosidade que a oculta, entre constelações escarlates⁴⁹¹.

Entretanto, a candidatura de Fiúza foi mantida. O engenheiro obteve 4.142 votos, 21,54% do total. Ficou em terceiro lugar. Venceu o candidato da coligação UDN-PR. O Partido Libertador fez um único vereador em Petrópolis: Carlos Portugal.

Fiúza não fez nova tentativa para um cargo eletivo. Com o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República nas eleições de outubro de 1950, foi designado para o setor das águas novas no Departamento de Águas, incumbido da tarefa de elaborar um plano para abastecer o Distrito Federal a curto prazo. Com a morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954, foi colocado à disposição do DNER, sem nunca ter sido convocado para qualquer atividade.

Fiúza representou a solução unificadora do PCB, conforme a tese da União Nacional, representando uma oposição às candidaturas militares já estabelecidas. Sendo civil, apresentava um contraponto ao passado recente de ditadura, ao passo que o brigadeiro e o general poderiam ser associados a resquícios do período antidemocrático.

⁴⁹⁰ *Tribuna de Petrópolis*, 18 de setembro de 1947.

⁴⁹¹ CRUZ, Borborema. CASTRIOTO, FONSECA E FIÚZA. *Tribuna de Petrópolis*, 12 de setembro de 1947, p.1.

A imagem e o discurso do engenheiro compunham a representação das forças da sociedade que aspiravam por ordem e superação do atraso econômico, pontos defendidos pelos trabalhadores urbanos e rurais e setores da classe média e da burguesia. O partido buscava alguém com o perfil de Fiúza, que não foi a primeira opção, conforme Prestes confirmou ao declarar que o PCB tentara convencer Prestes Maia a se candidatar. Queriam alguém ligado a Getúlio para que pudesse assim alcançar os votos do PTB. Prestes Maia e Antonio Prado Junior, também apontado como um dos nomes procurados pelo PCB, tinham em comum a formação em engenharia e a experiência no exercício de executivos municipais. Fiúza, ao que indica a dinâmica do PCB relatada pela imprensa no período, foi de fato, a última opção do partido.

A devassa feita em sua vida por meio das publicações de Carlos Lacerda não o impediram de alcançar resultados expressivos nas urnas. Entretanto, sua aproximação com o PCB e a campanha anticomunista da LEC influenciaram seu destino político, como é possível constatar no processo eleitoral de 1947, em Petrópolis. O ex-prefeito, que há 11 anos obtivera votação histórica no município, terminou o pleito em último lugar.

Sua aproximação com o PCB, no entanto, parece não ter terminado em 2 de dezembro de 1945. A tentativa de reingresso na Prefeitura de Petrópolis ocorreu por meio do diretório estadual do PL, partido sem expressão no Rio de Janeiro e utilizado como refúgio para comunistas disputarem as eleições de 1947. O lançamento, às vésperas do pleito, pode indicar uma tentativa de escapar de uma sentença do TSE determinando o cancelamento da candidatura, situação que tendia a ocorrer, já que o diretório nacional ingressou na justiça eleitoral com esse propósito. A foto que encerra este trabalho (figura retirada da galeria de imagens da revista *Life*, traz na legenda: “*Luiz Carlos Prestes (R) and Yeddo Fiuza (C) and the whole crowd toasting to the success of their party*” é datada de 1º de novembro de 1946, o que atesta que os contatos entre Prestes e Fiúza continuaram, o que não o impediu de manter o prestígio junto a Getúlio Vargas, pois durante o seu governo, na década de 1950, trabalhou no Departamento de Águas do Distrito Federal.

No entanto, após o suicídio de Getúlio, nunca mais conseguiu retornar a administração pública.

Figura 21: Yêdô Fiúza (centro) e Luiz Carlos Prestes (direita) 1 de novembro de 1946⁴⁹².



⁴⁹² Thomas D. Mcavoy//Time Life Pictures/Getty Images). Nov 1, 1946. Disponível em: http://www.snapfish.com/Life/fe/p/ext/life/LifeCom?q=image_source~LIFECOM^image_id~50500533. Acesso em 2 mai 2012

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À questão colocada no início deste trabalho, cabe agora uma tentativa de síntese possível para respondê-la. Afinal, por que Fiúza foi escolhido candidato a Presidência da República pelo PCB?

Fiúza, ao longo de sua trajetória, mostrou-se fiel a Getúlio Vargas. O vínculo com Getúlio e essa fidelidade garantiu-lhe a permanência em altos postos da máquina estatal onde atuou como engenheiro civil, em especial, ligado ao setor dos transportes. A aproximação com o PCB ocorre no contexto da efêmera aliança entre Vargas e os comunistas no processo de redemocratização em 1945.

A ligação entre Fiúza e Vargas tem origem os laços de amizade entre a família Daudt e Vargas, em especial, por João Daudt d'Oliveira, primo de Fiúza, que atuou de maneira expressiva na articulação entre Minas e o Rio Grande do Sul na formação da Aliança Liberal. Com a ascensão de Vargas ao poder, Daudt inseriu Fiúza na estrutura política do governo, por meio da indicação feita a Vargas para que Fiúza assumisse a interventoria de Petrópolis. No entanto, Fiúza não explorou seu parentesco com Daudt, e buscou negar qualquer apadrinhamento ou influencia familiar na sua inserção política.

Fiúza se formou engenheiro civil na Escola de Engenharia de Porto Alegre, onde os ideais positivistas, em especial, os comtianos, permeavam o discurso dos principais atores políticos ligados ao Partido Republicano Rio Grandense, que incluía bandeiras como o fomento ao setor industrial e a socialização dos serviços públicos. Além disso, o discurso de valorização dos chamados *técnicos* na administração pública teve grande expressão a partir da década de 1920, e marcou a formação de uma nova elite burocrática que participou ativamente do governo Vargas e da qual Fiúza fez parte.

Em sua gestão como interventor no município de Petrópolis, aprofundou sua relação com Vargas, que passava longas temporadas na cidade durante o verão. Em Petrópolis, ganhou expressiva popularidade ao municipalizar as instalações da empresa que fornecia energia elétrica para o município. A municipalização do serviço, em 1934, revela uma trama política entre dois grupos políticos fluminenses. De um lado, os membros do Partido Popular Radical, ligados ao empresário Franklin Sampaio, dono do Banco Construtor do Brasil. De outro, a União Progressista Fluminense, que no ano seguinte, lançou a candidatura de Fiúza a Prefeitura de Petrópolis, em um momento constitucional do primeiro governo de Vargas. Porém, por outro lado, apresenta aspectos de uma administração com influências positivistas. O argumento de Fiúza era o

de que o serviço era deficiente e o valor cobrado pela empresa era elevado. Dessa maneira, a desapropriação das instalações se justificava em função dos interesses da coletividade. Novamente, em 1937, Fiúza iniciou um processo semelhante com relação aos bondes do município, que teve continuidade mesmo após a sua saída da interventoria de Petrópolis.

A polêmica entre radicais e progressistas em torno da municipalização das instalações do Banco Construtor do Brasil, ultrapassou os limites de Petrópolis e ganhou a arena fluminense. Nesse período, as campanhas para o governo do estado estavam sendo articuladas. Protógenes Guimarães foi lançado pelos radicais e Cristóvão Barcelos pelos progressistas. Protógenes recebeu o apoio do governo e Barcelos foi apoiado por Flores da Cunha, que tentou se inserir no cenário político nacional e construir alianças políticas. A vitória de Protógenes não significou um ponto final e a vitória definitiva de Vargas. Era necessário equilibrar o jogo político e evitar o crescimento político de Flores da Cunha no estado do Rio.

Os radicais tinham maioria no legislativo estadual, portanto, para os progressistas era fundamental manter suas bases políticas e Petrópolis era uma delas. Nesse mesmo período, crescia em Petrópolis a mobilização popular em torno da Aliança Nacional Libertadora. Durante uma greve geral, organizada por operários aliancistas Fiúza, que estava se dedicando totalmente a Comissão de Estradas de Rodagem, apareceu, acompanhado por Vargas, a um evento popular na cidade e rapidamente foi chamado para ser o mediador do conflito. Ao aceitar, novamente se inseriu como liderança popular reconhecida em Petrópolis. Promoveu o afastamento da direção aliancista do movimento, inseriu representantes do Ministério do Trabalho nas negociações e a greve terminou com ganhos para os trabalhadores. Com uma expressiva popularidade, Fiúza se candidatou a prefeito, lançado pelos progressistas, e venceu com 66% dos votos. Essa candidatura, analisada de maneira superficial, pode indicar uma posição antagônica entre Vargas e o engenheiro, já que o presidente apoiava o grupo dos radicais. Entretanto, era preciso conter as insatisfações políticas e tentar equilibrar o jogo político nos estados. Dar a situação por encerrada aceitando a vitória de Protógenes era deixar o caminho aberto para que Flores da Cunha penetrasse no estado do Rio e construísse uma sólida aliança com os progressistas. Antes de iniciar as eleições municipais, Vargas concedeu as interventorias a representantes dos partidos que tinham suas bases políticas nos municípios. Assim, os progressistas utilizam o capital político de Fiúza, levam o engenheiro novamente a Petrópolis e logo iniciam as articulações em

torno de sua campanha. A candidatura de Fiúza era uma estratégia para garantir a Prefeitura de Petrópolis aos progressistas, parte de uma estratégia do governo Vargas de equilibrar o jogo político nos estados. O exercício de seu mandato, no entanto, era incerto e os radicais denunciavam que a pretensão pessoal de Fiúza era o exercício exclusivo da direção da Comissão de Estradas de Rodagem.

Durante o seu mandato enquanto prefeito eleito, é possível verificar a validade do argumento dos radicais. O engenheiro dedicou-se mais à Comissão e morando no Rio de Janeiro, ia Petrópolis alguns dias da semana apenas para despachar. Com o advento do Estado Novo, Fiúza foi mantido à frente do executivo petropolitano, na condição de interventor, nomeado diretamente por Vargas. Nesse período, foi criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Fiúza foi o seu primeiro diretor. Se o exercício da direção da autarquia era a pretensão do engenheiro, a interventoria era a vontade de Vargas, que via em Fiúza um elemento-chave no equilíbrio do jogo político fluminense. Essa barganha foi mantida até os primeiros meses do Estado Novo, já que contrariava o grupo político que se articulava até o golpe em torno do PPR. Importante ressaltar que o Estado Novo não significou a marginalização de atores políticos das oligarquias estaduais. Conforme explica Maria do Carmo Campello de Souza, houve uma *“redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central.”*⁴⁹³ Assim, esse grupo pressionou e conseguiu retirar Fiúza da arena política petropolitana.

Sua permanência do DNER no entanto foi assegurada durante a vigência do Estado Novo e até nos meses posteriores a saída de Vargas. Além da direção da autarquia, Fiúza atuou também na Comissão do Plano Rodoviário Nacional, outra importante estrutura do Estado Novo, conforme discussão apresentada no quarto capítulo.

Assim, quando foi lançado pelo PCB, Fiúza não era um candidato apolítico. Tinha uma trajetória política de 15 anos de vínculo, direto e indireto, com Getúlio Vargas. Todas as suas ações políticas até então se atrelam a Vargas, por mais contraditórias que pareça a posição defendida por Getúlio, como quando se candidatou a prefeito por um partido político rival do grupo apoiado pelo presidente. Desta maneira, a aproximação de Fiúza com o PCB faz parte de uma nova estratégia de Vargas. A aliança com os comunistas, embora de curta duração, expressa no movimento

⁴⁹³ SOUZA, Maria do Carmo Campello. Op. cit. p. 85.

queremista, não terminou em 29 de outubro, com a saída de Vargas do poder. O lançamento da candidatura de Fiúza faz parte dessa aproximação. Sem questionar a dimensão do apoio de Vargas a Dutra como sendo fundamental para a definição daquela eleição, é possível afirmar que a candidatura comunista teria fôlego para desequilibrar o jogo político, já que mesmo com a atuação de Vargas, a votação foi expressiva, recebendo quase 10% dos votos. Embora utilizando em larga escala o carisma de Luiz Carlos Prestes, que subia ao lado de Fiúza e discursava com ele, a estratégia do PCB era apresentar alguém ligado a Vargas que pudesse obter os votos do PTB, conforme afirmou Prestes. O PTB encontrava divergências em seu interior a respeito da questão sucessória. Três possibilidades dividiam a direção do partido: abstenção; apoio a Dutra; lançamento de um candidato próprio, esta, inicialmente, recomendada por Vargas, que chegou a sugerir os nomes de João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha⁴⁹⁴.

O ponto central, no entanto, era evitar que a UDN chegasse ao poder. Nesse processo de indefinição, a candidatura comunista poderia atrapalhar o desempenho dos udenistas nas urnas, o que explica a opção do PCB por alguém ligado a Vargas e a manutenção dessa linha de aproximação com o ex-presidente. Por que Fiúza? Porque vários outros que se enquadravam neste perfil recusaram esta empreitada. Fiúza não foi a primeira opção de uma articulação meteórica para o lançamento da candidatura comunista. Aceitou a tarefa e longe de romper com Vargas e tornar-se um adversário a ser combatido pelo governo Dutra, foi incorporado à máquina burocrática de seu governo, atuando no Departamento Nacional de Estradas de Ferro, ao mesmo tempo em que continuava articulando-se com os comunistas.

A ligação entre Fiúza e o PCB pode ser observada até o ano de 1947, quando tentou pela última vez, um cargo eletivo, candidatando-se a Prefeitura de Petrópolis. Com o partido novamente impedido de atuar na legalidade, a ação é feita pela utilização da estrutura do Partido Libertador. Entretanto, mesmo com Fiúza, o grupo não consegue a vitória nas urnas, o que revela que o capital político que Fiúza conquistou na primeira metade da década de 1930 havia se perdido. Embora sua administração ainda recebesse elogios nas páginas dos jornais da cidade, sua vinculação com o PCB não foi aceita pelos petropolitanos.

A partir de então, as fontes pesquisadas não revelam mais indícios dessa nessa aliança entre Fiúza e os comunistas. Mas seu vínculo com Vargas permaneceu. Com o

⁴⁹⁴ Ver: DELGADO, Lucília Neves. Op. cit. p.63.

retorno de Getúlio a Presidência, Fiúza passou a ocupar a direção do Departamento de Águas do Distrito Federal. Com o suicídio do presidente, foi posto em disponibilidade, sem retornar a exercer afastado da máquina administrativa.

Desta maneira, este trabalho conclui que a atuação política de Yêddo Fiúza, tanto em cargos eletivos quanto na esfera administrativa, foi sustentada por Getúlio Vargas. Com a sua morte, tem fim a trajetória política de Yêddo Fiúza. As etapas de sua trajetória no período analisado por esta pesquisa, portanto, de 1930 a 1947, estão diretamente relacionadas com Vargas, em uma espécie de barganha, onde a recompensa dada a Fiúza por atuar no jogo político, candidatando-se e ocupando interventorias, era um posto na máquina administrativa. Assim, a candidatura à Presidência da República pelo PCB se explica por uma aproximação entre Vargas e o PCB. A trajetória política de Yêddo Fiúza, por fim, revela uma aproximação entre Getúlio e o PCB, que se estendeu além do ano de 1945.

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos

Abreu, Alzira Alves de. PCB. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO & NIEMEYER, Sérgio Tadeu de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>]. Acesso em: 16 mar 2012.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. OLIVEIRA, Alexandre Luís. O jornal *A Marcha* e a estruturação da AIB em Petrópolis. In: GONÇALVES, Leandro Pereira. SIMÕES, Renata Duarte. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob medida, 2011.

_____. Um articulista camisa-verde na Cidade Imperial: Hugo José Kling e o discurso integralista voltado para o operariado petropolitano (1934-1935). In: VICTOR, Rogério Lustosa (org.) **À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil..** Goiânia. Editora da PUC Goiás, 2011.

_____. **Petrópolis: 1935: greve e conflitos na Cidade Imperial**. 2009. Monografia (Bacharelado em História – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Dir.) **O Brasil Republicano**. 3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 p.

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. **Estado, Educação e Modernização Agrária: o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930)**. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos - Unisinos. Tese de Doutorado em História da América Latina. 2008.

ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História. **Crítica Marxista**, São Paulo, N° 15, 2002

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990

BATALHA, Cláudio H.M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2000.

BERTONHA, João Fábio. Culturalismo x estruturalismo: um debate com E.P Thompson. **Varia História**. Belo Horizonte, Depto. de História da UFMG, (17), março de 1997.

BONNET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: EdUNB, 1986.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMARGO, Aspásia [et al]. **O Golpe silencioso: as origens da República Corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1989..

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976, p.217.

_____. **O PCB. 1943-1964**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo. **Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

CASCARDO, Francisco Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições: 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 3ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge.

REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**. A formação das tradições. 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de um revés – Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: Editora d Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo. 1945-1964**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro. (coord.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

DIAS, Sônia. João Daudt d'Oliveira. In: ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel (coord). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 08/10/2010.

GONÇALVES, Alcindo. **Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos:1945-1962**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: Edipucrs, 2002

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. Confronto e compromisso no processo de Constitucionalização (1930-1935). In: GOMES, Ângela de Castro. [et al.]. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. V,10: sociedade e política. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Ângela de Castro. (coord.). **Engenheiros e economistas**: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Escola de Engenharia / UFRGS – Um século**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996.

HEINZ, Flávio. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.29, n° 58.

KORNIS, Mônica. Liga Eleitoral Católica. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO & NIEMEYER, Sérgio Tadeu de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>]. Acesso em: 16 mar 2012

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. **O rato Fiúza**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1946.

LEAL, Carlos Eduardo. Verbete Clube 3 de Outubro. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 19 out. 2011.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e poder no estado brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas. **RBCS**. Vol. 21. N.60. fevereiro/2006.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a industrialização em Petrópolis: 1850/1930**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1983.

MARTINS, Maria Fernanda. O círculo dos Grandes: um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). In: **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora. PPG História – UFJF. 2007, v.13.n.1.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**: a trajetória política de Carlos Lacerda. São Paulo: Códex, 2002.

MONTEIRO, Ruy. **A República em Petrópolis**. Política e eleições municipais. (1916-1996). Petrópolis: Editoria Gráfica Serrana.

MORAES, Denis. VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Rio de Janeiro: Mauad. 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, 2000. Tese de doutorado.

_____. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930 e as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PECHMAN, Roberto. Verbete *Ari Parreiras*. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 19 out. 2011.

PISTOIA, Cristiane. **Violência Física, Material e Moral no Rio Grande do Sul (1889-1920)**. Porto Alegre: 2009, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História das Sociedades Ibéricas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PLEKHANOV. **O Papel do indivíduo na história**. SP: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Luiz Carlos. Problemas atuais da democracia: Editorial Vitória, 1947.

RODRIGUES, Candido Moreira. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp. 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: GOMES, Ângela Maria de Castro [ET al.]. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. V.10. Sociedade e Política (1930-1964). 9 ed.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 125-126. (1ª edição: 1933).

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001,

SANTOS, Joaquim Eloy. O controvertido Fiúza. **Tribuna de Petrópolis**, 7 de outubro de 2001, p.13.

_____. O prefeito Yêddo Fiúza. Memória História. **Diário Oficial de Petrópolis**. PARTE 2. 17 de outubro de 1992, p.9.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia; Os anticomunismos da Igreja e da AIB. In: SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001
- SOTT, Ana Silvia Volpi. Metamorfoses de uma família poderosa: os Riquelme do Reino de Murcia (Espanha), séculos XVI a XIX. (Resenha). **História Unisinos**. 12 (2), Maio/Agosto 2008.
- SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Livraria Sulina, Porto Alegre, 1969, 3 vol
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre as relações sociais. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR**, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados e Partidos Políticos no Brasil**. (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- VASCONCELLOS, Francisco de. Amaro de Vasconcellos, industrial em Petrópolis. **Tribuna de Petrópolis**, 02 de julho de 2000. Disponível em <www.ihp.org.br>. Acesso em 25 mai 2009.
- VASCONCELLOS, Francisco de. **Getúlio Vargas do pampa à serra**. Disponível em: <.http://www.ihp.org.br/site/>. Acesso em: 25 jun. 2011
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Editora expressão popular, 2007.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Os liberais e a crise da República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.74. Apud. FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO,

Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** O tempo do liberalismo excludente.
2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

Sítios

Assembléia Legislativa do RS - Memorial do Legislativo. Presidentes. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>.

Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. CONSTITUINTE DE 1935. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=x-37bbOcb4I%3D&tabid=3543&language=pt-BR>. Acesso em: 26/01/2010

BIBLIOTECA NACIONAL. *Periódicos e Literatura*. Personagens. Felipe d'Oliveira. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/periodicosliterarios/personagens.htm#16.1>>. Acesso em: 29/03/2011.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Ministério do Trabalho. Disponível em: cpdoc.fgv.br/producao/...37/.../MinisterioTrabalho. Acesso em: 04/03/2011

Cidade light
<http://www.lightrio.com.br/web/institucional/cultura/seculolight/sec20/te1930.asp?mid=868794297226722672277228>

CPDOC-FGV. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)** > Queremismo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acesso em: 07/07/2011.

Galeria de fotos da revista Life. Disponível em: <http://outroladodanoticia.wordpress.com/2008/11/25/esta-na-galeria-de-fotos-da-life/>. Acesso em 16 mar. 2012.

Governadores do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: www.bperj.rj.gov.br/governantes_novo.htm>. Acesso em: 9 jun. 2009

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHPB. Disponível em: <http://www.ihgp.net>. Acesso em: 20/02/2011.

Piazza, Walter: Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. Portal da Prefeitura Municipal de Santa Catarina. Relação dos dirigentes do município de Florianópolis a partir da Proclamação da República. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/sadm/index.php?cms=dados+informativos+do+municipio+&menu=7>>. Acesso em: 04/03/2011

Prefeitura de Erechim. Intendentes e Prefeitos. Disponível em: <http://www.pmerechim.rs.gov.br/municipio/apresentacao/intendentes-e-prefeitos>. Acesso em: 26/01/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE. www.alegrete.rs.gov.br/2010/leis/78-1949.doc

RAPOSO, Edyr Dias. MARÇAL, Fabiano. **História da Câmara**. Parte 12. Disponível em: www.cmp.rj.gov.br/docs/historia12.doc. Acesso em 29 jan. 2011

Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.muhm.org.br/index.php?formulario=biografias&metodo=4&id=0&submenu=4>. Acesso em: 16/03/2011.

UNOP TIJUCA 40 ANOS. BOLETIM INFORMATIVO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO SENAI RJ. NOVEMBRO 2007 Ano 13 Disponível em: <http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE921846A7601218E0B329F0EDF>. Acesso em: 13/03/2011.

<http://www.levygasparian.rj.gov.br/novo/?link=LevyGasparian/HistoriadaCidade>. Acesso em: 28 mai. 2009.

http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Lorena_Almeida_Gill_Volume_05.pdf

<http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/07govs/govs.htm>

Documentos

BARBOSA, Ari. **Mensagem a Câmara Municipal**. Petrópolis: Typografia Ypiranga, 17 de maio de 1930,

BRASIL. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. 18 DE FEVEREIRO DE 1918. P15-16, SEÇÃO 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3242294/dou-secao-1-10-02-1918-pg-16/pdfView>>, acesso em: 29/03/2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. 30 de outubro de 1920. P.30, SEÇÃO 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2064541/dou-secao-1-30-10-1920-pg-30/pdfView#xml=http://www.jusbrasil.com.br/highlight/2064541/yeddo_fiuza>, acesso em: 29/03/2011.

Carta de Yêddo Fiúza a Getúlio Vargas sobre financiamento do governo federal para obras de abastecimento de água. CPDOC. Fundo Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1953.09.00/1

Carta de João Daudt Filho a Gustavo Capanema. 13/07/1931. Fundo Gustavo Capanema. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. GC b Daudt Filho, J.

Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas, escrita em 16 de janeiro de 1929. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Fundo João Daudt d'Oliveira. JD c 1929.01.16

Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas, datada de 06/05/1937. CPDOC – FGV. GV c 1937.01.14

Documentos sobre a questão da dívida da Prefeitura de Petrópolis com o Banco Construtor, concessionário dos serviços públicos de água e luz. Rio de Janeiro, Petrópolis (RJ) e Niterói. CPDOC 14 de fevereiro de 1938 doc. 2 CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 19 dez. 2011.

ERNESTO, Pedro. **Discurso pronunciado por ocasião da fundação do "Clube 3 de Outubro" em Petrópolis**. CPDOC. Arquivo Pedro Ernesto Batista. PEB pi 1931.00.00/2.

EXPOSIÇÃO DO BANCO CONSTRUTOR DO BRASIL SOBRE O PROCEDIMENTO DO SR. PREFEITO, DR. YEDDO FIÚZA, QUANTO AO CONTRATO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS PELO DR. JOSÉ DE MIRANDA VALVERDE.

Documentos sobre a questão da dívida da Prefeitura de Petrópolis com o Banco Construtor, concessionário dos serviços públicos de água e luz. Rio de Janeiro,

Petrópolis (RJ) e Niterói. CPDOC 14 de fevereiro de 1938 doc. 2 CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 19 dez. 2011p. 2

Relatórios Anuais da Escola de Engenharia de Porto Alegre - 1911 a 1918.

Revista Egatea - 1911 a 1918

Jornais

A Manhã. Rio de Janeiro. 1935.

A Noite Ilustrada. Petrópolis. 1935.

Correio do Povo. Porto Alegre. Novembro e dezembro de 1945

Diário Carioca. Rio de Janeiro. 1934 a 1945.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 1935 a 1945.

Jornal de Petrópolis. Petrópolis. 1930 a 1947.

Tribuna de Petrópolis. Petrópolis. 1930 a 1947.

Tribuna Popular. Rio de Janeiro, 1945.